

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Memória Universitária: o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da
Universidade Estadual de Campinas (1980 - 1995)**

Neire do Rossio Martins

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Martins

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

Campinas
2012

© by Neire do Rossio Martins, 2012.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO/UNICAMP**
GILDENIR CAROLINO SANTOS – CRB-8ª/5447

Martins, Neire do Rossio. 1959-
M379m Memória universitária: o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da
Universidade Estadual de Campinas (1980-1995) / Neire do Rossio Martins. –
Campinas, SP: 246, 2012.

Orientador: Maria do Carmo Martins.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Ensino Superior. 2. Memória. 3. Arquivos. 4. Arquivos e educação. I. Martins,
Maria do Carmo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

11-200/BFE

Título em inglês University memory: the “Arquivo Central do Sistema de Arquivos da
Universidade Estadual de Campinas (1980-1995)”

Keywords: High education; Memory; Archives; Archives and education

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Martins (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Heloisa Liberalli Bellotto

Prof.^a Dr.^a Heloisa Helena Pimenta Rocha

Data da defesa: 08/02/2012

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: neire@unicamp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Memória Universitária: o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da
Universidade Estadual de Campinas (1980 - 1995)

Autora: Neire do Rossio Martins
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Martins

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Neire do Rossio
Martins e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 08/02/12

Assinatura:

Maria do Carmo Martins

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Martins
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Maria do Carmo Martins

Helena Antunes Bellato

Helena Helena Pimenta Roche

2012

Sumário

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA UNICAMP	13
1.1 Memórias Arquivadas.....	13
1.2 A Construção de lugares de memória da universidade.....	29
1.3 A Institucionalização da UNICAMP.....	37
1.4 Criação da Divisão de Documentação.....	43
CAPÍTULO 2 – DE DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÃO A DIFUSÃO CULTURAL A SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP	55
2.1 Arquivo Central da Divisão de Documentação: um lugar de memória para a UNICAMP .	55
2.2 A consolidação de um modelo: o Sistema de Arquivos	62
CAPÍTULO 3 – A ESTRUTURAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO CENTRAL: A MEMÓRIA DO ACERVO E UM ACERVO DE MEMÓRIAS	93
3.1 Um lugar para o Arquivo.....	96
3.2 Fundos Pessoais.....	99
3.2.1 Fundo Paulo Duarte	99
3.2.2 Fundo Sérgio Buarque de Holanda	106
3.2.3 Fundo Zeferino Vaz	113
3.2.4 A Gestão de Fundos Pessoais.....	116
3.3 Fundos Especiais: um capítulo a parte.....	119
3.3.1 Processos do Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas (Séc.XVIII e XIX)	120
3.3.2 O Caso do Arquivo Municipal de Campinas.....	123
3.3.3 Diretório Central de Estudantes da UNICAMP	129
3.4 Fundo Administrativo (Arquivo da UNICAMP – fundos e grupos)	134
3.4.1 Arquivo UNICAMP: primeiros fundos.....	140
3.4.2 O arquivo de processos.....	147

3.5 Memórias e esquecimentos: uma história.....	158
3.5.1 A recuperação da ata	162
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
5. REFERÊNCIAS	177
5.1 Publicações Bibliográficas.....	177
5.2 Documentos do Arquivo Central da UNICAMP	184
7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	189
8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SOBRE A UNICAMP	193
ANEXO.....	197
ANEXO – 1 Quadro Sinóptico dos Atos de Instalação do Arquivo Central – SIARQ.....	198
APÊNDICE	210
APÊNDICE I - CONJUNTOS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO CENTRAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP	211

Dedico este trabalho

Ao Juan, ao João Luiz, ao Francisco pelo amor compartilhado,
e à Maria Martins em nome de toda a minha enorme família.

Ao Professor Ataliba Teixeira de Castilho, sem o qual esta história não seria contada.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi tecido por muitas mãos que quero agradecer:

A Maria do Carmo Martins, minha orientadora, pela competência e carinho com que me ajudou na construção desta pesquisa histórica que revolveu tantas memórias.

A Heloisa Rocha, Ernesta Zamboni, Vera Rossi, Carolina Galzerani e Elisabete Pereira, minhas professoras da Faculdade de Educação (FE) pelos novos e valiosos ensinamentos.

As minhas colegas do Grupo Memória da FE pelas horas agradáveis em que aprendíamos e trocávamos ideias.

A Heloisa Liberalli Bellotto e Marilena Leite Paes, que tive o orgulho de conhecer em 1984 e que generosamente abriram as portas de suas casas para me abrigarem, enquanto eu estudava em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tempos inesquecíveis, em que em meio a muita conversa boa, me ensinavam, cada uma do seu jeito, a trilhar os caminhos da Arquivologia e a estruturar a Divisão de Documentação da UNICAMP que estava nascendo. Heloisa e Marilena transmitiram muito mais que conhecimento, mas, sobretudo, respeito, ética e amor à profissão arquivística.

A Dayse Aparecida de Oliveira, Ana Maria de Almeida Camargo e Rose Marie Inojosa, que não só mostraram como fazer, mas ajudaram a por esse Arquivo em pé.

A Maria Aparecida Forti pela longa parceria de trabalho. Com as mãos na massa sempre acreditou que o projeto do Arquivo ia dar certo. Em momentos difíceis ela dizia: calma, tudo vai dar certo! Nero incendiou Roma e veja lá Roma continua firme e linda!. Olha ai o resultado!

A Telma Murari pela dedicação, buscas aos documentos e contribuições que a enriqueceram ainda mais o trabalho. Sem ela tudo seria mais difícil.

Ao Fábio Rodrigo Pinheiro da Silva pelas leituras, apoio e formatação do trabalho.

Ao Rodrigo Lizardi de Souza pelo profissionalismo e formatação final do trabalho.

Aos demais colegas do Arquivo Central: Andressa, Maria Amélia, Cirlene, José Ednilson, Cristina, Vera, Janaina, Aline, Cássia, Enzo, José Aparecido, Rafaela,

Sandra, Márcia, Lourdinha e Benedita (*in memoriam*), pelo apoio constante à realização deste projeto.

Os colegas do SIARQ da UNICAMP que hoje somam mais de 600, pelo esforço em fazer com responsabilidade a gestão de documentos da Universidade e por permitir a construção de sua memória e as memórias de todas as gentes que por ela passam.

Os professores dos conselhos e comissões do SIARQ pelo apoio acadêmico e científico dispensado ao longo desses anos, indispensável para subsistência dessa unidade na universidade.

Os alunos participantes dos conselhos e aos estagiários que movimentam e arejam os trabalhos do dia-a-dia do Arquivo.

A Universidade Estadual de Campinas que tive o privilégio de conhecer e respeitar, primeiro como funcionária, e depois como aluna de pós-graduação.

Ao Mauro e a Mazé Guatelli pela amizade e exemplos de superação.

A Roseli Cruz pelos cuidados e pela presença em todas as horas .

RESUMO

Trata-se da pesquisa histórica sobre a trajetória de instalação e implantação do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, problematizando-o como “lugar de memória” universitária, ao mesmo tempo que refletimos sobre as formas utilizadas para sua legitimação como órgão administrativo e acadêmico. Instalado em 1983, no Centro de Informação e Difusão Cultural, visava tratar dos documentos acumulados pelas bibliotecas. Durante sua implantação, concorreu com outras unidades de documentação criadas à época, evidenciando conflitos de competência, conforme apresentamos na análise da constituição do seu acervo. Refletimos ainda sobre seu desenvolvimento durante o processo de institucionalização universitária.

ABSTRACT

University Memory: the Central Archive of the State University of Campinas's Archive System (1980-1995)

This M.A.Dissertation is the historical research on the implementation track of the Central Archive of the State University of Campinas's Archive System, questioning its role as "place of university memory" whilst reflecting upon the ways used for its legitimization as an administrative and academic organ. Established in 1983, the Center for Information and Cultural Diffusion, aimed at dealing with the documents accumulated by the libraries. During its implementation, it competed with other documentation units created at the time, highlighting conflicts of jurisdiction, as presented in the analysis of the formation of their collection. We also reflect upon its development during the process of university institutionalization.

Keywords: Higher Education; Memory; Archives; Archives and Education; University Memory

MARTINS, Neire do Rossio. **Memória Universitária: o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (1980 - 1995)**. 2012. 246f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

LISTA DE SIGLAS

ADU	Assessoria de Desenvolvimento Universitário
ADUNICAMP	Associação de Docentes da UNICAMP
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
ASCOM	Assessoria de Comunicação e Imprensa
ASSUC	Associação dos Servidores da UNICAMP
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação – Estado de São Paulo.
CENTAU	Centro de Estudos em Administração Universitária
CIDIC	Centro de Informação e Difusão Cultural
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAP	Coordenadoria de Ação Cultural
CONSU	Conselho Universitário
COPLAN	Comissão de Planejamento
COTEC	Comissão Técnica da Universidade
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DAC	Diretoria Acadêmica
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DGA	Diretoria Geral da Administração
DGRH	Diretoria Geral de Recursos Humanos
ETC	Escritório Técnico de Construções
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FE	Faculdade de Educação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNCAMP	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo

GERAD	Grupo Executivo da Reforma Administrativa
GR	Gabinete do Reitor
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
LIMEC	Laboratório Interdisciplinar para a Melhoria da Comunicação
OEA	Organização dos Estados Americanos
RTV	Rádio e Televisão UNICAMP
SG	Secretaria Geral
SIARQ	Sistema de Arquivos
SNAU	Seminário Nacional de Arquivos Universitários
TJC	Tribunal de Justiça - Fórum de Campinas
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Notícia do jornal A Gazeta de 11 de março de 1961. São Paulo.
- Figura 2** – Notícia em jornal de Campinas, de 26 de julho de 1962
- Figura 3** – Sala de Aula no prédio da Maternidade de Campinas, [1964] - Arquivo Central/SIARQ – Faculdade de Ciências Médicas. Dossiê Faculdade de Medicina. Maternidade de Campinas
- Figura 4** – Interventor sendo expulso por alunos e professores quando da tentativa de tomar posse, 1981.
- Figura 5** – Organograma da Divisão de Documentação referente a estrutura constante da Portaria GR nº 283/85.
- Figura 6** – Páginas do Manual das Comissões Setoriais de Arquivo
- Figura 7** – Fachada do prédio do Arquivo Central pichada em decorrência da invasão pelos alunos
- Figura 8** – Esquema do Sistema de Arquivos
- Figura 9** – Organograma do Arquivo Central do Sistema de Arquivos
- Figura 10** – Sala na Biblioteca Central, que alojou a Divisão de Documentação do CIDIC, em 1985.
- Figura 11** – Sala na Biblioteca Central, que alojou a Divisão de Documentação do CIDIC, em 1985.
- Figura 12** – Jornal do DCE UNICAMP referente o mês de agosto do ano de 1981.
- Figura 13** – Cerimônia de formatura coletiva de alunos da UNICAMP, em 1994.
- Figura 14** – Mário Degni, Caio Pinto Guimarães e grupo de pessoas reunidos por ocasião da assinatura da escritura de doação do terreno da fazenda Santa Cândida. Campinas, 1964.
- Figura 15** – Sala de aula da Faculdade de Engenharia de Limeira, 1971.
- Figura 16** – Recebimento do acervo da Faculdade de Medicina por equipe do Arquivo Central. (1987)
- Figura 17** – Memorando de Carlos Eduardo Negreiros de Paiva, 1964.
- Figura 18** – Plano de trabalho do professor Cesar Lattes. 1967

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fundo Sérgio Buarque de Holanda (Out./2011)

Quadro 2 – Conjunto de processo do Tribunal de Justiça de Campinas (Séc. XVIII e XX)

Quadro 3 – Acervo de documentos do Arquivo Central da UNICAMP

APRESENTAÇÃO

Enquanto estudiosos das ciências sociais e humanidades, entre outras, lutam com questões de representação, verdade e objetividade, profissionais e usuários de arquivos tardam em reconhecer a natureza dos arquivos como instituições socialmente construídas, a relação dos arquivos com idéias de memória e verdade, o papel dos arquivos na produção do conhecimento sobre o passado, e principalmente o poder dos arquivos e registros para moldar nossas idéias de história, identidade e memória. (SCHWARTZ, J.M; COOK, T., 2004, p.23)

Esta pesquisa histórica investiga a trajetória de instalação e estruturação do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, durante a década de 1980 até sua consolidação em 1995, problematizando-o como “lugar de memória”, na acepção dos estudiosos de memória, ao mesmo tempo em que reflete sobre as formas para sua legitimação como órgão administrativo e acadêmico e sobre a institucionalização da própria universidade.

Indagações surgem, fora do olhar técnico de funcionamento das coisas, como olhar esse órgão, sob a ótica da memória, por exemplo. Memórias que ele carrega, que ele constrói. O seu papel dentro da sociedade em que está inserido. Como se deu a sua trajetória de construção. Pensar sobre o passado pode ser muito importante para se abrir novas perspectivas de ação e interação. Uma instituição viva precisa ser avaliada, observada, ou para manter suas ações como estão, ou para modificá-las e extingui-las, quando for o caso.

O período escolhido para esta pesquisa refere-se ao projeto da instalação da Divisão de Documentação, ocorrida em 1983, com a instalação do Centro de Informação e Difusão Cultural na Universidade e de sua estruturação definitiva em 1995, quando o Conselho Universitário, delibera sobre sua estruturação final, como Arquivo Central do Sistema de Arquivos. O período iniciando em 1980, ou seja, três anos antes, foi selecionado por esta investigação, porque se refere ao momento político conturbado da universidade, numa crise conhecida como Intervenção de 1981, que

repercutiu nos planos de ação nos anos seguintes, que resultou num grande projeto de institucionalização. A intenção é compreender se de alguma forma isto contribuiu para a instalação da Divisão.

Esta pesquisa, portanto, tem como foco o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da universidade, e a própria universidade, na medida em que se pretende analisar o contexto em que se deu a criação de uma de suas unidades. Enquanto se busca entender como se deu historicamente esta trajetória de instalação desse Arquivo, buscamos problematizá-lo sob a ótica da memória, uma vez que Arquivo se constitui num espaço de memória, e memória é uma construção social.

A Universidade Estadual de Campinas foi criada pela Lei nº 8.179/1962. Iniciou suas atividades em 1963 com a instalação da Reitoria, do Conselho de Curadores, das áreas administrativas e da Faculdade de Medicina. Em 1965, o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo nomeou a Comissão Organizadora da Universidade. Em 1966, foi autorizado seu funcionamento, após aprovação do Relatório de Atividades da Comissão, em que propõem novas unidades de ensino e pesquisa em que autorizado o seu funcionamento. No período de 1967 a 1978 se deu a instalação da maioria das unidades da universidade. Estava, portanto, consolidada sua implantação.

No início dos anos 1980 a universidade procurava solucionar uma crise institucional que marcou sua história. Pela leitura do livro “ADUNICAMP: 25 anos”, pode-se perceber um panorama dominado por greves, passeatas, atos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que mobilizaram toda a comunidade universitária por melhores condições salariais e de trabalho.

No ambiente interno pedia-se a institucionalização e a ampliação da participação da comunidade nas tomadas de decisão, tendo sido promovida a primeira consulta para reitores. Nesse período, o governo de Paulo Maluf agia ainda segundo padrões do estado autoritário e com descaso para com a educação superior em São Paulo. Diante desse movimento de reivindicações Maluf, promoveu a intervenção no Conselho Diretor e nas diretorias de unidades acadêmicas. O clima interno era de receio e cuidado para que a universidade fosse preservada. Assumiu um governo de pacificação após negociações e muitas manifestações contrárias aos interventores nas quais foi ponderada em primeiro lugar, a manutenção da própria universidade,

O período que se seguiu a essa crise ficou conhecido como de “institucionalização” que previa a organização das instituições internas conforme determinava os atos estatutários e a atualização destes mesmos atos.

Este era o clima organizacional de 1983, ano em que foi instalado o Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC), um órgão previsto nos Estatutos e no Regimento da Universidade¹, que estabelecida como subordinados a Biblioteca Central – já instalada, desde 1967, vinculada a Diretoria Geral da Administração, e uma Divisão de Documentação – a ser projetada. A instalação do CIDIC se deu no âmbito do desenvolvimento de um projeto de modernização de bibliotecas, proposto ao reitor pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho, que assim também assumiu sua coordenação. Além das bibliotecas, teve que encarar o desafio de projetar e implantar uma Divisão de Documentação.

De 1984 a 1985 a Divisão passou por um processo de estruturação, que visava atender a algumas estratégias e demandas estabelecidas. Do tratamento dos documentos que acompanhavam as bibliotecas particulares, ou seja, o atendimento de demandas da própria Biblioteca Central; da incorporação dos serviços de documentação espalhados na universidade, como o de Fotografia da Biblioteca Central, o de Microfilmagem e o Arquivo da Diretoria Geral da Administração, além de propostas de difusão cultural, que por vezes, se chocaram com outras já em andamento na universidade. Além disso, nesse percurso de implantação enfrentou também conflitos de competências com novos órgãos de pesquisa que estavam sendo criados, em especial como o Centro de Memória da UNICAMP. Estas estratégias de implantação trouxeram conflitos que procurei trazer durante a investigação.

Em 1984 fui convidada pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho a trabalhar no projeto de estruturação da Divisão, submetendo-me a diversos estágios em instituições de referência em arquivos no Brasil, no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, lugares que já haviam sido contatados previamente. Com isso, em 1985, pude elaborar uma proposta para estruturação da Divisão, procurando adotar princípios da moderna gestão de documentos, que antevia uma gestão sistêmica, a administração do ciclo de

¹ UNICAMP. Estatutos da Universidade Estadual de Campinas, 1980 e Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas, 1974.

² Foi governador de São Paulo durante os períodos 1947-1951 e 1963-1966.

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A 3 UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de

vida dos documentos. Ou seja, a proposta não previa somente os documentos permanentes. A proposta recebeu apoio de Heloisa Liberalli Bellotto, de quem fui estagiária no Instituto de Estudos Brasileiros e foi aprovada por uma Comissão de Assessoramento, subordinada à Divisão. A estrutura previa serviços de arquivo permanente, de microfilmagem e de fotografia, para de algum modo atender às estratégias pretendidas pela coordenação do CIDIC e o grupo assessor.

Em meio a todas essas estratégias, a Divisão iniciou seus trabalhos em 1984, contratando as primeiras equipes de trabalho, dando início ao funcionamento do Serviço de Arquivo Permanente, em duas salas alocadas no prédio da própria Biblioteca Central. A equipe formada por bibliotecários e técnicos de nível médio e secundário carecia de capacitação especializada, o que foi inicialmente feito com a promoção de seminários internos, baseado em leituras da bibliografia reunida durante os meus estágios. Os primeiros conjuntos documentais, que iniciaram a constituição do acervo do Arquivo Central, eram de particulares, que haviam sido incorporados à UNICAMP, durante a compra de bibliotecas, tais como: Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Duarte, depois Zeferino Vaz, este último por doação. Logo em seguida, a universidade recebeu sob custódia o Arquivo do Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas.

A administração da universidade movimentava-se em várias reformas administrativas a partir da formação de diversas comissões, coordenada pela Assessoria de Desenvolvimento Universitário, uma delas a Comissão de Bibliotecas. Durante os estudos da trajetória da estruturação do Arquivo Central, são analisadas também, a dinâmica implementada pela Reitoria para o desenvolvimento do processo de institucionalização que previu reformulações gerais nas congregações, e outras instâncias decisórias da universidade, que culminaram, por exemplo, com a instalação, em 1986, do Conselho Universitário e das pró-reitorias.

Nas diversas esferas de governo estavam em andamento a concepção e implantação de políticas públicas de arquivos. Por exemplo, no Estado de São Paulo, em 1984, foi criado o Sistema de Arquivos e no governo federal desenvolviam-se programas de gestão de documentos e a revisão e implantação de sistema de arquivos. Destaca-se ainda, a Constituição Federal de 1988, que consolidou ditou a responsabilidade à administração pública a gestão da documentação governamental,

bem como a sua franquia ao acesso e a Lei nº 8159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

No contexto das universidades brasileiras, em especial as públicas, a décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo desenvolvimento de projetos para a gestão e estruturação de arquivos. Os estudos realizados por SEFRIN et.al (s.d), nas obras de SANTOS e BOTTINO, resume bem este panorama:

Iniciativas pioneiras de sistematização e de organização de arquivos universitários brasileiros surgiram na década de 80, quando as universidades começaram a despertar para as questões da organização e do estabelecimento dos arquivos acadêmico-administrativos e dos arquivos técnico-científicos denominados como “memória da universidade”. Algumas instituições já dispunham de arquivos, porém estes eram constituídos de fundos históricos de natureza privada, enquanto que os acervos administrativos não eram contemplados (SANTOS, 1994; BOTTINO, 1995).

Em 1986, a Divisão passou a ser o Arquivo Central sendo criado também o Sistema de Arquivos, voltado, portanto, para o tratamento de documentos produzidos e recebidos pela universidade, para o tratamento: a) de documentos privados adquiridos, b) de fundos especiais, incluindo documentos de entidades externas. O Arquivo Central havia se mudado para um espaço mais amplo e iniciou os contatos com os órgãos e unidades para conhecer a realidade dos arquivos da universidade, base para a implementação do Sistema de Arquivos. Em 1987, foi constituída a Comissão Executiva Projeto Sistema de Arquivos, que definiu estratégias de atuação, sobretudo no que dizia respeito à sensibilização da comunidade para as questões arquivísticas e de preservação do patrimônio da universidade e de sua memória, com ênfase na avaliação de documentos, como matriz para implantação de outros procedimentos arquivísticos. Foi a partir daí que o Arquivo iniciou a constituição do Fundo UNICAMP, podendo apoiar a construção de suas memórias. Numa operação chamada de “SOS Arquivos”, passou a recolher documentos que estavam fora das condições ideais de organização e conservação.

A consolidação do Arquivo Central do Sistema de Arquivos, como órgão complementar da Reitoria, independente do CIDIC, que também com a desvinculação da Biblioteca Central foi extinto, se deu por meio da Deliberação A-39/1989, do

Conselho Universitário, de 20 de dezembro de 1989 e a A-8/1995 de 26 de julho de 1995, reconhecendo este órgão como encarregado pelas políticas arquivísticas da universidade. O professor Ataliba Teixeira de Castilho continuou coordenador até 1995, quando houve a reformulação final, que deu a fisionomia definitiva ao Arquivo.

Tornou-se, portanto, após várias reestruturações políticas e administrativas, uma unidade eminentemente arquivística, ou seja, de fato um arquivo universitário, voltado à proposição e implementação de políticas de arquivos da universidade e para a gestão completa de documentos, ou seja, identificação, reunião, tratamento e disposição ao acesso dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos da universidade, no desempenho de suas funções, independente da natureza dos seus suportes. Estabeleceu também, como finalidade última a preservação do patrimônio arquivístico da universidade, para servir de prova, testemunho e fonte de referência para a pesquisa e a preservação da memória institucional, conforme as citadas deliberações que estabelece a estruturação do Sistema de Arquivos.

Bellotto, em sua conferência “uma política de arquivos para a universidade brasileira” proferida no Seminário Nacional de Arquivos Universitários, realizado pela UNICAMP em 1991, esclarece o papel de um arquivo nestes moldes em universidades:

O papel principal dos arquivos universitários é o de: 1- reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2 – avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo políticas e procedimentos elaborados especialmente para estes fins; 3 – supervisionar a eliminação, ter controle da aplicação de tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depende-se seu outro grande papel que é o de: 1 – fornecer aos administradores as informações requeridas no menor prazo possível; 2 – ser a informação para a própria universidade, como um todo. “Para satisfazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das universidades com a finalidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores”. (p.19)

Algumas iniciativas foram consideradas relevantes para a implementação de fato desse órgão na UNICAMP: o apoio da administração superior; a dinâmica da coordenação do órgão e a divulgação imediata de resultados; a formação de equipe do Arquivo Central, inclusive com especialização; as ações para sensibilizar e envolver a comunidade; o imediato recolhimento de documentos para organização, preservação e disposição para a pesquisa; a atuação imediata do Arquivo na construção de memórias, com a participação em comemorações institucionais; o desenvolvimento do sistema eletrônico de gestão documental e sua implantação em toda a universidade. Essas iniciativas foram trazidas para compreender quais estratégias colaboraram para o sucesso dessa empreitada dupla, de preservação do patrimônio documental de interesse institucional e nas possibilidades de construção de memórias e de identidades.

O Arquivo Central no tempo presente coordena um Sistema de Arquivos que inclui o próprio Arquivo Central, encarregado de reunir, tratar e dispor documentos intermediários (longo prazo de guarda) e permanentes da universidade, produzidos por unidades e órgãos; uma Rede de Arquivos integrada por comissões e arquivos setoriais, considerando também os protocolos; e dois órgãos consultivos e deliberativos, formados por profissionais de arquivos, alunos e professores das áreas Administração, Humanidades, Artes, Biomédicas, Exatas e Tecnológicas.

A adoção pela Universidade do modelo sistêmico de gerenciamento de arquivos baseou-se em conceitos arquivísticos, em especial,

na teoria das três idades que “segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primários e secundários” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.73). Os arquivos correntes e intermediários compreendem conjuntos documentais de interesse direto da entidade que os produziu para tomadas de decisões ou informações e que podem passar por avaliações. O arquivo permanente, por sua vez, compreende os conjuntos documentais que precisam ser preservados em caráter definitivo devido ao interesse para a pesquisa.

O Sistema de Arquivos dispõe de acervos documentais chamados de setoriais, ou seja, localizados nas unidades e órgãos, com finalidades de uso para tomadas de decisão, e acervos documentais permanentes e intermediários reunidos no Arquivo Central, que se encarrega de tratar e dispor ao uso. Este último compreende conjunto de documentos produzidos ou acumulados por órgãos extintos e ativos, tratado e disponível para pesquisa da comunidade interna (administradores, pesquisadores em geral: alunos, professores) e comunidade externa.

O Arquivo Central, bem como a Rede que forma o Sistema, compreende uma grande equipe de mais de 600 pessoas, atuando em todas as unidades e órgãos da universidade, no registro dos documentos que entram e tramitam para tomadas de decisão e informação, e no tratamento, conservação, descrição e disposição a pesquisadores.

Esta estrutura organizacional foi sendo construída ao longo dos anos, confrontando todas as dificuldades possíveis, como inserção da gestão documental nas unidades, concorrência de competências semelhantes entre órgãos, formação de equipes, financiamentos etc. Durante sua existência tem sido referência para outras instituições públicas ou privadas, ou seja, a implantação desse trabalho e dessa cultura de trabalho tem sido alvo de interesse. O Arquivo oferece estágios, visitas monitoradas, expõe suas experiências em eventos fora da universidade etc.

O Guia do Arquivo Central de 2011 mostra que o órgão coordena um sistema que integra uma rede de cerca de 180 protocolos que faz o registro dos documentos gerados cotidianamente pela UNICAMP; 50 arquivos setoriais que guardam documentos correntes de uso das unidades e órgãos; e 27 comissões setoriais de arquivos que apoiam a elaboração de instruções técnicas e subsidiam a implementação de políticas de arquivos.

O Arquivo Central também reúne e preserva documentos permanentes de todas as unidades da universidade, contando com um acervo de mais de 200 fundos e coleções documentais que representam praticamente todas as unidades da universidade, sejam aquelas em funcionamento, sejam as unidades desativadas. São documentos de atividades administrativas, acadêmicas e de pesquisa, que perfazem o

período de 1962 aos dias de hoje. Por exemplo, mantém cerca de 3000 dossiês de docentes com memoriais, currículos, projetos de pesquisa e produção científica, além de dossiês com a criação de cursos de graduação e de pós-graduação, dispõe ainda de registros de identificação e de avaliações de alunos. Preserva também acervos documentais recebidos por doação considerados de interesse para a comunidade. Desenvolve programas que visam produzir registros documentais sobre a UNICAMP a partir de entrevistas, presta apoio a eventos comemorativos e produz instrumentos de pesquisa.

O objetivo da pesquisa, portanto, foi investigar a sua trajetória de implantação para conhecer suas bases, os conflitos, os interesses dos grupos e os próprios grupos que atuaram nesse período, além de identificar os contextos em que isso se deu, e ainda trazer elementos que possibilitem compreender e refletir sobre o presente; a fim de reafirmar ou refutar as culturas e os valores implementados e que muitas vezes são repetidos e não questionados. Nessa trajetória, possibilitou a problematização desse lugar de memória, especialmente o que chamamos de memória universitária. Sobre a investigação do passado em espaços escolares, Corrêa acrescenta:

[...] debruçar-se sobre o passado, procurando compreendê-lo, é um recurso interessante para dialogar com o presente e buscar novas possibilidades. Este também pode ser um recurso precioso quando se procura compreender a escola, que atualmente se apresenta como um espaço imprescindível da formação do indivíduo. (CORRÊA, 2010, p. 1)

Este trabalho usa como fontes para a construção da narrativa histórica os documentos do próprio Arquivo, selecionados de diversos grupos documentais, incluindo publicações de pesquisadores ali depositadas, e dos Arquivos Setoriais da Biblioteca Central e da Procuradoria Geral da Universidade. O diálogo teórico construído nessa tessitura inclui bibliografia sobre memória coletiva, história, arquivologia e ensino superior, sobretudo sobre a UNICAMP. Em alguns momentos utiliza também as memórias, experiências e vivências da autora, na construção desse lugar, procurando entrelaçar com os documentos. A narrativa foi tecida ora com lembranças, quando no trilhar da trajetória, no tempo e as fontes documentais; ora, com os documentos que mostravam coisas que nem a própria autora conhecia do lugar de

onde estava à época. É também um trabalho de memória. Tanto o testemunho com seus anacronismos devem ser considerados (SARLO, 2007) como o documento deve ser criticado, como ensina Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

[...] O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa. (LE GOFF, 2003, p. 535)

Inspirada em SARLO e Le GOFF, organizei o trabalho de forma a trazer a trajetória de instalação e implantação do Arquivo Central e a constituição do seu acervo documental em três capítulos.

Os dois primeiros capítulos narram a trajetória da instalação e estruturação da Divisão de Documentação, a transformação em Arquivo até sua legitimação pelo Conselho Universitário. Nessa busca, são apresentados acontecimentos sociais de que de alguma forma impactaram e influenciaram esse processo institucional e político. O primeiro refere-se ao período de definições de estruturação e de competências, visando mostrar como se assentaram os interesses dos grupos responsáveis pelo projeto da Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural (1980-1985). O outro mostra a fase do Arquivo Central, já constituído, quando inicia a gestão de documentos na universidade, bem como as estratégias políticas e técnicas adotadas até a sua legitimação pelo Conselho Universitário (1986-1995). Em ambos a pesquisa apresenta o contexto político-administrativo da universidade e o contexto arquivístico brasileiro e as influências nas definições da construção deste espaço na UNICAMP, bem como apresenta as estratégias adotadas para implantação do órgão e os grupos envolvidos nesse processo.

O terceiro capítulo refere-se aos estudos da constituição do acervo do Arquivo Central e a análise que permite revelar em que medida esse processo influenciou as decisões para configuração dessa unidade na universidade e os conflitos existentes entre entidades que concorreram para a custódia ou incorporação de acervos, no

período. Está dividido em três subitens que representam os agrupamentos de fundos e coleções, conforme a proveniência do acervo, seguindo o que se estabelecia os primeiros atos constitutivos do Arquivo Central. Os agrupamentos são: Fundos pessoais; Fundos especiais; Fundos administrativos. Cada uma dessas divisões traz a trajetória dos primeiros conjuntos documentais com suas características de conteúdo, história de acumulação e incorporação, e também, a trajetória da formação das equipes técnicas, as práticas arquivísticas adotadas, e em alguns casos, histórias de uso e de construção de memórias.

O conjunto destes capítulos, juntamente com anexo e apêndice complementares, apresenta uma visão geral dessa análise histórica e desse lugar de memória, traçando um panorama da política arquivística adotada pela universidade para preservar seus documentos e suas memórias. Memórias que são a própria instituição, que aqui chamamos de “memória universitária”, simplesmente como um indicativo do lugar em que estamos falando.

A narrativa foi construída procurando problematizar as questões do arquivo como lugar de memória numa universidade, o que exigiu pesquisa de textos e leituras sobre o tema que é tratado em diversas abordagens, as quais nos limitamos a utilizar clássicos, com conceitos relativos a memória e sua relação com arquivos e documentos, memória coletiva e social, e não aspectos da memória no sentido psicológico e biológico.

CAPÍTULO 1 – A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA UNICAMP

“os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva”. (NORA, 1993, p.13)

1.1 Memórias Arquivadas

A Universidade Estadual de Campinas foi criada em 1962 e começou a funcionar em março de 1963, com o curso de Medicina. Na construção da memória da criação dessa instituição, vemos que múltiplos sujeitos, interesses políticos e sociais motivaram a realização desse feito.

A comunidade de Campinas, representada por políticos, entidades e imprensa se mobilizou para que uma faculdade se instalasse na cidade, no contexto da expansão do ensino superior proposta pelo Estado, de acordo com a Lei nº 161, de 1948, que inaugurou o processo de interiorização prevendo a criação de três escolas: Faculdade

de Engenharia em São Carlos, de Medicina em Ribeirão Preto, em Campinas uma Faculdade de Direito.

Sob o ponto de vista da educação superior os estudos realizados por Meneghel (1994, p.91), afirmam que “a história da criação de uma Universidade em Campinas remonta à década de 50, quando ganhava impulso em São Paulo o processo de expansão do Ensino Superior a ser feito no interior do Estado, tendo em vista atender ao problema da demanda de alunos que já se fazia notar”. A autora reproduz uma mensagem do então governador, Ademar Pereira de Barros que apontava três soluções para esse problema: a construção de novas instituições de ensino superior pela iniciativa privada; a integração de institutos e faculdades à USP e a criação de institutos isolados no interior, nesse último caso podendo ser, futuramente, centros de outras Universidades, incluindo também a perspectiva de se abrir o desenvolvimento e vida cultural no interior².

Mais tarde em 1953, a Lei nº 2154, de 30 de junho, substituiria aquela por uma Faculdade de Medicina, que por sua vez não foi instalada. Em 1958, foi reaberto o debate sobre a criação do curso, quando foi ratificado por novo ato de Jânio Quadros, a Lei nº 4.996, de 25 de novembro. A cidade de Botucatu foi a privilegiada e a sua Faculdade foi instalada em detrimento da unidade de Campinas. Esta etapa caracterizou-se como a primeira campanha em prol da desejada faculdade, tendo a frente o jornalista Luso Ventura, do jornal Correio Popular (MENEGHEL, 1994).

Em depoimento colhido pelo Arquivo Central/SIARQ em 1996, Eduardo de Barros Pimentel, um dos líderes desse movimento, reconhece o papel do jornalista:

O Luso Ventura através do seu jornal lançou a idéia de uma faculdade para Campinas. E o Rui de Almeida Novais, que era deputado estadual por Campinas, fez uma lei que, se não me engano, era uma lei que falava de uma faculdade de direito e depois transformou... quando o Luso começou a fazer a campanha para a faculdade de direito, ele mudou a lei passando para uma faculdade de medicina“. (PIMENTEL, Depoimento, 1996³)

² Foi governador de São Paulo durante os períodos 1947-1951 e 1963-1966.

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Eduardo Barros Pimentel**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-eduardo-barros-pimentel>>. Acesso em: 05 set. 2011.

A partir desse acontecimento, o Conselho de Entidades da cidade de Campinas, órgão representativo do comércio, da indústria e de associações de classe, criado em 1955, motivado pela Sociedade Médica, tomou para si, em 1961, a atribuição de convencer o governo e os políticos, adotando a via da mobilização social para instalar o curso. O Conselho elaborou uma Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina organizando grupos para atuações diversas de convencimento, tais como: imprensa, prefeituras da região, políticos (assembleia estadual, câmaras municipais de Campinas e região, escolas secundárias). Tendo como líderes o médico Roberto Franco do Amaral, o engenheiro Eduardo Barros Pimentel, então delegado da Federação das Indústrias do Estado na cidade, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas, Ruy Rodriguez e o presidente da associação local dos funcionários públicos, Ary de Arruda Veiga, como pode ser observado no artigo do Jornal "A Gazeta", de 7 de março de 1961:

[...] voltará a se reunir hoje a noite, o conselho de entidades de Campinas [...] no preparo de uma representação a ser feita ao chefe do executivo paulista [...]
O governo da cidade, representado pelo seu executivo e o legislativo, ambos irão ser convocados também para esse movimento, que reúne entidades representativas, médicos, engenheiros, advogados, dentistas, professores, sacerdotes e representantes das demais classes. Em data a ser designada ainda esta grande representação irá a São Paulo e, no Palácio dos Campos Elíseos, em peso reclamará o que lhe pertence de direito.

Com o cargo de secretário da campanha, Ary de Arruda Veiga, relembra, em depoimento, sua atuação e demonstra o entusiasmo e as estratégias dos grupos:

Eu conhecia muito o pessoal do Correio Popular_e também do Diário do Povo: Mário Erbolato, o Luso Ventura. Eu datilografei a ata da primeira reunião e fui entregar pessoalmente ao Luso Ventura, jornalista e redator. Então ele me disse: "Ary, você acredita mesmo que desta vez sai a Faculdade de Medicina?" Eu falei: "Ah! Não há dúvida nenhuma". Ele falou: "Porque eu, como jornalista de Campinas, já venho lutando há mais de doze anos por isso". Eu respondi: "Mas olha Luso, pelo que eu assisti lá naquela reunião, a vontade é enorme. Eu acho que, sem dúvida nenhuma, vai sair com certeza".
Utilizavam-se das rádios de Campinas, de São Paulo e até da televisão, através de representantes ilustres, demonstrando a necessidade de novas faculdades de ensino e de pesquisa para Campinas, principalmente medicina.
A instituição de grupos de trabalhos, achei que foi uma coisa excelente. Os grupos de trabalhos iam até as estações de rádio. Todo mundo se movimentava. E eu, nas minhas cartas, eu mandava e pedia para a pessoa se manifestar junto

ao governador Carvalho Pinto e pedia para eles mandarem uma cópia para mim. Alguns mandaram". (VEIGA, Depoimento, 1996⁴)

Foi travada, portanto, uma verdadeira batalha na imprensa, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em que prefeitos e deputados da região se mobilizaram, com discursos, apresentação de projetos, que justificariam a criação da Faculdade de Medicina. Os jornais de Campinas noticiavam quase todos os dias, dos anos de 1960 a 1962 o andamento das negociações e das mobilizações. Passeatas foram programadas com a participação da população e de classes específicas, inclusive as escolas secundárias e cursinhos foram mobilizados, pedindo a instalação do curso.

Roberto Franco do Amaral, com a autoridade de líder do movimento, conclui:

Houve várias fases. A fase da luta na Assembleia Legislativa para que os deputados também pressionassem. Houve o trabalho junto aos cursinhos de estudantes, que tiveram uma participação interessante. Ajoelhavam-se diante da Assembleia pedindo pra que os deputados encaminhassem a aspiração. (AMARAL, 1996, depoimento⁵)

⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Ary de Arruda Veiga**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-ary-de-arruda-veiga>>. Acesso em: 05 set. 2011.

⁵ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Roberto Franco do Amaral**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-roberto-franco-do-amaral>>. Acesso em: 05 set. 2011.

AJOELHADOS OS ESTUDANTES PEDEM MAIS FACULDADES DE MEDICINA AOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEPUTADOS UNIR-SE-Á AOS VESTIBULANDOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO OBJETIVO — MANIFESTO DOS ESTUDANTES

Cerca de três centenas de vestibulandos promoveram uma passeata, na tarde de ontem, percorrendo as ruas centrais da cidade, a qual terminou na Assembleia Legislativa do Estado, onde os estudantes imploraram, de joelhos, aos deputados, que autorizassem o poder executivo a abrir novas faculdades de medicina. O movimento que contou com o apoio de numerosas entidades estudantis, teve por objetivo alertar ao Governo sobre a situação em que estão relegados os jovens que pretendem ingressar em escolas superiores, principalmente no curso de ciências médicas, isso em virtude da falta de vagas. Como se sabe, existem apenas quatro faculdades de medicina em todo o Estado (duas em São Paulo, uma em Ribeirão Preto e outra em Sorocaba), as quais oferecem, anualmente, um total de 270 vagas para concurso de preenchimento. Por outro lado, cresce assustadoramente o número de candidatos aos exames vestibulares (no ano passado apresentaram-se cerca de 4 mil), e já há vinte anos que não se providenciou a instalação de novas escolas.

Recebidos na entrada da Assembleia Legislativa pelo seu presidente, deputado Abreu Sodré, os estudantes vieram a saber por este, que aquela casa havia aprovado uma lei de criação de cinco novos estabelecimentos para o ensino de ciências médicas. A execução cabia ao Executivo.

Adiantou, ainda o sr. Roberto de Abreu Sodré que, atendendo sugestão do deputado Farabullini Junior, ainda ontem nomeara uma comissão de parlamentares integradas por representantes de todos os partidos, os quais unir-se-ão aos estudantes, a fim de forçar o Governo a adotar medidas urgentes, visando a execução da citada lei.

Durante o movimento, os estudantes visitaram as redações dos jornais desta Capital distribuindo o seguinte manifesto:

"Os alunos dos cursos secundários, candidatos às faculdades de medicina de São Paulo, vêm a público externar o seu descontentamento e sua revolta pela situação em que se encontram e que se agrava com a publicação das conclusões errôneas do grupo de

trabalho nomeado pelo sr. governador do Estado para estudar a necessidade de se criarem em nossa terra faculdades de medicina".

E prosseguem: "Tais conclusões pecam pela base, de vez que não foram levados em conta pontos essenciais, tão bem conhecidos até daqueles que se iniciam nas questões do ensino e da medicina. O parecer emitido nesse relatório, e que se fundamenta no fato de haver em nosso Estado a média de um médico para cada 1.500 habitantes — média essa satisfatória só a primeira vista — nos obriga a buscar o caminho mais drástico na solução adequada do problema. Antes, portanto, queremos alertar São Paulo e deixar claro o fato de termos lançado mão de outros recursos no passado, e de que o problema não é novo; principalmente, limitamo-nos a expor isoladamente o problema aos srs. professores universitários, confiando em que lhe dariam solução; todavia, só encontramos resistências, incorporenses e inércia. Depois, já em março, programamos pela instalação de uma faculdade de medicina na Santa Casa de Misericórdia, o que, se não viria resolver aspectos importantes da questão, ao menos melhoraria a situação da Capital e consequentemente, do Interior. Por razões que seria longo enumerar, nenhuma de nossas esperanças se realizou."

Em seguida, o manifesto estudantil refer-se a alguns tópicos do citado relatório, os quais assim podem ser sintetizados:

a — Baseia-se ele no fato de existirem em nosso Estado 9.120 médicos. Perguntamos então: O grupo de trabalho procurou pelo menos verificar a procedência desses médicos? São Paulo possui faculdades de medicina há cerca de 80 anos, e nelas, durante esse tempo, não se formaram mais de 5 mil. De onde vêm, portanto, os restantes 4.200? Não se apercebem que este Estado, o único que possui um Plano de Ação, o único cujo orçamento monta a dezenas de bilhões de cruzeiros, vem absorvendo os médicos formados nas vizinhanças: Minas Gerais, Guanabara, Paraná e mesmo Bahia, agravando a situação já precária desses Estados irmãos?

Referindo-se a um segundo item, a análise feita pelos vestibulandos acrescenta:

b — Cita-se no relatório o fato de que a proporção de um médico para cada 1.500 habitantes é suficiente e, portanto, dispensável a criação de faculdades no Interior e na Capital. Teriam os componentes da comissão pensado melhor na distribuição desse médico, naqueles próprios 70 municípios por eles citados, onde não existe nenhum médico? Teriam eles por um acaso ouvido a inacreditável mensagem de um prefeito do Interior do Estado lida pelo insigne sr. Corifeu de Azevedo Marques na Rádio Tupi, citando uma lista de crianças falecidas por completa ausência de assistência médica? Teria porventura ocorrido a eles que o problema está no fato de que a maioria dos recém-diplomados não quer ou não pode se deslocar da Capital para o Interior? Ignora ela que pleora de médicos nos centros é devida, principalmente, ao fato de que os recém-formados precisam nos primeiros anos do exercício da profissão, continuar em contato com as faculdades e os centros de pesquisa, ao lado dos professores e colegas mais experientes?"

Finalmente os estudantes concluem o seu "manifesto, assim se expressando:

"E' este, em síntese, srs. professores da USP, responsáveis pelo infeliz relatório, o parecer de centenas de estudantes secundários que se propõem a servir a Pátria no sacerdócio da medicina. E' este, podem crer, o parecer da maioria daqueles que militam na arte de curar. Ocorre-nos, aliás lembrar o apelo lançado aos estudantes da cidade de Santos, pela sua Associação Médica, convidando-os a procurarem os cursos médicos da Capital, tendo em vista que São Paulo e o Brasil precisam de médicos. E esses moços, certamente, irão atender ao apelo, mas o que encontrarão se prevalecerem as conclusões do relatório? Apenas alguns dados estarrecedores, que lhes parecerão inexplicáveis como os seguintes dados: nas quatro faculdades de nosso Estado há um total de 270 vagas, para as quais concorrem anualmente mais de três mil "andidatos".



Aspecto da passeata dos estudantes

Figura : Notícia do jornal Diário de São Paulo, São Paulo 24 maio de 1961, que exemplifica a declaração do dr. Franco do Amaral.

A mobilização incluiu ainda, entre suas ações, visitas as instituições de Campinas e outros municípios vizinhos para busca de apoio, como pode ser observado, por exemplo, na matéria abaixo, o empenho do arcebispo de Campinas:

Arcebispo Metropolitano: «Estou apto a pegar em armas a favor da luta pela instalação da Faculdade de Medicina»⁶



O arcebispo Dom Paulo de Tarso Campos (ao centro) quando falava sobre a luta em prol da instalação da Faculdade de Medicina em Campinas. Na foto aparecem ainda os srs. Paulo Mangabeira Albernaz, Eduardo Pimentel, Altino Gouveia, Meiry Junior, Roberto Franco do Amaral e o jornalista Antero Silvestre.

Na noite de ontem, um grupo de generais das comissões pró instalação da faculdade de medicina em Campinas esteve em visita ao Palácio Episcopal a fim de se avistar com o Arcebispo Metropolitano, Dom Paulo de Tarso Campos, e ouvir a sua opinião sobre o movimento que está sendo desenvolvido com aquele objetivo.

Inicialmente, o sr. Eduardo Pimentel, em nome da comissão, disse que conforme havia sido deliberado na última reunião, o encontro que naquele momento se realizava tornava-se necessário, pois impunha-se o pronunciamen-

to de uma missiva ao Governador, na qual dissesse que estava integrado na comissão.

PEGAR EM ARMAS
Prosseguindo em suas declarações, afirmou o chefe espiritual da comunidade católica de Campinas: «Estou apto a ajudar em tudo o que puder. A minha saúde abalada, contudo, impede-me de maior movimentação. Se necessário for, enviarei um representante às reuniões das comissões. Estou apto a pegar em armas em favor da luta pró instalação da Faculdade de Medicina e ir para a trincheira».

MOVIMENTO NA

Arcebispo de Tarso Campos, depois de um dos visitantes dizer que quem sairia ganhando com a instalação da Faculdade em Campinas era o ensino e o Estado, pois nossa cidade possuía todas as condições para formar bons médicos, afirmou em tom de blague, que poderia ser lançado o seguinte slogan: «Não é Campinas que precisa da Faculdade de Medicina, mas a Faculdade de Medicina é que precisa de Campinas».

Figura 1 Notícia do jornal A Gazeta de 11 de março de 1961. São Paulo.

Por outro lado, o governador nomeou uma comissão, em 22 de setembro de 1961, com a atribuição de estudar e propor a criação de um núcleo universitário em Campinas, constituída pelos professores da Universidade de São Paulo, Antonio Barros de Ulhôa⁶ (Faculdade de Medicina), Cantídio de Moura Campos (Faculdade de

⁶ Antonio Barros de Ulhôa Cintra foi reitor da USP de 1960 a 1963. De acordo com Hélio Pereira Bicudo, em depoimento prestado ao *Projeto FAPESP - História e Memória*, "a escolha de Antonio Barros de Ulhôa Cintra para Reitor da USP deu-se dentro da linha desse pensamento, de dar uma estrutura moderna à Universidade, capaz de torná-la num grande centro de pesquisa e ensino". Teve participação decisiva na implantação do campus da USP, e na elaboração da lei de criação da Universidade Estadual de Campinas e da Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu e da FAPESP. (Revista PESQUISA FAPESP, n.42, maio 1999).

Medicina), Ruy Aguiar da Silva Leme (Escola Politécnica e Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas), Paulo Emilio Vanzolini (Museu de Zoologia) e Isaias Raw (Faculdade de Medicina).

E os jornais de Campinas e em São Paulo continuavam pressionando:

O processo referente à instalação da Faculdade de Medicina continua engavetado na Assessoria Técnica dos Campos Eliseos, aguardando manifestação da Fazenda e da Reitoria. (Folha de São Paulo, 07 de junho de 1962 p.5)

Em julho de 1962, o governador Carvalho Pinto encaminhou à Assembleia Legislativa, presidida por Abreu Sodré, o projeto para a universidade de Campinas com a seguinte mensagem:

A escolha de Campinas para sede da nova universidade deveu-se, sobretudo, à excepcional localização dessa cidade, servida que é por excelentes rodovias e ferrovias, as quais demandam inúmeros municípios paulistas e atingem ainda o território de outros Estados; ao lugar que tradicionalmente ocupa nos fastos de nossa cultura; ao seu progresso e à feliz circunstância de ali se encontrar um imóvel - o asilo de órfãos da Santa casa de Misericórdia - passível de ser apropriadamente adaptado para o funcionamento dos primeiros cursos universitários. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962, 1º Caderno)

Esta iniciativa do governador foi muito comemorada em Campinas e a imprensa local noticiou o fato apresentando o conteúdo do projeto que previa a criação de entidade autárquica que absorveria a Faculdade de Medicina, criada em 1958, como exemplificado na imagem que se segue:

Carvalho Pinto Propôs à Assembléia a Criação da Universidade de Campinas

A nova Universidade, consoante a mensagem do chefe do Executivo, deverá funcionar já em 1963 como órgão autárquico e integrando a Faculdade de Medicina daquela cidade

O governador Carvalho Pinto encaminhou à Assembléia Legislativa, acompanhado de mensagem, projeto de lei que dispõe sobre a criação, como órgão autárquico, da Universidade de Campinas. Entre outras providências, o projeto trata da integração, na nova entidade, da Faculdade de Medicina criada pela Lei n.º 4.996, de 25 de novembro de 1958.

"A escolha de Campinas para sede da nova Universidade — diz a mensagem — deveu-se, sobretudo, à excepcional localização dessa cidade, servida que é por excelentes rodovias e ferrovias, as quais demandam inúmeros municípios paulistas e atingem, ainda, o território de outros Estados; ao lugar que, tradicionalmente, ocupa nos fastos de nossa cultura; ao seu progresso e à feliz circunstância de ali se encontrar um imóvel — o asilo de órfãos da Santa Casa de Misericórdia — passível de ser apropriadamente adaptado para o funcionamento dos primeiros cursos universitários".

FUNCIONAMENTO EM 1963

Registra, ainda, a mensagem, "ser propósito do Governo — acolhidas que sejam, no devido tempo, as medidas ora em causa — fazer funcionar, já em 1963, os cursos de Medicina, Química Industrial, e de Professores de Ciência, daquela Universidade".

A Universidade de Campinas tem, por finalidade, entre outras, ministrar o ensino universitário e pós-graduado; promover a pesquisa pura e aplicada; formar e treinar técnicos de nível médio e superior. A nova unidade de Ensino Superior será constituída de Faculdades, Institutos de Ensino, Institutos de Pesquisa, Escolas Técnicas e Reitoria.

ORGAOS

A Universidade de Campinas iniciará suas atividades didáticas no ano de 1963, com os seguintes órgãos:

I — Faculdades de Ciências, de Medicina, de Odontologia e de Química Industrial.

II — Institutos de Ensi-

no de Biologia, de Morfologia, de Química, de Física e de Matemática.

Enquanto a Universidade de Campinas não baixar seus próprios Estatutos ser-lhe-ão aplicados, no que couber, para a solução dos casos omissos, o Estatuto e as demais disposições legais referentes à Universidade de São Paulo.

Para atender às despesas decorrentes da lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, um crédito especial no valor de Cr\$ 185.156.000,00. O orçamento do Estado, para o exercício do próximo ano, consignará à Universidade de Campinas, em verba própria, a dotação de 90 milhões de cruzeiros.

Figura .2. Notícia em jornal de Campinas, de 26 de julho de 1962.

Em 29 de dezembro de 1962, o governador sancionou a Lei nº 7.655⁷, que criou a Universidade de Campinas. Eduardo de Barros Pimentel relembrou uma reunião em que esteve juntamente com a comissão de campanha do Conselho de Entidades, com o governador do Estado, que para ele foi o marco da finalização da campanha:

⁷ A Lei 7.655 foi alterada em 30 de janeiro de 1967, pela Lei nº 9.715. (LIMA, 1989, p.98)

O Carvalho Pinto, que era uma figura excepcional, uma das pessoas mais compostas... e vamos dizer, de um trato fino, ele nos recebia muito bem, na hora certa, na hora marcada. E ele nos disse: "Olha, Dr. Pimentel, não há lógica de nós darmos para Campinas uma faculdade de medicina quando nós temos outras faculdades que cobrem perfeitamente as necessidades educacionais. E é muito mais barato aumentar o número de vagas na Universidade de São Paulo, Sorocaba, em Ribeirão Preto..."

"Dr. Pimentel, eu vou fazer um negócio com o senhor. Eu não vou lhe dar a faculdade de medicina, mas eu lhe prometo e lhe dou uma faculdade de engenharia". Eu disse a ele: "Olha, Dr. governador, eu não estou aqui na qualidade de engenheiro e nem de diretor de indústria. Eu estou aqui como delegado de uma comunidade e a comunidade aspira por uma faculdade de medicina. Então o meu trabalho é para termos uma faculdade de medicina".

"Dr. Pimentel, decididamente eu não vou lhe dar uma faculdade de medicina, mas eu lhe dou uma universidade." E eu brinquei com ele. Eu disse: "Olha, governador, eu não reclamo. Quem pede menos e recebe mais, não tem porque reclamar!"...

"Então eu indiquei o Antônio Augusto de Almeida e depois corri atrás do telefone para falar com o Antonio Augusto de Almeida⁸ para que ele não viesse a saber pelos jornais que ele tinha sido escolhido o diretor da faculdade... que já estava ajustado." (PIMENTEL, 1996, Depoimento)⁹

A Faculdade de Medicina começou a funcionar em prédio alugado da Sociedade Maternidade de Campinas, em março de 1963, tendo como diretor o professor de medicina Cantídio de Moura Campos, da USP, integrante do grupo que elaborou o projeto de lei que criou a UNICAMP¹⁰. Entre as iniciativas deste período para o funcionamento da Universidade pode-se destacar a contratação dos professores para a Faculdade de Medicina, entre eles Antonio Augusto de Almeida, que assumiu a sua direção; a infraestrutura para o funcionamento, inclusive escolha de local para sediar a unidade e a própria administração universitária e a nomeação do Conselho de Curadores, conforme determinava a Lei 7.655, em seus artigos 26 e 27¹¹.

⁸ Antonio Augusto de Almeida era médico oftalmologista do Hospital Penido Burnier de Campinas e livre docente pela Universidade de São Paulo (1955). Foi nomeado diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas, durante o período de 1963 a 1969.

⁹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Eduardo de Barros Pimentell**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-eduardo-barros-pimentel>>. Acesso em: 05 set. 2011

¹⁰ Cantídio de Moura Campos foi reitor durante o período de 16 jan.1963 a 23. ago.1963.

¹¹ Artigo 26 - O primeiro conselho Universitário será constituído quando forem preenchidos 2/3 (dois terços) dos lugares destinados a professores catedráticos.; Parágrafo único - Enquanto o primeiro Conselho Universitário; não for formado, suas funções serão desempenhadas por um conselho de Curadores, e o Reitor será nomeado diretamente pelo executivo; Artigo 27 - O Conselho de curadores será composto por: I - um representante do Governador do Estado; II - um representante da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social; III - um representante da Secretaria da Educação; IV - um representante da Universidade

O Conselho de Curadores iniciou suas atividades em maio de 1963, integrado pelos professores Cantídio de Moura Campos, presidente, Luiz de Freitas Bueno, representante do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, Luiz Morato Proença, representante da Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social, Anibal Freitas, representante da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, João de Souza Coelho, representante da Prefeitura de Campinas, Eduardo de Barros Pimentel, representante do Conselho das Entidades Coligadas de Campinas, Walter August Hadler, professor da Cadeira de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas, Antonio Augusto de Almeida, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas e bacharel Juvenal Bechara, diretor administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas, conforme Atas de reuniões do Conselho. (UNICAMP. Arquivo Central. Fundo UNICAMP. Conselho de Curadores. Dossiê de Atas 1963/1965)

Entre algumas alternativas de prédios para sediar a universidade foram escolhidos, provisoriamente, dois andares do prédio da Maternidade de Campinas, transformados em salas de aula, biblioteca, secretaria de alunos, setores administrativos, diretoria e reitoria. Foi realizado o vestibular para 50 vagas, a que compareceram 1542 candidatos, sendo a aula inaugural em 20 de maio de 1963.

A primeira unidade iniciou seus trabalhos de forma precária, num depoimento colhido durante as comemorações de aniversário da Faculdade de Medicina, em 2003, o professor Bernardo Beiguelman, contratado em 09 de agosto de 1963 relata aqueles primeiros anos, bem como o contexto político:

Quando cheguei à UNICAMP não havia nada. Começamos do marco zero. A Universidade Estadual de Campinas tinha alugado dois andares ou parte deles da atual Maternidade de Campinas, que estava em construção na Avenida Orozimbo Maia, para poder instalar os cinqüenta estudantes que estavam no primeiro ano e tinham acabado de ingressar na recém nascida Faculdade de Ciências Médicas. Primeiro formou-se o Departamento de Histologia, com a direção do Professor Hadler [Augusto Hadler], e logo em seguida, vim eu para a Genética Médica e o professor João Batista Parolari para o Departamento e Anatomia. Tudo era improvisado. [...]. Embora com todas essas dificuldades,

de São Paulo; V - dois representantes dos professores; VI - um representante da Prefeitura de Campinas; VII - um representante das Associações coligadas de Campinas; VIII - um representante dos Auxiliares de Ensino; IX - um representante dos alunos.

conseguimos instalar um Laboratório de cultura de tecidos no segundo andar dessa maternidade e começar a desenvolver uma série de pesquisas que estávamos fazendo sobre Genética e Epidemiologia de lepra, que agora chama-se hanseníase.

Nessa ocasião [...] o grande apoio do professor Antônio Augusto Almeida que era o Diretor da Faculdade de Ciências Médicas e do primeiro Reitor da UNICAMP, o Professor Cantídio Moura Campos. Existia uma resistência muito grande do Governo Estadual, em obter verbas para o desenvolvimento da Faculdade de Ciências Médicas e para a própria Universidade. A Universidade Estadual de Campinas foi criada em um Decreto Estadual nº 7655 pelo Governador Carlos Alberto Carvalho Pinto. Acontece que depois da criação da Universidade Estadual de Campinas, mudou o governo e o grupo de Carvalho Pinto perdeu a eleição. Quem ganhou as eleições foi o Governador Adhemar Pereira de Barros e como existia um conflito eterno entre os Janistas, o Grupo de Jânio Quadros, a qual pertencia Carvalho Pinto e os Adhemaristas, por uma política errada, Adhemar achava que não deveria ajudar o desenvolvimento da Universidade, porque ele estaria ajudando o projeto de um governo anterior, ao qual ele não era evidentemente simpático. Com isso não tínhamos recursos, e para poder avançar o serviço, usamos como saída recrutar os estudantes para trabalhar em pesquisa. (Depoimento Bernardo Beiguelman, 2003¹²)



Figura 3 – Sala de Aula no prédio da Maternidade de Campinas, [1964] - Arquivo Central/SIARQ- Faculdade de Ciências Médicas. Dossiê Faculdade de Medicina. Maternidade de Campinas.

¹² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Ciências Médicas. 40 anos. **Depoimentos. Bernardo Beiguelman.** Disponível em: <<http://www.fcm.UNICAMP.br/40anos/index.html>>. Acesso em: 05 set. 2011.

Em 1966, a Universidade teve aprovado o funcionamento dos demais cursos¹³ e deu início à construção de seu campus principal na cidade de Campinas, após trabalho de uma comissão organizadora nomeada pelo Conselho Estadual de Educação, que trabalhou durante o período de 1965 a 1966.¹⁴

O projeto da Universidade de Campinas que se desenvolveu a partir de 1966, teve como base os conceitos da estruturação da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília. Segundo Meneghel (1994, p.93) a lei de criação da Universidade, assinada pelo governador Carvalho Pinto, teve o projeto inicial elaborado por docentes da Universidade de São Paulo¹⁵ e que, analisando a estruturação da instituição, estavam “implícitos na lei alguns princípios que serviram à organização da Universidade de Brasília” e enumera:

a indissociabilidade das atividades de ensino e pesquisa; o ciclo básico, de formação geral, preparando para a ulterior formação profissional; a formação de um centro de estudos avançados, pois estavam previstos a carreira de pesquisador e cursos de pós-graduação e doutoramento; um sistema que possibilitasse a realização de intercâmbio científico entre a Universidade e outras instituições, numa tentativa de interdisciplinaridade e extensão. (MENEHEL, 1994, p.96)

O professor Fausto Castilho, encarregado da implantação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e integrante da Comissão de Planejamento da Universidade (COPLAN)¹⁶, em 1968, afirmou em seu livro “O conceito de universidade no projeto da UNICAMP” que “pensávamos que nosso plano se assemelhasse mais ao projeto inicial da USP, ao de Darcy na UnB e ao das sete novas universidades alemãs, cuja construção se iniciara há dois anos (1965) em Bochum, Bielefeld, Bremen, Constans, Dortmund, Dusseldorf e Regensburg”. (CASTILHO, 2010, p. 126)

¹³ Cursos de: Matemática, Estatística, Computação, Física, Química, Biologia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, por meio da Resolução CEE 46/66, de 19.12.1966,

¹⁴ Comissão formada por Zeferino Vaz (do Conselho Estadual de Educação), Antonio Augusto de Almeida e Paulo Gomes Romeo (da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto)

¹⁵ Uma comissão foi criada na USP, em 11 de dezembro de 1961, para a realização desse projeto, integrando os professores Ulhôa Cintra, Cantídio de Moura Campos e Mario Degni (Dossiê do Conselho de Entidades de Campinas - Arquivo Central/SIARQ)

¹⁶ Integavam a COPLAN os seguintes membros: Marcelo Damy de Sousa Santos, organizador do Instituto Central de Química, Walter Hadler, organizador do Instituto Central de Biologia, Rubens Murillo Marques, organizador do Instituto Central de Matemática e, depois Ubiratan D'Ambrósio, André Tosello, organizador da Faculdade de Tecnologia de Alimentos e Fausto Castilho (CASTILHO, 2010, p.120)

Como podemos perceber, a criação da Universidade envolveu múltiplos sujeitos, de diferentes concepções e formas de negociação política. Todos os documentos utilizados se encontram preservados no Arquivo Central. Os documentos integram grupos e coleções institucionais e privadas, constitutivas do acervo. A maioria dos documentos, inclusive os depoimentos citados foi coletada por esse Arquivo e se encontra à disposição para pesquisas e para a produção de análises e de outras memórias.

Os primeiros depoimentos dos testemunhos dessa história de criação da universidade foram coletados por equipe do Arquivo Central, em 1996, durante a comemoração de aniversário da universidade. Esses depoimentos se agregam a outros testemunhos documentados que compõem o acervo permanente do Arquivo, juntamente com outros documentos de fundos diversos. Os dossiês do “Conselho de Entidades – Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina de Campinas¹⁷”, e da Comissão de Planejamento da UNICAMP¹⁸ que por sua vez, constituem-se em núcleos sobre a criação da universidade e abrem um leque enorme de possibilidades de indagações a respeito desse projeto de universidade. O Arquivo mantém ainda os documentos de interpretações acadêmicas, a exemplo da dissertação de Meneghel e do livro de Castilho, que fizeram uso desses e de outros conjuntos documentais.

O acervo documental, portanto, revela as vozes dos sujeitos, seus sentimentos, os conflitos, segmentos da sociedade e suas articulações, os modelos adotados, as argumentações e contra-argumentações, os acordos e desacordos, as marcas e contra-marcas desse projeto, bem como o contexto cultural e político-histórico da época.

Memória, conceito de múltiplos entendimentos. A memória que caminha junto com o esquecimento. O que lembrar, o que rememorar, o que esquecer, a gestão da memória, os enquadramentos da memória são constantes objetos dos estudos que a teorizam. A memória como construção da identidade individual e coletiva. A valorização da memória, a supervalorização da memória, os seus usos políticos e os abusos que em nome dela se cometem, também são objeto de reflexão de autores como Le Goff

¹⁷ O dossiê montado e encadernado por Ary de Arruda Veiga, foi doado à UNICAMP pelo próprio, por ocasião dos 30 anos da universidade, em 1996.

¹⁸ O dossiê da Comissão de Planejamento da UNICAMP (1967 a 1972) integra o Grupo Reitoria do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP.

(2003), Huyssen (2000), Nora (1993), Sarlo (1985), Ricoeur (2007). Talvez por essa razão Dodebei (2010) afirma que a memória não é objeto de uma única disciplina.

Todo um conjunto de conceitos e questionamentos vêm sendo colocados em pauta por estudiosos que definem o estatuto da memória e, nela, na disciplina histórica, sempre destacando contrapontos com a historiografia e o trabalho do historiador. Le Goff conclui que “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. (LE GOFF, 2003)

Como assinala Martins (2007):

Algunas veces la memoria es un refugio bucólico, un puerto seguro. Otras veces activamos la temática de la memoria para hablar de la identidad del sujeto, de las innumerables posibilidades de construcción de identidades individuales y colectivas, hablamos de memoria para hablar de cultura. Estas imágenes sobre memoria y su asociación con la evocación, como sucedió con las lenguas latinas, presentan la memoria como central en la identificación del sujeto con los os procesos vividos, con la posibilidad de continuar viviendo, con los deseos y los temores. La memoria vincula, en ese caso, razón y emoción, remite a los sentidos de la experiencia vivida y a la capacidad de lidiar con los tiempos y espacios del sujeto. Por supuesto la memoria no se valoriza únicamente porque nos permite un enorme adelanto cognitivo relativo al aprendizaje constante y creciente, sino porque con ella activamos el pensamiento, actualizando el pasado. (p.137)

Para o sociólogo Maurice Halbwachs, no livro “*A memória coletiva*” (1990) a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. No instante em que o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, que para os grupos existentes são exteriores:

é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados? (HALBWACHS, 1990, p.80-81)

Sob o ponto de vista de Ricoeur “*O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social*”. (RICOEUR, 2007, p.177). Arquivo, lugar de memória coletiva, lugar topográfico, juntamente com as bibliotecas e os museus. (LE GOFF, 2003, p.458)

Os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação, os museus são depositários tradicionais de memórias coletivas, culturais ou sociais. Na França, a Revolução criou os arquivos nacionais em 1790, e quatro anos depois inaugurou, por meio de decreto, uma fase da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional, como ensina Le Goff (2003, p.458).

Lodolini (1993), afirma ainda que:

Desde a mais Alta Antiguidade o homem sentiu a necessidade de conservar a sua própria memória, primeiro sob a forma oral, depois sob a forma de graffitti e de desenhos, e, finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondentes a sílabas ou a letras. A memória assim registrada e conservada constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos. (LODOLINI, 1993, p.233)

Em seu artigo “A invenção da memória nos arquivos públicos” José Maria Jardim alerta sobre a ampliação do entendimento do conceito como um processo de construção social, e não como um dado acabado.

Recorre-se atualmente, com muita frequência, à temática da memória, expressão de interesses e paixões e objeto de um campo interdisciplinar. Diversos termos tendem a ser associados à memória: resgate, preservação, conservação, registro, seleção etc. Neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais. (JARDIM. 1995)

Dessa forma, SCHWARTZ; COOK, 2004. ainda procuram alertar os profissionais de arquivo sobre a necessidade do aprofundamento dos estudos da temática da memória, que segundo os autores, sugerem um olhar mais amplo sobre o papel dos arquivos na construção de memórias coletivas:

A crescente literatura sobre a memória social e coletiva sugere a necessidade de olhar novo sobre o arquivo à luz de mudanças na produção e preservação dos documentos, nos meios mutáveis de registro e na natureza do que é documentado e quem faz a documentação, assim como a necessidade de examinar o impacto dessas mudanças sobre a gestão de registros e sua prática, e sobre arquivos e sua prática. (SCHWARTZ,; COOK, 2004, p.22)

Para Murguia (2010, p.8) “os espaços de memória tem assim, uma dupla função: simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares”.

O Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP constitui-se num lugar de memória (NORA, 1993), memória institucional e coletiva que vem reunindo desde a década de 1980, documentos produzidos pela universidade ou sobre a universidade, em diferentes meios e suportes, provenientes de suas unidades e órgãos compreendidos em sua estrutura organizacional.¹⁹. O seu acervo documental é formado a partir de recolhimentos organizados por critérios estabelecidos durante a gestão sistêmica de documentos ou de doações e compras ou coligidos por meio de depoimentos orais. Além de preservar, constitui memórias na medida em que prepara programas de apoio a comemorações institucionais, exposições, oferece cursos e programas educativos. (NEVES, 2005)

Sob a ótica de Le Goff,

Memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas, uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2003, p.526)

Nesse sentido o Arquivo também mantém aquilo que sobrevive a partir de escolhas. Os fundos documentais são constituídos a partir de doações de particulares, de processos de avaliação documental instituídos, em muitas situações “vontades” e

¹⁹ Documento produzido no sentido arquivístico, significa criado e recebido no exercício de uma atividade, ou seja, foi criado ou utilizado para a execução de uma atividade.

interesse de produtores de documentos. O Arquivo produz memória, na medida em que desenvolve programas que acionam as memórias que estão guardadas.

1.2 A Construção de lugares de memória da universidade

A instalação do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP pode ser analisada a partir da trajetória da formação dos acervos bibliográficos e documentais destinados ao ensino e a pesquisa da universidade.

A formação de acervos bibliográficos das unidades de ensino e pesquisa da UNICAMP se iniciou com a instalação da Faculdade de Medicina em 1963. Documentos deste período, contidos em fundos documentais do Arquivo Central, já dão conta de compras de livros e periódicos para atender ao curso, bem como por doações de acervos, que incluíam livros e objetos ou documentos iconográficos. O Processo nº 239, de 28 de novembro de 1963, por exemplo, com o assunto “Pedido de restauração de um quadro a óleo”, nos informa que a referida obra integrava a biblioteca particular de Rau Ribeiro da Silva, doada à universidade²⁰.

Com a implantação de novos cursos a partir da segunda metade da década de 1960 e mais fortemente na década de 1970, a necessidade de instalar bibliotecas se tornou premente, o que pode ter favorecido as aquisições desse tipo de acervos, por doação ou compra. Foram compradas, por exemplo, acervos de reconhecidos intelectuais brasileiros, como as Bibliotecas de Paulo Duarte e de Hélio Vianna, em 1970, mais tarde, nos anos 1980 foram incorporadas as bibliotecas de Sérgio Buarque de Holanda, Alexandre Eulálio, Florestan Fernandes e outros²¹. A guarda de coleções de intelectuais reconhecidos no meio acadêmico constituía-se em um lastro importante para uma nova universidade, em formação, como era o caso da UNICAMP.

Num primeiro momento as bibliotecas incorporavam os livros e os periódicos, para atender aos programas dos cursos de graduação e de pós-graduação e

²⁰ Processo nº 239, de 28 de novembro de 1963, referente ao pedido de restauração de um quadro a óleo. UNICAMP. Reitoria. Caixa nº 14/1963.

²¹ Informações levantadas a partir de processos de guarda permanente que integram o acervo documental do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP.

provavelmente, naquele período, a prioridade não era a preservação ou a memória do conhecimento. Tanto que algumas coleções, como o caso da biblioteca de Paulo Duarte, comprada na década de 1970, foi distribuída pelas unidades de ensino e pesquisa, depois de uma seleção elaborada por grupos de professores. As unidades estavam sendo implantadas tendo como requisitos fundamentais o ensino da pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa e, portanto, as bibliotecas eram consideradas importantes nesse processo.

Parece ser que esta prática de aquisição de acervos privados na Universidade trouxe consigo dois tipos de questões que precisavam ser respondidas no interior das bibliotecas: a garantia da integridade das coleções privadas, muitas vezes exigidas por cláusulas contratuais de doação ou mesmo de compra e o tratamento dos documentos de arquivo que acompanhavam as bibliotecas. As respostas convergiam para a constituição de espaços específicos para abrigar estas coleções, bem como a capacitação para o seu tratamento.

À margem das bibliotecas, alguns acervos deram origem à constituição de centros de documentação. Unidades destinadas ao tratamento, preservação e disposição ao acesso de acervos especializados em temas específicos e constituídos por materiais de origens diversas.

Nossas pesquisas revelaram que já na proposta de constituição do Grupo de História, que mais tarde se transformaria no Departamento de História, durante a instalação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em 1968, apresentava preocupações com relação ao método da pesquisa histórica que deveria ser implantado, com a interdisciplinaridade e com a implantação de um projeto de Arquivo. Assim afirma Fausto Castilho²², professor encarregado de implantar o Instituto, incluindo os nomes sugeridos para a implementação das principais áreas pretendidas:

1) promover um trabalho de reflexão sobre as questões de método na pesquisa histórica (Francisco Iglesia, José Honório Rodrigues); 2) manter uma articulação permanente da história e as chamadas ciências sociais (Carlos Guilherme Mota,

²² Fausto Castilho, professor de filosofia, história da filosofia e de filosofia política na USP, UNESP e na UNICAMP. Foi membro da Comissão de Planejamento da UNICAMP (COPLAN). Participou intensamente da organização de toda a área de humanidades na UNICAMP. Fundador e, como seu primeiro diretor, organizou o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Atou na UNICAMP de 1967 a 1972.

Fernando Novaes, Michel Debrun); 3) levar a bom termo o projeto dos “Arquivos Presidenciais” em organização no IFCH (Barbosa Lima Sobrinho); 4) manter e expandir, tornado-o regular, o intercâmbio com os estudiosos da história do Brasil em universidades estrangeiras (Carbonell, Michael Hall, Peter Eisenberg *et alii*). (CASTILHO, 2008, p.158)

Em nossas pesquisas sobre a atuação ou contratação dos docentes citados por Castilho para a constituição do Departamento de História, constam a contratação, como prestação de serviços, de José Honório Rodrigues, por curto espaço de tempo, da contratação efetiva de Fernando Novaes, Carlos Guilherme da Mota, Michel Debrun, Michael Hall, Peter Eisenberg e Paulo de Moraes Sarmiento Pinheiro.

O que nos chama a atenção para esse estudo é a preocupação com um projeto de formação de Arquivos Presidenciais já na base da constituição do Instituto, incluindo espaço no projeto em seu próprio prédio e o desenvolvimento de um plano de atuação junto aos detentores dos acervos. Segundo Fausto Castilho:

reservei um lugar em que se construiria o cofre de aço, análogo às casas-fortes dos bancos, para alojar os Arquivos, a partir de 1973, quando o próprio, Barbosa Lima, passaria a integrar em caráter definitivo o corpo docente do instituto. O plano de atuação junto aos detentores dos acervos foi preparado, para lhes mostrar a conveniência, sob todos os pontos de vista, não somente de se ter aquela documentação cientificamente trabalhada, mas também de lhe garantir o acesso e a consulta aos pesquisadores nacionais e do exterior. (idem, p.160-161)

Não consta, todavia, em nossas pesquisas documentais, a implementação dos “Arquivos Presidenciais” no Instituto, bem como a contratação do historiador Barbosa Lima Sobrinho, conforme previsto por Castilho. A contratação do historiador José Honório Rodrigues era para exercer a disciplina de História Moderna e Contemporânea e para contribuir com a sua “comprovada experiência em matéria de documentação histórica brasileira” na implantação do Centro de Documentação para Estudos Brasileiros, cujo projeto tinha sido elaborado por Fernando Novaes, Carlos Guilherme Mota, Michael Hall, e Paulo de Moraes Sarmiento Pinheiro, e que também não consta sua implantação formal em processos da Universidade²³.

²³ UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-2216/1971 - Contratação de José Honório Rodrigues.

Em 1974, foi criado o Arquivo Edgard Leuenroth²⁴, um arquivo que reúne documentos de dissidentes políticos, em plena ditadura militar. Cláudio Batalha, diretor do Arquivo durante o período de 1989 a 1993, relata como isso aconteceu:

Em 1974, quando a ditadura militar parecia fadada a perdurar ainda por muitos anos, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) comprou da família do militante anarquista Edgard Leuenroth, a coleção de periódicos, documentos e livros que estes reunira pacientemente ao longo de sua vida. Fato bastante insólito para a época, uma universidade pública comprando documentos que normalmente teriam sido destruídos ou destinados aos porões da polícia. Mais insólito ainda foi que com essa compra teve início um arquivo de história social centrado, nos primeiros tempos, na documentação referente ao movimento operário e às correntes de esquerda. É bem verdade que o Arquivo Edgard Leuenroth funcionou de forma quase clandestina por mais de dez anos, abrigado, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, sem qualquer existência formal no organograma da Universidade. Ao mesmo tempo, os financiamentos oficiais que o beneficiaram destinavam-se a projetos cujas denominações nem sempre traduziam a dimensão da proposta e seus objetivos, como o projeto “Fontes para a História da Industrialização” financiado pelo Ministério da Indústria de Comércio em pleno Governo Geisel.

Entretanto, não foi apenas a sorte que permitiu a sobrevivência do AEL sob a ditadura, mas, antes de tudo, o empenho do grupo de professores que o cuidou, tendo a frente Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, além da clarividência dos então dirigentes da UNICAMP e dos responsáveis pelos órgãos de financiamento à pesquisa.” (BATALHA, 1992, p.161)

Implementando assim, um núcleo que se transformou em Centro de Pesquisa e Documentação Social, em 1985, durante o processo de institucionalização. Criado com os objetivos de “desenvolver atividades de pesquisa e documentação social, particularmente no campo da história e da sociologia do trabalho, dos movimentos sociais e da história do pensamento político e social, e da história da cultura”. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 043/2001, de 29 de junho de 2000)

No ofício encaminhado à Reitoria, pelo então diretor adjunto do Instituto, Edgard Salvadori De Decca, se nota a sua importância:

Aproveitando o momento histórico, sem precedentes no País, da instalação da Nova República, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, núcleo de resistência democrática durante os duros anos de autoritarismo político, considera inadiável o ato de institucionalização do Arquivo Edgard Leuenroth.

²⁴ Um projeto de organização do arquivo Edgard Leuenroth, informa que o acervo foi comprado com o apoio da FAPESP (Projeto de Aquisição do Arquivo Edgard Leuenroth). UNICAMP. Reitoria. Processo nº 4620/77, fl.3.

Fruto do trabalho de professores e pesquisadores do IFCH, o Arquivo Edgard Leuenroth, desde seu início, em 1976, angariou a simpatia e o empenho de estudiosos do Brasil e do exterior desde os tempos do saudoso Zeferino Vaz, que compreendeu com acuidade o alcance da preservação da memória da resistência política no Brasil, durante os difíceis anos de obscurantismo cultural [...]

Com o advento de novas perspectivas na política brasileira, o ato de institucionalização de um dos maiores patrimônios da memória nacional visa inserir a nossa Universidade no projeto de inauguração dos novos tempos. (UNICAMP. IFCH. Ofício n. 127/85 de 19 de março de 1985 – UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-2729/85).

Outro acervo de documentos que já era alvo de interesse da universidade, desde 1978, era o do Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas. A pretensão foi justificada em correspondência de Zeferino Vaz. Instruído pelo professor José Roberto do Amaral Lapa, do Departamento de História, também do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que já havia feito um exame preliminar na documentação, como coordenador do curso de mestrado do IFCH, diz esse documento:

[...] aqueles documentos constituem um acervo que recolhe informações não só sobre uma área pouco estudada de nosso Estado – a região chamada de Oeste Velho – como também essenciais para o conhecimento, interpretação e explicações científicas de questões ligadas à estrutura fundiária, estrutura da população, camadas sociais (escravos, trabalhadores nacionais, imigrantes, classes médias e a aristocracia cafeeira), movimento abolicionista, ideologia política (movimento republicano), estilo de vida da sociedade do século XIX (higiene, lazer, ocupações, costumes etc.) grande lavoura de exportação etc. (UNICAMP. Reitoria. Processo nº 3685/84, fl. 04).

A intenção do professor Lapa já naquela época era constituir um centro de documentação, e no mesmo documento que trata do acervo do Tribunal de Justiça, destaca:

Essas fontes primárias para a História, uma vez incorporadas à UNICAMP, comporiam o núcleo central de uma MEMÓRIA HISTÓRICA PAULISTA, num Centro de Documentação que pela sua natureza deverá ser organizado, classificado e gerido pelo Conjunto de História, servindo, entretanto, como material básico para os trabalhos de docência e pesquisa, que se desenvolvem particularmente no nosso Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, mas também para as demais unidades universitárias (UNICAMP. Reitoria. Processo nº 3685/84, fl. 04).

Quase uma década depois, em 1985, o professor Lapa, com o apoio de um grupo de professores do Departamento de História como Héctor Herman Bruit, Ademir Gebara, Robert Wayne Andrew Slenes, criou o Centro de Memória – UNICAMP, como órgão interdisciplinar destinado a promover estudos e pesquisas a partir de fundos documentais e de bibliotecas especializadas²⁵. (UNICAMP, Portaria GR nº 162/1985).

Antes mesmo da criação do Centro de Memória um conjunto de documentos do Tribunal de Justiça, que compreendia processos referentes aos séculos XVIII ao XX (década de 1940), foi recebido pela UNICAMP para preservação, tratamento e acesso, em regime de comodato, em 1984, constituindo-se no primeiro núcleo documental da Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural, que mais tarde se transformou no Arquivo Central da UNICAMP, sendo transferido posteriormente ao Centro de Memória²⁶.

Ainda na mesma década, outro acervo, alvo de discussões para a constituição de um espaço específico na universidade era o de professor Zeferino Vaz, reitor responsável pela instalação da universidade, durante o período de 1965 a 1978, falecido em 1981.

A preocupação com o acervo de Zeferino Vaz extrapolava o ambiente da universidade. Um processo, encontrado no acervo do Arquivo Central, se refere à intenção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de realizar um projeto de reunião, organização, sistematização e parcial publicação do acervo deixado por Zeferino Vaz²⁷, em correspondência de março de 1981, de seu presidente Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, ao reitor Plínio Alves de Moraes²⁸. Ao documento principal estavam anexados: uma cópia de uma matéria da Folha de São Paulo, não assinada, intitulada “Universidade brasileira pode perder parte de sua história” em que alertava:

²⁵ O nome Centro de Memória - UNICAMP gerou certo conflito de entendimento entre os papéis do próprio centro e da Divisão de Documentação relativo a memória da universidade.

²⁶ UNICAMP. Reitoria. Processo nº 3685/1984. Convênio UEC/Tribunal de Justiça do Estado//Direção Fórum Campinas/Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo para Organização do Arquivo Central da Câmara de Campinas. 11 de junho de 1984.

²⁷ UNICAMP. Reitoria. Processo nº 1604/1981. Projeto de reunião, organização, sistematização e parcial publicação do acervo deixado por Zeferino Vaz, entre a UEC e o CNPq. 03 de abril de 1981.

²⁸ Plínio Alves de Moraes foi reitor durante o período de 1978 a 1982

Diversos trabalhos esparsos, notas e reflexões escritas ao longo dos anos pelo professor Zeferino Vaz estão ameaçadas de ser desmembradas, extraviadas, até se perderem definitivamente no tempo, impedindo a composição de um importante capítulo da História da Universidade Brasileira. A advertência está sendo lançada por um admirador e antigo colaborador do ex-reitor da UNICAMP, Guido Ivan de Carvalho, consultor educacional que integrou o corpo de especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA). [...] Com a morte do reitor honorário da UNICAMP, o professor Guido Ivan teme que todo o acervo de documentos deixados por Vaz acabe se perdendo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 3 de março de 1981. UNICAMP. Processo nº 1604/81, fl.8)

Anexado a esse processo há parecer de um consultor jurídico que recomenda a preservação do acervo, “alertar a Universidade de Campinas a respeito da aplicação da Lei nº 5471, de 09 de julho de 1968, que proíbe a exportação de biblioteca e acervos documentais, recomendando providências para a preservação do documentário de Zeferino Vaz”. (idem, fl. 9)

Não havendo maiores explicações neste documento sobre os motivos da preocupação, o reitor responde, em abril do mesmo ano que “dentro das possibilidades cooperará para o êxito de tal iniciativa, facilitando a consulta a seus documentos, na medida em que os mesmos possam contribuir para o bom resultado da pesquisa”. (idem, fl. 11)

Em julho, outro processo dá conta da intenção de doação do arquivo de Zeferino Vaz pela família, em carta assinada pela esposa e seus três filhos, aceita por unanimidade pelo Conselho Diretor, em sessão realizada a 30 de junho de 1981.

O assunto foi retomado em julho do ano seguinte, já pelo reitor José Aristodemo Pinotti, que constitui comissão para coordenar os trabalhos de levantamento do acervo do Professor Zeferino Vaz²⁹.

A comissão formada por Zuahir Warwar (Administração), Guido Ivan de Carvalho (Procuradoria Geral), Paulo de Toledo Artigas e Crodowaldo Pavan (ambos do Instituto de Biologia) realizou levantamento dos documentos que se encontravam em sala do Prédio da Reitoria, incluindo os documentos enviados pela família, por doação e propôs a construção de um Memorial “Zeferino Vaz” e a criação de um Centro de Altos Estudos da Universidade considerando que as instituições de fomento, como FAPESP, CAPES,

²⁹ José Aristodemo Pinotti foi reitor durante o período de 1982 a 1986

CNPq e FINEP, poderiam apoiar o projeto. (UNICAMP. Reitoria. Processo 01-P 5284/82)

O Centro de Altos Estudos não foi instalado, entretanto, o acervo de Zeferino reunido pela família, constituía-se por documentos de seu escritório pessoal, os documentos acumulados em sua sala na Universidade de São Paulo e mesmo os de sua sala na UNICAMP, considerados particulares, foi recebido em 1984 pela Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural, em fase de instalação. Foi incorporado também o arquivo de seu gabinete, que era mantido em sala no Prédio da Reitoria, inclusive o mobiliário e demais objetos. Esse acervo acabou constituindo-se no núcleo definidor do papel dessa Divisão, ou seja, preservar documentos da própria UNICAMP, ou que se relacione a ela, e no futuro do Arquivo Central e do Sistema. O arquivo constitua-se em grande parte por documentos da UNICAMP, provenientes do Gabinete do Reitor e do Conselho Universitário. (UNICAMP. Reitoria. Processo 01-P 3311/1981 – Doação do Acervo do Professor Zeferino Vaz – Abertura: 03 jul. 1981).

Ainda na mesma década foi criado o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio, ligado ao Instituto de Estudos da Linguagem, em 1986, voltado para os campos da literatura cultural e da linguística.

Esta prática da constituição de centros de documentação não era inédita no Brasil pelo menos três centros já eram referência naquela época e provavelmente inspiradores dos projetos da UNICAMP: o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, o Centro de Documentação em História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e o Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, ambos no Rio de Janeiro. Esses espaços recebiam estagiários, ofereciam cursos e promoviam eventos da área³⁰.

³⁰ O Arquivo do IEB surgiu em 1968, integrado à Biblioteca. A partir de 1974, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, o crescimento do acervo motivou sua criação como setor independente, com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar o acervo documental. (<http://www.ieb.usp.br> – acesso 10 set. 2011); O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. (<http://cpdoc.fgv.br> - acesso 10 set.2011); A Fundação Casa de Rui Barbosa, a Casa de Rui Barbosa, tem sua origem no museu-biblioteca instituído em 1928 pelo presidente Washington Luís. (<http://www.casaruibarbosa.gov.br> - acesso 10 set.2011)

1.3 A Institucionalização da UNICAMP

Desse modo, a universidade viu florescer várias iniciativas de preservação documental e a construção de vários espaços de memória e neste contexto se deu a criação do Arquivo Central. Primeiramente, como Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural, no âmbito do desenvolvimento de projeto de modernização das bibliotecas da UNICAMP. Divisão que de alguma forma viria resolver o problema do tratamento dos documentos das bibliotecas.

Esse projeto inseria-se num programa maior da universidade o de sua institucionalização, iniciado em 1982, na gestão do Professor José Aristodemo Pinotti, que pretendia terminar a implantação da universidade. Um programa que foi preparado em função de reivindicações de vários setores da universidade, tais como reformulações da gestão universitária e nas estruturas de poder, na melhoria do ensino, da pesquisa.

À época a universidade possuía 1523 professores, 2950 funcionários e cerca de 15 mil alunos e funcionavam 14 unidades de ensino e pesquisa, tendo como órgãos deliberativos o Conselho Diretor, as Congregações, sem, no entanto, haver representatividade de todos os setores da universidade. Esse era um problema de ordem interna que precisava ser resolvido, entre outros relacionados à centralização da gestão universitária, a inexistência de carreira para os docentes e de normas para a contratação de docentes e de técnicos-administrativos, problemas salariais, infraestrutura deficitária e a necessidade de reorganização do ensino e incentivo às pesquisas³¹. (UNICAMP. Relatório da Gestão José Aristodemo Pinotti 1982-1986, Arquivo Central/SIARQ, Fundo UNICAMP/Grupo Gabinete do Reitor, Gestão José Aristodemo Pinotti)

A falta de autonomia administrativa e didático-científica da universidade também se mostrava como um enorme problema, dada a dependência ao governo estadual e suas tendências políticas e partidárias, o que provocava instabilidade ao seu

³¹ O Conselho Diretor era formado pelo Reitor, seu Presidente nato; Vice-Reitor; Coordenador Geral da Universidade; Coordenador Geral dos Institutos; Coordenador Geral das Faculdades; Diretores dos Institutos; Diretores das Faculdades; e pela representação estudantil. O Conselho Universitário estava previsto nos Estatutos baixados pelo Decreto No. 52.255 de 30.07.69, mas ainda não estava instalado.

funcionamento; esse talvez fosse o ponto principal a ser resolvido. Para Paulo Renato Costa Souza³² no documento “Linhas básicas para o desenvolvimento da UNICAMP” [1982], no capítulo correspondente ao “Desenvolvimento Institucional:

A crise gerada dentro da UNICAMP não foi causada imediatamente pelo anacronismo estatutário em relação à realidade da universidade e pela situação de extrema transitoriedade de suas instituições e da situação funcional do corpo docente. Não obstante, dificilmente poderá negar-se que esses problemas ofereceram um adequado contexto para que uma crise eminentemente política ganhasse dimensões descabidas. Isto revela que problemas de institucionalização e de definição de regras mínimas de convivência interna devam ser postos na ordem do dia para discussão e deliberação. (SOUZA, [1982])³³

Além disso, havia problemas também na administração da universidade que requeriam mudanças. Lima (1989), nas conclusões de seus estudos sobre a administração da UNICAMP no período de sua construção, entre 1967 a 1978, ressalta o que considerou elementos negativos enraizados na cultura organizacional:

- a excessiva centralização de autoridade e poder, que faz com que o processo decisório necessite sempre de um “déspota esclarecido” e retira dos escalões intermediários a capacidade de tomar iniciativas e assumir responsabilidades;
- a baixíssima participação efetiva dos professores e pesquisadores na administração universitária e nas instâncias decisórias superiores, assumindo parcelas crescentes de poder com base no mérito acadêmico e profissional;
- a baixa qualificação profissional das pessoas que atuam na administração acadêmica;
- a ausência de uma organização burocrática no “modelo racional-legal” do tipo “weberiano” mesclada com elementos políticos de participação democrática, como instrumento de combate à “burocratização” (p.155)

[...]

O que “se passou foi que a “cultura organizacional” que se desenvolveu e se cristalizou na organização burocrática da UNICAMP foi pouco ou nada inovadora, posto que assentava no mais arcaico estilo de administração pública brasileira. Com efeito, ao lado da vida acadêmica progressista quanto às

³² Professor do Instituto de Economia; Presidente da Associação dos Docentes da UNICAMP, durante o período de (10/1979 a 11/1981); Reitor no período de 1986 a 1990; Coordenador da Assessoria de Desenvolvimento Universitário encarregada pelos projetos de modernização da universidade (1982-1985), por meio da formação de inúmeras comissões, incluindo do Acervo Zeferino Vaz e de Bibliotecas.

³³ Este documento foi entregue pelo professor Geraldo Di Giovanni para ser incorporado ao Arquivo da Unicamp, em que esclarece: “O documento foi produzido pelo Paulo Renato no início de abril de 1982 e era uma espécie de guia para a gestão Pinotti e para as que se seguiriam [...] O grande tema era a institucionalização e a reforma administrativa.

atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, desenvolveu-se uma burocracia pública com características estagnantes. A excessiva centralização decisória eliminou da vida organizacional o estímulo à assunção de responsabilidades gerenciais, gerando um total descompromisso com os objetivos da organização por parte de quantos ocupem funções supostamente decisórias, as clássicas funções de chefia. (LIMA, 1989, p.108)

Esse descontentamento provocou movimentos no meio universitário, que acabaram eclodindo, em 1981, em greves e manifestações contra o governo estadual e a própria administração da universidade, coincidindo com a troca de reitores. As associações de docentes (ADUNICAMP) e de funcionários (ASSUC) atuaram na liderança desses movimentos.

O contexto nacional favorecia esses debates devido ao processo de abertura e de reorganização da sociedade civil, com a preparação da saída do regime militar do poder e a indicação do general João Batista de Oliveira Figueiredo para presidente da República; a anistia beneficiava os exilados políticos, que voltavam ao País; formavam-se os partidos políticos e terminava o sistema bipartidário e no Estado de São Paulo era indicado governador Paulo Salim Maluf, por via indireta. (ADUNICAMP, 2002)

Conforme entrevista de Paulo Renato Costa Souza, constante da publicação comemorativa aos 25 anos da ADUNICAMP, a greve foi o maior enfrentamento entre funcionalismo e governo, desde o golpe de 1964. (ADUNICAMP, 2002)

Consta ainda desta mesma publicação da ADUNICAMP:

Em 1981, o Conselho Diretor, o predecessor do Conselho Universitário, que só viria a se instalar em 1987, fixou regras para a formação de uma lista sêxtupla, de nomes de candidatos à reitoria, que deveria ser apresentada ao governador do Estado [...]

Instalou-se na Universidade um clima desconhecido até então. No regime de cátedra, mesmo sob a democracia pré-1964, a escolha do reitor era coisa intramuros, reservada a uma fração mínima da universidade, que estaria, por estatuto, especialmente habilitada tanto para o exercício da reitoria como para a escolha do nome do dirigente máximo. Era coisa para os catedráticos, de cujas decisões mal sabiam os outros docentes. Os alunos e funcionários? Nem pensar. Era um *dado* do problema que a condução da Universidade não era assunto para eles.

Um fato político novo surpreendeu a comunidade: centenas de estudantes e funcionários se aglomeraram em assembléias, para ouvir o que os candidatos a reitor tinham a dizer sobre sua futura gestão. Mesmo com o benefício de 20 anos de distanciamento, é obrigatório constatar que se tratava de uma mudança radical. De um momento para outro, a Universidade via a si mesma como comunidade, engajada na escolha de um dirigente que teria não apenas a

função de representar perante o Estado e a sociedade, mas também a obrigação de conduzir uma reflexão sobre o lugar da Universidade (e de sua comunidade) como parte de um país. É bom ter sempre presente que isso não aconteceu por acaso. Desde algum tempo, docente, estudantes e funcionários vinham se mobilizando. (p. 13)

Durante esse processo de consulta à comunidade houve uma intervenção por parte do governo do Estado no Conselho Diretor, resultando na destituição de cinco conselheiros e oito diretores de unidades³⁴ que foram substituídos por professores da universidade e de outras universidades, e na demissão de trabalhadores técnico-administrativos. “Um arbítrio sem precedentes na universidade brasileira” (ADUNICAMP, 2002, p. 14). Houve protestos e revolta pelo campus, alunos, funcionários e docentes impediram ou tornaram impossível a posse dos interventores, uns acabaram desistindo e outros cumpriram formalidades. O período era de substituição do reitor professor Plínio Alves de Moraes (reitor durante o período de 1978 a 1981) e a manobra do governo para favorecer a indicação de candidatos de seu interesse. Dezesete professores se candidataram à cadeira do reitor e para isso as associações organizaram debates e a comunidade passou a exigir o direito de escolha para a composição da lista sêxtupla que deveria ser validada pelo Conselho Diretor para encaminhamento ao governador.

A justificativa para a substituição dos professores era a falta de titulação para ocupação do cargo (antes não exigida, mesmo constando dos Estatutos) e para os funcionários a indisciplina ocorrida durante as greves.

Após muita pressão da comunidade os interventores demitiram-se ou foram exonerados.³⁵

³⁴ Professores demitidos Maurício Prattes de Campos Filho - Diretor da Faculdade de Engenharia, Aécio Pereira Chagas - Diretor do Instituto de Química; Carlos Franchi - Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem; Prof. André Maria Pompeo Villalobos - Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ayda Ignez Arruda - Diretora do Instituto de Matemática e Ciências da Computação, Carlos Alfredo Arguello - Diretor do Instituto de Física, Prof. Eduardo Oscar de Campos Chaves - Diretor da Faculdade de Educação.

³⁵ Os professores interventores: Prof. Antônio Soares Amora – Professor de Literatura Portuguesa - para a direção do IEL; Prof. Eduardo Daruge - dentista - para a direção da FE; Prof. Frederico Pimentel Gomes - para a direção do IMECC; Prof. Paulo de Toledo Artigas - biólogo - para a direção do IFCH; Prof. Geraldo Claret de Mello Ayres - para a direção do IQ; Prof. Shigeo Watanabe - físico - para a direção do IF; Prof. Eduardo Corona - para a direção da FEC; Prof. Antônio Almeida Prado - para a direção do IA.



Figura 4 – Interventor sendo expulso por alunos e professores quando da tentativa de tomar posse do Instituto de Matemática e Ciência da Computação em 1981. . Acervo Arquivo Central/SIARQ doação de João Frederico da Costa Azevedo Meyer, “Joni”, ex-aluno e atual docente do IMECC, em 1996.

Para concluir, institucionalizar a universidade significava fortalecer seus estatutos, criar instituições sólidas, com a reformulação das congregações nas unidades, definir a carreira dos docentes e funcionários e instalar o Conselho Universitário. Em 1982 Franco Montoro assumiu o governo e as ações foram um pouco mais favorecidas. (ADUNICAMP, 2002)

Como vimos, a Reitoria que assumiu a missão de administrar a UNICAMP tinha vários desafios. José Aristodemo Pinotti, professor da Faculdade de Ciências Médicas, teve que ajustar a estrutura de poder da universidade, a fim de contentar todos os grupos que, mesmo em conflito, desejavam uma universidade mais democrática.

Implantou-se na Reitoria uma dinâmica de trabalho que envolvia uma infinidade de comissões junto ao próprio Gabinete do Reitor. Para isso instituiu, em 1982, uma assessoria coordenadora dos projetos, denominada Assessoria de Desenvolvimento Universitário (ADU)^{36, 37}.

³⁶ UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº17/82, de 20.04.1982. (funcionou até 1986, a coordenação foi assumida pelos professores Geraldo Di Giovanni e Irineu Ribeiro, também do IFCH, substituindo os primeiros coordenadores)

³⁷ A Portaria GR-017/1982, de 20/04/1982, institui junto ao Gabinete do Reitor as Assessorias Técnicas Especializadas nas áreas de Ensino; Pesquisa; Extensão; Desenvolvimento Universitário.

A ADU coordenada por Paulo Renato Costa Souza e Claudio Salm³⁸, ambos do então Departamento de Economia do IFCH, tinha as atribuições de:

- efetuar a ligação entre os resultados dos estudos, trabalhos, projetos e conclusões produzidos pelas diversas comissões, núcleos e assessorias criadas junto ao Gabinete do Reitor e a sua efetiva implementação em termos de desenvolvimento universitário;
- facilitar o encaminhamento de necessidades de apoio administrativo aos mencionados organismos e preparar relatórios periódicos sobre as atividades referentes ao desenvolvimento universitário”. sob a coordenação dos professores. (UNICAMP.Ofício ADU nº 44 de 1982

A Assessoria acabou assumindo a constituição de centros e núcleos interdisciplinares de pesquisa, estimulando, num primeiro momento, a criação dos centros e núcleos e depois emitindo pareceres sobre a criação desse tipo de unidade, se encarregando inclusive por sua instalação e manutenção. Além disso, juntamente com a Coordenadoria Geral dos Institutos, Coordenadoria Geral das Faculdades e Coordenadoria Geral da Universidade, coordenava comissões e projetos especiais. Observa-se em seus primeiros relatórios de prestação de contas ao Reitor e ao Conselho Diretor a citação da constituição de 4 assessorias, 12 núcleos, 2 projetos especiais e 16 comissões, em menos de um ano de atuação. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. ADU. Ofício ADU nº 44 de 1982 e Ofício ADU 12/83 de 14 de janeiro de 1983.)

Nota-se que entre essas comissões figuravam um especial interesse para o estudo de acervos, especialmente a Comissão de Bibliotecas, a Comissão Acervo Zeferino Vaz e a Comissão Sérgio Buarque de Holanda, sob as coordenações, respectivamente, dos professores Ataliba Teixeira de Castilho (Instituto de Estudos da Linguagem), Paulo de Toledo Artigas (Instituto de Biologia) e José Roberto do Amaral Lapa (IFCH).

A efervescência dessa década pode ser observada na leitura do Guia de fundos do próprio Arquivo Central que apresenta a descrição de 77 órgãos instalados entre 1982 e 1989. Alguns já figuravam nos estatutos da universidade, aprovados em 1969 como, por exemplo, Biblioteca Central, Editora, Centro de Informação e Difusão

³⁸ Claudio Leopoldo Salm, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. (1983-1988).

Cultural, Conselho Universitário. Enquanto que outros foram criados, em sua maioria, centros e núcleos interdisciplinares de pesquisa.

Nesse clima interno desenvolveram-se os projetos para criação do sistema de biblioteca da universidade e logo em seguida do sistema de arquivos, vindo ao encontro de iniciativas de elaboração de políticas de gestão e de preservação documental no âmbito governamental.

1.4 Criação da Divisão de Documentação

A criação da Divisão de Documentação se deu no contexto do desenvolvimento do projeto de modernização das bibliotecas da universidade, em 1982, que culminou com a estruturação de uma área destinada a trabalhar com a memória da universidade, ou seja, o Arquivo Central do Sistema de Arquivos.

Para iniciar a descrição dessa trajetória, recorreremos à entrevista de seu fundador, o Professor Ataliba Teixeira de Castilho.³⁹ Inspirado em suas experiências em universidades americanas, especialmente na Universidade do Texas, onde tinha trabalhado em 1970 e pesquisado em 1981, o professor propôs melhorias nas bibliotecas da UNICAMP e acabou sendo nomeado para desenvolver o projeto de reformas das bibliotecas. Nas palavras do professor Ataliba Teixeira de Castilho:

Bom, ora, eu estava, nesse primeiro semestre, voltando à universidade onde eu tinha lecionado, e fiquei estupefato, porque quando eu estava lá, já tinha uma grande biblioteca latinoamericana e tinha biblioteca central! A biblioteca central tinha 5 milhões de livros e volumes. E quando eu voltei, eles tinham, no pequeno espaço de onze anos, fundado uma outra biblioteca, muito maior e melhor, que era a Perry-Castañeda. Tinham feito um prédio estupendo! E, foi a primeira vez que eu pude consultar livros em uma biblioteca muito moderna, muito ativa, muito interessante e, até muito bonita! Cada andar tinha uma decoração diferente prá você não ficar enfasiado, porque as pessoas passam dia e até noite, porque não fecha.

[...] e quando a gente volta para a UNICAMP, é incrível, como uma universidade tão agressiva como essa, tão bem colocada, tem tratado tão mal

³⁹ Ataliba Teixeira de Castilho foi professor titular do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP, tendo atuado nesta instituição durante o período de 1975 e 1995; foi também professor da Universidade de São Paulo (USP) (1996-2005) e da Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Marília (1961-1975), atualmente unidade da Unesp, Na UNICAMP organizou o Sistema de Bibliotecas e o Sistema de Arquivos.

as suas bibliotecas, não é nada sistematizado, não existe a biblioteca central! [...]

E sabe que imediatamente o Pinotti me chamou ao gabinete, e eu não conhecia o reitor [...]. Cheguei lá ele falou: olha o Lane me contou que você está falando por aí que o nosso sistema, a nossa biblioteca, que é o nosso calcanhar de Aquiles, o negócio é mal organizado, mal administrado e eu quero saber: o que você tem? Que proposta você tem? Eu disse, a gente pode fazer um diagnóstico. Ele falou: Escuta eu sou médico, você está falando com um médico e eu estou enjoado de diagnóstico, porque aqui nessas gavetas (inaudível) está cheio de diagnósticos!... Eu quero a terapêutica! Você tem que me dizer, como resolver o problema, chega de diagnóstico!

Eu falei: bom, em primeiro lugar precisa ter alguém muito bem colocado na área, uma bibliotecária com experiência de sistematização, porque o que falta aqui é sistematização! Em cada biblioteca tinha uma política isolada, sabe, assinatura de revista, resolvia-se tudo com o reitor. [...] Então você tinha revista duplicada, enfim era totalmente desarticulada, não tinha uma política sistemática.

(Trechos de entrevista concedida por Castilho à Eva Cristina Leite da Silva, por ocasião de seu trabalho na disciplina de História Oral do curso de Especialização em Organização Arquivos. UNICAMP. Faculdade de Educação. 1999).

Em decorrência disso o Reitor criou duas comissões, sendo uma para diagnosticar (embora ele tivesse dito que não queria diagnósticos) e outra para executar as soluções e propostas de ações levantadas.

Em 29 de julho de 1982, a Portaria GR nº 54/82 formaliza a primeira comissão com a finalidade de estudar e diagnosticar a problemática da Biblioteca Central da UNICAMP, propondo soluções consideradas necessárias. Integravam a comissão: Ataliba Teixeira de Castilho (presidente), Mario Jino (professor da Faculdade de Engenharia Elétrica), Eduardo Lane (professor da Faculdade de Ciências Médicas), Maria Alves de Paula Ravaschio (diretora da Biblioteca Central) e Leila Zerlote Mercadante (bibliotecária da Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília)⁴⁰.

Esta comissão trabalhou durante alguns meses e preparou um relatório em que faz um diagnóstico da situação, apontando, entre outros, problemas relacionados à institucionalização da própria biblioteca, ou seja, sua vinculação hierárquica à Diretoria Geral da Administração, a aquisição de livros e periódicos, a infraestrutura para atendimento de usuários e conservação do acervo e sugere a criação da Comissão

⁴⁰ Leila Mercadante foi contratada pela UNICAMP para assessorar o Projeto, a convite do professor Ataliba que já a conhecia da biblioteca da Unesp de Marília, quando foi professor daquela instituição. Em 1985, Leila substituiu a diretora Paula Ravaschio.

Executiva do Projeto Biblioteca, instituída em janeiro de 1983, com as seguintes atribuições:

- I - estudar e propor uma política biblioteconômica para a Universidade;
- II - implementar medidas tendentes ao aprimoramento dos serviços prestados pelo sistema de bibliotecas da Universidade; e,
- III - gerir os recursos orçamentários e financeiros destinados à aquisição de material bibliográfico, cabendo-lhe, inclusive, relatar tecnicamente processos de licitação do setor. (UNICAMP: Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 54/82, de 29 de julho de 1982)

Era uma comissão com amplos poderes de gerenciamento e intervenção nos trabalhos e recursos até então executados. De acordo com as considerações do próprio ato de constituição, essa comissão seria composta de bibliotecários e professores para assessoramento, ligados às áreas de conhecimento versadas na universidade, com o objetivo de apresentar um relatório à Reitoria num prazo de 120 dias.

Além dos Professores Ataliba, Eduardo Lane e das bibliotecárias Leila Mercadante e Paula Ravaschio (da primeira comissão), integraram a Comissão Executiva, o professor Dicesar Lass Fernandez, do Instituto de Matemática, as bibliotecárias Gisela Vicente Azevedo, do Instituto de Física, Marisabel Regina R. do Amaral, da Faculdade de Ciências Médicas, Sonia Terezinha D. G. da Silva, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 14/1983, de 13 de janeiro de 1983. Nomeia a Comissão Executiva do Projeto Biblioteca).

Em 1983, esta comissão elaborou o Plano de Atividades Prioritárias e apontou em seu preâmbulo que a universidade tinha forte ênfase nas atividades de pesquisa e no ensino de pós-graduação, mas que as bibliotecas não haviam acompanhado a contento a dinâmica exigida por estas atividades⁴¹:

Não obstante, há notáveis estreitamentos nos canais onde fluem suas atividades de pesquisa, situação que se agrava à medida que a comunidade acadêmica se aprimora, aumentando conseqüentemente seus níveis de

⁴¹ Documento Plano de Atividade Prioritárias do Fundo UNICAMP. Reitoria. CIDIC. (cópia com anotações manuscritas de Castilho, que aparenta terem sido feitas durante reuniões).

exigência: o sistema (?) de bibliotecas é falho e pouco nítido, não dispomos de um Centro de Documentação Científica, há escassos organismos de pesquisa interdisciplinar, e a programação dos eventos científicos, bem como a difusão, deixam muito a desejar. (CASTILHO, A. 1983, p.1)

Analisando o Plano, a fim de identificarmos a relação das atividades propostas com a criação do Arquivo Central, detectamos um tópico específico sobre a instalação de um Centro de Documentação, voltado para o tratamento de “não livros”, ou seja, a identificação do objeto de trabalho da nova área:

Distintamente destes [livros e periódicos], devem lembrar-se os documentos únicos disponíveis em uma só instituição, os quais merecem um tratamento catalográfico diferenciado. Tais itens são genericamente denominados “não livros”, e compreendem documentos de arquivo (textos manuscritos ou datilografados, recortes de jornais, correspondência ativa ou passiva, relatórios, mapas, atlas, plantas, textos de legislação e normas, convênios, acordos, etc.) e documentos audiovisuais (fotografias, filmes, discos e fitas magnetofônicas, videotapes, etc.). (CASTILHO, A. 1983, p.10)

Ao Centro de Documentação caberia trabalhar com documentos privados que acompanhavam as bibliotecas adquiridas, os documentos de professores, em especial produzidos por participações em associações científicas⁴² e documentos produzidos pela própria universidade, de interesse para a memória científica e história da ciência.

- aquisição de **bibliotecas particulares** e junto dessas correspondências, álbuns de fotografias etc. Como é o caso da Biblioteca Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Cornélio Pena. Documentos relativos a Projetos de Pesquisa e aquisição de arquivos;
- participação de **professores da UNICAMP em diretorias de associações** científicas, em alguns casos, essa participação tem carreado para as unidades de nossa Universidade importantes segmentos de arquivos de sociedades científicas;
- a própria UNICAMP é fonte de produção de muitos documentos de interesse para a **memória científica nacional**. Textos de convênios, projetos em andamento, acordos científicos de cooperação constituem-se em peças vitais para a **História das Ciências** no país. (CASTILHO, A. 1983, p.10, grifo nosso)

⁴² Nesse caso, professor Ataliba traz sua própria experiência como fundador do Grupo de Estudos de Linguística do Estado de São Paulo (1969), fundador da Associação Brasileira de Linguística (1983) e Coordenador do Projeto Nacional da Norma Urbana Culta da Língua Portuguesa - NURC (1969) <http://www.scielo.br/scielo.php>. Estes acervos deram início ao Centro de Documentação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, em 1986.

Outra justificativa para a criação dessa área é a declaração de que *“as grandes bibliotecas universitárias dispõem sempre de uma Divisão de Documentação”* propondo aqui *“a separação da divisão de bibliotecas da divisão de documentação, conquanto interdependentes em sua vinculação mais ampla com a Administração universitária, para evitar duplicidades de serviços, se ocorrer”*. (idem p.11, grifo nosso).

O que chama a atenção é que a comissão, eminentemente formada por bibliotecários, contatou já em 1982 e início de 1983, entidades arquivísticas para propor soluções para os problemas do tratamento da documentação no âmbito da gestão de bibliotecas da universidade. No relatório que compõe o Plano de Atividades apresentado são elencadas as instituições:

- Arquivo Público do Estado de São Paulo, na pessoa de seu diretor professor José Sebastião Witter⁴³;
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas⁴⁴;
- Centro de Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa;
- Associação dos Arquivistas Brasileiros;
- Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, na pessoa de seu diretor, professor José Pedro Esposel;
- Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, sendo responsável pelos arquivos privados a professora Heloisa Liberalli Bellotto;
- Associação Brasileira dos Professores Universitários de História, responsável pelo projeto permanente de levantamentos das fontes primárias da História do Brasil. (idem p.14)

A partir da lista acima podemos traçar um breve cenário das atividades arquivísticas no Brasil, em especial, nas universidades naquela fase da elaboração do projeto. As universidades se movimentavam para a organização de seus próprios arquivos a reboque das instituições públicas de uma forma geral, que vinham definindo políticas de gestão de documentos. Entretanto, o que predominava era a existência de

⁴³ O professor José Sebastião Witter, diretor (1977 e 1987) e mais tarde Inês Etienne Romeo, na condição de diretores promoveram encontros de grupos formados por profissionais de diversas áreas para a recuperação do Arquivo Público. Um desses grupos liderado por Heloisa Liberalli Bellotto (professora da Universidade de São Paulo e responsável pelo Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros), Dayse Aparecida de Oliveira (Diretora do Arquivo Municipal de São Paulo), Ana Maria de Almeida Camargo (professora da USP e diretora do Arquivo Municipal de Rio Claro), mais os alunos de História e os funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Participei de reuniões entre 1983 e 1984, enquanto estagiária de Heloisa Liberalli Bellotto no IEB. Em 1984, foi promulgado o Decreto nº 22.789 que instituiu o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

⁴⁴ Cita inclusive a publicação do CPDOC “Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos, de 1980”.

centros de documentação ou centros de memória, voltados para a preservação de documentos privados (ou mesmo públicos) normalmente ligados a temáticas de interesse de determinados grupos de pesquisa. Arquivos universitários, ou seja, aqueles caracterizados por tratarem de documentos produzidos e acumulados pelas próprias universidades ainda não comuns e conhecidos.

Sobre a trajetória dos centros de documentação no Brasil, Célia Reis Camargo elaborou estudos, a partir da década de 1970, apontando que a busca de novos caminhos para a historiografia e a melhoria das condições de desenvolvimento de pesquisa no Brasil, desencadeou um “movimento renovador no campo da documentação” e um “conjunto de ações específicas de proteção e organização do patrimônio documental revelando um intenso movimento em torno da questão cultural e da memória nacional”. (CAMARGO, 2003, p.23-24)

Ainda segundo essa autora “[...] é a partir de 1975 que se pode realmente perceber, sobretudo nas universidades, um movimento de intensidade incomum voltado para a criação de centros de documentação e pesquisa, memória e referência” (CAMARGO, 2003, p.25). Num primeiro plano esses centros especializados voltados a preparar pacotes informativos criando novas mediações entre o pesquisador e suas fontes. Para ela:

Os projetos sistemáticos desenvolvidos no Brasil dos anos 1970 para a implantação de centros como parte da estrutura das nossas universidades, órgãos públicos, empresas e instituições em geral. Partindo do pressuposto de que não se encontram informações prontas, admitindo-se que elas são construídas a partir de diferentes critérios que orientam o manejo de dados, compreende-se por que se tornou estratégico para a produção do conhecimento oferecer informações de qualidade, seja para a ciência, seja para o mundo dos negócios, para a política ou para o turismo, entre tantos exemplos que poderia dar [...]

No campo específico das humanidades e das ciências sociais aplicadas, verifica-se que, desde a década de 1970, várias universidades brasileiras passaram a agir nesse sentido, procurando, assim, resolver problemas característicos de nossa realidade social. O principal deles era que as fontes de pesquisa, necessárias ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos não estavam acessíveis ao pesquisador, seja por ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental, seja por descaso dos poderes públicos e das instituições privadas, seja mesmo, pela falta de recursos humanos capacitados e de recursos financeiros destinados à sua organização e preservação.

[...] alguns centros brasileiros incorporaram ainda a função de zelar pelo patrimônio documental das suas próprias universidades, coordenando seus

sistemas ou redes de arquivos, mananciais de informação social e de registros que constituem a memória técnica dessas instituições. (p.27-28)

Nos estudos realizados por Maria Odila Fonseca (2005) o Arquivo Nacional teve um papel importante, especialmente na década de 1980, no desenvolvimento do projeto de modernização dos arquivos, que conseqüentemente resultou no fortalecimento das instituições arquivísticas públicas. A partir de levantamento da autora, destacamos alguns eventos considerados representativos do projeto e que influenciou o estabelecimento de políticas públicas na área arquivística em todo o Brasil e em particular na própria UNICAMP:

- Criação do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, que estabeleceu uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras, sob a coordenação do Sistema Nacional de Arquivos, que permitiu a realização de cursos de capacitação em âmbito regional, bem como a Conferência Nacional de Arquivos Públicos, importante encontro de reflexão acadêmica e de fortalecimento político para as instituições envolvidas.
- No tocante ao fortalecimento da gestão arquivística, dentro do projeto de reforma democrática do Estado brasileiro em discussão na década de 1980, destaca-se o debate em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros. “Tal lei só foi promulgada em 1991, mas seu debate se estendeu por quase toda a década anterior.
- Cabe mencionar, também, as gestões feitas pelo Arquivo Nacional junto à Assembléia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988, o sentido de introduzir no texto constitucional referências à gestão arquivística em todos os seus níveis. Destes esforços resultou – o que ficou aquém das expectativas – a inclusão do art. 216, § 2º, na nova Constituição: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- ”Merece destaque, também, a presença das instituições arquivísticas nos debates da reforma administrativa federal de 1985, constituindo a Câmara V – Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa – da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (Cepad);
- No que se refere à produção e divulgação do conhecimento arquivístico no Brasil, destaca-se o lançamento da revista *Acervo*, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas e da metodologia de pesquisa histórica, refletindo a produção brasileira nessas duas áreas [...]
- No tocante à qualificação internacional do pensamento arquivístico brasileiro, presença, pela primeira vez, de brasileiros no Congresso internacional de Arquivos e a ocupação na Secretaria Executiva do Conselho Internacional de Arquivos, e a presidência e a vice-presidência da Associação Latino-Americana de Arquivos. (FONSECA, 2005, p.68-72)

No final da década de 1980 e durante a década de 1990 é que os projetos de arquivos de universidades tomaram forma. Observa-se que no I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, organizado pela UNICAMP, houve uma divisão dos trabalhos recebidos em: Arquivos e Centros de Documentação em Universidades - reunindo experiências dos centros de documentação ou arquivos privados custodiados pelas universidades; e Sistemas de Arquivos Universitários – reunindo experiências de “arquivos universitários” propriamente, tendo sido apresentadas experiências da Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual Paulista além da própria UNICAMP. (ATA)

Desse modo a comissão do projeto procurou as instituições de arquivos expoentes na época, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Constam também, nos dossiês folders sobre a biblioteca da Universidade do Texas que tratava de documentos como coleções especiais, e do Arquivo Nacional do Reino Unido.

Diante desse panorama a comissão propôs a instalação de uma Coordenadoria de Difusão Cultural e Científica, contemplando em sua estrutura a Divisão de Bibliotecas, a Divisão de Documentação, a Divisão de Centros de Estudos Interdisciplinares e a Divisão de Difusão Cultural e Científica. O objetivo era aproveitar a existência de um órgão complementar da Reitoria e previsto nos Estatutos, aprovado em 1969 e atualizado em 1980, e nos Regimento Geral da Universidade (aprovado em 1974), e que ainda não fora instalado. Os artigos 11, 57 dos Estatutos ditavam que o Centro de Informação e Difusão Cultural integrava o rol de dos órgãos complementares da Reitoria⁴⁵ regulamentados pelos artigos 25 e 94 dos Regimento, além do 102 que destacamos abaixo por tratar da Biblioteca Central e de serviços de documentação que justificam a instalação do Centro:

Artigo 102 – O Centro de Informação e Difusão Cultural é o órgão de coordenação da Biblioteca Central e sua direção é exercida por um Professor Titular, designado pelo Reitor.

Parágrafo único – subordinam-se ao Centro, além das dependências da Biblioteca Central, os serviços de documentação e difusão cultural e científica, sob todas as suas formas.

⁴⁵ Os demais órgãos complementares eram a Editora, o Centro de Computação, o Centro de Esportes, Centro Recreativo e Social, Cooperativa Escolar e Prefeitura da Cidade Universitária.

A estratégia da comissão alinhava-se ao grande projeto de institucionalização desenvolvido na universidade, que previa a implementação de políticas e mesmo de órgãos previstos nos estatutos e regimentos.

Em setembro de 1983, a comissão preparou um projeto para instalação do Centro que foi apresentado ao Reitor, em forma de minuta de portaria. Delineava-se a estruturação de um Departamento de Informação, com uma divisão de informação científica e os serviços de biblioteca; a Divisão de Cultura, com os serviços de cursos e conferências e os serviços de atividades artísticas; e a Divisão de Divulgação, com os serviços de eventos, serviço internacional e serviços auxiliares. O curioso dessa proposta é que não contempla a divisão de documentação defendida no Plano de Atividades. (UNICAMP. Reitoria. CIDIC. Minuta de Portaria de Instalação do Centro de Informação e Difusão Cultural. In. Processo nº 6150/83. 21 de outubro de 1983. fl. 5.)

As justificativas tratavam novamente da não instalação de um órgão estatutário e que em consequência vinha causando problemas no tocante à realização de atividades de extensão, pela ausência de infraestrutura para interação com a comunidade, na realização de eventos e na prestação de serviços⁴⁶. No caso das bibliotecas o texto explica que:

Vinculou-se a Biblioteca Central à DGA⁴⁷ e as Bibliotecas Seccionais às Diretorias das respectivas unidades, tanto para decisões administrativas quanto para normas técnicas de serviço. Essa “promiscuidade administrativa” - *sit venia verbo* – fez abortar o surgimento de uma política bibliotecária em nossa Universidade e atrasou consideravelmente a integração dos serviços num sistema coerente, econômico e eficiente. Quando se fala hoje em UNICAMP pensa-se em tudo, menos em biblioteca, e esse é o nosso calcanhar de Aquiles. (Justificativa anexada à minuta de Portaria de instalação do Centro de Informação e Difusão Cultural, presumidamente elaborada por Ataliba Teixeira de Castilho). (UNICAMP. Processo 01 P-6150/83, fl.8)

Portanto, na proposta, o Centro se encarregaria dos trabalhos da biblioteca, da cultura e da divulgação, estas últimas ligadas à extensão e que “em seu conjunto o centro configura um órgão semelhante à Coordenadoria de Ação Cultural (CODAP) da

⁴⁶ Justificativa que acompanha a proposta de estrutura (organograma e minuta anexada ao parecer emitido por Guido Ivan de Carvalho, que sugere reformulação no ato). UNICAMP. Processo 01 P-6150/83, fl.5-12

⁴⁷ Diretoria Geral da Universidade (DGA), órgão complementar para execução e coordenação de atividades administrativas (patrimônio, finanças, recursos humanos e infraestrutura do campus)

USP e às Pró-Reitorias de Extensão das Universidades Federais”. (UNICAMP. Processo 01 P-6150/1983, fl.2, grifo nosso) Rocha/Redação

A minuta foi alvo de negociações e teve que sofrer reformulações, é o que sugere o parecer do Procurador Geral, Guido Ivan de Carvalho, encaminhado ao Professor Pinotti, em que diz “[...] após o estudo da matéria e as explicações que ministrei ao Prof. Ataliba no tocante à conveniência de reformulação do ato, e tendo em vista a concordância de S. Sa. cabe-me submeter à elevada consideração de V. Maga. o projeto de Portaria em anexo”. (UNICAMP. Reitoria. Procuradoria Geral. Informação PG nº 278/73. Processo 01 P-6150/83, fl.4.)

Essa portaria refeita foi aprovada pelo reitor, com enxugamento de suas pretensões, estabelecendo o prazo de 60 dias para o encaminhamento do relatório sobre sua instalação com a relação dos órgãos, a sua estrutura, bem como a sua articulação com os demais órgãos da UNICAMP até então comprometidos com a informação e a difusão cultural e científica.

Em outubro de 1983, foi instalado portanto, o Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC), por meio da Portaria GR nº 290/1983, de 04 de outubro, como órgão complementar subordinado à Reitoria, conforme previsto nos Estatutos da Universidade. O professor Ataliba Teixeira de Castilho foi designado coordenador, em 27 de outubro, com a responsabilidade de implementá-lo e definir suas estruturas e funcionamento. (UNICAMP. Reitoria. CIDIC. Ofício CIDIC nº 01/1983. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/83, fl.17)

Vinculavam-se ao Centro a Biblioteca Central, os serviços de documentação e os serviços de difusão cultural e científica. De fato, a Biblioteca Central era o único órgão existente, os demais careciam de delineamento.

Fica evidenciado neste ato de instalação do CIDIC o fortalecimento da coordenação de bibliotecas e de documentos na estrutura organizacional da universidade, na medida em que se aprova a vinculação desse centro diretamente à Reitoria, como órgão complementar, igualando-se aos demais prestadores de serviços. Por um lado, a Biblioteca Central ganhou em *status* político e acadêmico-administrativo, por outro, ganhou uma subordinação a um Centro e a uma coordenação docente, mas teve resolvido o problema da vinculação da Biblioteca Central à Diretoria Geral da

Administração, focada mais na parte financeira das aquisições, do que propriamente no atendimento aos cursos.

Tratava-se de uma estrutura nova para os moldes das bibliotecas da época. A Biblioteca teria suas atividades administrativas e técnicas tradicionais mantidas, tais como aquisição, catalogação, circulação e atendimento a usuários, entretanto, teria uma associação ao tratamento documental oferecido pela Divisão de Documentação e um serviço de difusão cultural e científica, como novas demandas.

O ato de instalação não definia a estrutura política organizacional, o que ocorreu em dezembro de 1983, com a apresentação de proposta de implementação à Reitoria, com o delineamento das áreas, tais como as definições de competências, organização dos serviços e perfis profissionais. Definiu-se o funcionamento do Departamento de Informação com a Biblioteca Central e o Sistema de Bibliotecas, a Divisão de Documentação e a Divisão Cultural e Científica, incorporando os serviços de assessoramento que consta do Núcleo de Difusão Cultural da Universidade. As inovações ficam por conta da criação do Sistema de Bibliotecas (Biblioteca Central e Bibliotecas Seccionais) e pelo *status* de Departamento dado à Biblioteca, uma dos níveis mais elevados na hierarquia da administração pública estadual, sendo que outras áreas de serviço eram colocadas no nível de divisão.

A proposta de implementação, no entanto, foi rejeitada da forma apresentada, tendo sido parecerista o professor Ubiratam D'Ambrósio, Coordenador Geral dos Institutos, que sugeria problemas com as atividades de difusão cultural, “deve-se levar em conta que em 1983, foram iniciadas uma série de atividades, altamente promissoras e que agora começam a se firmar, e que seriam automaticamente subordinados ao CIDIC”, cita as atividades, por exemplo, dos núcleos interdisciplinares e um serviço de apoio a eventos ligado a Reitoria, e que justificam a seu ver, parecer contrário e a seguinte recomendação:

[...] que as atribuição e coordenação de serviços de Biblioteca e correlatos, tais como microfilmagem do acervo, inclusive acervos especiais, e apenas essas atividades, possam e devam ficar centralizadas em órgão, por exemplo, o CIDIC, mas creio que o enfeixamento de uma diversidade de funções coordenados por um só organismo, conforme proposto no Processo em exame, virá criar uma estrutura paralela à Reitoria extremamente complexa e abrangente, o que poderá conduzir a uma perda da dinâmica que deve

caracterizar a Universidade. Assim sou de parecer contrário à proposta. (UNICAMP. Reitoria. Coordenadoria Geral dos Institutos. Informação de Ubiratan D'Ambrósio, de 21 de dezembro de 1983. In. UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/83, fl. 34, grifo nosso).

De fato, em 1983, havia sido criado o Núcleo de Integração e Difusão Cultural, coordenado pelo professor Raul Tomaz Oliveira do Valle do Instituto de Artes e a Coordenadoria de Eventos, subordinado a Reitoria.

À primeira vista parece ousada a proposta da comissão de bibliotecas de criar uma Divisão Cultural e de Divulgação Científica, compreendendo os serviços de cursos e conferências e os serviços de atividades artísticas e a Divisão de Divulgação, compreendendo os serviços de eventos, serviço internacional e serviços auxiliares.

A ideia parecia interessante e daria ao órgão uma dimensão mais expandida na gestão do conhecimento científico produzido pela universidade e cumpriria o que estava previsto nos Estatutos e Regimentos. Todavia, mediante os conflitos de interesses e a dinâmica estabelecida no momento, com a criação de diversos órgãos na Universidade a comissão refez a proposta, restringindo-se as competências do Centro à gestão bibliográfica, documental e serviços de reprodução.

A administração superior estava reformulando as estruturas da universidade e propunha negociações. Espaços estavam sendo organizados, reorganizados e provavelmente defendidos. O que chama a atenção nestes atos é o cuidado que a administração tomava quando definia uma disposição que propunha a “articulação com os demais órgãos comprometidos com a informação e difusão cultural” e encaminhava as propostas para pareceres. Nesse caso a, proposta do Núcleo do professor Raul do Valle diferia da proposta da Comissão.

Acertados e acomodados os interesses a estruturação do CIDIC foi finalmente aprovada em 16 de janeiro de 1984, pela Portaria GR nº11/84 e se limitou a dois órgãos: Departamento de Informação e Divisão de Documentação. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 11/84, publicada no DOE de 17/01/1984, Dispõe sobre a estrutura do Centro de Informação e Difusão Cultural. In. UNICAMP. Reitoria Processo 01 P-6150/83, fl. 36)

CAPITULO 2 – DE DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÃO A DIFUSÃO CULTURAL A SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP

“Quero dizer-lhes que contei todas estas coisas, que em certo sentido parecem informações de família, para que vocês vejam que não é o acaso que nos põe em contato uns com os outros. São os interesses comuns e, sobretudo, muito trabalho comum. Nada se vai produzir por milagre. Vocês não pensem que isto que vocês estão vivendo aqui, participando dos primeiros momentos da instalação de um sistema universitário de arquivos, é como um número de loteria que vai correr. Não! É questão de trabalhar, de conhecer, de estudar, e também, quero insistir nisto, de escrever”. (CORTES ALONSO, 1991, p. 280)⁴⁸

2.1 Arquivo Central da Divisão de Documentação: um lugar de memória para a UNICAMP

Devido ao foco dessa pesquisa nos deteremos com maior atenção a compreender as diversas fases da estruturação da Divisão de Documentação, até sua implantação definitiva como Arquivo Central encarregada da gestão e preservação de documentos da universidade e que se consolidou como um lugar da sua própria memória. Desse modo, a análise inicia-se pelo seu ato de estruturação, que no fundo, já em 1984, estabeleceu os moldes basilares para a construção do atual sistema de arquivos.

Para entender os argumentos utilizados para a criação desse órgão, encontramos na correspondência de encaminhamento da proposta de estruturação do CIDIC, elaborada pelo professor Ataliba Castilho a seguinte justificativa:

A Divisão de Documentação representará, por seu turno, uma excelente resposta da administração de Vossa Magnificência à **urgente necessidade de**

⁴⁸ Trecho do discurso de encerramento do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, realizado pelo Sistema de Arquivos da UNICAMP, em 1991.

dispensar um tratamento aos documentos históricos, científicos e administrativos já em poder da Universidade, estabelecendo-se ademais, uma rotina que será observada de ora em diante. A implantação da Divisão integrará a UNICAMP entre as **poucas instituições brasileiras** efetivamente preocupadas com a **preservação da memória regional e nacional**.

Como se sabe, os livros e periódicos recolhidos numa biblioteca constituem-se em documentos multiplicados, disponíveis por isso mesmo em outras bibliotecas, e sujeitos a procedimentos de catalogação que atendem a normas internacionais. Já **os documentos de arquivo** e os documentos audiovisuais constituem-se em espécimes únicos, sujeitos a processos catalográficos próprios, a serem elaborados por especialistas com **formação distinta** da dos bibliotecários. (UNICAMP, Processo n.6150/1983, fl. 19-20, grifo nosso)

Desse modo, estabeleceu-se no ato que: à Divisão de Documentação caberia a função de **“enriquecer o acervo documental artístico, científico, tecnológico e administrativo** de que dispõe a Universidade e a comunidade na qual ela se acha inserida, **concorrendo para a preservação da memória regional e nacional”** (Artigo 4º da Portaria GR nº 11/84, grifo nosso), com as seguintes funções:

- I - integrar os **diferentes programas de preservação documental**, estabelecendo convênios com o Município, o Estado e a União;
- II - repertoriar o acervo documental em poder da Universidade, fixando **tabelas de temporalidade**;
- III - assumir a custódia dos **documentos intermediários** e dos **documentos permanentes**; e
- IV - estabelecer com as repartições da Universidade **rotinas** relativas à **preservação dos documentos em fase corrente ou ativa**, fixando prazos e condições para sua incorporação posterior ou descarte. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº11/84)

“Enriquecer o acervo” sugere que a Divisão se propunha a receber novos documentos ao acervo arquivístico já disponível na universidade e num primeiro momento, sob o domínio da Biblioteca Central e demais bibliotecas, como os fundos privados, por exemplo, e outros, a serem captados na própria UNICAMP.

Nas primeiras justificativas para instalar a Divisão, a comissão de bibliotecas tinha um olhar sobre a memória mais voltada para a área científica, que se coadunava com as características do acervo sob a custódia das bibliotecas, particulares ou produzidos pela UNICAMP, como explicitado no Plano de Atividades Prioritárias de 1983 onde se destacava:

A própria UNICAMP é fonte de produção de muitos documentos de interesse para a memória científica nacional. Textos de convênios, projetos em andamento, acordos científicos de cooperação constituem-se em peças vitais para a História das Ciências no país. (CASTILHO, A. 1983, p.10)

No ato de instalação, entretanto, percebe-se uma ampliação neste conceito de memória mais voltado para a História das Ciências, para uma memória institucional mais abrangente, trazendo no bojo a visão do arquivo como um lugar de memória e de gestão e preservação de documentos da universidade.

Concorrer para a preservação da memória regional e nacional também parecia um mote ajustado à época, pois desde a década de 1970 se estabeleciam projetos de políticas públicas de preservação e de tratamento de acervos, temas recorrentes nos grandes programas de preservação.

É importante destacar nesse ato três conceitos basilares nas funções dessa Divisão, sob a ótica arquivística: a) a ampliação no conceito do acervo ao se determinar o tratamento de documentos administrativos. Até então discutia-se os documentos “científicos”, isto é aqueles, produzidos pelos professores em cumprimento de suas atividades de pesquisa (artigos, livros) e documentos produzidos em cumprimento da gestão acadêmica e das relações associativas: convênios, projetos, arquivos de associações etc., citados na primeira proposta da Comissão. Portanto, o conceito de administrativo, abrange documentos produzidos em outras instâncias de gestão da universidade, ou seja, documentos de gestão dos alunos, de materiais, de finanças etc.; b) o conceito de tabelas de temporalidade, instrumento normativo usado para estabelecer prazos de guarda e destinação de documentos, usado para a gestão arquivística dos documentos das instituições⁴⁹ e que implicaria em definição de políticas e de procedimentos para sua elaboração; c) rotinas de preservação desde a fase corrente do documento, ou seja, na fase em que os documentos ainda pertenciam aos locais de produção.

⁴⁹ Naquele período era conhecida a Tabela de Temporalidade do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Tabela de Temporalidade de Documentos**. Rio de Janeiro: FGV, 1984). Ainda não era comum encontrar publicadas normas desse tipo.

A novidade apresentada nessa proposta se referia, portanto, a configuração da gestão documental⁵⁰ que previa a integração de procedimentos arquivísticos em diversas etapas do ciclo vital, ou seja, que o arquivo histórico ou permanente das instituições não estivesse dissociado dos arquivos correntes ou de gestão, o que pressupõe uma integração também entre órgãos e unidades. Gestão de documentos é “conjunto de procedimentos e operações técnicas relativos à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Lei 8.159/ 08/01/1991, Art. 3º). Uma das etapas fundamentais para a gestão documental, portanto, era a avaliação de documentos, ou seja, de alguma forma estabelecer procedimentos para o controle de eliminações com a especificação de tabelas de temporalidade. Percebe-se isso a partir dos conceitos utilizados: tabela de temporalidade, documentos intermediários e permanentes e a preservação de documentos das fases correntes ou ativas, recomendando o estabelecimento de rotinas junto às repartições (integração)⁵¹.

As bases da Divisão sintonizavam com as políticas de gestão e preservação documental que vinham sendo esboçadas e implantadas no país, nas diversas esferas do governo, durante esta década. Dentro de planos de modernização, em especial pelo Arquivo Nacional, e em São Paulo, no Arquivo Público do Estado, que culminaram mais tarde na definição de políticas públicas com a criação de leis específicas, com os mesmos princípios enunciados na portaria do CIDIC⁵². A Comissão de Biblioteca procurou conformar o conhecimento dessas iniciativas, ao projeto da UNICAMP, procurando atender as demandas levantadas em seus diagnósticos, naquilo que entendeu e achou conveniente.

Como já relatado a comissão do projeto buscava informações em diversos desses organismos e o dossiê do projeto CIDIC, por exemplo, tem reunidas várias publicações, inclusive de minutas de projetos como o do Sistema de Arquivos do

⁵⁰ Gestão Documental: ciclo vital de documentos

⁵¹ Conceitos arquivísticos: Avaliação de Documentos: processo da análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação de acordo com os valores que lhes são atribuídos; Tabela de temporalidade: instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento e reprodução de documentos; (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 11 e 72)

⁵² Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, que institui o Sistema Nacional de Arquivos; Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, que institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

Estado de São Paulo, do Sistema Nacional de Arquivos e manuais do CPDOC, usados como apoio. Consta também relato do professor Ataliba, sobre reunião realizada com Celina Moreira Franco, Diretora do Arquivo Nacional, em 1983, onde teve a oportunidade de conhecer os projetos que estavam em desenvolvimento. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiês de instalação da Divisão de Documentação – 1983-1985)

Outro fator interessante a se observar era a preocupação de que a Divisão se integrasse a outros programas de preservação a partir de convênios, para buscar experiências externas em especial no âmbito da administração pública para apoiar o seu desenvolvimento, e de alguma forma, pareceu ser uma estratégia para fortalecer e legitimar essa nova área dentro da universidade.

Nessa linha de entendimento e no contexto do processo de institucionalização em curso na universidade, em que a construção de uma administração mais democrática pressupunha que a gestão de documentos visando oferecer apoio, se coadunava com o discurso de modernização organizacional, bem como a gestão dos documentos produzidos pela área acadêmico-científica, uma vez que se oferecia a possibilidade de organização, preservação e disposição ao acesso da produção de conhecimento da universidade, em seus amplos contextos. A memória institucional, portanto, agenciada pela Divisão de Documentação, por meio do gerenciamento e preservação de documentos produzidos em decorrência do cumprimento das atribuições da universidade, se tornou justificável.

Os argumentos e as competências estabelecidas para a Divisão, propostas nos documentos convenceram a Reitoria que baixou o ato de sua instalação. Entretanto, o discurso da gestão arquivística não foi traduzido e incorporado na estruturação dos setores. A Divisão se estruturava com os dois serviços: o Serviço de Assessoramento e o Serviço de Processamento. Sendo que o Serviço de Assessoramento compreendia uma Comissão de Documentação, composta por quatro professores representantes das áreas de Artes, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Exatas e Tecnologia, designados pelo Reitor, mediante indicação do Coordenador do CIDIC, com a seguinte competência:

Propor uma política de preservação da documentação, estabelecendo projetos específicos e assessoramento a Coleção de Materiais Especiais da Biblioteca Central com recomendações sobre a qualificação dos usuários, restrições ao uso dos manuscritos tendo em vista as estipulações dos doadores, bem como critérios de classificação desses materiais. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 11/84, Artigo 7º)

Esta prescrição procurou atender a lacuna decorrente da falta de uma política para o tratamento dos documentos acumulados na biblioteca, considerados especiais, ou seja, alheio à sua tradição de cuidar de livros, a solução encontrada pelos bibliotecários foi a de criar um serviço de Coleções de Materiais Especiais. Demonstra, no entanto, que a Divisão tinha um laço estreito com a Biblioteca Central.

Ao Serviço de Processamento, integrado pela Seção de Microfilmagem e pela Seção de Atividades Auxiliares, competia realizar serviços técnicos de preservação dos documentos indicados pela Comissão de Documentação, bem como disciplinar teses, relatórios científicos e outros documentos produzidos pela comunidade, “facilitando assim sua veiculação, sendo que todos os materiais produzidos pelo Serviço de Processamento serão encaminhados ao Serviço de Coleções Especiais da Biblioteca Central para catalogação, guarda e circulação”. (idem, Artigo 9º)

Já a Seção de Microfilmagem se encarregou “basicamente do processamento de documentos de arquivo, tais como textos manuscritos ou datilografados, jornais, correspondência ativa ou passiva, relatórios, teses, mapas, atlas, plantas, textos de legislação e normas, convênios, acordos etc.” Compreendendo as seções de Preparação, de Operação e de Inspeção e Acabamento; e de Atividades Auxiliares, encarregada pela reprodução e a impressão de documentos e formulários de uso do CIDIC, dividida em Setor Gráfico e o Setor de Reprografia. (idem, Artigo 11)

A microfilmagem, nesse caso, tinha uma explicação prática, a intenção era de reunir o setor de Microfilmagem já existente na Diretoria Geral da Administração, numa área de tratamento documental, o que de fato não ocorreu como iremos descrever mais à frente neste trabalho, tanto quanto o serviço de fotografia científica.

No mesmo ofício de encaminhamento da proposta, o professor Ataliba Teixeira de Castilho justifica a estruturação da Divisão:

Inúmeros documentos têm afluído para a UNICAMP, já através da compra de fundos bibliográficos e documentos privados, já através dos múltiplos projetos de pesquisa desenvolvidos por nossa comunidade. Identificar, recuperar e microformatar quando necessário esses documentos, será uma atribuição da Divisão de Documentação. Catalogá-los, imprimir roteiros descritivos, preservá-los e pô-los à disposição da comunidade científica será atribuição da Seção de Materiais Especiais da Biblioteca Central. Em qualquer caso, a localização dessas coleções será decidida tendo em vista os interesses dos Departamentos e das Unidades, dentro da política biblioteconômica caracterizada no projeto “Sistema de Bibliotecas” já aqui citado. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Ofício CIDIC nº 12/83)

Biblioteca Central e Divisão de Documentação faziam parte do CIDIC. Desse modo a Divisão se integrava com a Seção de Materiais Especiais da Biblioteca Central, no que dizia respeito aos documentos científicos produzidos pela UNICAMP, bem como os comprados ou recebidos por doação. Há certa confusão de atribuições. O setor de processamento deveria tratar documentos, mas sua manutenção e uso ficariam a cargo da Seção de Materiais Especiais e não fica claro nesse momento, qual serviço trataria das demais questões: preparação de tabelas, integração dos arquivos correntes, intermediários e permanentes.

A Comissão de Documentação foi nomeada pela Reitoria, em maio de 1984, pelos professores Ataliba Teixeira de Castilho, como presidente, Amilcar Herrera, do Instituto de Geociências, Humberto de Araújo Rangel, do Instituto de Biologia, Marlize Meyer, do Instituto de Artes e por José Roberto do Amaral Lapa, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas⁵³.

Denota-se que a comissão de bibliotecas ao analisar a estrutura da universidade, percebeu, provavelmente, que cabia a Divisão de Documentação reunir e coordenar os serviços que tratavam de documentos que estavam centralizados na administração, de forma esparsa. O serviço de Microfilmagem, o serviço de Fotografia, e o serviço de arquivos “científicos” num primeiro momento, com a perspectiva de introduzir o tratamento dos arquivos administrativos. Lima (1989), em sua pesquisa sobre os estudos das definições estatutárias da universidade e com relação à forma concebida para a administração, afirma que:

⁵³ O professor Amaral Lapa acaentava um projeto de criação de um Centro de Memória Regional e Nacional, sendo primeiro acervo de interesse, o do Tribunal de Justiça de Campinas, referente aos Séculos XVIII e XIX até 1920, cujas negociações se iniciaram em 1978, com a concordância de Zeferino Vaz. (UNICAMP. Reitoria. Processo 3685/84 fls. 3 e 38)

em relação à integração das atividades administrativas de apoio as atividades-meio – a UNICAMP, tendo inclusive se antecipado à reforma universitária, organizou-as de forma centralizada, visando sua maior eficiência e racionalidade administrativa. Pelos Estatutos, esta organização consistia na centralização na Reitoria de todos os serviços de apoio comuns aos institutos, faculdades e respectivos departamentos impedindo a duplicação de meios para fins idênticos (Artigo 158 dos Estatutos). Para cada uma das atividades centralizadas – pessoal, orçamento e finanças, tesouraria, compras, almoxarifado, protocolo, arquivo, transporte, obras, manutenção de imóveis, oficinas, biblioteca e registro e controle acadêmico – foi criado um órgão central. (LIMA, 1989, p.102)

Observa-se que a Divisão ainda não estava instalada até aquele momento e seria necessário dar corpo ao órgão seguindo as premissas básicas da implementação estatutária da universidade, ajustada à Reforma Universitária implementada pelo Ministério da Educação, em 1968, que prescrevia, entre outros elementos a não duplicação de serviços e a racionalidade de recursos⁵⁴.

2.2 A consolidação de um modelo: o Sistema de Arquivos

Finalmente a Divisão de Documentação do CIDIC iniciou seus trabalhos, em 1984, nas dependências emprestadas pela Biblioteca Central, sob a orientação direta do professor Ataliba de Castilho, coordenador do Centro. Entre as ações para a instalação do setor verifica-se: a formação da equipe, a organização do setor, com o delineamento dos procedimentos, e a alocação de recursos materiais, financeiros, o tratamento do acervo, que compreendia identificar o que existia e desenvolver estratégias para a constituição de novos, além da designação da comissão de assessoramento⁵⁵.

⁵⁴ Sobre Reforma Universitária, decretada pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, foi o ato final da legislação de um processo de modernização do Ensino Superior. In: MENEGHEL (1994) “A Reforma Universitária”, p. 67. Sobre o assunto, relativo a UNICAMP, ler também: LIMA (1989) “A UNICAMP e a Reforma Universitária” p.102;

⁵⁵ Estas ações podem ser levantadas a partir de relatórios de Atividades elaborados pelo Coordenador e encaminhados ao Reitor da Universidade. (UNICAMP. Reitoria. CIDIC. Dossiê Projeto CIDIC 1983-1989).

Como bibliotecária da Biblioteca Central, contratada desde novembro de 1983, fui designada pelo professor Ataliba de Castilho para subsidiar os trabalhos de implantação do serviço de Processamento da Divisão de Documentação, em 1984⁵⁶.

Uma das premissas básicas para a realização da empreitada era a capacitação em arquivos. A formação de bibliotecários, naquele período, dá conta de ensinar minimamente técnicas de organizar arquivos, mas não supria a abrangência de lidar com uma instituição arquivística. O curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade de Campinas, por exemplo, onde concluí o curso, não dispunha de nenhuma disciplina relacionada aos tratamentos de documentos e arquivos. O curso da Universidade Estadual de Londrina, que cursei até o penúltimo semestre, oferecia uma disciplina de introdução à arquivística, onde se aprendia técnicas básicas de ordenação de documentos e a existência de cursos superiores de arquivologia.

Diante dessa realidade e com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) e da própria universidade, obtidos por interveniência da coordenação, fui me preparar em instituições externas já consolidadas nesta área, por meio de comunicações formais da UNICAMP para este fim.

Primeiramente, procurou-se a formação em Campinas e encontrou-se o Museu Histórico Pedagógico Campos Salles, mas a instituição se encontrava em dificuldades e, portanto, não havia muito o que transferir de conhecimento prático. A opção foi de procurar instituições de referência no Brasil, viáveis, e estas se concentravam no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

O primeiro estágio foi no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Heloisa Liberalli Bellotto, responsável pelo arquivo do órgão e professora de História. Trabalhei em arquivos pessoais do Instituto, e passei a conhecer, por intermédio da orientação, a literatura básica da área da arquivologia, especialmente os livros do americano Theodore Schellenberg, dos canadenses Carol Couture e Jean-Yves Rosseau e das espanholas Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera. Em seguida fiz estágio no Arquivo Histórico do Município de São Paulo, sob a coordenação de Dayse Aparecida de Oliveira, onde tive a oportunidade

⁵⁶ A realocação definitiva para a Divisão se deu em 28 de outubro de 1985. (UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-640/84, fl.30)

de trabalhar com o fundo Centenário de São Paulo e de conhecer as discussões e a minuta de projeto do Sistema Municipal de Arquivos e no Arquivo do Estado de São Paulo, trabalhando com o fundo Julio Prestes, sob a orientação de Silvana Goulart. Passei também pelo Arquivo da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (FUNDAP) em seu arquivo Geral, que tratava dos documentos da própria organização⁵⁷.

Particpei também de reuniões de estudos realizadas na sede do Arquivo do Estado de São Paulo, como aluna de Bellotto, da disciplina de Instrumentos de Pesquisa. Participavam dessas reuniões, entre outras pessoas, Inês Etienne Romeo, Sebastião Witter, Ana Maria de Almeida Camargo, Viviane Tessitore. Pude acompanhar as discussões sobre aspectos da teoria arquivística europeia e americana e sobre as possíveis soluções para os problemas de arquivos. Pude conhecer os projetos da criação de Sistemas de Arquivos do Estado de São Paulo e do Município de Rio Claro⁵⁸.

No Rio de Janeiro, fiz estágios na Fundação Casa de Rui Barbosa, e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas que tratava especificamente de documentos permanentes ou históricos, sob a orientação de Célia Reis Camargo, e em seu Arquivo Central, encarregado da gestão dos documentos da Fundação, já aplicando tabelas de temporalidade e envolvendo os protocolos e arquivos dos setores, ou seja, aplicando uma gestão integrada, sob a orientação de Marilena Leite Paes.

Durante esse período de capacitação, trabalhava na implantação da Divisão, que consistia na contratação da equipe e no estabelecimento de procedimentos para a organização dos acervos documentais, inclusive com a definição de infraestrutura

⁵⁷ Maiores informações: BILOTTA, S. et.al. As experiências da FUNDAP na área das comunicações administrativas e arquivos. In: Cadernos FUNDAP. Comunicações Administrativas. São Paulo, nº 8, abril de 1984. p.74.

⁵⁸ Sobre esses projetos ler: WITTER, J.S. Leiloando nossa memória e criando um sistema estadual de arquivos em São Paulo; CAMARGO, A.M. Um sistema municipal de arquivos: Rio Claro (SP). In: Cadernos FUNDAP. Comunicações Administrativas. São Paulo, nº 8, abril de 1984. (p. 21 e 26)

material, financeira e organizacional (descrição de funções e procedimentos, subordinação estrutural etc.).⁵⁹

A primeira equipe, formada pelos funcionários contratados e alocados para a Divisão foi: Mauricio Mattos, Benedita Aparecida Batista Mendes e Margarida de Lima Seixas, para o apoio administrativo e técnico. Em 1985, foram contratados mais dois funcionários: Maria Aparecida Forti e Vera Lúcia Nascimento.

O relatório apresentado em 1985, sobre as atividades da Divisão de Documentação, referente ao período de 1984, informa a existência de uma equipe de 04 funcionários e seis estagiários “*estes custeados por um estipêndio obtido junto à FAPESP*” e justifica a necessidade da capacitação citada:

[...] dada a dificuldade de contrato de Arquivista de nível superior – profissão de resto bastante recente no país, e contando com apenas três centros de formação, optou-se pela capacitação profissional de uma bibliotecária. Assim, a Diretora do SAP [Serviço de Arquivo Permanente], graças ao apoio financeiro da FAPESP, realizou em 1984 e 1985, estágios de aperfeiçoamento em Campinas (Museu Histórico e Pedagógico Campos Salles – PUCAMP), em São Paulo (FUNDAP, IEB/USP, Arquivo Público do Estado) e no Rio de Janeiro (CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Casa de Rui Barbosa, FUNARTE). (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Relatório de Atividades de 1985. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/83, fl.124.)

A tarefa inicial para constituição do acervo consistiu em reunir, já em 1984, os documentos acumulados pela própria Biblioteca Central, onde a equipe foi instalada. Identificou-se, por exemplo, documentos que acompanharam a Biblioteca de Paulo Duarte, como dossiês de Armando Salles de Oliveira, e de Amadeu Amaral, sendo que em 1985, o arquivo completo foi incorporado. Outra empreitada era a de trabalhar com os “arquivos especiais” trazidos para a Universidade, por meio de Convênio, como o Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas e outros particulares, articulados pelo professor Amaral Lapa. A constituição do acervo documental da Divisão será objeto do próximo capítulo.

Em 1985, além do imbricamento com a Biblioteca Central a Divisão de Documentação também passou a ter uma vinculação com o Centro de Memória

⁵⁹ A primeira equipe, formada pelos funcionários contratados e alocados para a Divisão foi: Mauricio Mattos, Benedita Aparecida Batista Mendes e Margarida de Lima Seixas, para o apoio administrativo e técnico. Em 1985, foram contratados mais dois funcionários: Maria Aparecida Forti e Vera Lúcia Nascimento.

UNICAMP⁶⁰ criado em julho, que estabelecia em suas competências que assistiria as atividades da Divisão:

I - integrará estudos e pesquisas relativos à região historicamente conhecida como "Oeste Paulista";

II - preparará trabalhos sobre diferentes aspectos da história da Universidade Estadual de Campinas;

III - assistirá a Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural da Universidade Estadual de Campinas em suas tarefas de preparação arquivística dos documentos interessantes às suas atividades;

IV - desenvolverá outras atividades relativas à preservação, divulgação e discussão crítica da memória regional do "Oeste Paulista". (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 162/1985, Art. 2º, grifo nosso)

Desse modo, Centro de Memória deveria assistir a Divisão naquilo que fosse de interesse e o coordenador do CIDIC foi colocado em seu conselho deliberativo, como membro nato, embora não elegível para o cargo de coordenador deste. Mais especificamente, o Centro de Memória ficou incumbido de assessorar a Comissão de Documentação do CIDIC, na coordenação acadêmica dos fundos recolhidos pela Divisão de Documentação, em contrapartida o pessoal lotado na Divisão de Documentação ficou encarregado de prestar apoio técnico e administrativo ao Centro de Memória. (Artigos 3º, 5º da citada Portaria)

Uma combinação de fatores pode justificar essa decisão, ao que parece conjunta: a) o professor Amaral Lapa, integrava, a convite do professor Ataliba⁶¹, a Comissão de Documentação do CIDIC; b) O professor Lapa tinha interesse em trazer para a UNICAMP arquivos referentes à memória regional, como por exemplo, o Arquivo do Tribunal de Justiça de Campinas; c) havia coordenado a comissão da aquisição da biblioteca Sérgio Buarque de Holanda. Agregando a isso o interesse da Divisão em ter uma assessoria acadêmica, para apoiar a captação de acervos documentais, que

⁶⁰ Até o nome Centro de Memória-UNICAMP gerou certo conflito de entendimento entre os papéis do próprio centro e da Divisão de Documentação, relativo à memória da universidade. O Centro foi criado como órgão interdisciplinar destinado a promover estudos e pesquisas a partir de fundos documentais e de bibliotecas especializadas.

⁶¹ Ambos trabalharam na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, na década de 1970, antes de virem para a UNICAMP. Essa parceria se deu também no apoio de Ataliba na criação do CMU, tendo este cedido lugar em sua sala de trabalho e o compartilhamento dos serviços da secretaria do CIDIC.

ampliassem os arquivos particulares já acumulados pela Biblioteca Central, e os documentos da própria universidade⁶².

No modelo estabelecido de trabalho, o CIDIC encarregou-se do processamento e da guarda do acervo, bem como do pessoal técnico e infraestrutura destinada ao armazenamento, tratamento e disposição de instrumentos de pesquisa. Ao CMU caberia o desenvolvimento de pesquisas nos acervos e à consultoria acadêmica ao CIDIC na incorporação de documentos e determinação de políticas de arquivo. Essa parceria se estabeleceu até 1987, quando o Arquivo Central foi criado de forma independente da Biblioteca.

De acordo com o ato de instalação da Divisão, o Serviço de Processamento deveria ser estruturado, no que diz respeito as suas competências, atividades e setores. O projeto de estruturação foi elaborado por mim com o apoio de Heloisa Bellotto, que no período era minha professora no curso de Instrumentos de Pesquisa, na Escola de Comunicação e Artes da USP. A proposta apresentada foi aprovada em reunião pela Comissão de Documentação da Divisão, tendo Bellotto como convidada especial, que subsidiou a defesa da proposta. O documento de estruturação compreendia o organograma e descrição de atribuições para o funcionamento de um Serviço de Arquivo Permanente, em substituição ao nome anterior. A proposta foi transformada em ato substitutivo e submetida à Reitoria que a aprovou por meio da Portaria GR nº 283/1985 de 12 de novembro de 1985. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº283/85. In. UNICAMP. Reitoria. Processo 01-P 6150/83 – Dispõe sobre a instalação do CIDIC, fl. 83).

O desenvolvimento dos trabalhos de implantação propriamente da unidade, que envolveu a formação do grupo e sua capacitação, a captação e a organização de acervos documentais e de infraestrutura para o funcionamento, além das conjunturas institucionais internas e do apoio externo promovido pelos estágios, propiciou análises e adequações de estrutura. Como diz o próprio Ataliba Teixeira de Castilho, em ofício de encaminhamento de reformulação ao reitor, “tendo em vista as experiências acumuladas desde então”. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Ofício

⁶² A Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda foi adquirida em 1982 (UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-2891/82)

de Ataliba Teixeira de Castilho ao reitor José Aristodemo Pinotti solicitando substituição da Portaria GR nº 11/84. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1985, fl.72.)

A implantação do Arquivo Permanente, com atribuições voltadas para a organização, preservação e disposição de documentos da universidade, ao mesmo tempo corrige a disfunção estabelecida no primeiro ato que mesclava essas funções com os serviços de Microfilmagem, Coleções Especiais e com o Centro de Memória.

Nesse momento, portanto, a ideia de se trabalhar especificamente com documentos privados acumulados pelas bibliotecas e outros setores, para voltar os esforços, mais fortemente para os documentos produzidos pela própria universidade, favoreceu a consolidação de um modelo estrutural de gestão e preservação documental e de memória institucional, como foram estabelecidos em seus próprios objetivos e competências.

O seu objetivo foi alterado para “reunir, selecionar, arranjar, descrever, conservar, reproduzir e tornar disponível para consulta ou pesquisa os **documentos artísticos, históricos, científicos, tecnológicos e administrativos de caráter permanente de que dispõe** a Universidade”. Ainda que “no exercício de suas funções, que a Divisão de Documentação **concorrerá para a preservação de memória institucional, regional e nacional**, complementando ações semelhantes tomadas pelas unidades universitárias e prestando-lhe assistência quando solicitada”.

A forma de organização do acervo documental também foi explicitada, como segue no artigo 8º da Portaria GR nº 283/85:

[...] Fundo Administrativo os documentos permanentes gerados pela Universidade, relacionados com a área acadêmica, de pessoal e de contabilidade;

[...] Fundos Privados os documentos oriundos de personalidades de destaque na vida nacional, cuja guarda foi confiada à Universidade por compra ou doação;

[...] Constituem Fundos Especiais os documentos de caráter científico, tecnológico e artístico gerados pela Universidade devidamente liberados por seus autores cuja custódia tenha sido assumida pela Universidade. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº283/85, artigo 9º)

A documentação da universidade como foco principal da unidade é reforçada ainda no estabelecimento de suas competências:

- I – assumir a custódia e/ou guarda de documentos intermediários e permanentes gerados pela Universidade ou a ela confiados por meio de convênios, dispositivos testamentários, doação ou compra;
- II – estabelecer com as repartições da universidade rotinas relativas à preservação dos documentos em fase corrente ou ativa, fixando prazos e condições para sua incorporação posterior ou descarte;
- III – integrar os diferentes programas de preservação documental, estabelecendo convênios com o Município, o Estado e a União. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 283/85, artigo 10)

Fica evidente que o território de atuação da Divisão de Documentação foi demarcado: os documentos da UNICAMP, bem como sua memória institucional, apontando para a possibilidade de guarda de outros tipos de documentos vindos por doação, compra ou dispositivos testamentários. As atribuições de gestão de documentos a partir da fase corrente, do ciclo vital, também foram mantidas.

Depreende-se até aqui que as estratégias de constituição da Divisão, adotadas pela coordenação do CIDIC, priorizaram a formalização legal (atos constitutivos), obtenção de recursos financeiros e materiais; formação, capacitação de equipe, captação reunião e tratamento de acervos arquivísticos e disposição para a pesquisa. Percebe-se que os atos eram ajustados frequentemente, uma vez que as atividades propostas eram inovadoras no interior da universidade que contava na área administrativa com um arquivo de processos centralizado na Diretoria Geral da Administração e de arquivos de outros tipos de documentos aos cuidados das unidades e órgãos, sem normativas ou procedimentos claros para manutenção.

Enquanto se estruturava o Serviço de Arquivo Permanente, as negociações para a transferência do Serviço de Microfilmagem e Arquivo não avançaram e continuou subordinado a Diretoria Geral da Administração⁶³.

Desse modo, a Divisão teve que novamente, ser repensada e reestruturada na falta de uma de suas áreas obrigando a uma nova reformulação, isto culminou com a transformação da Divisão em Arquivo Central e criação do Sistema de Arquivos, por meio da Portaria GR nº 376/1986, de 21 de outubro de 1986, do reitor Paulo Renato

⁶³ Documentos sobre essas negociações estão contidos no Dossiê Instalação da Divisão de Documentação: 1983-1985. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiê Instalação da Divisão de Documentação: 1983-1985)

Costa e Souza, ainda vinculado ao CIDIC⁶⁴. A portaria assim estabelece em seus Artigos 7º e 8º:

Artigo 7º- A Divisão de Documentação, integrada pelo Arquivo Central, é o órgão de coordenação do Sistema de Arquivos da Universidade.

Parágrafo Único - O funcionamento do sistema de Arquivos da Universidade dar-se-á nos termos de Portaria a ser baixada pela Reitoria.

Artigo 8º- O Arquivo Central é o órgão encarregado de recolher, reunir, selecionar, arranjar, descrever, conservar, reproduzir e tornar disponível à consulta ou à pesquisa os documentos textuais, audio-visuais, cartográficos e outros de valor histórico, jurídico, patrimonial, técnico e administrativo de caráter intermediário e permanente de que dispõe a Universidade.

Parágrafo Único - No desempenho de suas funções, o Arquivo Central concorrerá para a preservação da memória institucional, regional e nacional, complementando ações semelhantes tomadas pelas Unidades universitárias e prestando-lhes assistência quando solicitada.

A fisionomia do Arquivo como gestor de documentos e como lugar de preservação da memória institucional estava consolidada, o desafio imposto dali para frente, era de pôr em funcionamento o Sistema de Arquivos da Universidade.

No ano da criação do Sistema de Arquivos, ou seja, em 1986, a UNICAMP ainda continuava seu processo de institucionalização, estavam em andamento os estudos para reformulação dos Estatutos e Regimentos e iniciavam-se os debates sobre autonomia universitária. Entretanto, alguns projetos já estavam implementados, destacando-se os centros e núcleos interdisciplinares de pesquisa e as carreiras dos docentes e dos funcionários. As unidades funcionavam normalmente, inclusive as recém-criadas, o Instituto de Economia (antigo departamento do IFCH), a Faculdade de Engenharia Agrícola (antigo departamento da Faculdade de Engenharia de Alimentos, e a Faculdade de Educação Física⁶⁵).

O ato que cria o Sistema de Arquivos foi assinado pelo Reitor Paulo Renato Costa Souza, que substituíra o professor Pinotti, em abril de 1986, após consulta à comunidade que o escolheu com 51% dos votos, respeitada pelo Conselho Diretor e pelo então governador Franco Montoro. O seu programa de gestão intitulava-se

⁶⁴ UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 376/86, "Define a estrutura e atribuições do Centro de Informação e Difusão Cultural - CIDIC".

⁶⁵ Informações obtidas no relatório de final de gestão do Professor José Aristodemo Pinotti, publicado em: <http://www.unicamp.br/unicamp/es/a-unicamp/historia/ex-reitores/jose-aristodemo-pinotti>, acesso em: 30.11.2011

Democracia e Qualidade e tinha como pontos básicos: 1) Ensino e Pesquisa, 2) Integração universidade-comunidade, 3) Institucionalização e reforma administrativa; o que demonstra a continuidade dos projetos de institucionalização⁶⁶.

Interessante destacar que no ano seguinte houve uma reforma na administração superior da universidade, evidentemente fruto dos debates havidos durante os anos anteriores pelas diversas comissões criadas, inclusive as subordinadas a ADU, como a de estatutos e de carreiras. Da mesma forma como o CIDIC vinha se organizando, os demais órgãos também estavam sendo estruturados. Essa reforma resultou na implantação do Conselho Universitário (CONSU), substituindo o Conselho Diretor, como estava previsto nos Estatutos e Regimentos, e foram criadas as cinco pró-reitorias: de Desenvolvimento Universitário, de Graduação, de Pós-Graduação e de Pesquisa, em substituição as antigas Coordenadorias dos Institutos e das Faculdades, além das comissões de ensino e curricular, absorvidas pelas câmaras e órgãos permanentes do novo Conselho⁶⁷.

A entrada do professor Paulo Renato Costa Souza como reitor favoreceu os projetos do CIDIC uma vez que ele vinha acompanhando o Projeto Bibliotecas e a instalação do próprio órgão, enquanto coordenador da ADU, de 1983 1984, em que o mesmo estava vinculado

Outro fator que se mostrava favorável foi a criação do Grupo Executivo da Reforma Administrativa (GERAD) na gestão do professor Paulo Renato, pela Portaria GR nº 364/1986, de 07 de outubro de 1986, presidido pelo professor Geraldo Di Giovanni que em resumo, tinha que elaborar um plano diretor, contendo o diagnóstico da situação da administração e as medidas cabíveis para a modernização da UNICAMP, bem como as propostas de alternativas para informatização e implantação de técnicas adequadas quanto à organização e métodos administrativos, gerindo também os procedimentos relativos à implantação da reforma administrativa. Diante da “necessidade de dinamizar e racionalizar a administração da UNICAMP” criou-se

⁶⁶ Informações obtidas no relatório de final de gestão do Professor Paulo Renato Costa e Sousa, publicado em <http://www.unicamp.br/unicamp/es/a-unicamp/historia/ex-reitores/paulo-renato>, acesso em: 30.10.2011

⁶⁷ Idem

subordinado ao GERAD, pela Portaria GR nº 132/1987, de 12 de junho de 1987, a Comissão de Organização e Métodos⁶⁸,⁶⁹.

Considerando o impacto dessas iniciativas na gestão dos documentos da universidade, competência reivindicada pelo Arquivo Central, ao ser nomeada a Comissão Executiva Projeto Sistema de Arquivos foi incorporada a supervisora da citada comissão Olga Maria Zulzke de Miranda. Isso favoreceu a estruturação e a legitimação do órgão da universidade, dois anos depois, quando consolidado pela Deliberação CONSU A-39/1989.

A nova estruturação do Arquivo Central teve como inspiração as experiências adquiridas a partir dos estágios, sobretudo, para a gestão de documentos correntes, do Arquivo da Fundação Getúlio Vargas, com o apoio de Marilena Leite Paes⁷⁰ diretora à época, que facilitou o acesso à documentação constitutiva daquele órgão, bem como forneceu orientações sobre a conduta a ser adotada na UNICAMP. O modelo implantado na FGV de gestão de documentos compreendia: instalações de arquivos, alocação de arquivistas nas áreas, reuniões mensais, elaboração de normas para procedimentos de registros, organização e acesso aos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos, incluindo tabela de temporalidade de documentos. Além dos arquivos, o sistema incluía o serviço de protocolo, ou seja, os registros de entrada e movimentação dos documentos. Na UNICAMP, o Serviço de Protocolo, que funcionava desde 1963, de forma centralizada, estava subordinado à Diretoria Geral da Administração, e para incluir no projeto do sistema, implicava em outra disputa interna, que não seria tranquila, uma vez que a transferência da Microfilmagem, também, considerado serviço integrado a gestão documental não tinha dado certo. Mas, esse assunto será abordado um pouco mais adiante, quando da instalação da Comissão Executiva Sistema de Arquivos da UNICAMP, criado justamente, para permitir essas discussões de forma mais participativa com os demais órgãos da universidade.

⁶⁸ Integrava o GERAD: Geraldo Di Giovanni, seu presidente; José Carlos Folegatti; Vera Lúcia Randi Ferraz; Jesus Antonio Durigan; Marcus Guenter Zwanziger; Olga Maria Zulzke de Miranda; José Ferreira de Carvalho; Eloi José da Silva Lima; e Arly de Lara Romeo.

⁶⁹ Integrava a Comissão de Organização e Métodos os funcionários: Ailton Nicoletti, como coordenador, Márcio Gâmbaro, Wagner Duduch, Joaquim Jesus Pedro e Mônica Line Kruze.

⁷⁰ Marilena Leite Paes foi diretora do Arquivo Central da FGV do Rio de Janeiro, Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros e, mais recentemente foi Secretária Executiva do Conselho Nacional de Arquivos.

Antes da implantação do Sistema, o Arquivo Central deveria ter sua estrutura implantada para permitir o tratamento dos documentos que se baseava, portanto, no processamento integral do ciclo vital dos documentos: corrente, intermediário e permanente, base da gestão de documentos.⁷¹. Coube a Seção de Processamento técnico, a execução destas atribuições e aos Serviços Auxiliares, a competência de exercer as atividades de conservação, reprografia e manutenção geral das instalações, cuja hierarquia e a disposição dos setores, podem ser observadas no organograma apresentado na figura abaixo:

⁷¹ Ciclo vital de documentos “Ciclo vital – sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.73 e 15)
Arquivo corrente é o conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades- fim e atividades-meio e que se conservam juntos aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados; Arquivo intermediário é o conjunto de documentos originários de arquivos correntes com uso pouco frequente que aguardam, em depósito de armazenamento temporário, sua destinação final; Arquivo permanente é o conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

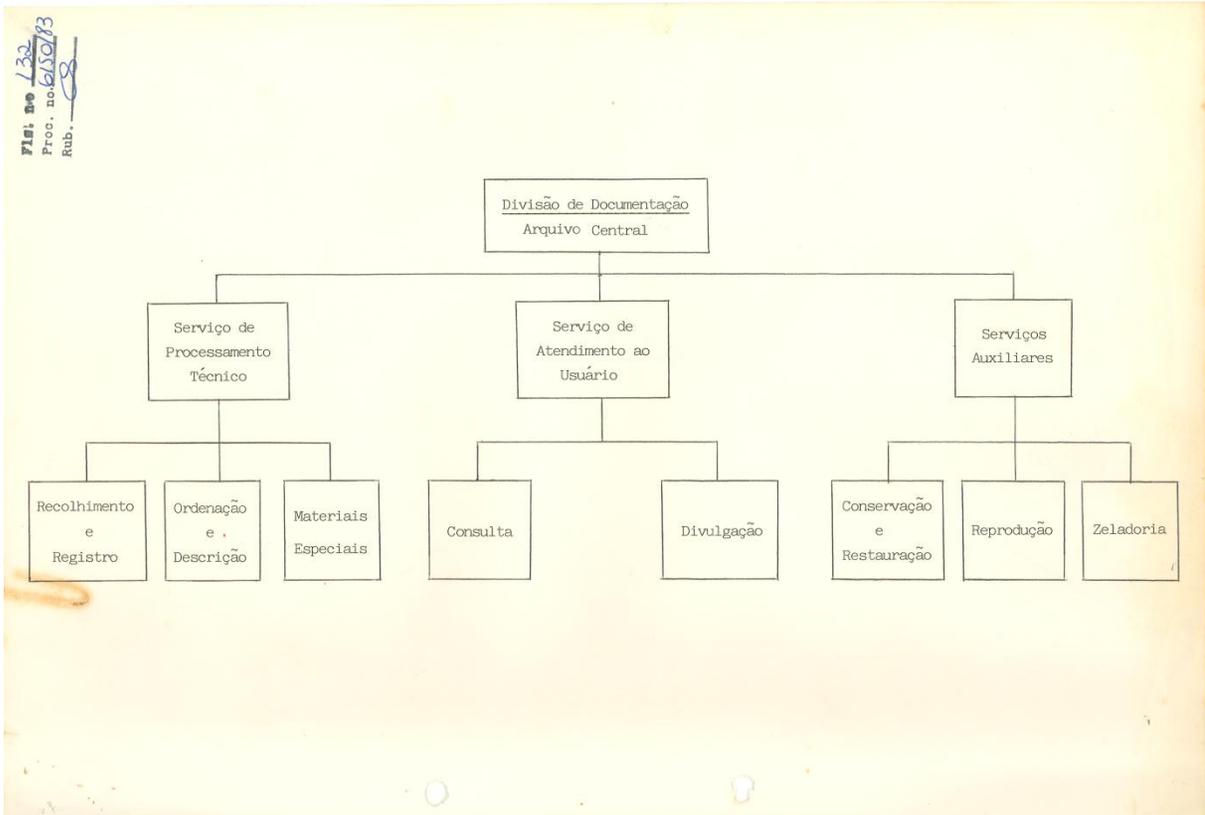


Figura 5 – Organograma da Divisão de Documentação referente a estrutura constante da Portaria GR nº 283/85. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo Reitoria. CIDIC (Processo 01 P-6150/83)

O Arquivo, ainda enquanto Divisão de Documentação, no início de 1986, mudou-se para o andar térreo de uma ala do prédio do Ciclo Básico ao lado do Centro de Memória, porque as salas cedidas pela Biblioteca Central eram insuficientes para a instalação dos serviços e acomodação da equipe e do acervo que começava a crescer. Houve uma séria disputa por este espaço físico que havia sido negociado, junto a Reitoria, pelo professor Ataliba que o aguardava, mas que ao final foi entregue ao

professor Amaral Lapa, uma vez que havia uma confusão entre CIDIC e Centro de Memória, por uma série de motivos, entre eles que ambos coordenadores dividiam, até aquele momento, uma mesma sala na sede do CIDIC, incluindo os serviços de secretaria, que fora cedido pelo professor Ataliba ao professor Lapa. Isso provocou certo desentendimento, que pode ser notado em contrato em que se estabelecia os espaços físicos do prédio que cada unidade deveria ocupar, elaborado pelo coordenador do CIDIC, quando a Reitoria dividiu o espaço entre os dois órgãos, constante do Processo 01 P-6150/1983, fl.

Esse foi provavelmente, um dos episódios que fizeram com que o CIDIC direcionasse mais fortemente seus trabalhos ao cumprimento de seus objetivos voltados ao tratamento dos arquivos da própria universidade e se empenhasse na estruturação do Arquivo Central e do Sistema de Arquivos. Isso poderá estar refletido no próprio acervo arquivístico que foi reunido após esse período e nos projetos que se seguiram.

O Arquivo Central tinha como vizinhos os estudantes que tomaram o andar superior do prédio e fizeram moradias, num movimento de reivindicação de melhorias das condições de assistência estudantil para alunos sem condições financeiras, sobretudo moradia, com o *slogan* a Tabacaria é Nossa⁷². Ali o Arquivo permaneceu de 1986 a 1991, já com um acervo considerável, constituído por fundos e coleções particulares, fundos especiais e por grupos de documentos institucionais.

O relacionamento do CIDIC com a Biblioteca Central finalizou-se em 1987, quando este órgão se desvinculou, a partir de um projeto da direção, aprovado pelo seu órgão Colegiado. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Colegiado Sistema de Bibliotecas. Ata da 17 Reunião do Órgão Colegiado do Sistema de Bibliotecas, de 22 de outubro de 1987)

A ata da 17 de reunião ocorrida em 22 de outubro de 1987, que tratou desse assunto pode esclarecer essa ruptura. Verificamos que duas propostas foram apresentadas para discussão, uma do Coordenador do CIDIC e outra da Diretora da Biblioteca Central, o que demonstra um desalinhamento entre esses poderes. O

⁷² O Arquivo Central dispõe de dossiês de documentos do Diretório Central dos Estudantes sobre esse movimento e já apoiou os alunos na organização de exposição sobre a Moradia.

professor Ataliba defendia o projeto que propõe a manutenção da vinculação ao CIDIC apontando como benefícios a interface entre coleções especiais e o Arquivo, evitando-se duplicação de atividades e que no caso seria manter a interdependência do vínculo entre docentes e bibliotecários. Como pontos favoráveis foram citadas:

- a área de informação no sentido técnico seria beneficiada (arquivo e biblioteca), tendo como um órgão coordenador servindo de interface;
- também seria permitida uma interface da coleção de materiais especiais e arquivos das Unidades, conforme o documentos das Ações para Operacionalização de Bibliotecas da UNICAMP [...] evitando-se a duplicação de atividades entre o Arquivo Central e a Coleção de Materiais Especiais;
- seria mantida a interdependência do vínculo entre docentes e bibliotecários
- que a Coordenação do CIDIC poderia manter convênios com órgãos governamentais visando melhoria dos serviços.
- que para conjurar o risco de burocratização seria a manutenção da Biblioteca Central como Unidade de Despesa, criando uma Unidade de Despesa para o Arquivo, continuando o CIDIC dependendo da Reitoria. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Colegiado da Biblioteca Central. Ata da 17 reunião, 22 outubro de 1987 p 1)

Em contraposição a argumentação utilizada pela professora Leila Mercadante, Diretora da Biblioteca Central, que liderou o movimento de independência, em um dos projetos, enfatiza que:

o Órgão Colegiado está sendo chamado para uma mudança no Sistema, com resolução muito mais política para o presente caso. O argumento maior da Biblioteca Central é o pedido de autonomia de um órgão que cresceu com o apoio de todos que colaboraram para esse crescimento, sendo que a autonomia proposta não afasta a interação com o Sistema de Arquivos. (idem, p. 2)

Na reunião, os docentes, de uma maneira geral, foram favoráveis às alterações, entretanto, solicitaram que a presidência do Colegiado fosse de um docente e não do bibliotecário-chefe da Biblioteca Central. Outro questionamento dos docentes referia-se ao ponto da proposta que indicava que o cargo do diretor da Biblioteca Central deveria ser privativo a bibliotecários, Leila ressalta a legislação da profissão do bibliotecário e os Conselhos Federal e Estadual de Biblioteconomia⁷³. O professor Ataliba retirou a sua

73 A Lei nº 4084/62, em seu Art. 6º, item c, confere aos Bacharéis em Biblioteconomia a atribuição de administração e de direção de bibliotecas.

proposta para a votação, desejou êxito para as futuras atividades, encerrando sua participação. A votação se deu em secreto aprovando a alteração.

A decisão do órgão colegiado da Biblioteca Central obrigou o redesenho do Arquivo Central e o próprio CIDIC em meio a uma série de atividades em curso para implantação do Arquivo e do sistema de arquivos, tais como: a estruturação física da nova sede; da realização de concursos para a contratação de funcionários; do recolhimento, tratamento e disposição para pesquisa de acervos documentais; e da realização de diagnóstico dos arquivos das unidades da universidade (que trataremos melhor nos capítulos seguintes). Ainda 1987, foi instituída por meio da Portaria do Gabinete do Reitor nº 313 de 1987 a Comissão Executiva Projeto do Sistema de Arquivos para estruturar o sistema de arquivos criado em 1986. A Comissão foi formada pelos membros da UNICAMP, Ataliba Teixeira de Castilho, como presidente e coordenador do CIDIC, Neire do Rossio Martins (Diretora do Arquivo Central, secretária executiva), Olga Miranda (do GERAD), Maria Regina Soares Baldo (diretora do Serviço de Protocolo da DGA⁷⁴), Osvaldo Gil Júnior (Diretoria Geral de Recursos Humanos) e Terezinha Ribeiro (Procuradoria Geral), além de Dayse Aparecida de Oliveira, do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e de Rose Marie Inojosa, da Fundação de Desenvolvimento de São Paulo (FUNDAP), como consultoras externas, custeadas pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da UNICAMP (criado em janeiro de 1986, na gestão do professor Pinotti).

É criada em seguida, por recomendação da comissão para a realização de trabalho conjunto a Comissão Central de Avaliação de Documentos, pela Portaria GR nº 339 de 1988, a fim que fossem preparadas diretrizes e normas de procedimentos para orientar a preservação e/ou eliminações de documentos e executasse a avaliação de documentos acumulados nas unidades e órgãos.

A Comissão Executiva trabalhou em três frentes: redação de proposta para o Sistema de Arquivos da Universidade; preparação dos membros da própria comissão, a fim de nivelar o conhecimento arquivístico através de leituras e da preparação de textos e manuais; formação e capacitação de funcionários em matérias arquivísticas, com o

⁷⁴ Presença importante, uma vez que a estratégia era incorporar ao Arquivo Central a coordenação das áreas de Protocolo e de Arquivo, que estavam a cargo da DGA.

intuito de promover a sensibilização a respeito do assunto, de analisar a situação das unidades e permitir mudanças imediatas, por intermédio de seus próprios funcionários. Segundo Castilho:

Essa Comissão aprovou uma proposta minha, no sentido de que o primeiro passo para implantar uma gestão sistêmica de arquivos na UNICAMP seria desencadear uma campanha para a formação de uma indispensável "mentalidade arquivística" em nosso campus. Isto quer dizer que os dirigentes e os funcionários da Universidade precisariam ser corretamente informados de nossos objetivos, e convidados a dar sua colaboração. (CASTILHO, 1991, p.XIII)

Foram constituídas pelos diretores de unidades acadêmicas e administrativas 43 Comissões Setoriais de Arquivo (cerca de 150 pessoas), as quais participaram do "I Seminário de Sistematização de Arquivos", em 1987, no interior do qual foi ministrado o minicurso Introdução à Arquivística, dividido em três turmas, por mim, Rose Marie Inojosa e Dayse Aparecida de Oliveira, com destaque para a questão central da avaliação de documentos. Como material de apoio a comissão preparou o Manual das Comissões Setoriais de Arquivo. Como atividade prática, os alunos foram convidados a proceder a avaliação dos documentos de suas unidades e a propor o que se chamou de pré-tabela de temporalidade de documentos, sob o acompanhamento de funcionários do Arquivo e membros da Comissão.

I - OS ARQUIVOS DA UNICAMP

Nem todos os arquivos da UNICAMP são assim:



Ao longo dos anos de existência da Universidade nossos órgãos e unidades foram organizando e administrando seus arquivos (1), da forma que mais se adequava a cada um.



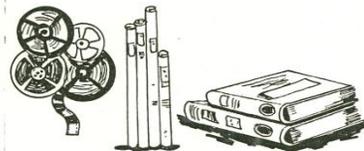
O conjunto dos arquivos da UNICAMP constituem parte de sua memória.

A memória de uma organização, assim como a memória humana, é o repositório de seus conhecimentos e experiências.

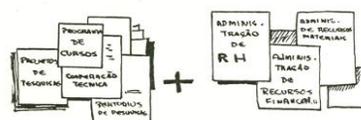
Os conhecimentos e experiências acumulados na memória, que no caso dos arquivos estão nos seus registros, nos documentos (2), oferecem base para as ações presentes e futuras dos indivíduos e organizações.

Para que a memória de uma organização possa dar respostas e subsidiar as ações presentes e futuras, ela tem de ser trabalhada nessa perspectiva mais ampla, como uma unidade que é.

Essa unidade, não obstante, é constituída por arquivos que não estão concentrados num único lugar, que são alimentados incessantemente com novos registros de informação e que têm as suas especificidades.



Muitas vezes ao usuário não basta o acesso a um ou mais arquivos isolados, porque é um conjunto de arquivos (3) que lhe oferecerá as informações necessárias para o planejamento do curso de organização e para decisões estratégicas e gerenciais, bem como, para recuperar e compreender a sua história.



Buscar a unidade e o resgate da memória, mantendo-a atuante, significa estabelecer parâmetros comuns para a organização dos arquivos da UNICAMP, respeitando sua diversidade e especificidades.

Esses parâmetros dizem respeito:

- ao modo de produção dos registros da informação (documentos);
- à forma de armazená-los e recuperá-los, e
- ao processo de avaliação.

Figura 6 – Páginas do Manual das Comissões Setoriais de Arquivo. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo CIDIC. Dossiê Comissão Executiva Projeto Sistema de Arquivos, 1988.

Os resultados desse trabalho municiaram a Comissão Executiva de informações sobre a situação dos arquivos e dos documentos da universidade, permitindo o estabelecimento da configuração do Sistema de Arquivos da UNICAMP, que foi submetida em dezembro 1989 ao Conselho Universitário, que a aprovou por unanimidade, transformando o CIDIC em Coordenadoria do Sistema de Arquivos, enquanto órgão complementar da Reitoria. A Deliberação CONSU A-39/1989, de 12 de dezembro de 1989, estabeleceu a estrutura e o funcionamento do Sistema de Arquivos, incluindo como órgão de coordenação técnica o Arquivo Central.

Ressalta-se que as bases da gestão e da preservação documental que fundamentaram a proposta de instalação do Arquivo Permanente, na Divisão de Documentação, em 1985 - Portaria GR nº 283/1985, foram mantidas e aperfeiçoadas.

É evidente que a Constituição Federal aprovada em 1988 reforçou as justificativas para aprovação do projeto pelo Conselho Universitário uma vez que em seu artigo 216, parágrafo 2º, expressava que: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quem dela necessitar”. Sobre o contexto histórico e o impacto da Constituição de 1988, no desenvolvimento da política de arquivos no Brasil, vale apresentar alguns destaques do trabalho de Bastos (2005, p.97), publicado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da realização do Seminário de Documentos Privados de Titulares de Cargos Públicos. O autor diz:

A legislação sobre arquivos reduzia-se, até recentemente, a uns poucos dispositivos constitucionais e algumas portarias e eventuais decreto. (BASTOS, 2005, p.98)

[...] o arquivamento documental no Brasil não se voltava, propriamente, para uma ordenação dos documentos produzidos pela administração pública que tornasse possível a administração futura. Os documentos eram organizados a fim de dar apoio às atividades culturais e históricas, mais do que à própria administração pública. Não se pode falar que houvesse uma política de gestão documental, apesar da criação de setores ou depósitos de arquivamento intermediário na administração, e de acervos históricos remanescentes, administrativos, cartoriais e eclesiásticos, utilizados em pesquisas históricas ou de interesse particular. (BASTOS, 2005, p.100)

Destaca-se também, que em seguida, foi promulgada a Lei Federal nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, regulamentada pelo Decreto nº 4.073 de 03/01/2002. Ainda segundo Bastos:

A Lei de Arquivos, a partir dos pressupostos constitucionais, foi significativamente abrangente e construiu novas e típicas situações. Genericamente, a Lei de Arquivos não apenas traçou uma dimensão conceitual, até então desconhecida no Brasil, mas, também, dispôs sobre o modelo de administração arquivística e definiu políticas de acesso a arquivos privados e arquivos públicos, tanto na dimensão, exclusivamente administrativa, civil e militar, inclusive quanto à crucial questão dos documentos de segurança nacional. (p.109)

[...] Há que ressaltar, ainda que, a importância do artigo 24 da Lei nº 8.159/1991, que combinado com o artigo 6º, sujeita à responsabilidade civil, penal e administrativa aqueles que desfigurarem ou destruírem documentos de valor permanente ou considerado de interesse público, assim como contra aqueles que violarem a obrigatoriedade do sigilo [...] introduzem os aspectos judiciais necessários à eficácia da lei. (BASTOS, 2005, p.111)

Fato esse que reforçou a necessidade de se instalar na Universidade o órgão que trataria de sua política de arquivos, conforme determinava a lei.

Desse modo, o Sistema de Arquivos da Universidade (SIARQ) foi instalado independente do Sistema de Bibliotecas e do Centro de Informação e Difusão Cultural, que foi extinto. A gestão de documentos, determinada nesse ato se dava por meio da constituição de uma rede integrada de arquivos (Central e setoriais) e de comissões setoriais situados nas unidades e órgão, assessorada por uma Comissão Central de Avaliação de Documentos, e da implementação de instrumentos de gestão, compreendidos por manuais de organização, classificação e de avaliação de documentos. A estrutura organizacional do SIARQ se assemelhava à implementada pelo Sistema de Bibliotecas, também em 1987.

A estrutura aprovada que previa comissões e unidades setoriais vinha ao encontro dos projetos de descentralização das atividades e de poder na universidade, no bojo da institucionalização. Conforme Castilho, que continuou coordenador do Sistema, a “implantação do Sistema representará um passo importante para a modernização da Administração Universitária e para a preservação da memória institucional”. (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Ofício nº 038/89. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-113/89)

Para se ter ideia do clima institucional, a Universidade em 1989 enfrentava uma outra greve geral em favor da autonomia da universidade, reivindicada ao Governo do Estado. Tratava-se de uma mobilização conjunta com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP). Para a UNICAMP reforçaria seu projeto de institucionalização, que ainda estava em curso.

A autonomia pedida era, sobretudo, relacionada à gestão financeira, que engessava as universidades e as tornava reféns das políticas e das tendências do governo. Santos (2008) em sua investigação da trajetória das lutas dos docentes da Universidade Estadual Paulista, pela conquista da manutenção da democracia e da autonomia, afirma:

A autonomia de gestão financeira das universidades públicas do Estado de São Paulo é fruto de uma grande mobilização e greve das universidades paulistas ocorrida ao final de 1988. Os docentes reivindicavam mais verbas como

condição para assegurar o pleno funcionamento e o caráter público e gratuito das universidades paulistas.

A preocupação com a grave situação financeira das universidades gerou intensa discussão sobre a questão da autonomia universitária, levando à criação de um movimento que se chamou *SOS Universidade*. A greve terminou em novembro de 1988, após mais de 60 dias de paralisação, mas o movimento *SOS Universidade* permanece atuante até os dias de hoje (ADUNESP, 1996).

Uma vez encerrada a greve, o governador do Estado de São Paulo Orestes Quércia decretou, no início de 1989, a autonomia financeira e de gestão patrimonial das universidades paulistas. O governador estabeleceu também um percentual de 8,4% da receita líquida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para a manutenção dos salários, do custeio e investimentos das três universidades estaduais. [...]

A autonomia de fato colocou o autogoverno como uma potencialidade a ser conquistada e/ou desenvolvida pelos trabalhadores das instituições universitárias. Todavia, o autogoverno não se dá a priori, nem se concretiza através de um decreto governamental. A sua possibilidade de existência decorre, fundamentalmente, de lutas concretas que reivindicam este sentido para a autonomia. (SANTOS, 2008, p.7)

No contexto da UNICAMP, o Conselho Universitário, por meio da Deliberação CONSU A-003/1989, de 27 de janeiro de 1989, criou uma Comissão Especial da Autonomia Universitária para estudar, avaliar e discutir com a Comunidade Universitária a Autonomia Universitária. Integraram a Comissão: Carlos Alberto Vogt, Antonio Mário Antunes Sette, Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, José Dias Sobrinho, José Galvão de Pisapia Ramos, Márcio Luiz de Andrade Netto, Antonio Fernando dos Santos Penna, Celso Augusto Palermo, Carmem Santorion, dois Representantes Discentes junto ao CONSU e os Assessores Técnicos Waldemar Giommi e Irineu Ribeiro dos Santos. A universidade trazia para si a total responsabilidade de gerenciar seus recursos financeiros, o que implicava em implementar uma administração mais eficiente.

Em 1991, na gestão do reitor Carlos Vogt, o Arquivo Central mudou-se para sua sede atual, antigo prédio da Biblioteca Central, ao lado do Diretório Central dos Estudantes. A mudança também fez com que o Centro de Memória e o Arquivo Central, definitivamente, se separassem. Cada um passou a cuidar dos seus acervos e de seus serviços. O Centro de Memória estruturou-se e constituiu equipe, assumindo os fundos documentais que estavam sob a guarda do Arquivo Central e que lhe eram de interesse como, por exemplo, o Acervo do Tribunal de Justiça (já processado e inventariado), João Falch Trinca, Jolumá Brito, entre outros. Um acervo que se tornou alvo de disputa

foi o do reitor Zeferino Vaz, já recebido e em fase de tratamento pela equipe do Arquivo Central. O professor Amaral Lapa reclamava a responsabilidade do acervo para si, uma vez que a família o contatou inicialmente. Zeferino Vaz significava UNICAMP - os documentos da gestão de Zeferino integravam o acervo - portanto, cabia ao SIARQ preservar esse acervo, assim foi decidido entre os coordenadores.

Outro episódio interessante marcou essa mudança, mas especificamente em 1989, assim que a Biblioteca se mudou para sua sede definitiva, alunos tomaram o prédio que estava destinado ao Arquivo Central, para ampliarem a sede do Diretório Central dos Estudantes, que ficava ao lado. A Reitoria vinha desenvolvendo o projeto de moradia estudantil e negociando há tempos com os estudantes. Ela providenciou, junto aos técnicos de obras do campus, uma reforma imediata no prédio, de modo a impedir que os alunos se instalassem. A equipe do Arquivo surpreendida com o fato e com a reforma, aproveitou a circunstância e preparou requisitos para que a nova sede fosse dotada de infraestrutura que estivesse de acordo com as normas específicas para prédios de arquivo. Recebeu nesta empreitada a ajuda do arquiteto Jorge Araújo, do Arquivo Nacional. Os alunos acabaram colaborando com os seus vizinhos arquivistas.



Figura 7 – Fachada do prédio do Arquivo Central pichada em decorrência da invasão pelos alunos, em setembro de 1989. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo CIDIC.

Importante destacar que a inauguração do prédio, em 1991, se deu no contexto das comemorações dos 25 anos da Universidade e da realização do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários (SNAU)⁷⁵. A cerimônia oficial de inauguração foi realizada no próprio auditório do Arquivo Central e presidida pelo reitor Carlos Vogt que também abriu oficialmente o evento.

O Seminário foi organizado em conferências plenárias, grupos de trabalho e comunicações. As conferências ficaram a cargo de: Jaime Antunes sobre o Arquivo Nacional e a política nacional de arquivos; Heloisa Liberalli Bellotto sobre uma política de arquivos para a universidade brasileira; Roberto de Andrade Martins, sobre o Sistema de Arquivos da universidade e a memória científica. Os Grupos de Trabalho versaram sobre temas arquivísticos como a organização de arquivos correntes (Marilena Leite Paes); os arquivos intermediários (Daise Aparecida Oliveira); a teoria

⁷⁵ O seminário foi patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e presidido pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho, contando ainda com a participação do professor Jaime Antunes, diretor do Arquivo Nacional como presidente de honra e conferencista convidado.

de fundo (Heloisa Liberalli Bellotto); a informática aplicada aos arquivos (Sérgio Billotta); e a avaliação documental (Rose Marie Inojosa).

Além dos debates teóricos e metodológicos havidos, as comunicações possibilitaram ainda, a troca de experiências em organização de arquivos nas universidades brasileiras, realizadas à época. Foram apresentados trabalhos referentes a fundos privados da Unicamp, como os do Arquivo Edgard Leuenroth, do Centro de Memória e do Centro de Documentação Alexandre Eulalio e do próprio Arquivo Central, bem como de experiência do Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira, da Faculdade de Engenharia de São Carlos, unidade da USP. Sobre sistemas de arquivos universitários foram apresentados os projetos de implantação do sistema de arquivos da Universidade Estadual Paulista, liderado pelo Centro de Documentação e Memória, iniciado em 1990, na qual se desenvolvia a avaliação de documentos como base para a organização dos arquivos correntes e o arquivo permanente; e da Universidade Federal do Pará, voltada para sistema de protocolo, além dos trabalhos realizados pela Unicamp. (Unicamp, ATAS, 1992)

Segundo Bottino (1995, p. 64) “este seminário pode ser considerado um marco na história dos arquivos universitários em nosso país, quando estes passam a ser vistos, como uma área especializada da Arquivologia”.

Evidentemente que esse evento foi também um marco para o Sistema de Arquivos da própria UNICAMP, que continuou, a partir destas experiências, realizando anualmente eventos abertos ao público e abrindo suas portas para atendimento a visitantes e estagiários⁷⁶.

Os projetos de preparação de tabelas de temporalidade pelas comissões setoriais continuaram, bem como a identificação e a avaliação de acervos documentais acumulados, os procedimentos de transferências de documentos e o atendimento ao público. Vale destacar, neste período, o projeto de reforma no Serviço de Protocolo, que resultou na implantação do Sistema Eletrônico de gerenciamento de documentos,

⁷⁶ Anualmente o Arquivo Central/SIARQ organiza dois fóruns permanentes, de caráter institucional, aberto ao público em geral, para tratar de assuntos específicos da arquivologia; realiza ainda cursos contínuos de capacitação em nível técnico para funcionários da UNICAMP, além de ministrar uma disciplina de gestão de documentos no curso de especialização oferecido para gerentes no Programa de Desenvolvimento Gerencial, promovido pela Agência para Formação Profissional da UNICAMP. (UNICAMP. Arquivo Central do Sistema de Arquivos. Relatórios e Dossiês do Conselho Consultivo do Sistema de Arquivos)

chamado Sistema de Protocolo, e a descentralização dos serviços para as unidades e órgãos. O Arquivo foi convidado a participar, inicialmente, de forma discreta, porque havia negociações e acertos internos naquele órgão, que precisavam ser resolvidos antes de implantação do projeto. Sendo assim, a equipe da DGA, coordenada por Vera Lúcia Randi Ferraz, integrada por Pedro Emiliano Paro e Rozineide Aparecida de Oliveira, trabalhou na sede do Arquivo Central para colher requisitos arquivísticos e de protocolo para implantação de sistema eletrônico. A equipe do Arquivo Central, constituída por mim e Maria Aparecida Forti, aproveitou a oportunidade e estrategicamente inseriu requisitos arquivísticos no sistema, que previam a gestão completa de documentos, incluindo procedimentos de protocolo e arquivos, inclusive o permanente, e que também previam a descentralização dos serviços para as unidades de órgãos.

O sistema foi desenvolvido para uso integrado das unidades e órgãos da universidade, o que implicou na criação de serviços setoriais de protocolo e de arquivos, resultando na descentralização do Serviço de Protocolo e do Arquivo da DGA. Desse modo, as unidades e órgãos acabaram assumindo a administração dos seus documentos e de seus próprios arquivos, obedecendo a normas de transferências e recolhimentos emanadas por coordenação central. Essa coordenação foi feita em parceria entre a DGA e o Arquivo Central, por meio do ato do Reitor Carlos Vogt. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 105/93)

Acreditamos que esse foi um marco importante para a efetiva construção do Sistema de Arquivos na universidade e para a identificação de agentes de protocolo e arquivos nas unidades, uma vez que foram obrigados a usar o sistema eletrônico, inclusive a Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) e a Diretoria Acadêmica (DAC), que tinham sistemáticas individuais de controle. O Arquivo Central recolheu os documentos que estavam centralizados na DGA e posteriormente da DGRH e da DAC. Evidencia-se que o Arquivo foi ganhando a confiança dos órgãos da administração e também das unidades acadêmicas.

Dessa forma, a construção do sistema informatizado provocou a efetivação do Sistema de Arquivos na universidade, cumprindo-se assim, a antiga estratégia acalentada durante a trajetória de estruturação do Arquivo Central.

A última reformulação feita se deu pela inclusão do Conselho Consultivo do SIARQ, através da Deliberação CONSU A-8, de 21 de julho de 1995, nos moldes do Sistema de Bibliotecas e a coordenação do órgão passou a ser de um profissional de carreira, com experiência em arquivos.

Na Ata do Conselho Universitário de 30 de maio de 1995, o processo de alteração foi submetido e vale destacar os pontos de discussão, em especial levantados pela professora Ângela Maria Carneiro Araújo⁷⁷ que diz:

(...) achar louvável que a Universidade esteja tentando estabelecer definitivamente o funcionamento do seu Sistema de Arquivos, mas tem ponderações a fazer sobre o texto proposto. Entende que o Sistema de Arquivos da Universidade se refere aos arquivos administrativos. É esse o tema da matéria. No entanto o Art.4º inciso II, lê-se que o acervo arquivístico deverá reunir não só os documentos produzidos pela Administração da Universidade, mas os recebidos e acumulados por pessoas naturais ou jurídicas, de direito privado, cuja custódia foi assumida pelo SIARQ, por serem considerados de interesse da Universidade. Porque tudo o que está dentro da Universidade, distribuído nos seus vários acervos, é de interesse da Universidade. É curioso que um Sistema de Arquivos voltado especificamente para a questão dos arquivos administrativos, coloque um inciso no seu Regimento que permite, adquirir, provavelmente, acervos outros documentais, de interesse para a pesquisa e para o ensino da Universidade, sendo que existe distribuído nos diferentes Institutos conjuntos de acervos voltados mais diretamente para isso. (UNICAMP. Conselho Universitário. Ata de Reunião. 30 maio 1995)

Em resposta, o professor Irineu Ribeiro, secretário geral, que trabalhou na minuta da proposta para a pauta do Conselho, procurando falar em nome do professor Ataliba, então aposentado, diz “[...] aqui está se disciplinando aqueles acervos, cuja custódia foi assumida pelo SIARQ. Obviamente, os outros todos estão fora, o SIARQ não os administra”. (idem)

Discutiu-se as fronteiras de atuação do SIARQ em relação aos já estabelecidos Centros de Documentação da Universidade e nesse caso, persistia a preocupação do SIARQ tomar posse dos demais acervos já constituídos, esclarecendo-se, portanto, nesta ocasião, que ao SIARQ caberia tratar os fundos privados que o próprio órgão assumisse.

⁷⁷ A professora Ângela Carneiro Araújo na ocasião era Diretora do AEL/IFCH, o que pode justificar suas preocupações, na medida em que procura defender os acervos documentais de posse das unidades.

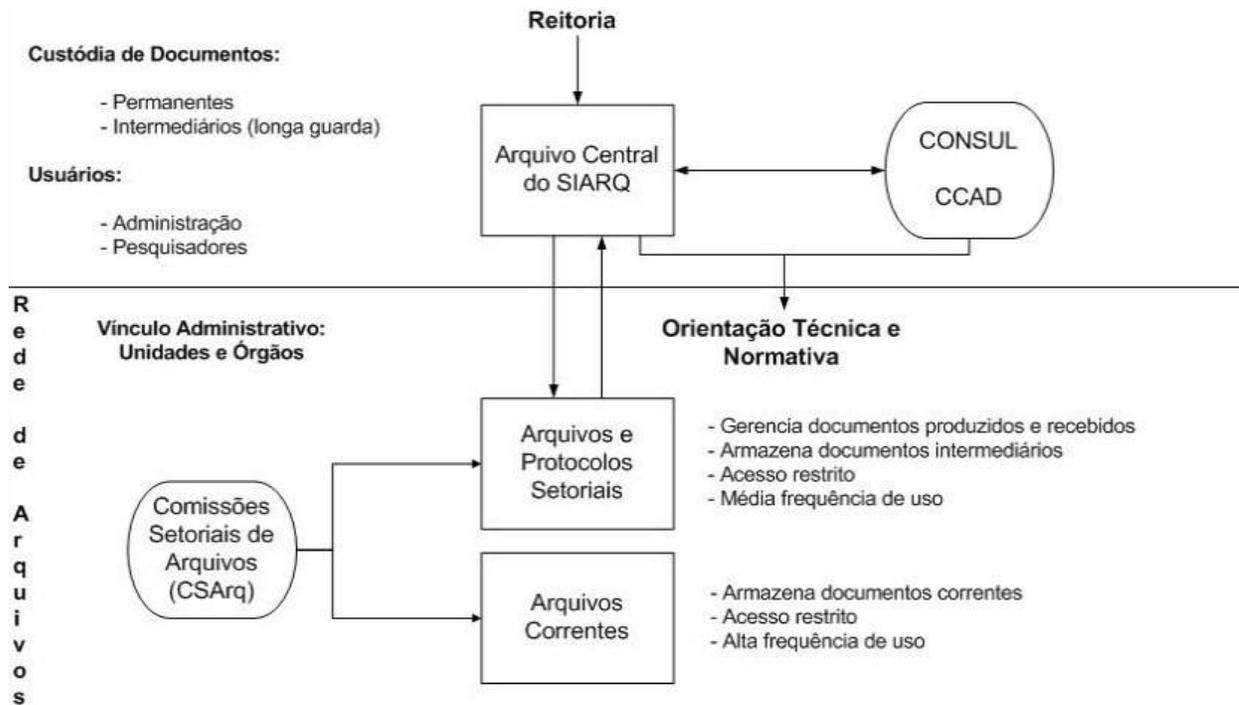
Defendeu ainda a professora Ângela que a direção do Sistema fosse docente, ao que o Conselho Universitário não aprovou e recomendou que o presidente do Conselho Consultivo fosse eleito e que a recondução do Diretor do SIARQ fosse feita a partir de parecer deste Conselho Consultivo. A proposta foi aceita pela maioria.

Ao final a estrutura proposta e aprovada pelo Conselho Universitário e devidamente expressa em sua Deliberação A-8/95, no Artigo 2º, define como competências:

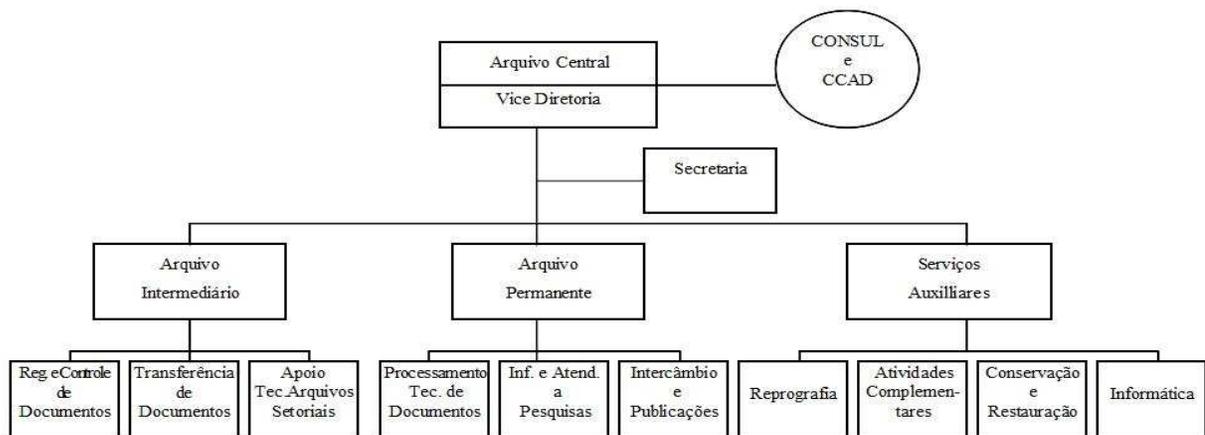
- I - desenvolver uma **política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas**, compatível com as necessidades de **agilização da informação e de eficiência administrativa**;
- II - **promover a interação e a interdependência das Unidades responsáveis pela custódia de documentos considerando** a integração das diferentes fases da **gestão documental**;
- III - assegurar condições de **conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental**, na defesa dos **interesses da Universidade** e dos **direitos da comunidade acadêmica**;
- IV - **preservar a memória da** Universidade, **protegendo seu acervo arquivístico**, para **servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica**. (Deliberação CONSU A-8/95, Art. 2º)

A estrutura político-organizacional do Arquivo Central e do Sistema de Arquivos pode ser observada a seguir:

Esquema do Sistema de Arquivos da UNICAMP



Organograma do Arquivo Central do Sistema de Arquivos



Del. CONSU A-8
Data: 21/07/95

Figuras 8 e 9. Esquema e Organograma do Sistema de Arquivos (julho de 1995).

Ainda em 1995, na gestão do Professor José Martins Filho, se desliga do SIARQ/UNICAMP o professor Ataliba Teixeira de Castilho, dando como implementado do Sistema de Arquivos, com sede própria, equipe formada, acervo constituído, gestão sendo implementada, nomeados o Conselho Consultivo e a Comissão Central de Avaliação de Documentos.

Segundo a Deliberação A-8/1995 o Conselho deve se integrado por representantes docentes, alunos e profissionais de arquivos, além de representantes da Comissão de Avaliação de Documentos, que integrada por sua vez, por um historiador, um procurador geral, especialistas de arquivos e representantes das comissões setoriais de arquivos.

De acordo com a ata, a reunião inaugural do Conselho Consultivo do SIARQ, foi realizada na sede do Arquivo Central em 27/11/1995, sob a presidência do Reitor José Martins Filho. Participaram da reunião os professores André Vilallobos, Coordenador Geral da Universidade, Maria Teresa P. Cartolano, da Faculdade de Educação, Silvia F.M. Figueirôa, do Instituto de Geociências, Paulo Micelli, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Fernando Antonio Lourenço, representando a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário; dos alunos Leonardo Franco da Silveira, Alexandre Ferracini do Diretório Acadêmico, Antonio Carlos Drumond Monteiro de Castro, da Associação de Pós-Graduandos; dos funcionários Adauto Bezerra Delgado Filho, representando a Diretoria Geral da Administração, Neire do Rossio Martins e Maria Aparecida Forti do Arquivo Central do Sistema de Arquivos.

Da narrativa da reunião, percebe-se o apoio dos conselheiros ao Sistema de Arquivos da Universidade, destacamos as palavras do professor Martins, registradas na ata:

Não podia deixar de prestigiar tal evento dada a importância da missão do Arquivo Central: a preservação da memória Universitária. Que somente um órgão isento de qualquer corrente de pensamento consegue deixar registrado para a história e para a pesquisa os passos dados pela universidade no seu todo, retratando as suas várias funções/ações. Que o respeito pelo trabalho do Arquivo Central vem desde o tempo em que foi coordenador geral da universidade, e que a sua ligação e seu interesse chegam a ser pessoal, uma vez que, está na universidade desde a sua turma de formandos e pedindo então

que registre em ata a doação de arquivo e biblioteca pessoais ao Arquivo Central, pós-morte. Ressaltou a importância do Conselho para o eficaz desenvolvimento da política documental da universidade que é um legado obrigatório às futuras gerações e portanto, prioridade para sua administração. (UNICAMP. Conselho Consultivo do Sistema de Arquivos. Ata de Reunião. 27 nov. 1995)

Ressalta-se também da ata que para a primeira reunião o Arquivo Central organizou uma exposição retratando o acervo e os serviços técnicos realizados durante o quadriênio (1992-1995) e, também constavam da pauta a proposição de projetos para melhoria da infraestrutura para preservação do acervo documental e para informatização do Arquivo, a serem apresentados para a FAPESP, sob a coordenação das professoras Maria Teresa P. Cartolano e Silvia F. M. Figueirôa. O já demonstrava que a estratégia da continuidade da participação docente na definição de políticas e no apoio à manutenção do Sistema de Arquivos, com a saída do professor Ataliba Teixeira de Castilho, foi uma medida cujo efeito foi imediato.

Assim, pode-se considerar que o SIARQ/UNICAMP foi consolidado em 1995, dez anos depois de seu projeto inicial. Em 1984, professor Ataliba Teixeira de Castilho expressava:

Para os próximos anos, como está consolidado o Sistema de Bibliotecas, o CIDIC prosseguirá nos estudos para a criação de um Sistema de Arquivos, que poderá ser o primeiro a instalar-se numa universidade brasileira. Estaremos assim, correspondendo a esforços que ora se desenvolvem no Governo Federal (vide Sistema Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983, e vide Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Governo do Estado de São Paulo, 1984). (UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Ofício CIDIC nº 01/1984)

Este estudo evidenciou que o Arquivo Central do Sistema de Arquivos, em 1995, estava em pleno funcionamento na Universidade, contando com apoio institucional.

A trajetória de constituição do acervo documental, do aprendizado e das práticas arquivísticas instituídas pelos grupos de trabalho do Arquivo Central, mais especificamente, serão abordados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – A ESTRUTURAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO CENTRAL: A MEMÓRIA DO ACERVO E UM ACERVO DE MEMÓRIAS

Coisas que mereceram a memória da sociedade (e dos arquivos) têm sido justificadas por conceitos como verdade, autoridade, ordem, evidência e valor. Mas, como a “ciência”, esses conceitos têm agora suas próprias histórias. Qual o significado de arquivos cujo poder está em seu valor de verdade? Crenças tradicionais apresentam os arquivos como guardiães da verdade: os documentos conteriam a cristalina evidência dos atos passados e dos fatos históricos. Mas e a verdade dos próprios arquivos? E quais as consequências para a história do que eles acatam? Responder a isso exige a compreensão de que os arquivos se originam das necessidades de informação e dos valores sociais dos governantes, negócios e indivíduos que os estabelecem e mantêm. Arquivos não são depósitos de documentos empilhados, mas um reflexo e uma justificação da sociedade que os produziu. Com a crescente complexidade da sociedade, de seus meios de comunicação e de suas necessidades de informação, as práticas dos que produzem documentos, assim como as instituições de memória coletiva, vêm mudando. Mas a percepção dessas mudanças se arrasta, com consequências para os que tentam compreender o passado. (SCHWARTZ, J. M; COOK, T., 2004, p.26)

O acervo documental⁷⁸ do Arquivo Central do Sistema de Arquivos foi se constituindo de acordo com a trajetória da definição das competências e a estruturação do próprio órgão na universidade. O delineamento do acervo de documentos reflete a

⁷⁸ O conceito de acervo documental ou acervo arquivístico, neste trabalho, refere-se aos conjuntos de documentos reunidos no Arquivo Central. O acervo documental divide-se em fundos e suas subdivisões, como grupos e subgrupos ou coleções, de acordo a determinação do arranjo dos conjuntos, baseado em critérios arquivísticos. No caso de conjuntos pessoais, costuma-se denominar fundo, como arquivo também. Ex.: Arquivo de Paulo Duarte ou Fundo Paulo Duarte.

própria evolução do Arquivo com seus entrelaçamentos iniciais aos outros espaços que estavam sendo construídos ou mesmo institucionalizados reformulados, sobretudo, as áreas de Materiais Especiais e o de Fotografia da Biblioteca Central, e as áreas de Microfilmagem, Protocolo e de Arquivo da Diretoria Geral da Administração, e o Centro de Memória.

Para compreender a formação do seu acervo documental, que será descrito a seguir, é preciso compreender as competências e o seu funcionamento, determinados em seus atos constitutivos. Foi preparado o Quadro Sinóptico dos Atos de Instalação e Estruturação do Arquivo Central – SIARQ (Anexo 1) que foi usado como facilitador desta análise inicial. Como já vimos no capítulo anterior, a Divisão de Documentação era um órgão subordinado ao Centro de Informação e Difusão Cultural e teve um ato de instalação, uma vez que foi considerado criado pelos Estatutos, e mais quatro atos de estruturação sendo três do próprio Reitor (Portaria GR nº 11/84, GR nº 283/85 e GR nº 376/86) e duas Deliberações do Conselho Universitário (Del. CONSU-A-39/89 e A-8/1995).

Depreende-se da análise que a atribuição da Divisão que se transformou com o tempo em Arquivo Central, era de tratar documentos da universidade, produzidos pelas funções administrativas, acadêmicas e científicas, e por documentos privados pessoais e de entidades públicas externas, recebidos por doação, compra ou custódia. O Artigo 8º do primeiro ato (Portaria GR nº 283/85) conceitua essas categorias do arranjo documental em:

Artigo 8º - Para cumprimento de suas funções a Divisão de Documentação organizará Fundos⁷⁹ Administrativos, Fundos Privados e Fundos Especiais.

§ 1º - Constituem o **Fundo Administrativo** os documentos permanentes gerados pela Universidade, relacionados com a área acadêmica, de pessoal e de contabilidade.

§ 2º - Constituem **Fundos Privados** os documentos oriundos de personalidades de destaque na vida nacional, cuja guarda foi confiada à Universidade por compra ou doação.

§ 3º - Constituem **Fundos Especiais** os **documentos de caráter científico, tecnológico e artístico gerados pela Universidade**, devidamente liberados por seus autores, e ainda os **documentos públicos da área federal, estadual**

⁷⁹ Fundo, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.40) significa, “Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras”.

ou municipal cuja custódia tenha sido assumida pela Universidade. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 283/85, Art. 8º, grifo nosso)

Na estruturação definida em 1986 (Portaria GR nº 376/86), quando o órgão assume a condição de Arquivo Central, foi suprimida a categoria de documentos públicos da área federal, estadual e municipal na constituição dos Fundos Especiais. Nas estruturações seguintes, em 1989 e 1995, são fixadas duas categorias para a constituição dos fundos: os documentos produzidos e recebidos pelos órgãos da universidade e fundos privados. Os Art. 2º e Art. 4º das Deliberações A-39/1989 e A-8/1995 definem que:

O acervo arquivístico de que trata a presente Deliberação compreende documentos de qualquer natureza, produzidos ou recebidos e acumulados:

I - pelos órgãos da Universidade no desempenho de suas funções administrativas e acadêmicas;

II - por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, cuja custódia foi assumida pelo SIARQ/UNICAMP, por ser considerado de interesse para a Universidade. (UNICAMP. Conselho Universitário. Deliberação CONSU A-39/1989; Deliberação CONSU A-8/1995)

Desse modo, a fim de acompanhar a trajetória da constituição do acervo neste período, resolvemos adotar a divisão de Fundos Privados, Fundos Especiais e Fundos Administrativos, conforme conceituam os atos constitutivos iniciais. Essa abordagem nos pareceu interessante por permitir uma visão por conjunto documental, ou seja pelas características dos fundos que constituem o acervo.

Consideramos analisar os fundos na medida em que foram recebidos pelo Arquivo, sob os seguintes aspectos: a) o fundo em si - a forma como os documentos foram recebidos, as características dos produtores, acumuladores, dos próprios documentos; b) o contexto de funcionamento do Arquivo Central - a formação das equipes, a estruturação técnico-organizacional, as práticas arquivísticas adotadas para o tratamento dos documentos; c) o uso dos fundos - atividades desenvolvidas de divulgação, atendimento a usuários, atividades culturais, que envolveram a construção de memórias; d) os relacionamentos construídos entre os agentes dos arquivos e seus usuários, incluindo a própria universidade. A ideia não é de segmentação e explicação de cada aspecto por acervo, mas sempre que possível narrar trazendo os contextos,

nos aspectos que couberem a cada fundo. O objetivo é complementar a história da trajetória de implantação do Arquivo, agora sob a ótica do interior do Arquivo. Afinal, o documento é a razão de ser de qualquer arquivo, e arquivo se confunde com a própria entidade que o produziu ou acumulou. Nesse aspecto, Camargo (2006, p.13) chega a afirmar.

[...] A relação entre o documento e a atividade que lhe deu origem é tão forte e estreita que ambos se confundem e se representam mutuamente. Daí o poder de atestação que distingue o documento de arquivo e constitui um dos pilares da teoria arquivística.

[...] quando preservados em conjunto e quando são passíveis de reconstituição das relações orgânicas que mantiveram entre si, os documentos representam a própria entidade (instituição ou pessoa) que os acumulou. (CAMARGO, 2006, p.13)

Para a construção dessa trajetória histórica, recorreremos aos instrumentos de pesquisa, aos relatos de experiências publicados em anais e revistas elaborados pela equipe do Arquivo Central, aos relatórios de atividades e atas de reuniões, aos termos de doação, documentos dos próprios fundos, entrelaçando as informações registradas às próprias memórias da pesquisadora que atuou desde o início da construção deste espaço, na direção e execução dos trabalhos. Além disso, procurou-se trazer alguns conceitos arquivísticos e de memória considerados pertinentes.

3.1 Um lugar para o Arquivo

Antes de entrarmos propriamente na histórica do acervo e seus fundos e coleções procuramos fazer uma breve introdução de como o Arquivo foi alojado e suas equipes foram se constituindo para a realização dos trabalhos.

Enquanto se consolidavam as funções do Arquivo Central, os documentos começaram a ser reunidos e tratados já no final de 1984 e início de 1985, quando a Divisão de fato começou a se estruturar.

A coordenação do CIDIC - Ataliba Teixeira de Castilho - instalou o novo órgão em uma sala no prédio da Biblioteca Central, dotada de mesa, máquina de escrever, suprimentos de escritório e uma estante, local em que me instalei para dar início aos

trabalhos arquivísticos. Prioritariamente, as atividades consistiram em identificar os documentos que estavam acumulados na Biblioteca Central e que demandavam tratamento técnico. Foram identificados e trazidos para a sala os dossiês da biblioteca de Paulo Duarte que se encontravam em uma sala com os livros “especiais”, documentos da biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda (que estavam junto livros, numa sala cedida pela Editora da UNICAMP) e documentos da própria UNICAMP, reunidos pela Biblioteca Central (localizada na secretaria da Diretoria).

Paralelamente, foram tomadas as providências para a contratação de técnicos, compra de equipamentos e materiais de escritório e para tratamento arquivístico (trinchas, papel almaço, caixas, pastas). Um processo de contratação de funcionários estava em andamento e o primeiro que chegou de um grupo de 8 previstos para aquele início de funcionamento, foi o técnico, Mauricio Mattos, em dezembro de 1984, e no início de 1985, se agregaram a equipe, Benedita Aparecida Batista Mendes, Margarida Ferreira de Lima Seixas (que ficaram prestando serviço da Biblioteca Central, até a mudança da Divisão para outro prédio), Vera Lúcia Nascimento dos Santos, Luiz Henrique Camargo, Maria Aparecida Forti.

No começo de 1985, foi assinado o convênio entre a UNICAMP e o Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas (TJC) para a custódia do acervo de processos civis e criminais produzidos no século XIII até 1940, cabendo a Divisão o seu tratamento e disposição. As funcionárias Maria Aparecida Forti e Vera Lúcia Nascimento dos Santos, foram destacadas para desenvolverem esse trabalho na sede do Arquivo do Tribunal de Justiça, onde os trabalhos de classificação e identificação deveriam ser realizados antes do recebimento pela UNICAMP. (UNICAMP. Reitoria. Processo 01-P 3685/84)

Enquanto isso, mais uma sala foi liberada pela Biblioteca Central, que foi transformada em depósito de documentos. O acervo documental até então reunido na sala de trabalho foi transferido para este espaço, que logo se juntou ao Arquivo integral de Paulo Duarte, recebido em 1985, aos processos do TJC que eram encaminhados pela equipe, em remessas constantes. Este espaço rapidamente começou a ser visitado e utilizado pelos historiadores interessados nos processos, que ficavam maravilhados ao se depararem com aquele antigo amontoado de documentos, agora organizado e disponível. Segundo Forti “[...] em alguns poucos meses os pesquisadores

já tinham material para trabalhar, e em menos de dois anos, todo o material cedido pelo Fórum já estava à disposição”. (FORTI, 1992, p.119)

A coordenação do CIDIC, por outro lado, estava empenhada na elaboração do projeto de construção e na obtenção de financiamentos para o prédio da Biblioteca Central, uma vez que aquele prédio era provisório, como vários no campus da UNICAMP, que foram construídos na década de 1970. O prédio da Biblioteca, inclusive estava previsto no Relatório de Atividades da Comissão Organizadora (1966, p.17) para ser o único prédio em destaque da UNICAMP, o que justifica o prédio atual, que realmente se destaca no cenário do campus.

Além disto, a coordenação negociava com a Reitoria um espaço para a nova Divisão que estava sendo criada, quando foi prometido um espaço no prédio do Ciclo Básico, tão logo a Faculdade de Educação se mudasse para um prédio próprio que estava em construção, o que de fato ocorreu em 1986.

O Arquivo Central mudou-se, portanto, em 1986 para um prédio de 300 m², e nele foi possível distribuir os espaços de trabalho e os depósitos de documentos, já destituídos dos serviços de Microfilmagem (que continuou na DGA) e de Fotografia (que foi alocado no Centro de Comunicação, criado em abril de 1985, que depois se transformou em Rádio e Televisão da UNICAMP).

A equipe foi reunida, inclusive, a que estava realizando o trabalho do TJC, cujo término coincidiu com a mudança, e também foi ampliada com a contratação de Robinson Augusto Cardoso, Maria Lucia Lima Cardoso, Márcia Aparecida Marques Silveira, Cristina Correia Dias Barbieri, Cerina Yoko Hidaka Matos, Enis Geraldini e Bernadete Aparecida Lopes dos Santos além de Vander de Souza Dias, emprestado do Instituto de Biologia. Assim foi possível organizar a secretaria, que desenvolvia as atividades administrativas e de manutenção, as áreas técnicas, primeiro do Arquivo Permanente, e a diretoria dos serviços. Além disso, o Arquivo contava com vários estagiários, patrocinados por financiamentos de pesquisa externos⁸⁰. A equipe além do

⁸⁰ O Professor Castilho, solicitava auxílio a instituições de fomento, por exemplo: Projeto “Preparação do Fundo Bibliográfico Sérgio Buarque de Holanda, Fundo Documental da Unicamp, Fundo Paulo Duarte e Fundo Tribunal de Justiça de Campinas - 1983 e 1985 (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – Processos: 83/00959-9 e 85/0084-8).

tratamento do acervo tinha pela frente a implantação do Sistema de Arquivos na Universidade, criado naquele mesmo ano.

O acervo documental acumulado no espaço da Biblioteca Central foi transferido para um espaço mais adequado e amplo, o que possibilitou o recebimento de mais documentos, inclusive os documentos da própria universidade, como por exemplo, da Diretoria Geral da Administração e da Secretaria Geral.

No Ciclo Básico o Arquivo Central ficou por 5 anos, quando mudou-se para o atual prédio de 1100 m², ocupado antes pela Biblioteca Central. O prédio foi reformado e ganhou 5 depósitos climatizados para a guarda de documentos.

Assim o acervo documental foi reunido, organizado e aberto à pesquisa, dividido nas categorias Fundos Privados – Pessoais; Fundos Especiais; e Fundos Administrativos (Fundo Universidade Estadual de Campinas).

3.2 Fundos Pessoais

3.2.1 Fundo Paulo Duarte

Os dossiês de Armando Sales de Oliveira e de Amadeu Amaral foram os primeiros conjuntos documentais que estavam armazenados junto ao acervo de livros que se encontrava num depósito especial da Biblioteca Central e que foram transferidos para uma sala no mesmo prédio, onde a Divisão já se instalara, em 1984.



Figura 10 – Sala na Biblioteca Central que alojou a Divisão de Documentação, em 1985. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo CIDIC (Maurício Mattos, funcionário e Sílvia de Oliveira, contrato FAPESP, no processamento de Fundos pessoais)

Durante a reconstituição do contexto de formação e de recebimento dos dossiês detectou-se que integravam a Biblioteca de Paulo Duarte adquirida em 1970 e que por carta se comprometeu a doar o arquivo, o que de fato ocorreu em 1985, após seu falecimento^{81, 82}.

⁸¹ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira. Biografia. In *Estudos Avançados*, v.8, n.22, São Paulo. set/dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018> Acesso em: 11 out. 2011

⁸² Em fevereiro de 1970, Paulo Duarte escreve ao então reitor da UNICAMP, Zeferino Vaz, manifestando seu interesse em vender sua biblioteca para a UNICAMP. O reitor solicita uma avaliação do material por uma comissão formada por: Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, da USP; José de Barros Martins, diretor da Editora Martins, e Rubens Borba de Moraes, da UnB, então considerado o maior conhecedor de livros sobre o Brasil. A comissão avaliou a biblioteca e a compra foi fechada em agosto de 1970. Dois meses antes, em reconhecimento ao interesse da UNICAMP, Paulo Duarte, em carta, se comprometeu a doar seu arquivo pessoal à Universidade. Após seu falecimento, em 23 de março de 1984, o então coordenador do Centro de Informação e Difusão Cultural da UNICAMP, CIDIC (atual Arquivo Central do Sistema de Arquivos, Siarq), Ataliba T. de Castilho, resgatou o ato de venda da referida biblioteca para a UNICAMP, onde constava a proposta de doação do arquivo. Entrou em contato com a família e, após ampla negociação, transferiu o arquivo para a UNICAMP, que estava armazenado na Indústria Metal Leve, em poder de José Mindlin, amigo de Paulo Duarte. Em agosto de 1994, toda a documentação foi transferida do SIARQ para o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio-CEDAE. (Guia de Fundos Centro de Documentação Alexandre Eulálio – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP – Disponível em: <http://www.sistemas.UNICAMP.br/SAH> - Acesso em: 11 out. 2011)

Os dossiês de documentos de Armando Sales Oliveira⁸³ compreendiam correspondências e projetos do período em que fora interventor federal do Estado de São Paulo, entre 1933 e 1935, e governador (eleito pela Assembleia Constituinte) de 1935 a dezembro de 1936, ocasião em que foi criada a Universidade de São Paulo. Projetos e plantas do campus integravam o conjunto, além de convites a Levi- Strauss, Roger Bastide e outros dossiês de implantação daquela universidade, o que demonstrava a relação de Paulo Duarte com Armando Sales de Oliveira, como pode ser observado num texto biográfico redigido pelo professor Erasmo Garcia Mendes, na sessão Perfis de Mestres na revista Estudos Avançados:

Quando, durante a interventoria de Armando de Sales Oliveira, teve início o movimento do qual resultou a criação da Universidade de São Paulo — entre 1933 e 1934 —, Paulo Duarte fez parte do *entourage* de Júlio de Mesquita Filho, composta de expoentes da *intelligentsia* paulista para elaborar o projeto que materializaria a instituição. Seu propósito, provavelmente, incluía uma participação ativa quando a Universidade estivesse em pleno funcionamento, mas o novo exílio imposto pelo Estado Novo frustrou esse desejo. (ESTUDOS AVANÇADOS, v.8, n.22, São Paulo, set/dez. 1994. Sessão Perfis de Mestres – Paulo Duarte) (MENDES, 1994, on-line)

Os dossiês de Amadeu Amaral, jornalista, folclorista, filólogo, poeta e político, atuante nas décadas de 1910 a 1920, em São Paulo, eram compostos por escritos originais de seus estudos sobre o dialeto caipira, artigos diversos de jornais e poesias. Documentos que, provavelmente, foram usados por Paulo Duarte, nas coletâneas de obras de Amadeu Amaral, que publicou em 1948 (*Política Humana*), em que reúne escritos publicados no jornal “O Estado de São Paulo”, durante as décadas de 1910 e meados de 1920, sobre diversos assuntos e *Tradições Populares*, sobre folclore e Amadeu Amaral por ele mesmo⁸⁴.

Paulo Duarte, nascido em São Paulo, no Bom Retiro, no dia 16 de novembro de 1899, foi jornalista e redator chefe do jornal o Estado de São Paulo, e trabalhou com Amadeu Amaral, até seu falecimento no ano de 1927. Em alguns trechos de seu

⁸³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. **Armando Sales**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales> Acesso em: 11 out. 2011.

⁸⁴ FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, Política e Folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2007.

depoimento para a Folha de São Paulo, Paulo Duarte conta suas relações com o jornal, onde atuou de 1918 a 1950, e como o encontrou Amadeu Amaral:

Na redação de "O Estado" fui encontrar o Amadeu Amaral, que era muito amigo de meu pai. Nos primeiros dias de jornal, fui chamado pelo Júlio Mesquita, o velho Júlio Mesquita, que me deu a incumbência de fazer a cobertura do lançamento da primeira pedra da Faculdade de Medicina, ali em frente ao cemitério do Araçá. O dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, que era o diretor da Faculdade de Medicina desde 1912, fez um discurso muito bonito na ocasião.

[...] "Voltei creio que em fins de 1934 [após exílio em 1933] e reassumi minhas funções no jornal. Jamais me desliguei. Eu acho que "O Estado" sempre acertou nas suas concepções políticas, tendo em vista sua orientação conservadora. E lá sempre tive a mais ampla liberdade de escrever, inclusive de defender minhas idéias socialistas. Nunca recebi qualquer restrição. Eram meus companheiros, no jornal, Orniz da Silva, Leo Vaz, Caetano Mieli, Amadeu Amaral, Afonso Schmidt, os Ancona, pai e filho e Sud Menucci. Fui redator-chefe até 1950." (Jornal Folha de São Paulo, 8 de janeiro de 1979, sessão Jornalistas contam sua história, n.4, Depoimento ao jornalista Noé Gertel. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_4.htm> Acesso em: 11 out. 2011) (DUARTE, 1979, on-line)

Os dossiês eram instigantes pelo conhecimento que traziam sobre a história social, cultural e política do Brasil contemporâneo, como também pelos desafios aos arquivistas, na identificação dos contextos de produção, acumulação e organização, e assim para as definições sobre o tratamento técnico, como arranjo e descrição, deveria ser implementado. Na busca dos documentos de compra da biblioteca, a nova equipe descobriu que havia um arquivo inteiro para ser recebido.

O arquivo recebido em 29 de abril de 1985, pela equipe do Arquivo Permanente da Divisão de Documentação da UNICAMP desencadeou projetos de organização que propiciaram ao mesmo tempo, trabalho e aprendizado. A experiência que foi apresentada durante o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, organizado pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos, em 1991, revela esse processo de recebimento:

Recolhemos os documentos provenientes de São Paulo, que encontravam-se acondicionados em pastas e pacotes avulsos, ou dentro de nove armários de aço, não identificados. Eram documentos textuais (manuscritos, impressos etc.) e materiais especiais (fotos, slides, filmes, peças arqueológicas, objetos, medalhas, gravuras etc.) e fichários. A fim de se proceder os primeiros registros e estabelecer um plano de arranjo, fizemos estudos sobre a biografia de Paulo Duarte em obras especializadas e em suas memórias (nove volumes) e, com

uma cronologia básica em mãos, pudemos partir para a análise dos próprios documentos.

Toda a massa documental recebida necessitava, preliminarmente, ser organizada de forma que o arranjo original fosse respeitado, uma vez que, se visualizava claramente que isto não estava acontecendo. Havia grande volume de pastas fora dos arquivos e as que se encontravam dentro destes nem sempre estavam ordenadas. (FORTI, 1992, p.140)

A organização do Arquivo não foi uma tarefa simples. A equipe, recém formada teve que enfrentar um desafio devido à complexidade do Arquivo e de sua extensão. Assim segue o relato:

[...] o material previamente limpo e disposto em ordem permitiu-nos uma segunda análise, agora minuciosa em seu conteúdo e descobrimos, finalmente, a lógica de organização dada por Paulo Duarte. Percebemos que havia na maioria das pastas, indicadores que as classificavam em três conjuntos intitulados: Documentos, Documentos Especiais e, Artigos e Referências.

[...] a) Documentos: compõem-se de documentos de diversas tipologias reunidos por Paulo Duarte em pastas em sequência cronológica. Compreendem: correspondências, recortes de jornais, textos e manuscritos diversos; b) Documentos Especiais: nesta classe, Paulo Duarte, reuniu individualmente, os documentos sobre pessoas e assuntos (temas e instituições), naturalmente ligados as suas atividades principais. Constituem-se por suas características em dossiês. [...] Artigos e referências: estão agrupados nesta classe, em ordem cronológica, os artigos de jornais e revistas escritos por Paulo Duarte e/ou sobre ele bem como algumas correspondências.

[...] o conjunto de documentos audio-visuais e iconográficos é extenso. [...] Só para se ter uma idéia existem nesse Fundo 1500 fotografias e 2000 slides, que Paulo Duarte utilizava em suas aulas e conferências ou mesmo ilustrações de publicações e uma considerável quantidade de documentos iconográficos e cartográficos. (FORTI, 1992, p.141-142)

Percebe-se que havia duas preocupações na base da organização dos arquivos: os princípios arquivísticos (*respect de fond* e ordem original) e a abertura imediata para a pesquisa. Por um lado, o Arquivo precisava respeitar os preceitos da Arquivologia e a equipe estava aprendendo a fazer isso, pois não vinha de pronto. Cada arquivo é um arquivo, já diziam os teóricos. Arquivo é diferente de biblioteca e a equipe era formada por bibliotecários em fase de aprendizagem e que compreendiam a delicadeza da situação e da manutenção dos arquivos em questão⁸⁵. Por outro lado, existia a expectativa de abrir para pesquisadores, bem como de conhecer os pesquisadores

⁸⁵ O que na certa motivou Heloisa Liberalli Bellotto a escrever o capítulo “Documento, informação e meios institucionais de custódia e disseminação” em que caracteriza Arquivo, Biblioteca, Museu e Centro de Documentos, publicado no livro “Arquivos permanentes: tratamento documental”. (BELLOTTO, 2007)

desse novo espaço e detectar seus perfis e interesses. O texto abaixo revela um pouco desse desafio:

[...] Um conjunto documental particular extenso como é o de Paulo Duarte, exige cautela, esforço e muita técnica para conservá-lo íntegro e orgânico e ao mesmo tempo, possível de ser consultado. A nossa preocupação foi a de mantê-lo na sua forma original e extrair daí instrumentos que possibilitassem, de forma imediata, o seu uso, mesmo que modesto. São 1053 aproximadamente, as unidades arquivísticas de documentos manuscritos, textuais, impressos como jornais e revistas, contidas em 13 arquivos de aço. (idem, p. 143).

A documentação desse arquivo era diversificada em conteúdo, suportes, gêneros, espécies, formatos. Um verdadeiro laboratório para a nova equipe que se formava. Portanto, grandes questões foram postas como, por exemplo, sobre o tratamento de objetos, coleções etc. A título de exemplo, o acervo compreendia o capacete utilizado por Paulo Duarte durante a Revolução de 1932, pastas do tipo executiva utilizadas em congressos, carimbos, canetas de uso pessoal, medalhas de santos e ainda medalhas e comendas recebidas em condecorações. Peças de arquivo ou de museu? Organizar em séries tipológicas ou funcionais? Trazia também coleções de cartões postais, de obras de arte e também arquivo dentro do arquivo, como o Arquivo da Revista Anhembi e do seu Escritório de Advocacia, por exemplo.

Era escassa a literatura sobre o tratamento de arquivos. A base de orientação eram os textos oferecidos, muitas vezes em apostilas, por Heloisa Liberalli Bellotto⁸⁶ ou então os manuais do CPDOC e algumas publicações sobre conservação do Arquivo Nacional. A literatura estrangeira como Schellenberg, T.R. servia de referencial geral, mas exigia muita adaptação. Tratar documentos pessoais e privados, em 1984 e em 1985, era realmente um desafio. Em se tratando de arquivos privados muitas questões nesta área ainda estão por ser problematizadas e resolvidas. A professora Ana Maria de Almeida Camargo ao relatar o trabalho desenvolvido junto ao acervo de Fernando Henrique Cardoso afirma:

⁸⁶ O livro "Arquivos permanentes: tratamento documental", de Heloisa Liberalli Bellotto, foi publicado em 1991, com edição revista em 2004, e se tornou a mais importante obra orientadora para organização de Arquivos Permanentes no Brasil.

Os arquivos pessoais nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística, e as razões desse desvio são várias e poucas vezes justificadas. Quando os documentos são gerados por uma instituição, vem descritos a partir de atividades, funções e repartições que a caracterizaram ao longo do tempo; se reunidos por pessoas ou famílias, acabam por sugerir a adoção de critérios totalmente alheios ao sentido ou à lógica de sua acumulação, como se tal preceito não lhes fosse aplicável. (CAMARGO, 2007, p.36)

No tratamento técnico do Arquivo de Paulo Duarte observaram-se os princípios da proveniência e da ordem original. O desafio, porém, colocado à equipe, diante de um extenso arquivo como aquele, se deu na descoberta da lógica de acumulação e de organização, de modo a permitir uma leitura que revelasse suas intenções de acesso e interesses.

O arquivo compreendia as produções de Paulo Duarte em decorrência do exercício de suas funções enquanto jornalista, professor universitário e político, bem como de assessoria em administrações públicas. Exerceu multifunções como, por exemplo, atuou como jornalista no jornal “O Estado de São Paulo”, tendo ocupado o cargo de redator-chefe por quase 50 anos. Editou a Revista Anhembi e publicou livros nesse período. Foi chefe de gabinete do prefeito Caio Prado e trabalhou na criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo e com Mário de Andrade na criação da Biblioteca Municipal de São Paulo, criou o Instituto de Pré-História e o Museu Paulista, incorporados à USP, foi responsável pelo projeto de lei de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Também foi professor pela Universidade de São Paulo. Na política atuou como deputado estadual por duas vezes e, foi exilado e preso durante o regime de Vargas. Escreveu nove livros de memória, num total previsto de quatorze.

O Arquivo de Paulo Duarte demonstrava que ele o conservou porque tinha noção de sua importância para a construção de história e das memórias de seu tempo. Os seus próprios textos, ou sobre ele, eram guardados em uma ala denominada “Artigos e Referências”, as cartas eram elaboradas, muitas vezes, com cópias. Era bibliófilo, trabalhou na preservação de sambaquis, de sítios arqueológicos e pela pré-história brasileira e se percebe que esses valores ligados à preservação de patrimônio e memória, estavam em seu arquivo. Esse fundo documental constituía-se de vários arquivos e coleções, meticulosamente preservados, ou seja, eram arquivos dentro de

seu arquivo. Alguns deles organizados meticulosamente: as pastas constituídas por documentos em ordem cronológica de entrada no arquivo continham índices que remetiam aos documentos que, por sua vez eram paginados, tal como acontece com os processos jurídicos, por exemplo. Da Revista Anhembi, como exemplificação, guardou todo o arquivo, desde o projeto de criação, incluindo dossiê sobre o processo que definiu o nome do periódico, sua linha de atuação, a constituição do conselho editorial, todos os artigos submetidos, os aprovados e os reprovados, com suas correspondências, até o fechamento da revista, e a luta para obtenção de recursos para sua continuidade.

Paulo Duarte fazia uso do arquivo o tempo todo, ou para guardar documentos ou para usar os documentos guardados, como podia se observar pelos escritos e as citações referenciadas de documentos do arquivo. Foi editor-chefe e as gavetas daquele arquivo, certamente, foram abertas muitas vezes em busca de referências para seus editoriais e artigos. Após sua aposentadoria, compulsoriamente pelo AI-5, passou a fazer uso do acervo para a escrita de suas memórias. Em seus livros há fotos do acervo, cópias e citações de documentos. Vendeu a biblioteca com todo o arquivo.

O arquivo foi organizado em dossiês e coleções, respeitando os próprios títulos atribuídos originalmente, sempre que possível. Foram elaborados inventários onde se descreve todo o acervo.

Em 1995, quando da institucionalização definitiva do Sistema de Arquivos, cujo foco era UNICAMP, o professor Ataliba articulou, junto ao coordenador geral da Universidade, ambos do Instituto de Estudos da Linguagem, a transferência desse arquivo para o Centro de Documentação Alexandre Eulálio do mesmo instituto. A justificativa se deu pela aproximação das temáticas do fundo Paulo Duarte e as do Centro, e pelos princípios do próprio SIARQ.

3.2.2 Fundo Sérgio Buarque de Holanda

Outro arquivo pessoal recebido pela Divisão foi o de Sérgio Buarque de Holanda, iniciando com algumas cartas, poucos cadernos de anotações de pesquisa e algumas

cópias e originais de documentos de arquivos, que vieram com a biblioteca, em 1982 e a partir de 1984, e depois em sucessivas remessas. Outros documentos foram incorporados por Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda (ou D. Maria Amélia, como era conhecida), esposa de Sérgio Buarque de Holanda, sendo que em algumas situações, as remessas eram entregues em mãos, em sua residência, a um enviado da UNICAMP, ou por meio de emissários que vinham à universidade⁸⁷.

O arquivo de Sérgio Buarque muito menor em dimensão que o de Paulo Duarte, diferia também, na relação do dono com o seu próprio acervo pessoal. Paulo Duarte se caracterizava como “guardador” de tudo, de bilhetes e desenhos em guardanapos (desenho inclusive de Mário de Andrade) a cópias de cartas enviadas a diferentes destinatários. Sérgio Buarque tinha uma dinâmica diferente, sua biblioteca era organizada de acordo com sua própria lógica de recuperação e interesse, livros no chão, livros nas estantes, livros na escada, e dessa forma ele produzia suas pesquisas e suas obras⁸⁸.

Os documentos do seu arquivo pessoal eram mantidos em pastas, caixas, em gavetas, o que normalmente acontece com os arquivos pessoais, sem critérios rigorosos de organização e indexação. Muitas cartas foram achadas, por exemplo, dentro de livros de sua biblioteca, pelos próprios bibliotecários da UNICAMP, que as remetiam à Divisão.

D. Maria Amélia, na medida em que achava conveniente, encaminhava os documentos ao Arquivo Permanente. Naturalmente, havia documentos familiares ou íntimos, que ela desejou manter em seu arquivo pessoal. Todavia, providenciou cópias de fotografias pessoais (retratos de Sérgio Buarque, de amigos, de família), os documentos de identificação (carteiras de identidade, passaporte etc.), vários dossiês,

⁸⁷ O contato, com D. Maria Amélia, se deu em 1984, quando enviei um bilhete, por meio do cantor João Bosco, que estava em Campinas para um show, promovido pelo DCE da UNICAMP, para o Chico Buarque, perguntando sobre o arquivo de Sérgio Buarque (na ocasião trabalhávamos com alguns cadernos e poucas cartas). O bilhete chegou às mãos de Maria Amélia, que em seguida veio a Campinas visitar a biblioteca e com a primeira pasta de documentos.

⁸⁸ Artigo sobre a biblioteca e o Arquivo de SBH como, por exemplo: CARVALHO, T. C. O. de; VAL, M. R. S. R. do; BRUNO, S. L.. **A biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda**. *Ethnos Brasil* (Nupe-Unesp), n.2, set., 2002, p.17-20 (artigo bilíngue: português-inglês); e MARTINS, N. do R.; SILVEIRA, M. A. M. **Apresentação: compilação de imagens do arquivo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda**. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: EduERJ, 2008. p.669-718.

um deles, por exemplo, contendo os artigos publicados em jornais, por Sérgio Buarque, cuidadosamente colecionados por sua irmã Cecília, e outros de documentos sobre o Brasil Democrático, o Instituto de Estudos Brasileiros.

D. Maria Amélia reuniu o Arquivo de Sérgio Buarque, encaminhando inclusive, as matérias publicadas em jornais e revistas sobre o pesquisador, artigos e livros publicados sobre sua obra, alimentando esse arquivo referencial, muito tempo depois de seu falecimento. Ela foi importante na construção e na preservação da memória de Sérgio Buarque e de seus conhecimentos.

O papel de D. Maria Amélia nos leva a refletir sobre a importância dos familiares na construção de memórias de intelectuais ou pessoas públicas, que fazem a diferença na sociedade, seja ela qual for. D. Maria Amélia sabia da dimensão e da importância do trabalho de Sérgio Buarque não só no Brasil, mas também no exterior.

Mantinha contato com pesquisadores, alunos e amigos que trabalhavam com Sérgio Buarque ou que pesquisavam suas obras. D. Maria Amélia sempre se mostrou zelosa no que dizia respeito ao arquivo, a imagem e a memória de Sérgio Buarque que era exigente quando se tratava de suas pesquisas e, portanto, das coisas relacionadas ao seu trabalho. Exemplificando, logo após o falecimento de Sérgio Buarque, confiou os manuscritos que ainda poderiam ser publicados à análise de Antonio Cândido e ao historiador José Sebastião Witter, que se encarregou de publicar o último trabalho de Sérgio Buarque, “O Extremo Oeste” (em 1986). Após, a publicação encaminhou os originais ao arquivo. Outro original encaminhado foi de sua tese para professor da cadeira de História da Civilização Brasileira, da USP com restrição que proibia a publicação, porque Sérgio Buarque não desejava a sua publicação por questões pessoais. Mesmo após insistência de pesquisadores justificando a excelência da obra, ela não abriu mão da decisão e se manteve fiel à determinação de Sérgio Buarque. Todavia o arquivo está aberto à pesquisa, inclusive a monografia.

Neste arquivo em especial, houve a intervenção direta de D. Maria Amélia na definição das memórias que deveriam ser preservadas de Sérgio Buarque, numa parceria interessante com a equipe do Arquivo Central, que recebia, registrava, ordenava e descrevia, buscando sempre suas contribuições.

Ao final de 2004 a última remessa de documentos, do núcleo de documentos pessoais de Sérgio Buarque, integrou um conjunto com mais de dois mil itens documentais, como pode ser observado no quadro 1:

Fundo SBH Séries	Conteúdo	Quantidade de documento
Vida Pessoal	Certidões (nascimento, casamento, cartões pessoais, fotografias (112 itens), medalhas de honrarias	242
Correspondência	Cópias de correspondências expedidas (1pasta) e originais recebidos (14 pastas). Essa série possui índices onomástico e temático	390
Produção Intelectual	Constam: Cadernos de anotações de pesquisa (72 com 519 docs. descritos); Originais e cópias de obras (822)	897
Produção de Terceiros (outros autores, incluindo textos sobre sua obra)	Dossiê de resenhas de Raízes do Brasil (78 itens); Originais e cópias de teses, originais e cópias de documentos de arquivo (inc. séc.XVI)	472
Documentos complementares	Dossiês com artigos de jornais (homenagens póstumas) e sobre SBH e sua obra após seu falecimento	184
Dossiês	Dossiês: Centro Brasil Democrático; Instituto de Estudos Brasileiros; Prudente de Moraes; Museu de Arte Moderna;	37
	TOTAL	2222

Quadro 1 - Fundo Sérgio Buarque de Holanda (Out./2011)

Remessas posteriores foram entregues, mas constituíam-se em produtos de pesquisadores recebidos por D. Maria Amélia, ou matérias de jornais ou revistas que ela mesma coletava. A organização do acervo se deu na medida em que as remessas eram recebidas pelo Arquivo.

Em duas ocasiões Heloisa Bellotto auxiliou na determinação do arranjo, uma no início, em 1983, com poucos documentos, quando ainda se encontravam com os livros que estavam sendo identificados. Daí já surgiu uma estrutura de arranjo e foi sendo reajustada na medida em que o arquivo foi sendo reunido e ampliado devido as remessas encaminhadas. A opção da equipe do Arquivo foi de estabelecer um programa descritivo levando em conta item a item documental, uma vez que o acervo era de pequena dimensão, para elaborar um catálogo.⁸⁹

⁸⁹ Heloisa Liberalli Bellotto veio para participar da reunião da Comissão de documentação em 1984, e aproveitou para ver a documentação e ajudar no projeto de organização. Depois ajudou no novo delineamento do arranjo, tal como está atualmente no Catálogo do Arquivo de Sérgio Buarque de Holanda. Diante de todas as remessas recebidas e de novos olhares e possibilidades, como é o caso da proposta de Paulo Elian para arquivos de cientistas, o arranjo pode ser validado ou revisto.

Vale observar que foram reunidos 72 cadernos contendo anotações das pesquisas incluindo transcrições de documentos inteiros, que Sérgio Buarque de Holanda fez em diversos arquivos no Brasil e em Portugal e que foram descritos como documentos individualizados, ou seja, foram feitos verbetes para o conteúdo dos cadernos. Cabe observar que durante essa tarefa de descrição observou-se que muitas das cópias foram elaboradas por D. Maria Amélia que acompanhava Sérgio Buarque nesse trabalho de busca de fontes nos arquivos. Esse crédito foi dado na descrição dos verbetes. Isso fez com que o catálogo se tornasse extenso.

O fundo, como pode ser observado no Quadro I é composto por correspondências, documentos pessoais, produção intelectual (com documentos produzidos em decorrência de suas atividades como professor universitário, jornalista, historiador e escritor) e dossiês (conjuntos específicos de sua atuação no Museu de Arte Moderna, no Instituto de Estudos Brasileiros e na Frente Brasil Democrática), e séries de documentos de terceiros, ou seja, documentos originais ou cópias, que Sérgio Buarque utilizou para seus trabalhos, ou teses e dissertações de alunos que orientou. A série de documentos complementares é quase que um fundo a parte, pois foi reunida por D. Maria Amélia após seu falecimento.

Uma atividade interessante de se destacar, realizada pelo Arquivo Central é a parceria realizada, informalmente, com os pesquisadores que consultam o fundo, na construção do próprio catálogo. Os pesquisadores são convidados a conferir os verbetes elaborados pela equipe técnica e sugerir correções e melhorias, na medida em que leem novamente os documentos. Um exemplo, dessa parceria, são os índices onomástico e temático das séries vida pessoal e correspondência, preparado pelo pesquisador Conrado Pires de Castro (aluno de pós-graduação, que desenvolveu a pesquisa “Raízes do Brasil e o debate sobre a modernização da sociedade brasileira”). O Catálogo de Sérgio Buarque de Holanda publicado na Internet apresenta a descrição de 2677 verbetes. Essa relação entre a equipe e os pesquisadores resulta inclusive em publicações conjuntas como, por exemplo, o livro “Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas”⁹⁰.

⁹⁰ Catálogo do Fundo Sérgio Buarque de Holanda. Disponível em: <http://www.siarq.UNICAMP.br/siarq/images/siarq/pesquisa/catalogos/catalogo_sbh.pdf>. Acesso: 05 set. 2011.

Sérgio Buarque de Holanda se tornou um dos mais respeitados historiadores brasileiros. Sua obra é referência fundamental para os estudos sobre o Brasil, para diversas ciências. Publicou 10 livros, sendo o mais conhecido *Raízes do Brasil*, de 1936, objeto de inúmeras edições e inúmeras publicações (críticas literárias, resenhas, artigos analíticos). Desse modo, suas obras são memórias mais do que vivas sobre o conhecimento que deixou e o seu arquivo pessoal contribui, uma vez que conserva os documentos produzidos e acumulados durante sua trajetória de vida e de trabalho, incluindo seus originais datilografados, anotações manuscritas, fichamentos⁹¹.

São inúmeros trabalhos de pesquisa publicados em revistas científicas, teses e dissertações e livros publicados tendo como base os escritos de Sérgio Buarque, escritos em seus livros, ou em seus documentos de arquivo, como cartas, artigos de jornais, textos originais e o seu arquivo pessoal tem servido de fonte. Fonte para organização de coletâneas de suas obras, muitas vezes desconhecidas e trazidas novamente ao presente. As obras *O espírito e a letra*, organizada por Antonio Arnoni Prado (1996) e *Para uma nova história*, organizada por Marcos Costa (2004), e a mais recente *Capítulos de história do Império*, organizada por Fernando A. Novais (2010) constituem-se em coletâneas de textos originais ou publicados escritos por Sérgio Buarque, são exemplos desse resgate.⁹² A memória preservada, só faz sentido com esse movimento de análise, de novos olhares e novos conhecimentos,⁹³.

O Arquivo Central trabalha na divulgação do acervo e é um modo de também construir e manter a memória desse conhecimento e do próprio Sérgio Buarque de Holanda, na medida em que, organiza eventos e publica instrumentos de pesquisa.

Esse fundo documental é muito utilizado e se tornou referência para pesquisadores do Brasil e do exterior. Entidades como jornais e revistas, também são

⁹¹ NEWMANN-WOOD, V. C.; CARVALHO, T. C. O. N de. **Referências bibliográficas de/sobre Sérgio Buarque de Holanda**. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.641-668.

⁹² O livro *Capítulos de história do Império*, por exemplo, é a publicação de um original datilografado, inacabado, de Sérgio Buarque, que provavelmente será mantido em seu Arquivo. (HOLANDA, S. B. *Capítulos da história do Império*. Organização Fernando A Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.)

⁹³ *O Espírito e a Letra* (org. Antonio Arnoni do Prado) 2 vols. São Paulo, 1996; *Para uma nova história* (org. Marcos Costa). São Paulo, 2004; e *Capítulos de História do Império: Sérgio Buarque de Holanda* (org. Fernando A. Novais). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

usuárias, quando da elaboração de matérias sobre a obra ou mesmo sobre o personagem Sérgio Buarque.

Fora do núcleo delimitado do arquivo produzido e acumulado por Sérgio Buarque, há um “arquivo paralelo e complementar” que cresce constantemente. Trata-se das obras produzidas a partir da pesquisa em seu arquivo, doadas por pesquisadores usuários, que sabem da importância dessa agregação, quase como que uma continuidade da própria obra de Sérgio, também reunida num só lugar e disponível para pesquisa.

Dadas as características peculiares de constituição desse arquivo pessoal, cujos recebimentos de documentos da família foram feitos em várias etapas, constituindo-se num fundo aberto, obrigou a equipe do Arquivo Central a revisar a estrutura de arranjo estabelecida. Interessante notar que também o conhecimento sobre organização de fundos privados pessoais avançou e se modificou, durante esse período. Com falecimento de D. Maria Amélia, o fundo pode ser considerado fechado, o que propiciará um novo olhar sobre a sua organização, ou mesmo somente na descrição de organização de instrumentos de pesquisa, que façam melhores conexões de conteúdos e mesmo de agrupamentos.

O relacionamento com a sua biblioteca que está sediada na área de Coleções Especiais da Biblioteca Central se dá por meio de parcerias para organização de eventos, atendimento de usuários e nos relacionamentos entre instrumentos de pesquisa, ocorrendo inclusive remissivas entre sites.

Trabalhar com arquivos pessoais exige muita habilidade nas práticas de organização para que não se interfira nas marcas deixadas por seus titulares, marcas essas que são importantes na construção das representações sobre as pessoas. Há conhecimentos e motivações, às vezes, implícitas na forma de ordenar pastas, despercebidas num primeiro olhar. As formas de acumulação, de dedicatórias, de anotações, a dinâmica de produção dos registros, os fichamentos, todos são indicativos sensíveis de um trabalho que deve ser respeitado, antes da manipulação simples e puramente técnica. É preciso sensibilidade no tratamento de arquivos pessoais, antes de se estabelecer critérios de organização e da disposição à pesquisa. Essa sensibilidade, a meu ver, deve estar presente na relação com o arquivo, na relação com

os próprios produtores, ou com familiares. Algumas ocasiões, esse contato me fez conhecer histórias muito particulares, alegres, tristes, nem sempre perceptíveis no arquivo, que emocionam e que, em certas situações, extrapolam e nos vinculam àquela história de vida.

Michael Pollak em seus estudos sobre história oral e na maneira de se tratar as entrevistas e os entrevistados, bem como os historiadores com mudanças em seus objetos de pesquisa, do papel para o microfilme, por exemplo, diz que:

Há historiadores que são fãs dos arquivos, que sentem a necessidade de segurar o papel velho, e que falam disso, do mesmo modo que eu posso falar, depois da entrevista, do cafezinho servido por aquela velha senhora que quase me chamou de filho... cada vez que ocorre uma mudança no trabalho, ela se traduz quase que fisicamente na sensibilidade das manipulações. Seria muito interessante refazer uma história das ciências questionando a importância dessa sensibilidade no contato com os materiais sobre os quais a gente trabalha, em relação àquilo que a gente pesquisa e sobre o que a gente escreve. (POLLAK, 1992, p. 212)

No caso do Fundo de Sérgio Buarque, essa relação com a equipe do Arquivo Central que trata do acervo se deu na medida em que D. Maria Amélia se envolveu com a equipe. Mantinha contatos contínuos, pessoalmente ou por meio de familiares. Era uma forma de estar presente no arquivo, como uma pequena extensão de sua casa, ou melhor, do escritório de Sérgio Buarque, zelando pela memória ou memórias de uma convivência e de uma obra. A presença da seriedade e do afeto.

3.2.3 Fundo Zeferino Vaz

Outro fundo privado recebido durante esse período pelo Arquivo Central foi o de Zeferino Vaz, fundo esse que já havia sido negociado em 1981, conforme citado no capítulo anterior. Dada as características e as formas de entrada de documentos no Arquivo Central, em 1984 e depois em 1986, representou outro desafio para a equipe de organização, na própria formação e identificação do fundo que estava acumulado em mais de uma fonte, ou seja, do mesmo titular, mas de proveniência diversa.

As questões mais inquietantes relacionavam-se as características gerais do acervo, ou seja, identificar se os documentos eram privados ou públicos, durante a constituição do acervo. Depois, durante o arranjo interno dos conjuntos, detectar os conjuntos oriundos de funções estritamente pessoais e as funções públicas ou profissionais. Questões, muito parecidas com o que POLLAK afirma quando trata das transferências e projeções ocorridas em estudos de memória, especialmente no método de história oral, em que os marcos da vida oficial se confundem com as da vida privada. O autor ensina:

[...] se fizermos entrevistas com personagens públicas, a vida familiar, a vida privada, vai quase que desaparecer do relato. Iremos nos deparar com a reconstrução política da biografia, e as datas públicas quase que se tornam datas privadas. É claro que não podemos interpretar isso exclusivamente como uma espécie de sobre-construção política da personagem. Pode ocorrer de fato que as coações da vida pública, como por exemplo o tempo disponível, levem uma pessoa, a partir de um certo momento de sua vida, a reduzir-se praticamente à personagem pública, à representação dessa personagem. Não se deve, portanto considerar esses aspectos como indicadores de dissimulação ou falsificação do relato. O que importa é saber qual é a ligação real disso com a construção da personagem. (POLLAK, 1992, p. 203)

Podemos afirmar que o Arquivo de Zeferino Vaz era um desses casos, em que os documentos refletiam essa transferência da vida pública para a vida privada. Os documentos eram representantes de suas atividades profissionais em diversas instituições por onde atuou.

Primeiramente a equipe recolheu da Reitoria o acervo que se encontrava no Gabinete do Reitor, constituído por documentos da gestão do professor Zeferino Vaz. Por outro lado, foram recolhidos documentos da Secretaria Geral, também do período da gestão do professor Zeferino Vaz, que presidia o Conselho de Diretores (que funcionou até 1986, quando da instalação do Conselho Universitário). Outra fonte foi a família, que doou o acervo para a UNICAMP (representada pelos filhos: Marli, Fernando e Sérgio), e entre os documentos pessoais que se encontravam em seu escritório residencial e seu escritório da USP, havia documentos de sua gestão na UNICAMP, ou seja, que complementavam o arquivo do Gabinete do Reitor da UNICAMP. A última fonte foi o arquivo constante do seu último escritório na UNICAMP, enquanto presidente da Fundação de Desenvolvimento da Universidade (FUNCAMP).

A dificuldade de organização se dava em respeitar o princípio da proveniência e identificar o público do privado ou de caráter pessoal.

Durante a organização a equipe recorreu, mais uma vez, a especialistas externos e nesse caso, foi Dayse Aparecida de Oliveira que orientou sobre a manutenção dos documentos da Secretaria Geral, como um grupo documental, e a formação de grupos representativos do Gabinete do Reitor, identificados por reitor, por exemplo: GR I- Cantidio de Moura Campo, GR II-Mário Degni, GR III-Zeferino Vaz, assim, todos os documentos relativos a gestão de Zeferino Vaz à frente do Gabinete da Reitoria da UNICAMP foram referenciados nesse último grupo. Os documentos doados pela família foram arranjados, respeitando-se, sempre que possível a forma original, de modo que os conjuntos representem as funções exercidas por Zeferino Vaz e conseqüentemente, as diversas instituições, de tal forma que os documentos produzidos em decorrência de suas atividades de reitor da UNICAMP, podem ser identificados e referenciados no grupo GR III, unindo-se assim, a partir de instrumento. A organização baseou-se no respeito ao contexto em que os documentos foram produzidos, ou seja, levou-se em conta as funções determinantes para a produção dos documentos. Inicia-se por aspectos da vida pessoal, ou documentos de identificação e os escolares, seus escritos, ou seja, produção quando não vinculada a algum órgão ou função determinada e procurou-se manter os conjuntos de acordo com a proveniência de produção, exemplo: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e aí seus dossiês específicos. O fundo foi descrito em nível de inventário, e foi disposto à pesquisa pública.

O Arquivo de Zeferino assemelhava-se ao de Paulo Duarte em tamanho e em desafios. Zeferino Vaz trabalhou em diversos lugares e o arquivo é bem representativo de suas atividades pessoais e profissionais: vai do período em que era estudante até seu doutoramento em medicina pela Universidade de São Paulo; suas atuações como professor e diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e da Medicina de Ribeirão Preto, também na Universidade de São Paulo, de que foi um dos fundadores; como Secretário de Saúde do Estado de São Paulo; presidente do Conselho de Educação de São Paulo; um dos fundadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); interventor da Universidade de Brasília; presidente da Comissão

Organizadora e depois Reitor da UNICAMP; fundador e diretor da Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas (FUNCAMP).

Este Fundo documental mostrava-se fundamental para os estudos sobre a implantação da universidade e sobre outras instituições em que Zeferino trabalhou ou manteve algum tipo de relacionamento.

3.2.4 A Gestão de Fundos Pessoais

Além desses arquivos que foram destacados, devido a suas características e impacto na trajetória de formação do Arquivo Central, outros fundos também importantes foram incorporados ao Arquivo Central durante esse período. As histórias de recebimentos variam; entretanto, normalmente, foram coletados em momentos de comemoração em que seus nomes foram lembrados, ou por meio de doações de pesquisadores do Arquivo.

Dadas a circunstâncias, o próprio Arquivo procurou os familiares ou mesmo o titular do arquivo para obtenção de informações e de documentos que possam interessar à UNICAMP, ou complementar o seu acervo permanente, ou mesmo suscitar novas pesquisas. Na primeira situação, por exemplo, o Arquivo Central obteve por doação os acervos documentais os professores Antonio Augusto de Almeida, em 1991, que foi o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Médicas e integrante da Comissão Organizadora da UNICAMP, por ocasião das comemorações dos 25 anos da UNICAMP; Sérgio Pereira da Silva Porto, em 1992, cientista encarregado pela formação do Instituto de Física da Universidade e da criação do Departamento de Eletrônica Quântica; Antonio Negreiros de Paiva, em 1995, um dos fundadores do Instituto de Biologia, a partir de doação por parte da família.

Foram doados por pesquisadores do Arquivo Central, por exemplo, as entrevistas gravadas por Stela Maria Meneghel e Elói José da Silva Lima, de professores, gestores e funcionários que atuaram no período de criação e implantação da UNICAMP, produzidas durante as suas pesquisas para elaboração de dissertações de mestrado na Faculdade de Educação, intituladas “Zeferino Vaz e a UNICAMP: uma

trajetória e um modelo de universidade” e “A criação da UNICAMP: administração e relação de poder numa perspectiva histórica”, respectivamente.

Durante as comemorações dos 30 anos da UNICAMP, em 1996, o Arquivo inaugurou uma forma nova de coletar documentos e depoimentos de pessoas que vivenciaram a UNICAMP, usando a tecnologia da informação e de comunicação, especialmente a Internet, para divulgar o acervo de documentos do Arquivo, o próprio Arquivo e a história da universidade, ou de algum órgão específico. Um exemplo é o desenvolvimento de sítios por ocasião de comemorações, que permitem, a coleta de depoimentos e de documentos. Várias unidades incluíram o Arquivo Central em seus projetos comemorativos, tais como Instituto de Matemática e Ciência da Computação; Faculdade de Engenharia de Alimentos; Instituto de Física, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Educação, Instituto de Estudos da Linguagem, Faculdade de Engenharia Mecânica, Instituto de Biologia, Instituto de Engenharia Elétrica e da Computação.

Para esse tipo de comemoração o arquivo contribuiu com a preparação de levantamentos de fontes do acervo permanente, prepara as fontes para uso, identifica pessoas para entrevistas, auxilia na preparação de estudos, inclusive eventos como exposições, seminários, encontros etc. Os sítios, às vezes desenvolvidos por equipe do próprio Arquivo, compreenderam a apresentação de históricos, como linhas do tempo (com a trajetória da unidade), publicação de entrevistas com funcionários, professores, alunos e formulários específicos para que a comunidade preste depoimentos sobre sua vivência na UNICAMP, além de exposições documentais. Os sites que serviram como canal de comunicação dos eventos acadêmicos e de festividades, coletas de depoimentos, publicações de textos, foram armazenados pelo Arquivo Central, constituindo-se em documento múltiplo. Tornaram-se, portanto, importantes instrumentos de construção de memória, de coleta de documentos e informações que complementam os fundos documentais e a própria memória coletiva da unidade especificamente, e da universidade.

O site das comemorações de aniversário de 40 anos da Faculdade de Ciências Médicas⁹⁴ pode oferecer uma ideia de um trabalho como esse. O Arquivo Central, junto com equipe daquela faculdade organizou uma exposição de fotografias das 40 turmas, encontradas em diversos grupos documentais do próprio Arquivo Central, como da Diretoria Acadêmica, Secretaria Geral e Faculdade de Ciências médicas. Convidou a comunidade, especialmente ex-alunos, para complementar a exposição virtual. Ao término das comemorações a exposição tinha mais de 350 fotografias, além de depoimentos emocionados de ex-alunos sobre suas vivências na universidade. Reproduzimos abaixo alguns depoimentos e são muitas as percepções sobre vidas, sentimentos de pertencimento, os contextos social, político e de estrutura da própria faculdade, as relações dos alunos com os professores e entre os próprios alunos:

Fragmentos inesquecíveis de uma história feliz. De um calor gostoso no encontro igual de amigos - professores, alunos, funcionários e pacientes na busca de uma grande Casa e de uma grande Causa. O tempo andando ... as grandes questões políticas, de estrutura física, de inovação curricular, de avaliação e redirecionamento acontecendo paralelamente à resolução de pequenos problemas que apareciam e... apareciam e... apareciam... naquela velho prédio. O tempo e o empenho eram divididos na direção e dimensão da premência ... e todos coríamos.

Professores, antigos e novos alunos, exaustos residentes, enfermeiras, assistentes sociais, secretárias, funcionários, livreiros, os pacientes em melhor estado - sempre com suas bolsinhas e cabides de soro - a conversar no Banco da Patologia, embaixo de uma grande jabuticabeira ... no centro de um vaivém de alunos indo para o Paulistão, pacientes graves para a Emergência, peças e lâminas da Patologia para as provas ... e até mesmo as tristes macas que se dirigiam para a Necrópsia. Quantas grandes idéias, estratégias, sonhos, teorias e romances lá se definiram...

A reforma para o embelezamento dessa adolescente em flor, nos idos de 70, passava sempre por uma mão de tinta no Paulistão. Lembro-me, pelo menos, de umas doze demãos naquele espaço. A cada nova cor um acontecimento, sempre único... Aulas magnas, discussões políticas acaloradas, as primeiras teses de doutorado, experiências pedagógicas ousadas, planos de mudança e construção de um novo hospital ... Que delícia e que saudade...

Com o amadurecimento os domínios foram se ampliando... o Casarão dos Ambulatórios, a Biblioteca no sótão, os Laboratórios no entorno, a casa cor-de-rosa, o embrião do Boldrini na esquina de cima e o Centro Acadêmico na esquina de baixo... até a chegada - no barro e entre pés de cana - em Barão Geraldo.

⁹⁴ Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, **Depoimento de Sílvia Véspoli 1968 – 1984**: para os 40 anos da Faculdade de Ciência Médicas. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: <<http://www.fcm.UNICAMP.br/40anos/index.html>> Acesso em: 01 de outubro de 2011.

De lá para cá muita coisa aconteceu... e hoje temos essa quarentona séria e competente, respeitada, plena em sua missão. Parabéns. A ela muita admiração e agradecimento por ter permitido que, privilegiados como eu, partilhassem dessa trajetória que consolidou, para muitos, momentos e amigos inesquecíveis. (Sílvia Véspoli, 1968 – 1984, <http://www.fcm.UNICAMP.br/40anos/index.html>) (UNICAMP, 2011, on-line)

Desse modo, o Arquivo assumiu também o papel de guardador de memórias individuais e iniciou o processo de construção de memórias coletivas e da formação da identidade da universidade, ao mesmo tempo recolheu os documentos coletados, por este meio, e os incorporou ao dossiê das comemorações, ou constitui coleções de documentos institucionais ou pessoais, em caso de doações de acervos. As páginas web, ou seja, os documentos digitais também são preservados. O que torna pertinente a compreensão sobre esse papel especificamente.

3.3 Fundos Especiais: um capítulo a parte

O ato de instalação da Divisão, como já vimos anteriormente, define fundos especiais, aqueles formados por coleções oriundas de pesquisas ou similares, e documentos públicos sob custódia da Universidade. Essa definição abarca vários conceitos arquivísticos e intenções. Coleção designa um conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Difere do conceito de fundo porque este pressupõe um conjunto de documentos reunidos em cumprimento de uma atividade e, portanto, os documentos em si têm organicidade (BELLOTTO, 2006).

[...] O Serviço de Arquivo Permanente é constituído pelos Fundos Administrativos da UNICAMP, **Fundos Privados**, **Fundos Especiais**, estes últimos, formados por Coleções oriundas de Pesquisas ou Similares e Documentos Públicos sob a custódia da Universidade. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 11/1984)

As coleções são comumente encontradas em instituições arquivísticas e centros de documentação. Coleções oriundas de pesquisas podem ter sido colocadas para designar conjuntos de documentos de professores e de projetos.

A custódia é outro conceito que designa o ato de se assumir a responsabilidade jurídica de guarda e proteção, independentemente de vínculo de propriedade, isto é, guarda, trata, protege, dispõe ao acesso à pesquisa, mas não pertence ao Arquivo.

No caso do Arquivo Permanente o conceito de “Documentos públicos⁹⁵ sob a custódia da Universidade” vinha atender ao propósito de se receber na UNICAMP acervos documentais emanados do poder público, ou seja, que foram produzidos por outras instituições públicas.

3.3.1 Processos do Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas (Séc.XVIII e XIX)

O acervo correspondente a um conjunto de processos do Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas (Séc. XVIII e XX) é um exemplo desse tipo de situação, e que de fato, em 1984, foi recebido sob a custódia pela UNICAMP, por meio de convênio firmado com o Fórum da Comarca de Campinas. (UNICAMP. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Convênio de Cooperação nº 3685/84, firmado entre a Universidade Estadual de Campinas e o Tribunal de Justiça de São Paulo – Fórum da Comarca de Campinas)

Como citado anteriormente era um antigo anseio de um grupo de pesquisadores a vinda para salvaguarda desse arquivo do século XVIII até 1940, que se encontrava inadequadamente guardado nas dependências do Tribunal. O trabalho apresentado no I SNAU, pela equipe do Arquivo Permanente, que ficou encarregada de executar o acordo, isto é, recolher e tratar o acervo, intitulado o “Arquivo histórico do Tribunal de Justiça de Campinas: experiências com arranjo”, faz a seguinte introdução:

Um grupo de historiadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, entre eles os professores Robert Slenes, Héctor Hernan Bruit, Ademir Gebara, Peter Eisenberg, José Roberto Amaral Lapa (hoje diretor do Centro de Memória da UNICAMP), desencadeou em 1984, um movimento, não rumoroso, porém eficaz, em defesa da preservação e organização de um grande conjunto de documentos do Tribunal de Justiça de Campinas, que abarcava um período iniciado no Século XVIII até meados deste século; o

⁹⁵ Documento Público: (1) Do ponto de vista da acumulação, documento de arquivo público / (2) Do ponto de vista da propriedade, documento pertencente ao poder público / (3) Do ponto de vista da produção, documento emanado do poder público. (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005).

material consistia em uma pirâmide de processos acumulados no solo e subsolo do Arquivo Geral do Fórum, em condições de acondicionamento desfavorável e com recuperação difícil.

[...] O Prof. Peter Eisenberg, um dos mais assíduos consultentes daqueles documentos, passava horas desempenhando processos para conseguir localizar assuntos, pessoas, enfim, dados que interessavam às suas pesquisas, como ele próprio dizia: “Era um trabalho árduo devido ao esforço pela busca, porém compensador dado à riqueza do material.” (FORTI; NASCIMENTO, 1991. p. 115).

A equipe de funcionários foi ampliada para mais dois técnicos Maria Aparecida Forti e Vera Lúcia Nascimento, além de estagiários e alunos de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que foram se alternando na medida em que os trabalhos aconteceram.

Outro desafio de organização, mais uma vez foi a manutenção dos princípios arquivísticos da proveniência e da ordem original diante de um amontoado de documentos. Primeiramente, a equipe desenvolveu estudos a fim de se conhecer a estrutura e o funcionamento do Fórum, detectando a presença de cinco cartórios que produziam os processos. O grande conjunto documental acumulado não estava separado por origem, portanto, a primeira tarefa foi selecionar os processos por organismo de produção. Como cada cartório, produzia processos obedecendo aos mesmos aspectos da forma, ou seja, controle por número, nome do réu da ação, etc., na capa, porém, organizava os processos diferentemente. Uns organizavam por tipo de ação, por exemplo, os inventários estavam reunidos em ordem cronológica, outros por ordem numérico-cronológica. Seguiu-se a ordenação original, de modo a respeitar e a facilitar as buscas pela própria unidade produtora. O arquivo constituía-se em sua maioria por processos cíveis (Inventários, testamentos, despejos, falências, etc.), e criminais em número menor.

A equipe que trabalhou na sede do Arquivo Geral do Fórum, muitas vezes, durante a identificação dos processos, se detinha em um ou outro, para ler as histórias que palpitavam daquelas antigas páginas, como de ações de libertação de escravos, de crimes de época, como roubo de frutas, brigas de vizinhos ou inventários de barões, com listas enormes de escravos ou projetos arquitetônicos de prédios da cidade, como do antigo Teatro Municipal Carlos Gomes (que fora derrubado). Eram muitas as revelações de um período antigo, da formação da cidade de Campinas, ainda chamada

de freguesia de São Carlos, ou de Jundiaí, e isso se dava normalmente, em meio a muita emoção.



Figura 11 – Sala na Biblioteca Central, onde alojou a Divisão de Documentação do CIDIC, em 1985. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo CIDIC, onde aparece o estagiário Emerson Elias de Almeida, em atividade.

Os documentos foram listados com o uso de máquinas de escrever manual numa relação de remessa, em duas vias, que serviu como primeiros instrumentos de busca. O trabalho durou cerca de dois anos, com uma equipe de três técnicos e alguns estagiários.

Outro fato que chamou a atenção da equipe foi que, logo depois de ter sido organizado e identificado, o próprio Fórum passou a fazer uso daquele arquivo, aparentemente sem interesse imediato à entidade, abrindo ações, em especial de inventários de bens de famílias.

Foram transferidos 41.367 processos para a sede da Divisão de Documentação, antigo prédio da Biblioteca Central, conforme quadro abaixo (idem, p.120):

Cartórios	Datas-Limite	Quantidade
1º Ofício	1793-1940	12794
2º Ofício	1854-1940	7589
3º Ofício	1802-1940	11833
4º Ofício	1897-1940	7648
5º Ofício	1929-1940	1503
TOTAL		41367

Quadro 2 – Conjuntos de Processos do Tribunal de Justiça de Campinas (Séc.XVIII e XX)

Em 1991, este acervo, que havia sido transferido ao prédio do Ciclo Básico, onde o Arquivo Permanente funcionou ao lado do Centro de Memória, foi transferido para a responsabilidade daquele Centro, e está até a data de hoje aberto à pesquisa pública.

3.3.2 O Caso do Arquivo Municipal de Campinas

Outro fato interessante é que esse modelo de convênio gerou, no mesmo ano de 1985, o interesse da própria Prefeitura de Campinas, em oferecer para a custódia da UNICAMP, acervo documental do município. Uma matéria no Jornal Diário do Povo, de Campinas, dá a seguinte notícia:

Os arquivos da Prefeitura de Campinas deverão passar para a guarda e responsabilidade da UNICAMP, através de convênio que está em fase final de estudos no gabinete do prefeito Magalhães Teixeira. A idéia, segundo o chefe de gabinete do prefeito, Plínio Guimarães, surgiu na época da assinatura do convênio que passou todo o arquivo judiciário da comarca de Campinas e região para a UNICAMP, que está implantando um centro de memória regional. [...] Atualmente, os documentos da Prefeitura estão guardados no sub-solo do Paço Municipal e do prédio do Setec. Mas estão em estado deplorável no arquivo subterrâneo e por esta razão a cidade esta correndo risco de perder documentos históricos datados desde o século 19. São protocolos, comunicados, correspondências, requerimentos, decretos, atos do prefeito e todo tipo de papel comum à tramitação da atividade pública que inclusive são muito procurados por historiadores e pesquisadores, já que cerca de 40 pessoas procuram o arquivo diariamente para consultas. [...] A idéia inicial, segundo Plínio Guimarães, era a formação de um Arquivo Municipal, no antigo prédio da Mogiana. Esta hipótese chegou até mesmo a ser discutida em duas reuniões do Conselho do Patrimônio Histórico, e previa a inclusão também do Arquivo da Câmara Municipal. “Com a passagem do

arquivo Judiciário para a UNICAMP começamos a pensar se não seria muito mais fácil para a população se todo o arquivo histórico de Campinas estivesse concentrado em um só local. Como a UNICAMP terá 600 metros quadrados só para isso, acho que seria ideal se ela ficasse também com o arquivo da Prefeitura. Mas o projeto está em fase final de estudos”, disse Plínio Guimarães. (Diário do Povo, 31 de março de 1985, Dossiê Convênio Prefeitura, Grupo CIDIC) (Arquivo Central da Unicamp)

O projeto chegou a ser encaminhado para a Câmara, entretanto, não foi aprovado porque se defendia a ideia da criação de um Arquivo Municipal, de acordo com os projetos de modernização de arquivos, incluindo a implantação de sistemas de arquivos em outras esferas do governo. Para se ter ideia, o Arquivo Nacional, entrou nesse debate, e a diretora manifestou-se contrária ao projeto num ofício encaminhado ao prefeito de Campinas, justificando os motivos e recomendando a criação de um Arquivo Municipal, chamando a atenção para as responsabilidades da prefeitura no processo de preservação do seu próprio arquivo e apontando o papel das instituições estaduais e a própria universidade na construção desse processo. Vale destacar o texto do ofício, para se entender o contexto arquivístico defendido durante a década de 1980:

Durante a 1ª Semana do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo tive conhecimento da possibilidade de transferência de parte do acervo documental dessa Prefeitura para o Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

Essa transferência significa, evidentemente, a partilha do acervo público da cidade de Campinas e contraria todos os princípios da preservação e guarda de documentos públicos que norteiam atualmente a administração do patrimônio documental arquivístico nos diversos países do mundo.

Como Diretora-Geral do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, não posso deixar de me manifestar sobre o assunto e recomendar a V.Sa. A criação do Arquivo Municipal de Campinas como medida indispensável a qualquer proposta de preservação da memória da cidade, parte considerável da história de São Paulo e de nosso país.

De acordo com os mais modernos conceitos de arquivo público, não se reconhece a separação entre arquivo histórico e arquivo administrativo. Um arquivo municipal tem a função precípua de recolher, preservar, organizar e dar acesso aos documentos produzidos pelos órgãos do poder público municipal, tenham eles valor probatório, científico, cultural ou informativo. Essa função independe de quaisquer outros valores que possam ser atribuídas a esse conjunto indivisível de documentos, produzidos ou acumulados por esses órgãos no exercício de suas atividades.

Gostaria de lembrar ainda a V.Sa. A importância que deve ser dada ao papel da Prefeitura na guarda, preservação e controle das informações relativas ao município, especialmente no momento em que a nação envida esforços para a preservação do patrimônio cultural do nosso país. Faz parte da luta pela descentralização política e pelo restabelecimento da autonomia dos estados e

municípios da federação o resgate dos deveres de acumular e preservar os documentos produzidos pela administração pública.

Com esta posição não desejo excluir a participação da UNICAMP nesse processo. Ao contrário, gostaria apenas de esclarecer o papel que cada instituição deveria desempenhar no processo de preservação do patrimônio arquivístico desse município:

- à Prefeitura, através de um arquivo municipal, caberia o recolhimento, a guarda, preservação e organização desse patrimônio, bem como a criação de condições para o seu acesso á consulta;
- à Universidade, através de seus quadros de pessoal, caberia o fornecimento dos recursos humanos qualificados para as tarefas de identificação e organização do acervo, bem como na disseminação de informações e utilização do acervo;
- ao Arquivo do Estado de São Paulo, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo caberia a orientação técnica necessária à execução dos trabalhos de preservação do acervo.

Estou certa do empenho de V.S^a no encaminhamento da melhor solução para o patrimônio público documental do município de Campinas. Por essa razão, comunico a V.S^a que darei ciência das considerações que aqui apresentei ao Reitor da Universidade Estadual de Campinas, Dr. José Aristodemo Pinotti, à Diretora do Arquivo do Estado de São Paulo, Dra. Inês Etienne Romeu, e ao Supervisor do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, Prof.Dr. José Sebastião Witter. Acredito firmemente nos resultados favoráveis que decorrerão do esforço conjunto dessas instituições. [...] (Cópia de Ofício nº 232, de 19 de julho de 1985, de Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Diretora-Geral do Arquivo Nacional, a José Roberto Magalhães Teixeira, Prefeito Municipal de Campinas – Dossiê Convênio Prefeitura de Campinas, Grupo CIDIC)

Os jornais passaram a noticiar a intenção da Prefeitura e a Câmara organizou debates para esclarecer aspectos políticos e técnicos do projeto. Numa dessas notícias, o Jornal Correio Popular do dia 14 de agosto, anunciou a realização de um debate técnico na Câmara Municipal, para o dia seguinte, e na matéria cita o interesse da UNICAMP e de uma briga entre o Grupo de Estudos para Preservação da Memória de Campinas e o Centro de Memória, o que teria provocado o pedido de vistas do vereador Aduino Marconsin sobre o projeto⁹⁶. Em resposta ao artigo, em 15 de agosto de 1985, o diretor do Centro de Memória–UNICAMP, José Roberto Amaral Lapa, fez publicar uma carta de esclarecimentos sobre a posição da UNICAMP. Alguns trechos da carta:

[...] Em primeiro lugar, devemos esclarecer que a iniciativa de propor eventual oferecimento, sob custódia, da documentação considerada “histórica” de propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas, para o Centro de Memória – UNICAMP, partiu de uma decisão do sr. prefeito municipal de Campinas, dr. José Roberto Magalhães Teixeira e através do então secretário-chefe, do gabinete, dr. Plínio Guimarães Moraes, procurou o reitor da UNICAMP dr. José

⁹⁶ Artigo “Câmara vai debater mudança de arquivo”. Jornal Correio Popular, 14 de agosto de 1985.

Aristodemo Pinotti e a nós, para manifestar aquela sua vontade a ser naturalmente submetida à soberana decisão da Câmara Municipal, sem que com isso pudesse significar qualquer alienação daquela parte do acervo, correspondendo grosso modo ao período de 1882 a 1940, que continuaria de inteira propriedade da Prefeitura Municipal [...]

O Centro de Memória – UNICAMP não está nem poderia estar contra as disposições do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – Saesp – mas o que pretende, desde que isso seja possível e nos seja permitido, é integrar os referidos Sistemas.

[...] Pessoalmente, nunca fomos contrários a que a Prefeitura crie o seu Arquivo Municipal, integrando também um sistema municipal de arquivos, para o que em diferentes momentos, a convite da Prefeitura, demos nossa modesta contribuição, participando de encontros, discussões e comissões, na gestão de mais de um prefeito da cidade.

Portanto, pelo menos da parte do Centro de Memória – UNICAMP não há uma “briga” “acirrada” em torno da posse desse acervo, como registra a matéria. Não chegamos em qualquer momento a tomar alguma iniciativa nessa direção, tampouco fomos exercer qualquer pressão junto aos senhores vereadores ou à Prefeitura. Afinal, não havíamos pedido nada, mas é claro que se algum dia fomos oferecido algum acervo em risco de continuar se deteriorando ou vir a perder-se, sem que esteja sendo competentemente tratado e consultado, à Universidade caberá naturalmente, cumprindo com suas próprias finalidades, abrigá-lo oferecendo arranjo técnico para esses documentos, bem como ainda dando total, público e democrático acesso às suas informações para todo e qualquer interessado.

Se como diz a matéria, a egrégia Câmara Municipal de Campinas apoia o grupo local de “técnicos em acervo histórico” interessado que a parte histórica do Arquivo Geral da Prefeitura nela permaneça, não poderíamos estar contra essa decisão. Antes pelo contrário, se pudermos ser úteis poderemos oferecer nossa colaboração nesse sentido, tanto ao nível técnico, pois também dispomos de recursos nesse sentido, quanto pela folha de serviços que há muitos anos e pessoalmente, os professores agora membros do Conselho Científico do Centro de Memória – UNICAMP e os estudiosos que integram o seu Grupo de Estudos de História Regional têm oferecido à memória e ao conhecimento histórico de nossa cidade e de sua região. [...] (Carta de José Roberto Amaral Lapa publicada no Correio Popular de 15 de agosto de 1985 – Coluna do Povo. Dossiê Convênio Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas. Grupo CIDIC)

No dia seguinte, em 16 de agosto, a Câmara organizou um debate, com a participação de representantes da Prefeitura e da UNICAMP, e especialistas do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, do Arquivo do Município de São Paulo, da Universidade de São Paulo e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), cujos resultados subsidiaram a não aprovação do projeto⁹⁷.

⁹⁷ Entre os especialistas se encontravam o supervisor do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, José Sebastião Witter e a chefe da Seção Técnica de Manuscritos do Arquivo Histórico do Município de São Paulo, Dayse Aparecida de Oliveira, Sérgio Billotta da Fundap, Heloisa Liberalli Bellotto da USP. E representando a UNICAMP: José Roberto Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho e um grupo de historiadores.

Destacar este episódio em torno do acolhimento de documentos públicos pela universidade nos pareceu muito interessante por abrir possibilidades ou reafirmar direcionamentos relacionados a definições de políticas arquivísticas e metodologias voltadas para soluções dos problemas de gestão, preservação e acesso de documentos das instituições. O fato de o debate ter sido público e envolver tantas instituições sobre o tema “arquivo” já foi importante por trazer à luz, naqueles tempos, um tema ignorado pelas administrações públicas e distante também dos cidadãos. Ficou demonstrado o empenho e a unidade de diferentes grupos políticos e técnicos de organização de arquivos, em torno da difícil missão de defender as ideias modernizadoras que direcionavam para a implantação de processos de gestão documental e de convencer as administrações públicas da necessidade de sua implementação e manutenção, como forma de corrigir problemas crônicos de organização, preservação e acesso a documentos públicos e privados.

Muito embora, nesse caso em específico, a Prefeitura e a Câmara Municipal não demonstraram ações imediatas para atender aos apelos no sentido de implantar medidas de gestão para estancar tal situação. O Arquivo Municipal de Campinas somente foi criado em 1999, 15 anos depois⁹⁸. Atitude que vem confirmar o relato sobre as experiências desenvolvidas nesse campo, por um grupo de especialistas da FUNDAP, que anunciava essa cultura organizacional, já em 1984:

[...] O que se encontra com muita frequência são administradores ansiosos por se libertarem de seus “arquivos mortos”. Mortos porque silenciosos. De um lado, há o desconhecimento do administrador do potencial que o arquivo de sua organização pode representar em informações necessárias às suas tomadas de decisões. De outro lado há depósitos atulhados e sem processamento técnico, que não são capazes de responder às perguntas eventualmente formuladas pelos administradores. Assim, a falta de perspectiva de utilização efetiva dos arquivos tem gerado uma tendência à eliminação ativa (por meio de descarte de documentos) ou passiva (por ausência de condições ambientais de conservação e de tratamento técnico do material. Esse tratamento dos documentos e arquivos públicos redundava, num segundo momento, no empobrecimento progressivo do patrimônio cultural da comunidade onde atua a organização, furtando-lhe uma parcela constituinte de sua identidade. (p.74-75)

⁹⁸ O Arquivo Municipal de Campinas foi criado em 1999, como Coordenadoria Setorial de Arquivos, que agregou o Arquivo Geral (responsável por aquela documentação histórica) e compôs o setor de arquivo intermediário e o setor de arquivo histórico (que vinha sendo organizado, de forma autônoma, desde 1991), segundo informações contidas no sítio.: http://2009.campinas.sp.gov.br/campinas/atracoes/culturais/arquivos/arquivo_municipal/

[...] Refletindo significativamente a visibilidade dos arquivos pelo administrador, os depósitos de documentos arquivados, em todos os órgãos em que atuamos, reuniam as piores condições de conservação para o material armazenado (papel em sua maior parte) subsolos e porões, barracões, cubículos abafados e até garagens poluídas são locais, onde hoje, os documentos públicos são guardados. Em quase todos esses depósitos, com pouca visibilidade de limpeza e poeira acumulada por anos a fio, pacotes de processos, ofícios, correspondências, documentos fiscais etc se amontoam em estantes de madeira ou simples pilhas com pouca ou nenhuma identificação de conteúdo. Nas melhores situações, havia nos pacotes a identificação do ano de produção e do número dos processos. (BILOTTA, 1984, p.76)

O assunto na universidade não se estendeu e o projeto não teve mais andamento⁹⁹.

Por parte da UNICAMP, a polêmica, certamente, exigiu reflexões dos grupos e autoridades locais acerca da constituição de acervos documentais de pesquisa e das políticas de arquivos para a própria universidade, cujos processos se encontravam em pleno desenvolvimento, especialmente os que se relacionavam ao próprio CIDIC e ao Centro de Memória. Ao CIDIC a experiência pode ter servido, mesmo que indiretamente, para reforçar o projeto de constituição do Arquivo Central e a implantação do sistema de arquivos da universidade (o que ocorreu em 1987), uma vez que a situação dos seus arquivos, não diferia muito da situação dos arquivos da Prefeitura, e os debates suscitaram questões envolvendo requisitos legais, políticas públicas e gestão documental, bem como chamou a atenção das administrações públicas para suas responsabilidades com relação a todo esse processo. À UNICAMP, de uma forma geral, cabia, primeiramente, lidar internamente com os desafios impostos para a implantação de sua instituição arquivística, e com os cuidados com os seus próprios documentos. Ao Centro de Memória, provavelmente, foi útil para a definição de suas políticas de formação de acervos e prestação de serviços relacionados à organização de arquivos e memórias¹⁰⁰.

⁹⁹ Em 1989 o projeto “Um Sistema de Arquivos na Prefeitura de Campinas: considerações e proposta de implantação”, foi elaborado por mim, enquanto Diretora do Arquivo Central da UNICAMP e Maristela Braga, do Sindicato dos Trabalhadores na Energia Elétrica de Campinas”, para ser apresentado por Maristela ao candidato a prefeito de Campinas, Jacó Bittar, visando chamar sua atenção para este assunto pendente na Prefeitura. (ARQUIVO CENTRAL/Dossiê de Extensão do Arquivo, 1989).

¹⁰⁰ Esse direcionamento pode ser evidenciado pelos termos do convênio que a UNICAMP firmou, em dezembro de 1988, com a Câmara Municipal de Campinas, para que o Centro de Memória promovesse a capacitação de funcionários da Câmara visando a organização do seu Arquivo, em sua própria sede. (Dossiê Convênio Tribunal de Justiça – Fórum de Campinas. Artigo de jornal Correio Popular, 16 de dezembro de 1988.

É interessante perceber os exercícios de poder entre os grupos em favor da memória, ou pelo agenciamento de uma parte importante da memória da cidade. Há diferentes interesses em jogo, mas a polêmica girou em torno de um ponto pelo menos convergente entre os grupos que foi a preservação dos documentos.

3.3.3 Diretório Central de Estudantes da UNICAMP

Um conjunto documental que pode ser considerado especial, nesse contexto, é o do Diretório Central dos Estudantes que foi recolhido ao Arquivo Central, em meados de 1990, por ser de interesse da universidade, por referir-se aos seus alunos.¹⁰¹

Nesse período a Universidade funcionava com certa tranquilidade, tinha dado por encerrada a fase da institucionalização e de alguma forma, tinha garantida sua autonomia.

Isto aconteceu, em 1995, num momento em que o DCE funcionava praticamente com um funcionário, muito conhecido e querido dos alunos da época, o Sr. Antonio Carlos Borghi, que estava muito preocupado com a precariedade dos documentos sem organização, em caixas empilhadas no chão. Numa ocasião procurou o Arquivo Central, juntamente com alunos para pedir que ajudássemos a preservar os documentos. O arquivo compreendia documentos da gestão administrativa do DCE, que mostrava o seu relacionamento com a UNICAMP, tais como: solicitações de compra, inventários de bens patrimoniais, convocações para participações em órgãos deliberativos, atas e pautas de reuniões de órgãos deliberativos da UNICAMP, contratos com cantinas etc.; sobre sua própria organização: convocação de eleições para formação de diretorias, atas e pautas de reuniões; documentos de divulgação de eventos e movimentos: jornais, boletins, panfletos, cartazes, registros fotográficos e sonoros.

Vale ressaltar nesse relato que em 2006, o aluno Mateus Camargo Pereira, membro do Diretório, desenvolveu a sua dissertação de Mestrado em Educação,

Grupo CIDIC)

¹⁰¹ O DCE funciona em prédio vizinho ao Arquivo Central, no campus central da UNICAMP. Mas o convívio da equipe do Arquivo com os alunos, iniciou-se quando foi instalado no andar térreo do prédio do Ciclo Básico (antes ocupado pela Faculdade de Educação) onde os alunos montaram acampamento reivindicando moraria estudantil.

intitulada “Tecendo a manhã: história do Diretório Central de Estudantes da UNICAMP”, basicamente neste fundo documental. Aproveitando a presença do aluno, quase que diariamente, a equipe do Arquivo Central propôs a organização do conjunto documental, de modo que os documentos fossem arranjados em seus dossiês originais (os que eram possíveis de assim identificar) e em suas respectivas funções produtoras, o que exigia um estudo da estrutura de funcionamento do Diretório, o que foi num primeiro momento rejeitada pelo aluno, que participava dos debates técnicos por conhecer a trajetória do DCE. Para ele, como pesquisador, interessava uma organização em temas, por exemplo, pelas greves que o DCE articulou ou apoiou. Esse tipo de debate com os usuários do arquivo foi muito interessante e instigante, afinal o arquivo serve a dois polos, em primeiro lugar ao seu produtor e ao uso imediato; depois de passado esse interesse “institucional”, vem o interesse secundário, ou seja, o de pesquisa. Entretanto, a arquivística é dotada de teorias e princípios fundamentados, mas esse tipo de situação propicia aos técnicos dos arquivos a oportunidade de repensar os princípios arquivísticos e a sua aplicação, em especial no que diz respeito a proveniência do fundo e dos documentos do fundo, que resultam em análises de contextos de produção, de acumulação e conseqüentemente, relacionam-se às funções e atividades desenvolvidas pela pessoa ou entidade que produziu e acumulou o fundo. Segundo Bellotto, em seus estudos da diplomática:

o processo de organização e disseminação da informação arquivística não pode prescindir do conhecimento das competências e das atividades das entidades produtoras/acumuladoras dos documentos. Só assim é possível entender o porquê da escolha das tipologias documentais adequadas para comprovar aquelas competências, funções e atividades. (BELLOTTO, 2006, p.3)

Os documentos arquivísticos formam conjuntos internamente inseparáveis correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções. Esses arquivos, após o cumprimento das razões pelas quais foram criados, e eliminados os documentos rotineiros de interesse puramente temporal e circunstancial, passam a integrar os acervos dos arquivos permanentes ou históricos, devidamente separados – material ou virtualmente – em fundos de arquivo. Cada fundo corresponde a determinada organização ou órgão público. (BELLOTTO, 2006, p.16)

A equipe, nesta ocasião, já formada por técnicos de nível superior, especializados em arquivos, não abriu mão de seguir os princípios arquivísticos, até porque a organização por tema poderia descaracterizar.¹⁰² Camargo (2006 p. 13), ao discorrer sobre a conceituação e sobre as características dos arquivos científicos, defende e justifica o uso dos princípios arquivísticos.

Mas por mais que interessem ao historiador os arquivos das instituições de pesquisa, os dos próprios pesquisadores ou ainda dos organismos de apoio a projetos de ciência e tecnologia, para citar as fontes mais óbvias em história da ciência, é preciso lembrar que as razões pelas quais tais documentos de arquivo incidem única e exclusivamente sobre as atividades da instituição ou pessoa responsável por sua acumulação; e, ainda que as atividades constituam objeto de seu interesse e estejam muito próximas dos temas que pretende abordar, o historiador manterá com os documentos que as representam um relação que não é mais de pura instrumentalidade ou de correspondência.

Vale observar, a respeito, uma das características mais importantes dos documentos de arquivo, poucas vezes compreendida pelos que deles se utilizam para fins de pesquisa retrospectiva. Trata-se da estabilidade de sentido que define, por princípio, o vínculo entre os documentos e as ações de um organismo ao longo do tempo. A manutenção desse vínculo – garantia da própria autenticidade dos documentos do arquivo – é também a base dos princípios e métodos a que os profissionais da área devem submeter os conjuntos documentais acumulados pelas entidades (instituições e pessoas), qualquer que seja seu uso imediato ou mediato. Em contraste gritante com tal estabilidade, o universo de usuários secundários do arquivo lhe atribui, forçosamente, uma pluralidade de sentidos, em decorrência de hipóteses, pressupostos e recortes temáticos os mais variados. (CAMARGO, A., 2006. p.13)

A equipe elaborou estudos sobre a trajetória do DCE na universidade desde sua criação em 1981 e identificou suas principais funções, que permitiram a compreensão do arquivo e quando possível a reconstrução de seus contextos de produção e organicidade, original. O acervo encontra-se em fase de organização e está disponível para a pesquisa.

Esses levantamentos possibilitaram o apoio do Arquivo Central e ao próprio DCE, na elaboração da exposição de documentos por ocasião do lançamento do “Núcleo TABA de história do Movimento Estudantil” ocorrido em 05/04/2005, sobre os movimentos ocorridos desde 1981. Destacando-se: a Intervenção da UNICAMP, em

¹⁰² Durante a década de 1985 e 1995, sendo que todos os funcionários de nível superior se formaram no curso de Organização de Arquivos, oferecido pela Escola de Comunicação e Artes da USP, sendo que em 1988 e 1989, foi oferecido na UNICAMP, num convênio entre a USP e UNICAMP.

1981, a SOS Universidade, a luta pela Autonomia em 1988; A Tabacaria é Nossa, luta pela moradia estudantil em 1988. (Dossiê da Exposição DCE)



Figura 12 – Jornal do DCE UNICAMP referente o mês de agosto do ano de 1981. Arquivo Central/SIARQ-Fundo DCE

Sob o ponto de vista da memória, pode-se observar que parte da história do movimento estudantil está presente no acervo do Arquivo Central. As memórias dos alunos também estão presentes nos documentos da Diretoria Acadêmica, órgão encarregado da gestão dos cursos e dos alunos (da matrícula até a egressão, incluindo álbuns de formatura), nos documentos da Assessoria de Imprensa, que registram

eventos institucionais dos alunos como, por exemplo, defesas de teses e de dissertações; nos documentos das Faculdades, dos Institutos e dos Colégios. Nos documentos das Pró-Reitorias que tratam da gestão dos projetos de pesquisa de iniciação científica e de pós-graduação. Essas memórias estão por toda a parte, num prontuário de paciente no Hospital de Clínicas, nos controles do Restaurante Universitário, vulgo Bandeirão, nas bolsas e nos projetos culturais do Serviço de Apoio ao Estudante.

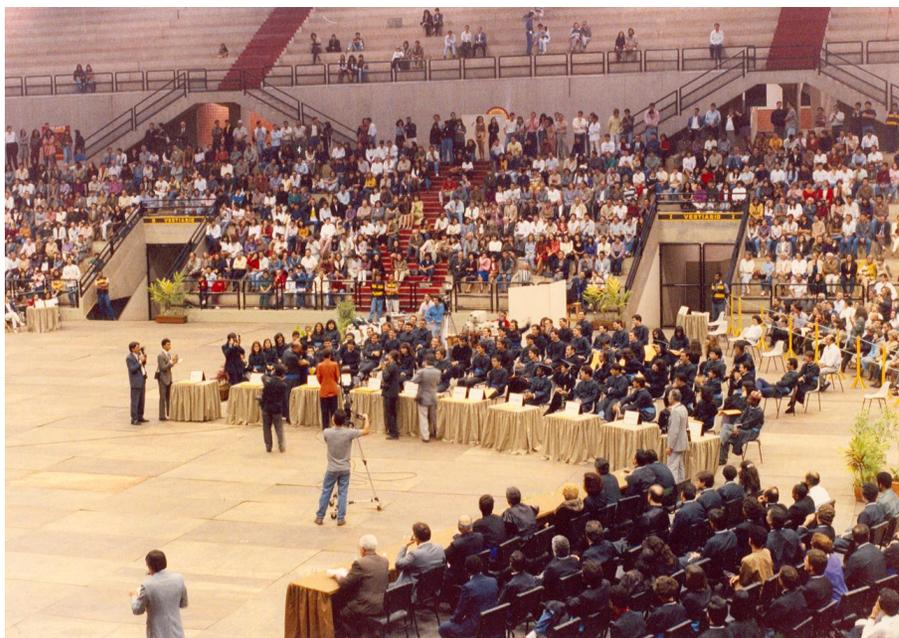


Figura 13 – Cerimônia de formatura coletiva de alunos da UNICAMP em 1994. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP. Diretoria Acadêmica. 1994.

3.4 Fundo Administrativo (Arquivo da UNICAMP – fundos e grupos)

Sobre um ponto Oliver Sacks certamente tem razão. O fosso da perda da memória pode reduzir a nossa vida de indivíduos a uma série de momentos que não tem mais nenhum sentido. Mas isso não vale só para os indivíduos. Não existe só a memória individual. Todos os que dedicam a vida a lembrar e a fazer os outros lembrar de pedaços consistentes de um passado mais ou menos distante sabem que o passado é “um país estrangeiro”, sabem que ele deve ser reconstruído com fadiga no decurso de cada geração, mas também têm a convicção de que as considerações de Sacks não valem só para indivíduos, mas igualmente para a coletividade e para os grupos humanos. Por trás das modas, com frequência se escondem motivações sérias: olvido, esta ligado ao terror que temos da amnésia, das dificuldades renovadas que se interpõem em nossas tentativas de conectar num conjunto, aceitável de algum modo, o passado, o presente e o futuro. (ROSSI, 2010 p. 30)

A memória (como bem sabia Davi Hume) sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro. (idem, p.24)

A fim de melhor compreender o significado de fundo administrativo aqui colocado é preciso recorrer novamente aos atos de estruturação do Arquivo Central, buscando neles o próprio significado do termo, o que conseqüentemente, foi moldando esse conjunto de documentos no decorrer do tempo. A Portaria GR nº 283, de 11/11/1985, quando trata do acervo a ser organizado pelo Serviço de Arquivo Permanente:

Constituem o **Fundo Administrativo** os **documentos permanentes** gerados pela Universidade, relacionados com a área acadêmica, de pessoal e de contabilidade. (UNICAMP. Gabinete do Reitor. Portaria GR nº 283/1985, § 1º, grifo nosso)

Desse modo, conceituava-se Fundo Administrativo como documentos permanentes, restringindo às funções acadêmicas, de pessoal e de contabilidade. Mais adiante, quando o ato especificou as atribuições do Arquivo Permanente e de suas seções, se abriu para a organização de documentos intermediários, e outros elementos da gestão arquivística, tendo como base a teoria das três idades e o ciclo vital dos documentos¹⁰³:

¹⁰³ Teoria das três idades – teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes,

Integram o **Serviço de Arquivo Permanente** as Secções de Recolhimento e Registro, Ordenação e Descrição, Consulta e Divulgação, Conservação e Restauração. (idem, Artigo 14)

Compete à Secção de Recolhimento e Registro:

I - contactar os **arquivos setoriais correntes** da Universidade, para a elaboração de **tabelas de temporalidade** e de descarte, com a participação dos órgãos superiores do CIDIC;

II - receber a **documentação inativa dos arquivos setoriais**, acompanhada devidamente de relações de remessa, aplicando as tabelas nos prazos fixados;

III - receber os **Fundos Privados e Fundos Especiais de posse da Universidade**;

IV - atuar em tudo o mais **como um arquivo intermediário**. (idem, Artigo 15)

No ato seguinte, a Portaria GR nº 376/1986, foi incorporado na própria definição o tratamento de documentos permanentes e intermediários, gerados ou recebidos pela universidade, sem especificar funções, ou seja, abrindo para qualquer função desempenhada pela universidade, quando expressa que “Constituem Fundos Administrativos os documentos **intermediários e permanentes gerados ou recebidos pela Universidade**”. (Portaria GR nº 376/1986, § 1º, grifo nosso).

Em ambas as deliberações do Conselho Universitário, Deliberação CONSU A-39/89 e Deliberação CONSU A-8/95, não especifica mais funções, ou seja, compreendendo documentos de quaisquer funções desempenhadas pela Universidade.

O acervo arquivístico de que trata a presente Deliberação compreende documentos de natureza diversa, produzidos ou recebidos e acumulados:

I - pelos órgãos da Universidade no desempenho de suas funções administrativas e acadêmicas;

II - por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, cuja custódia foi assumida pelo SIARQ/UNICAMP, por ser considerado de interesse para a Universidade. (Artigo 2º, Del. CONSU A-39/89; e Artigo 4º, Del. CONSU A-8/1985)

(http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/sistema_de_arquivos/deliberacao_a8_95.pdf)

Evidencia-se que na medida em que a missão do Arquivo Central foi sendo estabelecida, neste período de 1984 a 1995, em que a universidade passou a ser sua “razão de ser e de existir”, o Fundo administrativo, definido nos primeiros atos, passou a

intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primários e secundário (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.73)

significar o próprio Fundo UNICAMP, compreendendo os documentos produzidos e recebidos no cumprimento de suas atribuições administrativas, acadêmicas, de pesquisa, de extensão e de assistência, por seus órgãos deliberativos, de apoio e de prestação de serviços, e por suas unidades de ensino.

A constituição desse grande conjunto de documentos pelo Arquivo Central se daria a partir de transferências e de recolhimento de documentos intermediários e permanentes efetuadas pelas unidades e órgãos, por meio de procedimentos normatizados em comum acordo com os órgãos centrais: o próprio Arquivo Central e a Comissão Central de Avaliação de Documentos.

Em 1984, durante os trabalhos com os arquivos Privados e os Especiais externos, o primeiro conjunto documental da UNICAMP foi recolhido pelo Arquivo Central, vindo da Diretoria Geral da Administração, órgão complementar da Reitoria, a pedido do coordenador do CIDIC, Ataliba Teixeira de Castilho, durante as negociações para anexação do Serviço de Microfilmagem. O pedido referia-se ao conjunto completo de documentos acumulados pela DGA-5, ou seja, os Serviços de Arquivo, Protocolo e Microfilmagem. A Coordenação concordou em ceder o chamado acervo de documentos avulsos, mantendo-se na DGA o arquivo de processos (Ofício CIDIC nº 41/84, 02/03/1984)¹⁰⁴. Essa foi a primeira frustração relativa as negociações de integração dessas atividades na Divisão de Documentação, depois foi a própria exclusão da microfilmagem. O assunto do Arquivo, só foi resolvido em 1993, quando da participação do Arquivo Central na reformulação da área e o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Protocolo e Arquivo, que será abordado mais adiante.

No início do ano seguinte, em 1986, o coordenador do CIDIC, Ataliba Teixeira de Castilho, iniciou contato com diretores de Unidades, solicitando apoio para que a universidade pudesse constituir o Arquivo Central e logicamente o seu acervo documental. Em seus esclarecimentos sobre a Divisão, informa, por exemplo, da instalação do CIDIC em 1983, da competência da Divisão em tratar os documentos da universidade, da nomeação da Comissão de Documentação integrada por professores, da alocação de quatro funcionários para o tratamento técnico, bem como da direção de

¹⁰⁴ Dossiê CIDIC-Divisão de Documentação. Criação do Sistema de Arquivos. Arquivo Central. Fundo UNICAMP. Reitoria/CIDIC.

um bibliotecário que se especializou em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nas palavras do professor Ataliba de Castilho, aos diretores:

Gostaria, Prezado Colega, de mantê-lo informado das iniciativas supra, e de solicitar sua cooperação para que nossa Universidade possa constituir, ao lado dos centros de documentação que diversas unidades acadêmicas vêm organizando, para melhor apoiar a pesquisa em sua área, um arquivo documental que cubra as áreas não atingidas por estas iniciativas, e assegure aos nossos pesquisadores as melhores condições para realização de seus projetos. (UNICAMP. CIDIC. Ofício CIDIC/CIRC, nº 001/85, 10/04/1985)

Na mesma oportunidade solicita informações das unidades como: se a unidade mantinha algum tipo de arquivo de documentos e/ou depoimentos de pesquisadores de seu quadro ou fora dele, a propósito das atividades científicas relativas à área; algum tipo de “arquivo morto” de documentos administrativos, e se havia serviço organizado e volume do material guardado; se havia na unidade professores interessados em projetos de preservação de documentos pessoais ou institucionais, notas apontamentos, gravações ou outros documentos de relevância para a história científica da unidade. (idem, abril de 1985)

Tomamos conhecimento de algumas respostas, informando sobre os seus arquivos ou congratulando-se com a iniciativa. A Coordenadoria Geral da Universidade e a Coordenadoria Geral das Faculdades, parabenizando a iniciativa; das direções da Faculdade de Engenharia de Limeira e do Instituto de Matemática e Ciência da Computação, comunicando a existência de documentos, inclusive de “arquivo morto”, precisando de tratamento, que se encontrava espalhado, acarretando sérios problemas, como impossibilidade de localização imediata de ofícios. Informações que levantaram suspeitas sobre as condições dos arquivos das unidades, ou seja, a falta de organização dos documentos e a necessidade de normatização. Não cabia simplesmente recolher acervos para o espaço da Biblioteca e da Divisão, havia que se fazer um trabalho de gestão mais amplo. Esse foi, provavelmente a motivação para a realização, em 1986, por equipe do Arquivo Central de levantamentos *in loco* nas unidades e órgãos, para levantar a situação dos arquivos, cujos resultados subsidiaram a constituição do Sistema de Arquivos. Segundo Castilho:

Com as idéias mais claras, constatamos a necessidade de se proceder a um bom diagnóstico da situação documental em nossa Universidade. Seguiu-se, assim, uma fase de pesquisas em todas as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade, conduzida por Neire do Rossio Martins, de que resultou uma excelente análise conjuntural. Constatou-se o que já se suspeitava: ausência de uma política arquivística, com descarte aleatório de documentos, e falta de uma mentalidade adequada entre os responsáveis pela gestão documental. (CASTILHO, 1991, p.12)

Outra resposta ao primeiro contato com as unidades que chamou a atenção foi da Secretária Geral da Universidade, Arlinda Rocha Camargo, porque trazia informações sobre as atas do Conselho Diretor, desde sua criação (consideradas permanentes já na fonte, por explicitarem as decisões políticas da Universidade, bem como sua estruturação), e sobre o Arquivo do Professor Zeferino Vaz, doado pela família e a desativação da comissão nomeada para proceder os levantamento daquele arquivo. D. Arlinda coloca a disposição a Sra. Maria Maura Salvador Falanghe, designada pelo reitor Plínio Alves de Moraes, como guardiã do mencionado acervo, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Nesse caso, foram tomadas medidas imediatas para a intensificação dos contatos com a Secretaria Geral para recolhimento do acervo do Conselho Diretor e do Professor Zeferino Vaz ao Arquivo Central. (UNICAMP. Secretaria Geral. Ofício SG nº 49/85 24/04/1985) Dossiê Fundo UNICAMP. Reitoria/CIDIC. Divisão de Documentação. Criação do Sistema de Arquivos. Arquivo Central.

Paralelamente às negociações com os diretores, a equipe do Arquivo Central, preparava e oferecia cursos de capacitação para funcionários. Em 1987, por exemplo, no âmbito do Programa de Treinamento Integrado para Secretárias liderado pela Diretoria Geral de Recursos Humanos, o Arquivo Central ofereceu o módulo “Métodos e Técnicas Arquivística” que abordou temas como conceitos de arquivo e protocolo, tipos de documentos e métodos de arquivamento.. Observa-se que este curso iniciou uma série de outros similares que se incluíram em programa contínuo de capacitação preparado pelo Arquivo Central. (CIDIC. Arquivo Central. Dossiê Curso Métodos e técnicas arquivísticas, 1987)

Desse modo, percebe-se que de 1986 a 1989, as relações do Arquivo Central com as unidades se intensificaram e o acervo foi se ampliando. Pode-se enfatizar que

as iniciativas de realização do diagnóstico e depois a formação das Comissões Setoriais de Arquivos, foram decisivas para que isto acontecesse.

O diagnóstico da situação dos arquivos das unidades e dos órgãos foi realizado por equipe do Arquivo Central, após ter sido oficialmente comunicado pelo reitor da universidade, a pedido da coordenação do CIDIC. Na medida em que a equipe visitava as unidades ficava evidente a necessidade de se organizar os arquivos locais. Durante as visitas foram encontrados arquivos armazenados em situação caótica, em banheiros desativados, forros, debaixo de escadas e foram recebidas notícias de eliminações para liberação de espaços físicos, considerados papéis velhos. As unidades não tinham condições e infraestrutura de pessoal para manter documentos correntes, quanto mais os inativos, chamados de “mortos”. As unidades naquele período careciam de espaço físico para desenvolverem suas próprias atividades. Os prédios não dispunham de salas para arquivos. A maioria das unidades tinha menos de 15 anos e estava em processo de implantação, e isso se deu de forma muito acelerada. Arquivos não tinham chance na disputa por laboratórios. Por vezes, conjuntos documentais eram recolhidos ao Arquivo Permanente da Divisão para tratamento imediato, a pedido da própria unidade. A exemplo, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Ciências Médicas, o Centro de Computação, o Gabinete do Reitor.

Tudo ia acontecendo ao mesmo tempo, uma equipe ia a campo enquanto outra cuidava de tratar os documentos recebidos pelo Arquivo Central.

O trabalho da equipe foi aparecendo e tomando corpo. A Divisão recebeu instalações emprestadas e algumas Unidades se interessaram em confiar a guarda de seus documentos permanentes, geralmente de projetos ou órgãos extintos. Todavia, a custódia da documentação do Gabinete do Reitor, foi o impulso para que a Divisão assumisse de vez a incumbência pelo gerenciamento dos arquivos da Universidade.

A sua estrutura passou por adaptações para cumprir esta finalidade tendo sido instalado o Arquivo Central, substituindo assim a Divisão de Documentação. (MARTINS, 1992, p.56)

Em 1988 com a criação da Comissão Central de Avaliação de Documentos (Portaria GR nº 339/88) e a nomeação das Comissões Setoriais de Arquivos, antes mesmo da estruturação do Sistema, que se configurou em 1989, para participação de cursos oferecidos pelo Arquivo Central e pela Comissão, o acervo do Arquivo Central foi

ampliado, com o recolhimento de documentos de guarda permanente. Na medida em que as comissões faziam levantamentos para a elaboração das tabelas de temporalidade de documentos, iam identificando documentos que podiam ser recolhidos ao Arquivo Central, como é o caso das atas de reuniões das Congregações e de outros Conselhos, relatórios de atividades, projetos de pesquisa, correspondências. A coordenação do CIDIC tinha como estratégia a manutenção de contatos com os diretores de unidades e órgãos, por meio de ofícios circulares, onde informava sobre o andamento do projeto do Sistema de Arquivos, e em solicitações de apoio e empenho em sua execução.

Além de todas as justificativas expostas nessa pesquisa, essa provavelmente, juntou-se as motivações da aprovação pelo Conselho Universitário, de uma proposta de Sistema de Arquivos que previa uma centralização de documentos permanentes e intermediários no Arquivo Central, como uma forma de “desafogar” os arquivos das unidades e órgãos da universidade, abrindo espaço para os arquivos correntes. Não só para a criação do Sistema, mas de infraestrutura e de pessoal para manutenção dos serviços.

3.4.1 Arquivo UNICAMP: primeiros fundos

Os primeiros dossiês recebidos pelo Arquivo Central, em 1984, eram documentos sobre a UNICAMP, e não propriamente documentos arquivísticos, acumulados pela Biblioteca Central, transferidos pela Secretaria da Direção. Eram poucas pastas com documentos reunidos pela própria Biblioteca, cujo assunto era UNICAMP. Compreendiam artigos de jornais e revistas recortados, como uma hemeroteca, bem como revistas inteiras e os primeiros guias da UNICAMP, referentes ao período de 1967 a 1980. Os documentos foram mantidos por ordem cronológica, inventariados e abriu-se uma Coleção Biblioteca Central.

Esse trabalho de documentação ou de coleta de notícias ou artigos relativos aos eventos institucionais realizados, bem como de jornalismo científico da UNICAMP e de publicações institucionais, tais como catálogos e guias da UNICAMP, ficou sob a

responsabilidade da Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNICAMP (ASCOM), que foi criada em 1982, pela Rádio e Televisão da UNICAMP (RTV), criada inicialmente como Laboratório Interdisciplinar para a Melhoria da Comunicação (LIMEC), em 1983, durante a gestão do professor Pinotti. O Arquivo Central passou a recolher sistematicamente os documentos produzidos e acumulados pela ASCOM desde sua criação. Na RTV são mantidos os documentos audiovisuais dos registros radiofônicos e televisivos. Ambos, orientados pelo Arquivo Central.

Em se tratando, portanto, da constituição do acervo documental da própria universidade, os primeiros arquivos foram os de documentos avulsos que eram armazenados na Diretoria Geral da Administração, apartado do arquivo de processos. Eram caixas e caixas de documentos acumulados sem tratamento e identificação e que não interessavam para a administração. O documento de autorização para encaminhamento à Divisão, assim descreve a documentação “refere-se a relações de remessa de processos, correio, ofícios e relatórios, alguns dos quais de interesse histórico”. (Informação assinada por José Carlos Folegatti, subcoordenador da DGA, ao OF. CIDIC nº 41/84)

Esse primeiro núcleo documental tornou-se surpreendente, à medida que foi sendo identificado, porque se tratava dos documentos da criação da Universidade, de 1962 a 1965. Foram encontradas correspondências dos primeiros Reitores, Cantídio de Moura Campos e Mário Degni, bem como fotografias do período, incluindo álbuns da doação do primeiro terreno para construção do campus da universidade. Descobriu-se, por exemplo, que a posse do reitor se deu no Instituto Agrônomo de Campinas, com uma aula magna do professor Ulhôa Cintra, que coordenou o projeto de criação da lei da Universidade. Foram identificadas atas de 1963 a 1965 das reuniões do Conselho de Curadores, primeiro órgão colegiado instalado para implantar a universidade, conforme determinação da Lei 7.655, de 28.12.1962, em seus artigos 26 e 27.



Figura 14 – Mário Degni (reitor da UNICAMP), Caio Pinto Guimarães e grupo de pessoas reunidas por ocasião da assinatura da escritura de doação do terreno da fazenda Santa Cândida. Campinas, 1964. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo SG/AH

Além disso, foram encontradas nas caixas da DGA, dossiês de órgãos extintos como o Centro de Estudos em Administração Universitária (CENTAU), criado em 1974, para desenvolver programas de pesquisa, além de colaborar nos programas governamentais de assistência à administração universitária para atender, dentro e fora da universidade, às mudanças da vida acadêmica determinadas pela Reforma Universitária, extinto em 1985. No arquivo encontramos correspondências, projetos e relatórios como, por exemplo, de contrato com a Universidade Nacional de Asunción, do Paraguai, para implementação de plano global de desenvolvimento naquela universidade, do convênio com o Estado do Acre, para implantação de um Plano de Desenvolvimento daquele estado, juntamente com o Ministério de Educação e Cultura, e de eventos, como o Seminário Internacional de Pesquisa Institucional.

Outros conjuntos documentais que se destacavam em meio a vários outros dossiês, eram os produzidos durante o planejamento e as obras do campus universitário, sobretudo dos órgãos: da Comissão de Planejamento de Obras da Cidade Universitária (COPLAN), da Comissão Técnica da Universidade (COTEC) e do

Escritório Técnico de Construções (ETC), contendo atas, correspondências, contratos, relatórios e plantas do campus universitário, todos criados por Portaria do Reitor e/ou do Conselho Diretor, durante o período de 1969 a 1971.

Interessante destacar é que esse conjunto de documentos, em especial o que se refere a 1963 a 1965, encontrava-se na Diretoria Geral da Administração, cuja atribuição era de gerenciar, de forma centralizada, os processos da universidade. Os documentos da gestão do professor Zeferino Vaz se encontravam na Secretaria Geral (que dispunha de um arquivo chamado de histórico) e em seu Gabinete. Os documentos das gestões anteriores a Zeferino encontravam-se praticamente esquecidos numa sala da administração, sem tratamento algum.

Outro lugar, que a equipe do Arquivo se empenhou em visitar, foi a Secretaria Geral (SG) e foram encontrados vários arquivos do uso corrente e outro chamado de “histórico”. A Secretaria Geral responde pelo expediente dos órgãos colegiados e naquele período, entre 1984 e 1985, atendia ao Conselho de Diretores, Câmara de Ensino, Câmara Curricular, Comissão Permanente de Dedicção Integral, dentre outras. Respondia pelo órgão a Sra. Arlinda Rocha Camargo, que se responsabilizou pela preparação da documentação para os pedidos de reconhecimento dos cursos e das unidades de ensino da universidade, pelo Ministério da Educação e de todas as tratativas com o Conselho Estadual de Educação, na medida em que essas eram constituídas. Os documentos eram organizados em pastas de acordo com os institutos ou faculdades, e também por assuntos de interesse da Secretaria. Entretanto, o arquivo da Secretaria estava abarrotado de documentos e sem espaço físico para conter os documentos “antigos” e os novos que estavam sendo criados em profusão, na medida em que se desenvolviam os projetos de modernização e institucionalização da universidade, demandados especialmente pela Reitoria ao Conselho de Diretores. Recolher aquele arquivo à Divisão de Documentação representava a consolidação e o “selo” de confiabilidade conferido ao Arquivo Permanente perante as demais unidades e órgãos da universidade.

Além do conteúdo do arquivo, por si só importante e único, que compreendia documentos de todas as unidades, além das atas de reuniões deliberativas da Universidade, a “aura” de quem o guardava, também contava, ou seja, de Dona Arlinda.

Era uma funcionária respeitada na universidade, tanto por professores como por funcionários e aquele arquivo representava a implantação da universidade, portanto, de muita importância para a Secretaria Geral¹⁰⁵. Após algumas reuniões realizadas pelo professor Ataliba, coordenador do CIDIC e eu, na qualidade de Diretora do Arquivo Central, para obtenção do conjunto documental para o Arquivo Permanente, que estava sendo implantado, D. Arlinda autorizou o recolhimento do chamado arquivo histórico. Convenceu-se após conferir a formação da equipe, da infraestrutura implementada pela Divisão de Documentação e dos compromissos de liberação de acesso imediato e irrestrito de documentos à própria Secretaria, em caso de utilização, além das garantias de conservação e preservação que seria prestado àquele arquivo. Na oportunidade, também, negociou-se o recolhimento do Arquivo de Zeferino Vaz que era mantido em seu gabinete, da forma como o professor tinha mantido desde seu falecimento, em 1981¹⁰⁶. O Arquivo era mantido por uma funcionária da Secretaria Geral.

De fato, em 1986, tanto os dossiês da Secretaria Geral, considerados históricos e os dossiês do Gabinete do professor Zeferino, compreendiam documentos produzidos e acumulados durante o período de instalação da universidade, 1966 a 1981 e sua biblioteca. Os dossiês contêm projetos de instalação, atos constitutivos, relatórios de funcionamento e fotografias das primeiras instalações, tais como salas de aulas, laboratórios, maquinários e equipamentos etc., necessários para o reconhecimento dos institutos e faculdades. Esse acervo compreendia, portanto, documentos institucionais e pessoais de Zeferino, que se juntou ao que foi recebido da família, e de outra área do Gabinete que mantinha atos administrativos, como abordado anteriormente, na seção de Arquivos Pessoais.

¹⁰⁵ Arlinda Rocha de Camargo atuou no Conselho Estadual de Educação de São Paulo, foi contratada na UNICAMP em 12/01/1967 e atuou até sua aposentadoria em 1990. Em 1990, na gestão do professor Paulo Renato recebeu o primeiro Título de Funcionário Emérito da UNICAMP, conferido pelo Conselho Universitário, que ajudou a implantar e colocar em funcionamento.

¹⁰⁶ O professor Zeferino Vaz sofreu uma crise cardíaca enquanto trabalhava em seu Gabinete, como presidente da Fundação da Universidade Estadual de Campinas (FUNCAMP).



Figura 15 – Fotografia de sala de aula que integra o processo de reconhecimento do curso de graduação em Engenharia Civil, da Faculdade de Engenharia de Limeira, 1971. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo SG/AH (Processo 01-P 3572/71)

Depois deste, outros vieram, como o arquivo do Gabinete do Reitor, que compreendia correspondências, relatórios, projetos e todos os atos normativos emanados até então. Já nesse período de 1986 e 1987, o Arquivo firmou junto ao Gabinete um acordo de recolhimento anual dos documentos, mesmo sem ainda ter implementado o Sistema de Arquivos. Esse acordo se estendeu, às Coordenadorias e às Pró-Reitorias, criadas posteriormente.

Das unidades acadêmicas também foram recolhidos documentos. Da Faculdade de Medicina, por exemplo, chegou um “caminhão” de documentos, que se encontrava num arquivo nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, onde funcionava parte da secretaria da faculdade e as práticas médicas, no centro da cidade de Campinas¹⁰⁷. Eram documentos acumulados que compreendiam correspondências, relatórios, projetos e alguns prontuários de pacientes de 1969.

¹⁰⁷ O Hospital universitário da Faculdade de Ciências Médicas funcionou na Santa Casa até a transferência para o Hospital de Clínicas, inaugurado em 1986.



Figura 16 – Recebimento do acervo da Faculdade de Ciências Médicas por equipe do Arquivo Central. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo CIDIC (1987)

Estes conjuntos documentais acumulados e transferidos ao Arquivo Permanente eram analisados antes da incorporação definitiva. Muitas vezes, haviam muitas duplicatas de documentos ou mesmo exemplares de periódicos oficiais, como diário oficial. A equipe recorria à Comissão Central de Avaliação de Documentos, criada em 1988, pela Portaria GR nº 339/1988, para avaliar esses acervos acumulados que estavam sendo tratados pelo Arquivo Central.

O acervo do Escritório Projeto Rondon foi outro conjunto documental recolhido pelo Arquivo Central no período, cuja sede administrativa estava alocada na cidade de Campinas. O conjunto documental era enorme e abrangia todas as missões do projeto Rondon, iniciadas em 1971, desenvolvidos em diversas partes do Brasil, mas com ênfase no Acre, onde a UNICAMP tinha um posto avançado, na cidade de Cruzeiro do Sul. Os dossiês constituíam-se por projetos de alunos, relatórios, fotografias e depoimentos, além de objetos colhidos nos lugares, recebidos como presentes dos moradores, como da arte indígena, de uso cotidiano dos caboclos, dos coletores de borracha. Um arquivo de grande dimensão e rico em informações sobre os povoados, por onde os grupos da UNICAMP passaram e atuaram sob a coordenação de professores. Esse conjunto documental também representou um desafio para o Arquivo, dada à multiplicidade de suportes documentais a serem conservados, ou seja, inúmeros

objetos de palha, de metal, de borracha. Além disso, teve que conviver durante muito tempo com uma Catarina Barlera, que tinha “paixão” pelo Arquivo, e não autorizada a eliminação de nenhuma duplicata sequer, mesmo que autorizado pela Comissão Central de Avaliação de Documentos (acho que isto aconteceu em 1991).

Na medida em que os documentos chegavam ao Arquivo, a equipe já procedia à higienização e uma rápida identificação, tornando conhecida a documentação pela própria unidade que muitas vezes nem tinha conhecimento do conteúdo dos seus “amontoados” de papéis. As relações de remessa normalmente descreviam o conteúdo de forma genérica.

3.4.2 O arquivo de processos

A universidade como instituição pública, se utiliza de processos, que se trata conceitualmente de um “conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.138)

O arquivo de processos da universidade era mantido pela Diretoria Geral da Administração (DGA), exceto os de pessoal, que ficavam em arquivos da Diretoria Geral de Recursos Humanos, e os de alunos, mantidos pela Diretoria Acadêmica, ambos também órgãos da Reitoria. Esse tipo documental tem um protocolo apropriado, ou seja, composto pela descrição e por uma numeração anual única. A partir do número do protocolo pode-se procurar o processo (pasta).

A coordenação dos processos era centralizada na DGA, cujos controles eram manuais, ou seja, as unidades mantinham fichas de controle de movimentação dos seus processos para solicitarem quando necessários para consultas ou tomadas de decisão, aos órgãos onde os mesmos se encontravam ou no arquivo. Protocolo e Arquivo constituíam-se em dois serviços independentes, cuja única interação era ficar subordinada na mesma diretoria, no caso a DGA-5. O Arquivo era formado por caixas de madeira que ocupavam uma enorme área da DGA, em ordem numérica, recuperados por meio de um fichário, por várias entradas.

Dado a implantação do Sistema Protocolo, em 1993, o Arquivo Central incorporou ao seu acervo arquivístico o conjunto de processos acumulados pela DGA, considerado um importante conjunto documental produzido desde a criação da universidade, em 1963¹⁰⁸. O mesmo aconteceu com os arquivos centralizados da Diretoria Acadêmica e da Diretoria Geral de Recursos Humanos. Os processos foram produzidos e registram as mais variadas ações e funções exercidas pela universidade em sua gestão administrativa, tais como: implantação de órgãos e unidades, aquisições, formação de comissões para os mais variados assuntos, projetos de construção de prédios, acompanhamento de obras, prestação de contas, orçamentos, controle patrimonial de bens móveis e imóveis, contrato de aluguéis, ações judiciais, pagamentos de pessoal etc. Eram cerca de 50 mil processos que comprovam atividades, decisões, ações que de fato foram implantadas, além de outras que não vingaram. Mas a constituição da UNICAMP está ali, com nomes, grupos, lugares, coisas, datas, órgãos e unidades. (Relações de Remessa dos Processos, Dossiê Instrumentos de Pesquisa Arquivo Central).

Um por um esses processos passaram pelas mãos dos técnicos para conferências das listagens, para classificação arquivística. Nessa análise podem-se encontrar coisas muito interessantes e sensíveis, tanto quanto os processos do Tribunal de Justiça do Século XIX (primeiras experiências da equipe) porque, aquele conjunto nos permitiu ver a universidade em um dado tempo. Viu-se, por exemplo, o esforço dos pioneiros em instalar os laboratórios, os modelos de carteiras que foram compradas, os lugares por onde a UNICAMP funcionou na cidade, as listas dos primeiros alunos, as disciplinas, os institutos de Morfologia e Biologia, que foram instalados junto com a Faculdade de Medicina, conforme previa a Lei de 1962, as primeiras contratações por “empréstimos” da USP e da Secretaria de Educação, as dificuldades financeiras.

Desse modo, um arquivo institucional recente, que pode parecer sem importância e “frio”, ao contrário de um arquivo pessoal revelador ou de um arquivo antigo, pode também fazer sentido, quando organizado e disponível. Neste caso, dá para recorrer à defesa de Gonçalves (2004), quando demonstra o potencial de pesquisa em arquivos

¹⁰⁸ Neste processo de transferência do arquivo de processos para o Arquivo Central, foram agregados à sua equipe os funcionários José Ednilson Lima Pinto e José Aparecido Calderaro.

municipais:

[...] em função das relações tecidas entre os grupos sociais, em suas práticas cotidianas, as fronteiras entre o público e o privado, entre as demandas das “autoridades” e da gente “comum”, são frequentemente cruzadas nos documentos de arquivos (públicos e privados). Trabalhar com arquivos pessoais ou privados (sempre bastante diversificado) não significa ocupar-se apenas de questões do cotidiano doméstico. E, mesmo que da gente “comum” tenham sido preservados pouquíssimos registros diretos, isso não implica a impossibilidade de pensar, mesmo que de forma indireta, suas experiências, os pesquisadores têm se dedicado a tentar capturar, nas entrelinhas dos documentos institucionais (e através dos numerosos filtros impostos pelas autoridades e pelos funcionários de controle e da ordem) os indícios de suas formas de pensar, agir, viver. (GONÇALVES, J., 2004, p. 40. - Registro, Ano III, nº 3, jul. 2004)

Percebemos ainda, os humores, a burocracia existente, a estrutura de poder, um pedia, outro verificava, outro autorizava e até chamou a atenção um despacho de um pioneiro, o professor Carlos Eduardo Negreiros de Paiva¹⁰⁹, naturalmente irritado, com tanto ir e vir de um pedido seu, que o fez devolver para a administração um despacho irônico. Ele havia pedido para comprar uma escada para o Instituto de Fisiologia, que estava sendo instalado, e o pedido passou por um, passou por outro e voltou para que ele justificasse a compra, e sua resposta foi: “Para subir se estiver no chão e descer se estiver em cima”.

¹⁰⁹ Antonio Negreiros de Paiva, professor de Fisiologia do Instituto de Biologia, contratado em 1 de abril de 1964.

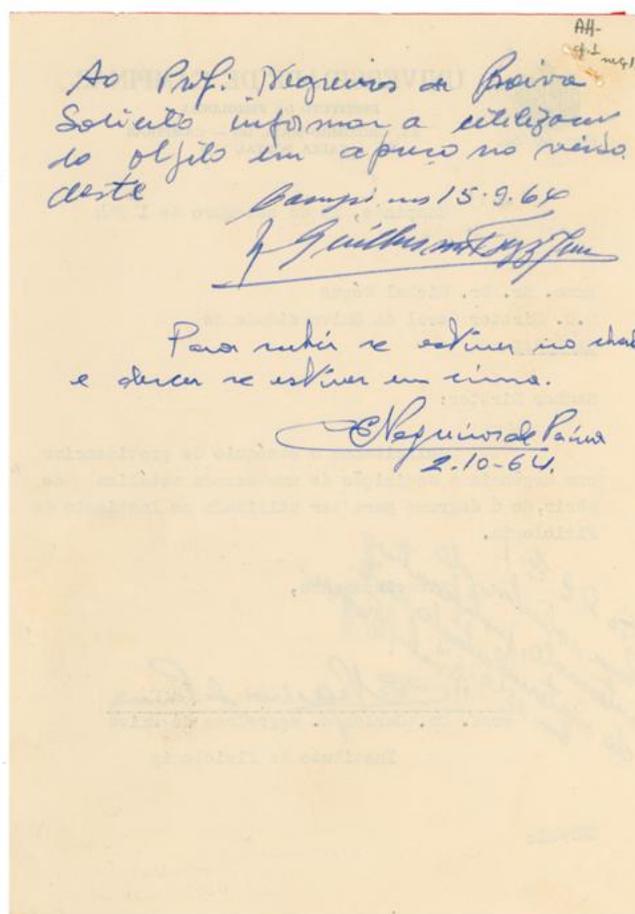
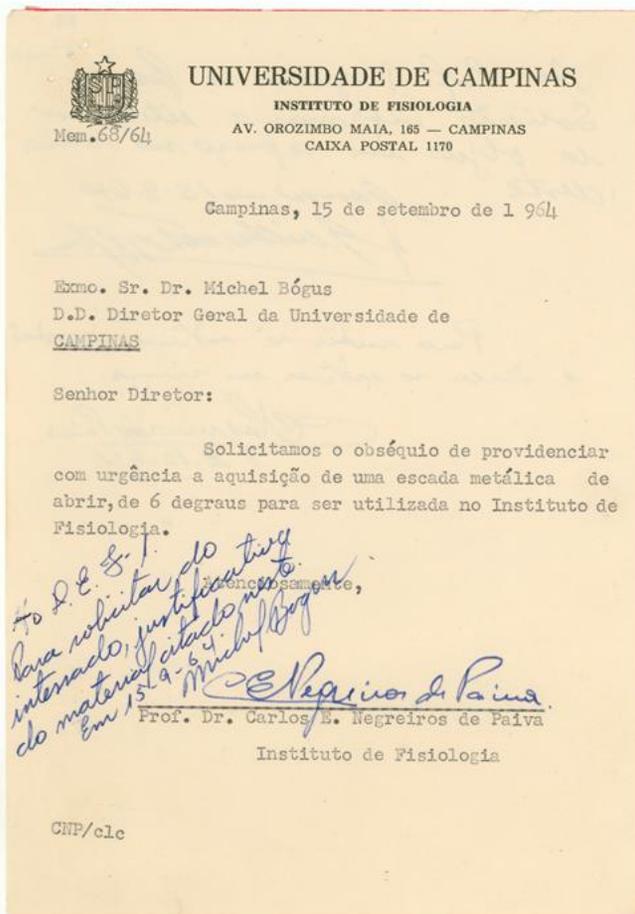


Figura 17– Memorando de Carlos Eduardo Negreiros de Paiva, 1964. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP. Reitoria GR-Mario Degni.

O documento foi usado numa palestra apresentada por mim, denominada “Notas sobre a História da UNICAMP”, durante a abertura de um curso de especialização de Desenvolvimento Gerencial, cujo foco é a formação para a qualificação dos processos de trabalho da universidade, realizado no Auditório da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) em 22/11/2004, para mostrar que já havia nos primórdios da Universidade, pessoas indignadas com a burocracia e a história virou um mito na administração.¹¹⁰

Dos documentos da Diretoria Acadêmica, e aí incluíam processos e dossiês, também foi possível perceber os currículos adotados pelos cursos, os nomes de professores, a trajetória dos alunos na universidade, movimentos de alunos entre

¹¹⁰ MARTINS, Neire do Rossio. **Notas para História da Unicamp**: Programa de Desenvolvimento Gerencial PRDU DGRH AFPU. Campinas: Unicamp, 2004. Disponível em: <http://www.siarq.UNICAMP.br/siarq/images/siarq/informativo/atividades_2004/notas_historia.pdf>. Acesso: em 23 nov. 2011.

cursos, índices de evasões e conclusões, por meio dos processos de vida escolar, dos dossiês dos históricos, de boletins de notas e frequência, dos processos de registros de diplomas, de processos de afastamentos, de trancamentos, de egressão etc.

Destaca-se do acervo de pessoal os processos de concursos, contratações e acompanhamentos funcionais. Um conjunto de “anexos” dos processos de vida funcional dos docentes, chamou a atenção e requereu um cuidado especial, porque se constituíam em cerca de 2400 pastas, que compreendiam os relatórios, projetos, memórias, artigos, livros e demais publicações e documentos que comprovam informações curriculares, de um período de 1967 a 1993. Estas pastas, como um repositório do docente, reuniam seus documentos curriculares, para uso de quaisquer conselhos ou comissões. Interessante também foi notar que em muitos processos de contratação de professores, incluem projetos de pesquisa ou planos de trabalho para a UNICAMP, o que nos mostrou como eram formados os grupos que constituíram as unidades.

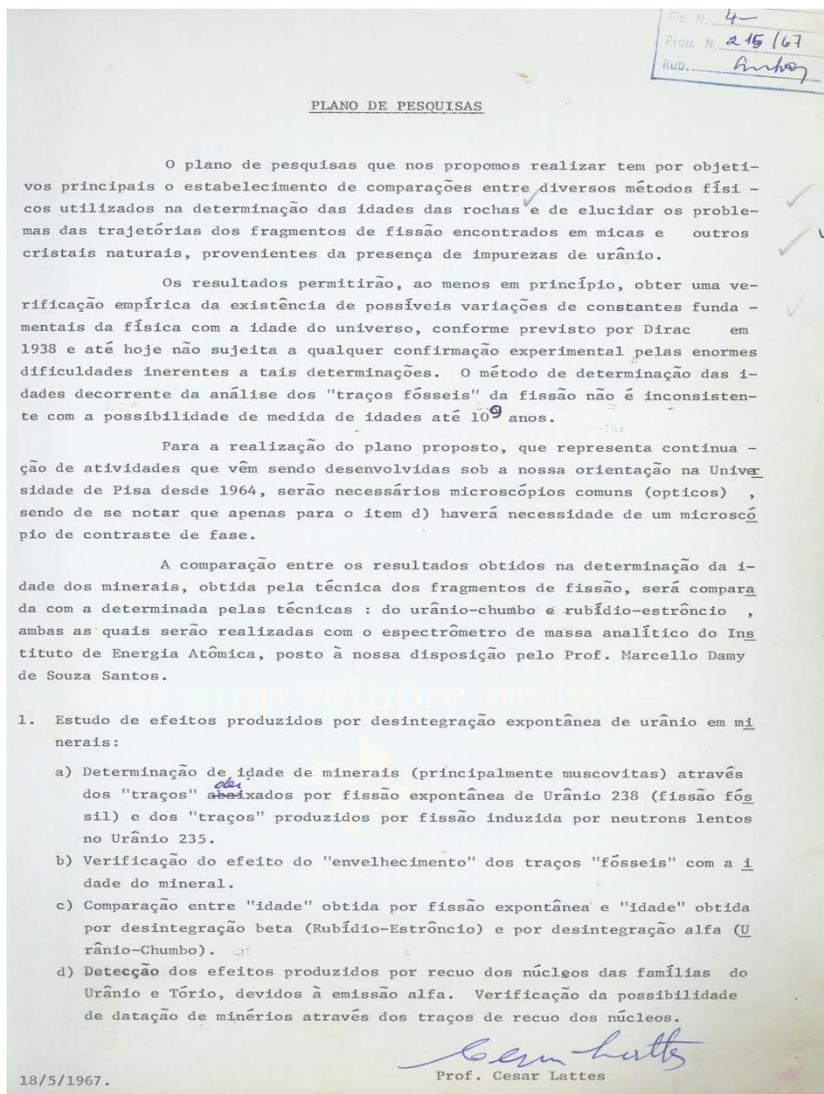


Figura 18- Plano de trabalho do professor Cesare Giulio Mansuetto Lattes que integra o Processo 01-P 215/1967 - Vida Funcional. Arquivo Central/SIARQ-Fundo UNICAMP/Grupo Reitoria.

Ao final da implantação do Arquivo Central, considerado aqui nesta pesquisa, como 1995, o Fundo UNICAMP pode ser delineado, com conjuntos documentais recebidos das unidades e órgãos da administração, por intermédio direto dos dirigentes, ou comissões setoriais, e por conjuntos de processos acumulados na DGA, DGRH e DAC.

Os conjuntos documentais reunidos durante este período constituíam-se em ricas fontes de pesquisas para que a própria equipe do Arquivo pudesse compreender a Universidade. Os próprios documentos ajudaram ao estabelecimento de caminhos possíveis para o arranjo e organização, para a descrição e criação de pontos de

acesso, bem como estabelecer os relacionamentos entre conjuntos de outras procedências, que se complementavam. É o caso, por exemplo, de um processo da doação de um terreno para a universidade, contido em um subgrupo documental, e o álbum de fotografia da cerimônia de assinatura do ato, pertencente a outro grupo documental. Além disto, com o acervo reunido e tratado, foi possível ampliar as possibilidades de uso como referencial para as próprias atividades da Universidade.

Com a finalidade de organizar essa visão da trajetória da constituição do acervo documental do Arquivo Central, após o panorama descrito dos fundos privados, fundos especiais e fundo UNICAMP, preparamos um quadro da definição dessas categorias em 1995, período em que nos fixamos, e que segue até o tempo presente.

FUNDOS, GRUPOS E COLEÇÕES	CONTEÚDO
<p>Coleções e arquivos pessoais</p> <p>- Professores, alunos e funcionários</p>	<p>Compreendem: fundos e coleções de pessoas, que de alguma forma atuaram na Universidade.</p> <p>Incorporação: adquiridos por meio de doação, compras etc.</p> <p>Organização: procura-se respeitar o contexto de produção ou acumulação dos documentos, e também a organização original do fundo ou da coleção.</p> <p>Abrangência: documentos como: Correspondências, Relatórios de atividades profissionais, Currículos, Artigos, Monografias, Livros, Cadernos de Campo, Projetos de pesquisa, Registros fotográficos, sonoros e audiovisuais, Documentos de identificação, Objetos pessoais. Documentos produzidos ou acumulados em função de trabalhos, ou documentos de vida pessoal.</p> <p>Acesso: por meio de catálogos, inventários, convencionais ou informatizados, ou diretamente com um atendente.</p>
<p>Fundos ou coleções especiais</p> <p>- entidades que não pertencem à estrutura administrativa da Universidade, mas que se relaciona por meio de convênios</p> <p>- coleções formadas pelo próprio Arquivo Central, sobre a UNICAMP, de um modo geral, ou alguma de suas funções</p>	<p>Compreendem: conjuntos de documentos de entidades que não pertencem à UNICAMP, mas que de alguma forma se relacionam a ela. Ex. DCE da UNICAMP; Conselho Estadual de Educação, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Coleção de Memória Científica.</p> <p>Incorporação: recolhidos ao Arquivo Central, por intermédio de custódia, doação dos dirigentes, ou por constituição do próprio Arquivo Setorial ou do próprio Arquivo Central.</p> <p>Abrangência: para entidades - documentos produzidos ou recebidos em cumprimento das funções das entidades, independente do suporte,</p>

	<p>gênero ou espécie; para coleções – documentos reunidos por captura de outros fundos e grupos do arquivo ou fora dele, que complementem informações sobre a UNICAMP</p> <p>Organização: no caso de entidades - por procedência, em grupos ou subgrupos, e os documentos em séries, subséries, ou dossiês, classificados de acordo com as atividades geradoras; no caso de coleções: organizadas por dossiês ou conjuntos de processos de acordo com o tema</p>
<p>ARQUIVO UNICAMP (fundos ou grupos fechados)</p> <p>- Órgãos deliberativos, normativos e executivos, complementares da Reitoria</p> <p>- Unidades acadêmicas e de pesquisa: Institutos, Faculdades, Colégios, Centros e Núcleos interdisciplinares de pesquisa</p> <p>- Entidades externas: Conselho de Entidades de Campinas; Diretório Acadêmico, Fundação da Universidade</p>	<p>Compreende: conjuntos de unidades e órgãos da Universidade que se extinguíram, ou foram substituídos por outros.</p> <p>Incorporação: recolhidos ao Arquivo Central, por intermédio de comissões setoriais locais ou diretamente, dos últimos diretores ou coordenadores.</p> <p>Abrangência: documentos produzidos ou recebidos em cumprimento das funções dos órgãos da administração ou serviço ou unidades de ensino e pesquisa, independente do suporte, gênero ou espécie.</p> <p>Organização: por procedência, em grupos ou subgrupos, e os documentos em séries, subséries, ou dossiês, classificados de acordo com as atividades geradoras.</p> <p>Processos relativos a ações administrativas, jurídicas, acadêmicas e de pesquisa; Atos constitutivos de normativos, Relatórios de Atividades, Correspondências, Projetos, Registros fotográficos, audiovisuais ou sonoros de pesquisas, Plantas de engenharia e arquitetura, Atas de reuniões, Programas de cursos e curriculares, Boletins de notas e frequência de alunos, Provas etc.</p> <p>Acesso: por meio de inventários convencionais ou informatizados, ou diretamente com um atendente</p>
<p>ARQUIVO UNICAMP (fundo ou grupos abertos)</p> <p>- Órgãos deliberativos, normativos e executivos, complementares da Reitoria;</p> <p>- Unidades acadêmicas e de pesquisa: Institutos, Faculdades, Colégios, Centros e Núcleos interdisciplinares de pesquisas</p>	<p>Compreende: grupos de documentos produzidos por órgãos ou unidades em funcionamento.</p> <p>Incorporação: por meio de transferências ou recolhimentos dos arquivos setoriais, ou mesmo diretamente de serviços de protocolo ou por intermédio de comissões setoriais de arquivos.</p> <p>Abrangência: documentos produzidos ou recebidos em cumprimento das funções dos órgãos da administração ou serviço ou unidades de ensino e pesquisa, independente do suporte, gênero ou espécie.</p> <p>Organização: por procedência, em grupos ou subgrupos, e os documentos em séries, subséries, ou dossiês, classificados de acordo com as atividades geradoras.</p> <p>Processos relativos a ações administrativas, jurídicas, acadêmicas e de pesquisa; Correspondências, Relatórios, projetos, atos constitutivos e normativos de procedimentos, registros fotográficos, audiovisuais ou sonoros de pesquisas, prontuários de pacientes, plantas de engenharia e</p>

	<p>arquitetura, atas de reuniões; programas de cursos e curriculares, boletins de notas e frequência de alunos, provas etc.</p> <p>Acesso: por meio de inventários ou catálogos informatizados ou convencionais. Ao produtor há empréstimos, quando os documentos são considerados intermediários, vigentes.</p>
--	--

Quadro 3 – Acervo de documentos do Arquivo Central - UNICAMP¹¹¹

Pode-se observar que no transcorrer da implantação do Arquivo Central, delineou-se seu campo de ação, confirmando sua atuação com documentos da própria universidade, de documentos pessoais ou de entidades, que tenham a ver com a universidade.

Os conceitos de grupos abertos ou fechados são arquivísticos e foram adotados pelo Arquivo, porque facilitam a definição de planos de organização dos documentos dentro dos armazéns, bem como a definição de planos de descrição.¹¹² O Arquivo UNICAMP analisado a partir do Guia do Arquivo Central foi organizado por conjuntos de documentos de acordo com sua proveniência, chamados de fundos ou grupos, quando necessários por subgrupos, ou seja, subconjuntos de documentos que representam partes do arranjo, que podem ser uma subordinação de unidade ou órgão. Por exemplo, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas é um fundo, o Departamento de História é um grupo, e assim por diante. Os documentos são organizados em séries pela tipologia documental, respeitando-se as atividades que lhes deram origem, ou em dossiês. A base para a organização dos documentos é sempre a atividade produtora. Em muitas situações os dossiês foram mantidos conforme organização original.

O Arquivo adotou inventários como forma de descrição, e permite a descrição de conjuntos. Em algumas situações, no próprio inventário há documentos destacados. Há no Arquivo UNICAMP os mais diversos suportes, madeira, plástico, papel, borracha etc. e diversos gêneros como iconográficos, audiovisuais, sonoros. Existe no Arquivo, por exemplo, entrevista de Zeferino Vaz, em gravação em áudio, registro da aula inaugural da UNICAMP em filme.

¹¹¹ **Fonte:** Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Central do SIARQ no www.siarq.unicamp.br

¹¹² Fundo aberto: fundo ao qual podem ser acrescentados novos documentos em função do fato de a entidade produtora continuar em atividade; Fundo fechado: fundo que, não recebe acréscimo de documentos, em função de a entidade produtora não se encontrar mais em atividade. ARQUIVO NACIONAL. (Brasil) Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005.

Os conjuntos de processos foram organizados de acordo com a proveniência do acumulador, na seguinte estrutura: Processos acumulados pela DGA, no grupo Reitoria – 1963 a 1993, a partir desta data, as unidades é que encaminham ao Arquivo, portanto, passaram a constituir Grupos individuais, em séries específicas relativas às suas atividades. Processos acumulados pela Diretoria Acadêmica formam um grupo da própria Diretoria Acadêmica.

Com relação ao acesso, adotou-se que os documentos mais recentes, ainda vigentes, são consultados nas próprias unidades de origem, ou os que constam de restrição expressa.

O acervo arquivístico foi aberto também para a pesquisa pública, e novas possibilidades foram criadas aos historiadores da educação, aos historiadores da ciência, aos sociólogos, aos administradores, aos arquitetos, aos engenheiros, aos médicos, enfim, a quem os temas de uma universidade possam interessar para a construção ou revisão de conhecimentos, não pertence a um único público alvo de pesquisa.

Para concluir e fazendo uma análise sobre o significado do termo administrativo, percebemos que ao final da legitimação do Arquivo Central e do Sistema de Arquivos pelo Conselho Universitário, ficou entendida que a abrangência de atuação do Arquivo era a instituição como um todo, independente de ser função meio ou finalística, uma vez que essa distinção conceitual não aparece mais.

O acervo documental do Arquivo Central foi formado por documentos produzidos e recebidos pela universidade constituindo-se em seu núcleo principal. Os documentos pessoais ou mesmo os “especiais” são incorporados por complementarem o entendimento sobre a universidade.

O Arquivo é aberto a uma enorme gama de possibilidades de estudos. Os documentos nascem em decorrência do cumprimento de atividades e são registros das ações, feitos por pessoas autorizadas, e isso é o que faz com que sejam organizados de acordo com seu contexto de produção que é um dos elementos que lhe confere autenticidade (DURANTI, 1995). Vale destacar as reflexões de Camargo (2006) a este respeito, quando conceitua arquivos de instituições de ciência.

Mas por mais que interessem ao historiador os arquivos das instituições de pesquisa, os dos próprios pesquisadores ou ainda dos organismos de apoio a projetos de ciência e tecnologia, para citar as fontes mais óbvias em história da ciência, é preciso lembrar que as razões pelas quais tais documentos foram acumulados não coincidirão nunca com os propósitos, sempre cambiantes, de sua utilização secundária. Em outras palavras: a função probatória precípua de arquivo incide única e exclusivamente sobre as atividades da instituição ou pessoa responsável por sua acumulação; e, ainda que essas atividades constituam objeto de seu interesse e estejam muito próximas dos temas que pretende abordar, o historiador manterá com os documentos que as representam um relação que não é mais de pura instrumentalidade ou de correspondência. (CAMARGO, 2006, p.13)

Vale observar, a esse respeito, uma das características mais importantes dos documentos de arquivo, poucas vezes compreendida pelos que deles se utilizam para fins de pesquisa retrospectiva. Trata-se da estabilidade de sentido que define, por princípio, o vínculo entre os documentos e as ações de um organismo ao longo do tempo.

[...]. Em contraste gritante com tal estabilidade, o universo de usuários secundários do arquivo lhe atribui, forçosamente, uma pluralidade de sentidos, em decorrência de hipóteses, pressupostos e recortes temáticos os mais variados. Todos esses sentidos, no entanto, devem levar em consideração, como ponto de partida, a relação originária de equivalência entre documentos e ações, dentro de parâmetros contextuais determinados. É por isso que, não havendo reciprocidade entre o arquivo, necessariamente unívoco em relação ao organismo produtor, e o historiador, que vê sempre como matéria polissêmica, a pesquisa retrospectiva demanda um esforço metodológico considerável. (Anais do II Encontro de Arquivos Científicos, 22 e 23 de setembro de 2005, Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2006) (CAMARGO, 2006, p.13)

Na medida em que os arquivos e os protocolos foram estruturados nas unidades, os processos passaram a ser transferidos e/ou recolhidos ao Arquivo Central de forma sistemática, obedecendo a um plano de gestão, que inclui tabelas de temporalidade de documentos aprovadas pela Comissão Central de Avaliação de Documentos.

A iniciativa de recolhimentos dos grandes conjuntos documentais centralizados, se encontravam sem tratamento adequado, como por exemplo, o arquivo de processos da administração, aliado aos trabalhos de gestão de arquivos e preservação junto às unidades e órgãos, fizeram com que o Arquivo Central se estabelecesse entre os seus pares na administração da universidade. Coube portanto, a missão de tratar da gestão dos documentos produzidos no dia-a-dia pela administração e a preservação dos documentos para futuras pesquisas e apoio à construção da memória institucional.

Depreende-se, ainda desta leitura e da construção da trajetória da constituição do Arquivo UNICAMP que sua constituição aconteceu simultaneamente à

implementação da gestão dos documentos pelo CIDIC. O trabalho se dividiu em duas frentes: a) identificação, transferência e recolhimentos de documentos ao Arquivo Central, ou seja, empreendeu-se um programa conhecido como “SOS Arquivos”, sobretudo aos que corriam risco de desaparecimento, por se encontrarem em péssimas condições de conservação, ou porque, não havia mais donos (como o caso dos documentos de órgãos extintos); b) formação de pessoas, do próprio Arquivo Central, a partir do contato com especialistas externos, das unidades, possibilitando o apoio à organização de arquivos correntes e setoriais e a construção conjunta de instrumentos. Isto não significa que tudo aconteceu como previsto, que as unidades todas alocaram recursos e infraestrutura para os seus arquivos, o processo continua, e é lento. Mas, uma coisa é certa, o assunto gestão de arquivos foi amplamente debatido na Universidade. Quando a proposta de estruturação de Sistema de Arquivos chegou ao Conselho Universitário, os diretores sabiam do que se tratava.

3.5 Memórias e esquecimentos: uma história

Se considerarmos as organizações como sistemas vivos, também elas dependem da memória para perceber sua realidade e alimentar sua ação. Pois, a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade de nossa experiência adquirida. (BOSI, 2009, p.10)

Ainda no ano de 1986, por um dispositivo, o reitor Paulo Renato Costa Souza, determina as comemorações dos 20 anos da Universidade, nomeando uma comissão para tratar do assunto e organizar um evento (Portaria GR nº 346/1986, de 01/10/1986). No ato de criação da comissão, considerou:

- a oportunidade de marcar as comemorações dos vinte anos da UNICAMP com eventos que reflitam o grau de desenvolvimento atingido pela pesquisa na Universidade.
- a oportunidade de marcar as comemorações dos vinte anos da UNICAMP com eventos que reflitam o grau de desenvolvimento atingido pela pesquisa na Universidade;
- a necessidade de fazer circular as idéias em estudo e discussão na Universidade, tanto dentro com fora dela;

- a necessidade de articular esse movimento com uma avaliação crítica da produção intelectual contemporânea, e do papel que nela cabe à Universidade.

Foi prevista a organização do evento Seminário “A Pesquisa na Universidade: Perspectivas”, a cargo da recém-criada Pró-Reitoria de Pesquisa, tendo como comissão organizadora os professores Helio Waldman, Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, José Galvão Pisapia Ramos, Archimedes Perez Filho, Antonio Celso Novaes Magalhães, Luiz Benedito Lacerda Orlandi e Bernardino R. de Figueiredo.

O destaque dessa informação é interessante de se analisar porque se trata da criação de um espaço de memória na Universidade, ou seja, a comemoração de aniversário de uma instituição, conforme ensina Le Goff (2003). Um fato, no mínimo curioso que se verifica nesse ato constitutivo, é a determinação de 20 anos como marco de tempo, sendo 05 de outubro, a data comemorativa, uma vez que a universidade foi criada em 1962, e funcionava desde 1963, com sua primeira unidade acadêmica.

A base para a contagem do tempo para os 20 anos, é 1966, o período em que a Comissão Organizadora da Universidade¹¹³, nomeada em 1965, atuou em sua estruturação, lançou a pedra fundamental do seu campus, em 05 de outubro, e, apresentou o Relatório ao Conselho Estadual de Educação com a proposta de implantação definitiva da universidade, tendo assim, a autorização para o funcionamento de suas unidades pelas instâncias superiores. Interessante notar é que, o que aconteceu de 1962 a outubro de 1966, foi desconsiderado, esquecido, silenciado, nessa contagem. O próprio funcionamento da Faculdade de Medicina e a própria Lei de criação, que por sinal, continua a mesma. A universidade não foi criada de novo, só foi reformulada.

A universidade neste período entrava numa fase de institucionalização, iniciada na gestão anterior, que havia saído de uma séria crise, gerada pela intervenção. Era um momento de comemoração das conquistas democráticas e das reformulações que a Universidade se propunha melhorar. Há que se investigar como essa decisão se deu e

¹¹³ Comissão integrada pelo professor Antonio Augusto de Almeida (diretor da Faculdade de Medicina, na Universidade de Campinas, professor Paulo Gomes Romeo, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP e pelo professor Zeferino Vaz, da Universidade de São Paulo, como seu presidente.

o que levou o reitor a tomar essa decisão.

Podemos até tecer como suposições, tendo em vista o contexto documental das datas e da própria decisão, uma série de motivos que a justificassem, como: a instituição passou funcionar em sua plenitude, sob um ponto de vista jurídico-educacional, a partir dos atos de 1966 (46/66); que suas unidades de ensino e pesquisa, além da Faculdade de Medicina, passaram a funcionar; que provavelmente, o grupo que o definiu se identificava com este marco, tendo em vista que grande parte das contratações de docentes foi feita a partir de 1966, incluindo a unidade a que pertencia o Reitor e seus assessores diretos (Geraldo Di Giovanni, Irineu Ribeiro dos Santos, Ferdinando de Figueiredo, todos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas); que D. Arlinda Rocha, Secretária Geral, mantinha o “arquivo histórico da UNICAMP”, desse período em diante, e que pode ter servido para municiar os estudos; que o conhecimento sobre as realizações daquela época de criação da UNICAMP, não foi considerada relevante ou até mesmo incomoda para a imagem da universidade, uma vez que o Conselho Estadual sugeria o seu fechamento; ou mesmo; e por último, a figura de Zeferino Vaz, foi marcada como fundador da UNICAMP, portanto, os outros poderiam ser considerados fundadores da Faculdade de Medicina¹¹⁴.

Mas, o que importa é analisar aqui as consequências desse marco, sob a ótica do Arquivo e para os estudos sobre memória e esquecimento. Esse foi um caso em que se pode considerar o que os estudiosos da memória coletiva ensinam, que os esquecimentos podem ser deliberados e que a memória é uma construção social, podendo ser enquadrada para melhor servir a construção de identidades coletivas, que há custos em mantê-las, mudá-las, e porque não construí-las: Para Pollak:

[...] Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização. (p.7)

[...] esta rápida descrição da problemática da constituição e da construção social da memória em diversos níveis mostre que há um preço a ser pago, em termos de investimento e de risco, na hora da mudança e da rearrumação da memória, e evidencie também a ligação desta com aquilo que a sociologia

¹¹⁴ Em 19 de dezembro de 1966 foi exarada pelo Conselho Estadual de Educação a Resolução nº 46/66 que autorizou o funcionamento e a instalação dos institutos e faculdades da Universidade Estadual de Campinas.

chama de identidades coletivas. Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. (POLLAK, 1992 p.206)

A questão colocada é sobre a disposição em exposições pelo Arquivo Central dos documentos anteriores ao marco. O que fazer com os documentos que foram produzidos em nome da universidade naquele período? Os alunos receberam históricos escolares com o nome da universidade; professores assinaram contratos com a universidade, ou seja, inúmeras pessoas e grupos de pessoas do passado se identificavam com ela de alguma forma, já em 1963, 1964, 1965. Mesmo que alguns documentos mostrem que havia certa confusão, pois eram encaminhados utilizando o nome do Reitor Mario Degni como sendo Antonio Augusto de Almeida, diretor da Faculdade de Medicina. Esses sujeitos participaram da construção dessa instituição, e isto é irrefutável.

Havia também o Conselho de Curadores que atuou para dotar de infraestrutura a recém-criada Faculdade de Medicina e a própria universidade; inclusive, há registro em ata que, por interveniência de alguns conselheiros, a doação de umas terras, para a construção do campus já havia sido concretizada (desconsiderada mais tarde, pela Comissão Organizadora, que achou inadequado). Registros de iniciativas para a constituição de outros cursos, como engenharia, morfologia e biologia (em andamento). Iniciativas para que o Conselho Estadual não fechasse a Faculdade e nem a Universidade.

Os documentos do período anterior a 1966, que foram encontrados pelo Arquivo Central, em meio a uma massa acumulada de documentos administrativos, vindos da DGA, trouxeram à luz os registros das ações realizadas. O que fazer com as fotografias do período, por exemplo, mantê-las ocultas numa exposição documental comemorativa? Como mostrar o período anterior? Numa exposição documental o período anterior foi apresentado como “antecedentes históricos”. A solução para este caso, foi sugerir que as comemorações de aniversário se referissem à “instalação” da Universidade e não à “fundação”. Mas, a dúvida persiste há diferença entre instalar e fundar? Zeferino fundou ou instalou a Universidade? Pelo dicionário de língua

portuguesa, sim, ele instalou a universidade: “instalar, tomar posse, colocar-se no lugar; fundar, criar, instituir, dar início”. (HOUISS, 2008), entretanto, a força do uso do conceito nem sempre obedece ao léxico.

Nas comemorações dos 30 anos, em 1996, na gestão do Professor José Martins Filho, a direção do Arquivo Central integrou a comissão organizadora e ficou encarregada da exposição de documentos. Na apresentação do projeto da exposição, indagou como tratar o período anterior a 1966, mostrando os possíveis documentos do período, o que gerou certo constrangimento por parte dos membros, pois alguns desconheciam que a universidade, por exemplo, tinha tido dois reitores anteriores a Zeferino Vaz. Concordaram em marcar o ato como de “instalação”, uma vez que os documentos mostravam o funcionamento de “uma universidade” esquecida. Muito embora, acredito que isto tenha ficado mais no nível do Arquivo do que na memória coletiva.

Desse modo, a exposição mostrou documentos textuais, fotografias que revelavam alunos, professores, funcionários e atividades do período, inclusive lugares onde a universidade se instalava. A comissão decidiu também ter como foco o reconhecimento às pessoas que atuaram naquele período, em especial, os membros do Conselho de Entidades que atuaram na Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina. Nessas comemorações é que se encontraram, depois de mais de 20 anos, os principais coordenadores de campanha, que prestaram seus depoimentos ao Arquivo. Entre as informações trazidas, a de que Zeferino Vaz foi convidado por eles próprios para instalar a UNICAMP e que depois, tudo ficou por conta dele. O Arquivo Central coletou documentos também e ajudou a preparar o primeiro site de divulgação.

O importante desse fato é que o Arquivo se fez presente cumprindo o seu papel na construção da memória da instituição.

3.5.1 A recuperação da ata

O marco de instalação da UNICAMP é, pois, 05 de outubro de 1966. Esta data foi marcada pela ocorrência das comemorações da instalação da pedra fundamental do

campus da universidade. Nesse tipo de comemoração, costuma-se por cerimonial, elaborar uma ata que as principais autoridades presentes assinam, reúne jornais do dia, cópias de plantas, que são colocadas numa urna, construída num ponto principal do terreno.

Nas comemorações do lançamento da pedra fundamental do campus da UNICAMP, a cidade parou. O presidente da República Castelo Branco, veio em pessoa para a cerimônia. Autoridades civis, eclesiásticas e militares, integraram a cerimônia principal. Houve palanque com discurso. A sociedade estava presente, bem como alunos, professores e funcionários, além de fotógrafos e cinegrafistas para registrar o evento.

O Arquivo dispunha de fotos, filmes e até de depoimentos sobre esse período de instalação da UNICAMP, porém não dispunha da ata propriamente dita. Afinal, devia estar na urna, debaixo da terra. Mas, ninguém sabia informar onde estava a urna, ou seja, o marco principal de construção do campus. Mesmo assim, procuraram-se evidências para a localização, em meio aos documentos “históricos” encaminhados pela Secretaria Geral, quando do recebimento e tratamento pelo Arquivo Central e também em meio aos documentos da Diretoria Geral da Administração, que trazia os grupos documentais dos escritórios e das comissões de obras do campus.

Um aluno da UNICAMP, Warney Smith, pesquisando no Arquivo Central, sobre o Distrito de Barão Geraldo, numa conversa informal de final de dia, conta que ficou sabendo, em suas entrevistas com moradores e corretores etc., que a Ata da pedra fundamental da UNICAMP estava com uma determinada pessoa da cidade, chamada Honório Chiminazzo, corretor de imóveis. Indagado sobre a possibilidade de trazer a ata de volta ao campus, o aluno disse que ele tinha uma mágoa imensa com a UNICAMP, porque não havia sido reconhecido, nas comemorações do lançamento da pedra, por seu empenho em conseguir a doação do terreno do campus. Contou que a ata foi parar em suas mãos, porque um trator passou por acidente sobre a caixa.

Tratava-se de uma relíquia simbólica, que precisava ser resgatada. Aproveitando então as comemorações dos 30 anos, e de conhecimento do fato, o reitor incluiu o nome do Sr. Chiminazzo na lista de reconhecimentos que o Conselho iria conferir, por meio de um diploma especial, que iria acontecer como evento principal. Era uma boa

oportunidade para reconciliação. A própria secretária geral, na época Miríades Cristina Janotte, foi encarregada pelo reitor, para entregar pessoalmente o convite. Voltou com a Ata, onde além dos nomes das autoridades e de suas assinaturas, aparecia o nome do Sr. Chiminazzo, com assinatura, colocado a *posteriori*, num canto do documento, com os dizeres: “Honório Chiminazzo que descobriu e conseguiu em doação os terrenos ora doados”.

A Ata foi recolhida pelo Arquivo Central e encontra-se preservada, como um "documento monumento". O Sr. Chiminazzo sem querer contribuiu para a preservação deste documento, porque em que condições estaria conservado naquela urna? As experiências mostram que pouca coisa sobrevive ao tempo e a umidade, nesse tipo de urna simbólica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudiosos e arquivistas percebem (e promovem) o arquivo como coleção documental e pesquisa histórica indiferente, em vez de um lugar para contestações do poder, memória e identidade. (SCHWARTZ, J.M; COOK, T., 2004, p.22)

Situar o arquivo como lugar de memória é estimulante, uma vez que essa problemática traz em si a necessidade de se compreender o universo dos estudos sobre memória, que está em ampla expansão. É uma disciplina que não pertence a uma área do conhecimento específica. A memória é uma construção política e social, pode ser enquadrada, conformada a interesses de poder, pode ser mantida e modificada. A memória caminha junto com o esquecimento. O esquecimento é tão necessário para o indivíduo e a sociedade como a própria memória. A memória é individual, mas o individual compartilhado passa a ser coletivo. A memória está nas histórias de gente comum, está registrada em documentos pessoais e documentos oficiais. A memória está em todo lugar. Não há uma única resposta. O olhar para essa temática tem que ser atento e sensível. A memória está em cada um de nós, temos o poder de representá-la, trazê-la à luz, ou não, conforme interesses particulares. Memórias gravadas por vivências, por experiências ou mesmo memórias transferidas de outras memórias familiares ou do coletivo, que nos envolve. O assunto é complexo e instigante.

A visão da memória trazida neste estudo é ampla, quando situa o arquivo como portador de memórias registradas em documentos escritos, memórias coletadas e coligidas por meio de depoimentos orais, memórias em documentos imagéticos e sonoros, memórias em instrumentos de pesquisa produzidos, memórias produzidas por investigadores.

O arquivo institucional, como é o caso do nosso objeto de pesquisa, é uma entidade social e é a memória em si da entidade que o produziu e acumulou, de modo que guarda registros e informações sobre ações, pessoas, fenômenos, fatos, em

determinado espaço temporal. O arquivo, como entidade organizacional, apoia a construção de memórias, na medida em que trata e dispõe acervos documentais e também tem o poder de construir, enquadrar e modificar memórias, quando orienta a produção de documentos; orienta ou pratica a avaliação de documentos; elabora arranjos e descreve documentos; dá publicidade ao acervo; e organiza exposições e apoia festividades e comemorações. Memórias que fazem sentido quando representadas, confrontadas, apreendidas pelas pessoas ou grupos sociais.

A universidade é uma instituição social que traz em seu próprio conceito as competências de formar pessoas, por meio da transmissão de conhecimentos e do estímulo para a criação de novos conhecimentos. O ambiente universitário é múltiplo em sentidos: de alunos, de professores, de funcionários, de usuários de seus sistemas (fornecedores, pacientes de hospitais, investigadores de suas bibliotecas e arquivos).

A memória universitária, como foi denominada nessa pesquisa, procura abrigar essa diversidade inerente a esse ambiente de ensino e de pesquisa científica. É possível pensar que um arquivo de uma instituição universitária possa suscitar, mesmo, que considerado “administrativo” ou “oficial”, público ou privado, investigações importantes, uma vez que mantém registros e documentos sobre as relações com a comunidade. Registros acadêmicos que permitem mostrar o perfil dos alunos que ingressam e que passam pelos bancos escolares, e o perfil dos professores contratados pela universidade ou que a visitam para palestras, participação em bancas ou mesmo, para envolvimento com grupos de pesquisa. Os registros referentes aos cursos permitem investigações sobre a forma curricular, as prescrições. Os registros e documentos sobre convênios e pesquisas, permitem um olhar sobre os interesses de pesquisa dos grupos, da instituição e do próprio ambiente social e científico em que a universidade está inserida. Enfim, são múltiplas as possibilidades de um arquivo institucional. Não há um conceito único que o defina. Esse conceito molda-se de acordo com as finalidades e a dinâmica de cada universidade.

A trajetória da instalação e implantação do Arquivo Central do Sistema da Universidade Estadual de Campinas, objeto dessa pesquisa histórica, permitiu problematizar e refletir sobre esses aspectos, não para oferecer respostas, mas para permitir à pesquisadora olhar o arquivo sob o seu outro aspecto, que não somente de

sua utilidade como prova ou testemunho de ações e usos imediatos ou mesmo historiográficos. Permitiu olhar de longe e situar o Arquivo como inserido num quadro social mais amplo, de identidade.

Durante o percurso da pesquisa e dos levantamentos que foram feitos a partir das memórias da própria pesquisadora e das memórias contidas no acervo do próprio Arquivo, foi possível identificar que na época de sua instalação, uma universidade sensibilizada, por conflitos políticos, e que precisava retomar suas atividades normais e voltar ao seu trilho. Voltar de modo diferente. Voltar formalizando suas políticas de tratamentos às pessoas (contratações, manutenções, carreiras), suas políticas de comunicação e de decisões (ampliação de participações em conselhos decisórios em várias instâncias, da reformulação dos estatutos, dos regimentos das faculdades e institutos); suas políticas e práticas organizacionais (reformulação das unidades de apoio, das unidades de prestação de serviço, retomada e ampliação das construções); suas políticas e práticas de ensino (reformulação dos cursos, do ingresso de alunos, de melhoria da graduação e pós-graduação); suas políticas de pesquisa (formas de fomento, interdisciplinaridade, com a criação de centros e núcleos); suas políticas de extensão (relações com governo, com a comunidade e com grupos de pesquisa ou grupos sociais). Enfim, a universidade estava sendo repensada, num processo que foi denominado de institucionalização. Nesse ambiente, foi aceita a proposta de se reformular as bibliotecas e no bojo a de criação de uma Divisão de Documentação, com o propósito de tratar documentos de bibliotecas e que em pouco tempo, estava configurada para tratar dos documentos produzidos pela própria universidade e em menos de três anos, estava configurada para tratar da gestão de documentos por meio da sistematização de arquivos e da preservação dos documentos permanentes, além da possibilidade de tratar fundos privados de interesse para a universidade.

A investigação nos trouxe alguns pontos que podem ser tecidos na construção de justificativas para essa decisão da universidade.

Em primeiro lugar o senso de oportunidade e de conhecimento amplo do gestor desse processo de instalação do Arquivo, o professor Ataliba Teixeira de Castilho, que trabalhou em duas frentes: conhecer o que estava acontecendo fora do contexto da Universidade, na linha de preservação, uma vez que o que se desejava implantar era

novo; não se limitou a conhecer experiências no âmbito das bibliotecas, mas, também dos arquivos e dos centros de documentação. Conversou diretamente com Celina Moreira Franco, a diretora-geral do Arquivo Nacional, que implementou modificações importantes na política nacional de arquivos, trazendo para a prática e para a legislação a ideia da gestão documental, ocasião também que visitou o Centro de Pesquisa e Documentação Social da Fundação Getúlio Vargas; visitou o Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, travando contatos que mais tarde permitiram encaminhar técnicos para a capacitação. Isso foi fundamental para o delineamento futuro da Divisão.

Outro aspecto da gestão do projeto foi à rapidez com que o professor Ataliba levava resultados à administração central, patrocinadora do projeto, por meio de relatórios, propostas de atos normativos e estruturais, e com isso conseguia aprovações e permissões para seguir adiante. Outra estratégia adotada, foi de vincular esses projetos à pesquisa, e assim, conseguir recursos financeiros por parte das agências de apoio à pesquisa, como FINEP, CNPq, FAPESP, destinados à reformulação das bibliotecas, tratamento de acervos e a capacitação de pessoas, para implementar as inovações. Isso contribuiu para que, em âmbito interno, as autoridades reconhecessem que as unidades poderiam também se estruturar, sem necessariamente, onerar somente os recursos internos. Relevante destacar, como exemplo, que já em 1985 havia fomento financeiro, para o tratamento da biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda e do arquivo de Paulo Duarte, que permitiram a compra de materiais necessários para sua organização e acondicionamento, bem como a capacitação de pessoas para atuação nesses acervos. Nesse caso os gestores também foram muito importantes, porque estavam abertos às novas e boas práticas para a universidade.

As estratégias internas de não se sobrepor às unidades que já estavam sendo criadas ou mesmo pensadas, fez com que inicialmente, houvesse no projeto, junções que poderiam beneficiar a implantação da Divisão e, por outro lado, também precisava-se de uma justificativa e utilidade para implantar aquela Divisão, criada nos estatutos da universidade de 1969, como órgão do Centro de Informação e Divisão Cultural, ao lado da Biblioteca Central. Portanto, isso serviu de motivação para a quase natural ligação da Divisão de Documentação com a recém-criada área de Coleções Especiais da

Biblioteca Central, para tratar de documentos não livros que acompanhavam o acervo que deveria ser objeto do trabalho desta.

Com a separação da Biblioteca Central, em 1987, do Centro de Informação e Difusão Cultural, continuou o Arquivo Central com essa atribuição, mesmo que não explicitado em seu novo ato de constituição, deliberado pelo Conselho Universitário. O fato é que as tratativas continuaram até a presente data, visto que o arquivo de Sérgio Buarque de Holanda permanece no Arquivo Central. Nota-se que a Biblioteca Central não dispõe de profissionais com perfil arquivístico para tratar de documentos de arquivo. Outros acervos incorporados depois desse período, como do Professor César Lattes, em 2005, continuam assim: biblioteca e réplica do escritório (montado inclusive com o apoio dos técnicos do Arquivo Central) na Biblioteca Central e o arquivo no Arquivo Central. As justificativas são inúmeras, as duas unidades estão subordinadas à mesma coordenação, ou seja, a Coordenadoria Geral da Universidade, órgão da Reitoria. Os acervos são integrados por meio de instrumentos de pesquisa. Interessa à Biblioteca que não dispõe de profissionais com esse perfil e ao Arquivo que incorpora importantes fundos privados em seu acervo.

Com relação ao Centro de Memória, houve ao nosso entender, um duplo interesse. Do lado da Divisão, por abrigar acervos importantes e interessantes sob o ponto de vista histórico, que complementariam a justificativa para a implantação da Divisão de Documentação e a participação de professores para a formação de acervo. Ao professor Lapa, mais especificamente, era interessante porque surgiu a oportunidade de por em prática uma antiga ideia de trazer para a UNICAMP acervos de entidades externas de interesse para as investigações sobre o oeste paulista. Essas, certamente, podem ter sido as causas das interligações que foram feitas. A equipe da Divisão de Documentação trabalhando com arquivos de interesse do Grupo de História Regional (depois Centro de Memória) e com a participação em comissões consultivas sobre assuntos de constituição de acervos.

A constituição da equipe, sua formação, bem como o início imediato da organização de acervos, fez com que a Divisão imediatamente ganhasse em visibilidade junto à comunidade e especialmente junto à própria Reitoria. Isso era necessário. Não adiantaria criar uma Divisão de Documentação sem acervo. Por isso, o

tratamento inclusive de Fundos Especiais, ou seja, aqueles de entidades públicas que não pertenciam à UNICAMP. O que foi realizado, sob a ótica desta investigação, por alguns motivos: 1) a constituição e a formação de uma equipe com olhar arquivístico e atenta ao contexto externo; 2) a estruturação da área de Arquivo Permanente, dentro da Divisão de Documentação, aderente a esse olhar arquivístico; 3) a discussão sobre a vinda de acervos “especiais” de entidades externas, a exemplo do arquivo da Prefeitura de Campinas, de certa forma, contribuiu para que a Divisão de Documentação direcionasse seu trabalho para a gestão dos documentos da própria universidade.

A minha formação nas diversas instituições arquivísticas da época e, mas especificamente sob a orientação de Heloisa Liberalli Bellotto, me permitiu contribuir com a estruturação da área de Arquivo Permanente da Divisão de Documentação, com as ideias de gestão de documentos de arquivo (arquivos permanentes, avaliação de documentos nas unidades etc.), que se diferenciavam dos conceitos de biblioteca, ou melhor, por meio de conceitos que ainda, a bem da verdade, não estavam muito bem definidos naqueles idos de 1984. A estrutura dessa área foi o embrião para a definição do Arquivo Central e da criação do Sistema de Arquivos, em 1986 e 1989, respectivamente, com o uso dos conhecimentos de outros profissionais importantes e influentes da arquivologia da época: Marilena Paes, Dayse Aparecida de Oliveira, Rose Marie Inojosa, Ana Maria de Almeida Camargo.

A reunião imediata e o tratamento de documentos pela Divisão de Documentação e a disposição à pesquisa, fez com que a mesma se tornasse visível, sob o olhar da administração e de pesquisadores em potencial. A reunião dos documentos do Gabinete do Reitor, Secretaria Geral, Zeferino Vaz e das Unidades, como exemplos de acervos documentais da universidade, permitiram um reconhecimento interno desse órgão como preservador e assim o apoio de outros serviços. Houve uma sensibilização para o assunto. Os prestadores de serviços de infraestrutura começaram a apoiar essa nova unidade, porque tinham acesso aos documentos quando vinham executar alguma obra de instalação. Os funcionários da Divisão de Documentação faziam exposições simples e faziam questão de mostrar a quem viesse no arquivo. Outro trabalho foi o de divulgar nos jornais e boletins internos qualquer recebimento de acervos, mostrando a

importância da preservação documental. Ações como essas contribuíram para que o órgão se estabelecesse e criasse uma relação com seus pares internos.

Como apoio em levantamentos da trajetória de criação das unidades e órgãos e elaboração de repertórios de fonte, passou a ser atividade rotineira para o Arquivo. Neste caso, a própria administração superior da UNICAMP na construção das comemorações de aniversário, primeiro timidamente, durante as gestões dos professores José Aristodemo Pinotti e de Paulo Renato Costa Souza, depois continuamente na construção de exposições, sitios na Internet (institucional e de unidades), preparação de repertórios de fontes. Nesse caso apoiando a construção da memória institucional. Depois vieram os demais usuários na realização de levantamentos para tomadas ou retomadas de projetos como, por exemplo, foram levantados os documentos, em diversos fundos, sobre o Plano Diretor do Campus, bem como os documentos sobre a elaboração dos Estatutos e Regimentos. Pronto, o Arquivo estava inserido na estrutura e prestava serviços.

O trabalho com o acervo do Tribunal de Justiça, por exemplo, teve a dinâmica de se trazer à UNICAMP remessas de documentos já identificadas, para permitir a pesquisa imediata. Muito emocionante quando os pesquisadores começaram a aparecer, entre eles professores e pesquisadores da UNICAMP e de outras instituições como, Peter Slenes, Sidney Chalhoub (pesquisando escravidão).

Outro fator, considerado importante, no que diz respeito à própria legitimação do Arquivo Central, como órgão de gestão e preservação de documentos da universidade, independentemente de estar escrito ou “prescrito” nos atos de constituição, foi a estratégia adotada de se trabalhar, imediatamente, com a coleta de fundos, coleções, grupos ou séries documentais, em estado de precariedade de organização e de conservação, que se encontravam nas unidades da universidade. Isso abriu caminho para que os diretores aceitassem a constituição de comissões setoriais de arquivos e a formação de funcionários em assuntos arquivísticos, em especial, num curso oferecido sobre Avaliação de Documentos e em seguida de outros como Organização de Arquivos Correntes, ministrado pela própria Marilena Leite Paes, da FGV, outra autoridade no assunto. A vinculação dos serviços de protocolo e os trabalhos de descentralização, desenvolvidos em parceria com a Diretoria Geral da Administração,

também podem ser considerado um marco muito importante para a legitimação desse órgão na UNICAMP, uma vez que teve que irrefutavelmente, lidar com todas as unidades e órgãos que integravam sua estrutura. Atualmente, coordena esses serviços com mais de 600 agentes atuando diariamente.

Evidentemente que as administrações que patrocinaram essa empreitada tinham interesses nesse órgão. Era um jogo de mão dupla. Pela vertente da preservação de documentos da própria universidade, podemos fazer a leitura em duas linhas de análise para entender as justificativas de sua implantação, consolidada pelo Conselho Universitário. O interesse mais próximo da administração no que se refere: a) à organização de documentos do cotidiano e; b) ao interesse da preservação de acervos para a pesquisa e memória.

A gestão dos seus documentos interessava à administração da época, porque condizia com os projetos de modernização administrativa em desenvolvimento. A proposta apresentava a oportunidade de uma profissionalização da organização dos documentos acumulados e produzidos pela universidade em sua própria dinâmica de funcionamento. Sugere-se também nesse aspecto, a preocupação da administração em conhecer e ter acesso aos documentos que informavam as ações em andamento pelas administrações anteriores e se constituíam em provas e testemunhos importantes para tomadas de decisões. Naquele momento era importante saber como foram elaborados os estatutos da universidade, por exemplo, para que pudessem ser modificados. O Arquivo do professor Zeferino Vaz, além do mito, precisava ser mantido pela própria memória institucional que o envolvia.

O outro lado da gestão relaciona-se à preservação dos documentos da própria universidade, visando à memória institucional. Também chamados de históricos e organizados em arquivos permanentes cuja função, tradicionalmente aceita, é de garantir a memória das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural. (BELLOTTO, 1992)

A memória nesse caso poderia ser entendida a partir dos seus múltiplos aspectos. O interesse imediato na constituição desse lugar como espaço de memória para a pesquisa científica foi assim defendido pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho, às folhas 27 do Processo UNICAMP nº 2467/1983: “[...] a própria UNICAMP é

fonte de produção de muitos documentos de interesse para a memória científica nacional. Textos de convênios, projetos em andamento, acordos científicos de cooperação constituem-se em peças vitais para a História das ciências”.

Mas, é necessário ir além das fronteiras dos interesses científicos e abrigar o entendimento do caráter da memória, que reforça identidades e sentimentos de pertencimento dos sujeitos da universidade, como expressa Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989 p.3.)

Naquela década de reconstrução, o clima era de defesa da universidade, que precisava ser preservada contra as ingerências políticas do governo estadual (ADUNICAMP, 2002). As suas conquistas precisavam ser lembradas e mantidas, perante o grupo social que a sustentava e que de alguma forma já a reconhecia. Recorrendo novamente a Ataliba Teixeira de Castilho, que à época afirmava:

São bem conhecidas algumas características diferenciadoras da UNICAMP no quadro das universidades brasileiras: grandes investimentos iniciais em pessoal de primeira linha, independentemente de sua titulação formal, aquisição de equipamentos, fuga às instalações suntuárias, ênfase nas atividades de pesquisa e no ensino pós-graduado, no qual se concentra um terço dos seus alunos. (UNICAMP. Processo nº 2467/83, f.16)

O que sugere o empenho da universidade em dedicar-se à preservação de acervos e da memória regional e nacional, como mencionado em atos, bem como a continuidade em preservar o acervo já acumulado pela UNICAMP por aquisições de bibliotecas e arquivos, iniciadas na década de 1970.

A presente pesquisa histórica me permitiu lançar um olhar sobre a trajetória de constituição do Arquivo Central, em que participei não nas linhas decisórias, mas na linha das proposições e nas práticas que me competiam. Na medida em que mudei de posição, olhando como pesquisadora, pude ver essa trajetória e refletir sobre o Arquivo

de diversas maneiras diferentes. Certo é que construí essa visão de trajetória me assessorando em documentos, em depoimentos e em análises de literatura que se aproximam do meu mundo arquivístico, mas que propõem olhares diversificados, como é o caso da memória, que me permitiu ampliar o campo de conhecimento. Pude sentir o próprio Arquivo, seu acervo, as pessoas que atendem, enfim, seus pesquisadores. E gostei. Achei que valeu a pena ter investido uma carreira nessa ideia, uma grande oportunidade, diga-se de passagem. Alguns momentos dessa trajetória foram de muita sensibilidade, porque vi expostas vivências que me trouxeram lembranças, boas e não muito boas, mas que procurei apaziguar todas elas.

O Arquivo Central e o Sistema de Arquivo da UNICAMP ainda estão sendo implantados. A impressão que se tem é que essa área está sempre em construção, que não se acaba nunca. Aqui a construção a que me refiro é que não pode faltar tijolo que sustente a obra. Nesse caso, creio que é preciso avançar nas estratégias de otimizar os arquivos setoriais, uma vez que há unidades muito bem desenvolvidas nessa área e outras carecendo de apoio para se tornar mais independentes no que se refere ao tratamento de documentos. Ou seja, o Arquivo Central não pode fazer papel paternalista, cada vez que encontra um arquivo acumulado sem tratamento. Talvez, seja o caso de criar uma área de auditoria, ou mesmo se filiar à auditoria da UNICAMP, para comunicar formalmente às unidades sobre essa necessidade. Há que se evidenciar a autonomia existente em cada unidade, mas o descaso com relação aos documentos deve ser alertado e corrigido. O Arquivo Permanente deve ser mais bem estruturado e mais ativo no que se refere à cobrança de recolhimento de arquivos das unidades, ou seja, atualmente as unidades recolhem os documentos a seu tempo, incluindo os documentos oriundos de pesquisa.

E como o Arquivo Central é um organismo vivo, tal como a universidade, e com isso dinâmico e maleável a mudanças, não dá para deixar de citar o enfrentamento que se tem pela frente relativo às questões da preservação digital. Há mudanças de paradigmas importantes e que precisam ser problematizadas no interior do Arquivo e da profissão, a mudança, por exemplo, da forma como o pesquisador manipula esse objeto de informação e registro; o atendimento à distância; a dinâmica e a estruturação do Arquivo mediante o armazenamento em máquinas e não mais em depósitos. As

comissões criadas na UNICAMP, de forma institucional, com essa finalidade, apoiarão na elaboração de propostas e políticas mais amplas, mas cabe ao Arquivo incorporá-las e colocá-las em prática, a bem do pesquisador, do administrador, da memória social e universitária e do próprio arquivista, que tem poder para implementar essas mudanças.

5. REFERÊNCIAS

5.1 Publicações Bibliográficas.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP. **ADUNICAMP: 25 anos. Autonomia – Democracia – Participação**. São Paulo: OESP, 2002.

BASTOS, Aurélio Wander. Comentário. In: Seminário de Documentos Privados de Titulares de Cargos Públicos. **Documentos Privados de Interesse Público: o acesso em questão**. São Paulo: IFHC, 2005. p.97-125.

BATALHA, Cláudio H. M. O Arquivo Edgard Leuenroth e as fontes para a história operária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.161-167.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2.ed. rev. amp. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Uma política de Arquivos para a universidade brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.11-25.

BILOTTA, Sérgio. et. al. As experiências da FUNDAP na área das comunicações administrativas e arquivos. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n.8, p.74-75, abr. 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTTINO, Mariza. Os arquivos universitários no Brasil. In: Esther Hermes Luck et al. **A Informação: questões e problemas**. Niterói: EDUFF, 1995. p. 61-67

BRASIL. **Decreto nº 82.308**, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82308.htm> Acesso em: 11 out. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.084**, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao/128675/lei-4084-62> Acesso em: 11 out. 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 11 out. 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Conceituação e características dos arquivos científicos. **ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS**, 2., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p.11-16.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Um sistema municipal de arquivos: Rio Claro. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n.8, p.21-26, abr. 1984.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Célia R. **Centros de documentação e pesquisa histórica**: uma trajetória em 30 anos. In: *CPDOC 30 anos. Textos*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARVALHO, T. C. O. de; VAL, M. R. S. R. do; BRUNO, S. L.. **A biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda**. *Ethnos Brasil* (Nupe-Unesp), n.2, set., 2002, p.17-20 (artigo bilíngue: português-inglês)

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Discurso da Sessão de Abertura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.XII-XVI.

CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. Organizador: Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. São Paulo, v.3, n.3, p.18-33, jul. 2004.

CORRÊA, Priscila Kaufmann. **Estudo religioso no Colégio Progresso Campineiro**: entre prescrições e práticas (1900 – 1937). 2010. 266f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2010.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Sessão de encerramento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.275-280.

COSTA, Marcos (Org.). **Para uma nova história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Diário do Povo, 31 de março de 1985, Dossiê Convênio Prefeitura, Grupo CIDIC (Arquivo Central)

DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira. Biografia. In Estudos Avançados, v.8, n.22, São Paulo, set/dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018> Acesso em: 11 out. 2011

DUARTE, Paulo. O levante Paulista, em 1932. Entrevista concedida a Noé Gertel. **Folha de São Paulo**. São Paulo, segunda-feira, 8 de janeiro de 1979. Jornalistas contam a História — 4. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_4.htm> Acesso em: 11 de outubro de 2012.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica**: usos nuevos para uma antigua ciencia. Traducción de Manuel Vázquez. Córdoba: [s.n.], 1995.

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, Política e Folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2007.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FORTI, Maria Aparecida. O fundo Paulo Duarte: da organização original à recuperação das informações. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.139-143.

FORTI, Maria Aparecida; SANTOS, Vera Lúcia Nascimento dos. Arquivo histórico do Tribunal de Justiça de Campinas: experiências com arranjo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.115-126.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. **Armando Sales**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales> Acesso em: 11 out. 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Tabela de Temporalidade de Documentos**. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

GONÇALVES, Janice. Tais arquivos, quais memórias? **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. São Paulo, v.3, n.3, p.34-42, jul. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Autor); COSTA, Marcos (Org.). **Para uma nova história**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004. 174 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Autor); PRADO, Antonio Arnoni (Org.) **O Espírito e a Letra**: estudos e crítica literária 1, 1902- 1947. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.I.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Autor); PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **O Espírito e a Letra**: estudos e crítica literária, 1947- 1958. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.II.

Holanda, Sérgio Buarque de. (Autor); NOVAIS, Fernando Antonio. (Org.) **Capítulos de história do império**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 245 p.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (Elaborado pelo Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.)

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Rio de Janeiro. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8801> Acessado em: 01 out. 2011.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Sessão jornalistas contam sua história. **Depoimento ao jornalista Noé Gertel**, n.4. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_4.htm> Acesso em: 11 out. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LIMA, Eloi José da Silva. **A criação da UNICAMP**: administração e relações de poder numa perspectiva histórica. 1989. 174f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1989.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: La Muralla, 1993.

MARTINS, M. C. **História, currículo y prácticas pedagógicas**: sobre memória y narrativas. In: HERRERA, M.C. (Org) *Encrucijadas y indicios sobre America Latina – ecucación, cultura y política*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

MARTINS, N. do R.; SILVEIRA, M. A. M. **Apresentação**: compilação de imagens do arquivo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.669-718.

MARTINS, Neire do Rossio. A sistematização dos arquivos da UNICAMP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p.55-68.

MARTINS, Neire do Rossio. **Notas para História da Unicamp**: Programa de Desenvolvimento Gerencial PRDU DGRH AFPU. Campinas: Unicamp, 2004. Disponível em:

<http://www.siarq.UNICAMP.br/siarq/images/siarq/informativo/atividades_2004/notas_historia.pdf>. Acesso: em 23 nov. 2011.

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 22 dez. 1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 abril. 2012. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300018>>

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 22 dez. 1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 abril. 2012. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300018>>

MENEGHEL, Stela Maria. **Zeferino Vaz e a UNICAMP**: uma trajetória e um modelo de universidade. 1994. 168f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1994.

MURGUIA, Eduardo (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta, 2010.

NEVES, Rogério Xavier. **As possibilidades educacionais em centros de documentação e memória**. 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2005.

NEWMANN-WOOD, V. C.; CARVALHO, T. C. O. N de. **Referências bibliográficas de/sobre Sérgio Buarque de Holanda**. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.641-668.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Conheça Campinas. Atrações. Culturais. Arquivos. **Arquivo Municipal de Campinas**. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/campinas/atracoes/culturais/arquivos/arquivo_municipal/> Acesso em: 11 out. 2011.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, Maria Rosemary Soares dos. Movimento docente, autonomia e financiamento das universidades públicas paulistas. SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: Gráfica Massoni, 2008.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. 1.ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 22.789**, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo-SAESP. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/Decreto_22789_de_19_de_outubro_1984.pdf> Acesso em: 11 out. 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d`Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEFFRIN, Cássia et al. **Gestão de documentos em arquivos universitários**: estudo de caso no arquivo central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., Brasília, 2004. Disponível em: <www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/faed_congresso.pdf> Acessado em: 01 de out. 2011.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2.ed. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, **Depoimento de Sílvia Véspoli 1968 – 1984**: para os 40 anos da Faculdade de Ciência Médicas. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: <<http://www.fcm.UNICAMP.br/40anos/index.html>> Acesso em: 01 de outubro de 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Eduardo Barros Pimentel**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-eduardo-barros-pimentel>>. Acesso em: 05 set. 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Ary de Arruda Veiga**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-ary-de-arruda-veiga>>. Acesso em: 05 set. 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A UNICAMP. Memórias. Campanha do Conselho de Entidades. **Depoimento: Roberto Franco do Amaral**. Disponível em: <<http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/a-UNICAMP/memorias/campanha-do-conselho-de-entidades/depoimento-roberto-franco-do-amaral>>. Acesso em: 05 set. 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos. Informativo. **Atividades de 2004**. Disponível em: <http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/informativo/atividades_2004/notas_historia.pdf>. Acesso: em 23 nov. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos. Pesquisa. Catálogos. **Catálogo do Fundo Sérgio Buarque de Holanda**. Disponível em: <http://www.siarq.UNICAMP.br/siarq/images/siarq/pesquisa/catalogos/catalogo_sbh.pdf>. Acesso: 05 set. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Ciências Médicas. 40 anos. **Depoimentos. Bernardo Beiguelman**. Disponível em: <<http://www.fcm.unicamp.br/40anos/index.html>> Acesso em: 05 set. 2011.

WITTER, João Sebastião. Leiloando nossa memória e criando um sistema estadual de arquivos em São Paulo. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, v.4, n.8, p.21-26, abr. 1984.

5.2 Documentos do Arquivo Central da UNICAMP

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Plano de Atividades Prioritárias**. In: UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. 1983 (cópia com anotações manuscritas de Castilho, que aparenta terem sido feitas durante reuniões).

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. **Dossiê Núcleo TABA de História do Movimento Estudantil**.

FOLHA DE SÃO PAULO, 1962, 1º Caderno - Arquivo Central/SIARQ Coleção Conselho de Entidades de Campinas. Dossiê Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas: campanha do Conselho de Entidades – 1961-1962

FOLHA DE SÃO PAULO, 1962, 1º **Caderno**. In: UNICAMP. Coleção Conselho de Entidades de Campinas. Dossiê Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas: campanha do Conselho de Entidades–1961-1962.

FOLHA DE SÃO PAULO, 3 de março de 1981. In: UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-1604/81**, fl.8.

Jornal “A Gazeta”, São Paulo, de 7 de março de 1961. Arquivo Central/SIARQ Coleção Conselho de Entidades de Campinas. Dossiê Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas: campanha do Conselho de Entidades – 1961-1962

Jornal “A Gazeta”, São Paulo, de 11 de março de 1961. Arquivo Central/SIARQ Coleção Conselho de Entidades de Campinas. Dossiê Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas: campanha do Conselho de Entidades – 1961-1962

REITORIA. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Dossiê Implantação do CIDIC – Divisão de Documentação**.

UNICAMP. Arquivo Central do Sistema de Arquivos. **Relatórios e Dossiês do Conselho Consultivo do SIARQ**.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício nº 038/89**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-113/89

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Colegiado Sistema de Bibliotecas. **Ata da 17 Reunião do Órgão Colegiado do Sistema de Bibliotecas**, de 22 de outubro de 1987.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Dossiê CIDIC-Divisão de Documentação**.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiê Convênio Tribunal de Justiça-Fórum de Campinas. **Artigo de jornal Correio Popular**, de 16 de dezembro de 1988.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiê Convênio Tribunal de Justiça-Fórum de Campinas. **Carta de José Roberto Amaral Lapa**, publicada no Correio Popular na Coluna do Povo, de 15 de agosto de 1985.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiê Convênio Prefeitura. **Diário do Povo**, 31 de março de 1985.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiê Convênio Prefeitura. **Ofício nº 232**, de 19 de julho de 1985, de Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Diretora-Geral do Arquivo Nacional, a José Roberto Magalhães Teixeira, Prefeito Municipal de Campinas (cópia).

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Dossiê Instalação da Divisão de Documentação: 1983-1985**.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Minuta de Portaria de Instalação do Centro de Informação e Difusão Cultural**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1983.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **OF. CIDIC nº 41/1984**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1983.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício CIDIC nº 12/1983**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1983.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício CIDIC nº 01/1984**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1983.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício CIDIC nº 01/1983**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/83.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício CIDIC/CIRC nº 001/85**, de 10 de abril de 1985. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1983.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício de Ataliba Teixeira de Castilho ao reitor José Aristodemo Pinotti solicitando substituição da Portaria GR nº 11/84**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1985, fl.72.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Organograma da Divisão de Documentação**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01-P 6150/83.

UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Relatório de Atividades de 1985**. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/83, fl.124.

UNICAMP. Coleção Conselho de Entidades de Campinas. Dossiê Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas: campanha do Conselho de Entidades – 1961-1962

UNICAMP. Coleção Conselho de Entidades de Campinas. **Dossiê Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas:** campanha do Conselho de Entidades – 1961-1962, p.87.

UNICAMP. Conselho Consultivo do Sistema de Arquivos. **Ata de Reunião**, de 27 de novembro de 1995.

UNICAMP. Conselho de Curadores. **Dossiê de Atas 1963/1965.**

UNICAMP. Conselho Universitário. **Ata de Reunião**, de 30 de maio de 1995.

UNICAMP. Conselho Universitário. **Convênio de Cooperação entre a Universidade Estadual de Campinas e o Tribunal de Justiça-Fórum de Campinas.** In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-3685/84.

UNICAMP. Conselho Universitário. **Deliberação CONSU A-39/1989.** Dispõe sobre a Criação da Coordenadoria do Sistema de Arquivos como órgão complementar da Universidade, extinguindo o Centro de Informação e Difusão Cultural da UNICAMP.

UNICAMP. Conselho Universitário. **Deliberação CONSU A-8/1995.** Reformula o Sistema de Arquivos da UNICAMP

UNICAMP. Coordenadoria Geral dos Institutos. **Informação de Ubiratan D'Ambrósio**, de 21 de dezembro de 1983. In. UNICAMP Processo 01 P-6150/83, fl. 34. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Reitoria.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. Assessoria de Desenvolvimento Universitário. **Ofício ADU nº 44 de 1982.** Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor. Grupo.Assessoria de Desenvolvimento Universitário.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. Assessoria de Desenvolvimento Universitário. **Ofício ADU 12/83**, de 14 de janeiro de 1983. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor. Grupo.Assessoria de Desenvolvimento Universitário.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR nº 14/1983.** Designação da Comissão Executiva Projeto Biblioteca. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-011/1984, de 16/01/1984** - Dispõe sobre a estrutura do Centro de Informação e Difusão Cultural. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-017/1982, de 20/04/1982** - *Cria Assessorias Técnicas junto ao Gabinete do Reitor.* Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-043/2001, de 29/06/2001** Altera a redação dos artigos 1º, 4º, 5º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da Portaria GR-248/1986.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-105/1993, de 25/08/1993** - Baixa normas relativas ao Sistema de Protocolo da UNICAMP com processamento automatizado.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-162/1985, de 01/07/1985** - Cria o Centro de Memória – Unicamp. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-248/1986.** Dispõe sobre a criação do Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-283/1985, de 11/11/1985** - Dispõe sobre a estrutura do Centro de Informação e Difusão Cultural – CIDIC

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-339/1988.** Cria a Comissão Central de Avaliação de Documentos e as Comissões Setoriais de Arquivo

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-346/1986, de** Dispõe sobre a comemoração dos 20 anos da Universidade.

UNICAMP. Gabinete do Reitor. **Portaria GR-376/1986.** Define a estrutura e atribuições do Centro de Informação e Difusão Cultural - CIDIC.

UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Ofício nº 127/1985,** de 19 de março de 1985. In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-2729/85.

UNICAMP. Procuradoria Geral. **Informação PG nº 278/73.** In: UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/83, fl.4.

UNICAMP. Reitoria **Processo. 01-P 215/1967.** Vida Funcional Cesare Giulio Mansuetto Lattes. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Reitoria.

UNICAMP. Reitoria **Processo. 01-P 3572/1971.** Reconhecimento do curso de graduação em engenharia civil. Fundo Reitoria.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-132/1983.** Pagamento – CIDIC

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-1604/1981.** Projeto acervo Zeferino Vaz.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-239/1963.** Pedido de restauração de quadro a óleo. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Reitoria.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-2891/1982**. Aquisição da Biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-3685/1984**. Convênio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Forum Campinas

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-4620/1977**. Projeto de organização do Arquivo Edgard Leuenroth.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-6150/1983**. Dispõe sobre a Instalação do Centro de Informação e Difusão Cultural.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01 P-640/1984**. Vida Funcional Neire do Rossio Martins

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01-P- 19024/95** Atos e decisões do Conselho consultivo do Arquivo Central.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01-P 2420/1973**. Biblioteca Paulo Duarte.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01-P 2467/1983**. Comissão Executiva Projeto Biblioteca

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01-P 3311/1981**. Doação do acervo do Professor Zeferino Vaz

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01-P 5284/1982**. Comissão interna acervo Zeferino Vaz.

UNICAMP. Reitoria. **Processo 01-P-113/89** Projeto Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas.

UNICAMP. **Relatório de Gestão de José Aristodemo Pinotti**: 1982-1986. In: UNICAMP. Gabinete do Reitor.

UNICAMP. Secretaria Geral. **Ofício SG nº 49/85**. In: UNICAMP. Centro de Informação e Difusão Cultural. Dossiê CIDIC-Divisão de Documentação. Criação do Sistema de Arquivos.

UNICAMP: Gabinete do Reitor. **Portaria GR nº 54/1982**. Comissão Biblioteca Central. Arquivo Central/SIARQ. Fundo Gabinete do Reitor.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Centro de Informação e Difusão Cultural. **Ofício CIDIC nº 12/83**. In. UNICAMP. Reitoria. Processo 01 P-6150/1983, fl. 19-20.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Organização de Ursula Ludz. Prefácio de Kurt Sontheimer. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARQUIVO NACIONAL. **Proposta para um programa de modernização dos sistemas arquivísticos dos países latino-americanos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BLANCO, Esther Cruces. **Estrategias para la organización de un sistema de archivos metodología e instrumentos de desarrollo.** Granada: [200?]. 42 p.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUARQUE, Chico. **Leite derramado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASPER, Gerhard; HUMBOLT, Wilhelm von. **Um mundo sem universidades?** Organização e tradução de Johannes Kretschmer e João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos:** memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COOK, Michael. **Archives Administration:** A Manual for Intermediate and Smaller Organizations and for Local Government. London: Dawson, 1977.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Los archivos en el siglo XX.** Universidad de Montreal. Archivo general de la nación. Mexico, DF: Talleres Gráficos de La Nación, 1988.

DREZE, Jacques; DEBELLE, Jean. **Concepções da Universidade.** Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

FUNDAÇÃO de Amparo a Pesquisa de São Paulo. **PESQUISA FAPESP.** São Paulo: FAPESP, n. 154, dez. 2008.

FUNDAÇÃO de Desenvolvimento Administrativo. **Cadernos FUNDAP.** São Paulo: FUNDAP, ano 4, n. 8, abr. 1984.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

GONDRA, J. G. Historiografia da educação, seus balanços e saberes. A ultrapassagem como problema. In: NEPOMUCENO, M. A.; TIBALLI, E. F. A. (Org.). **A educação e seus sujeitos na História.** Belo Horizonte: Argumentvm, 2007.

GOODSON, I. F. História de la educación, um paradigma conflictivo. In: _____. **História del curriculum** – la construcción social de las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares – Corredor, 1998

HAMILTON, D. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. **Revista Teoria & Educação**, n. 6, 1992.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança.** Porto: Porto Editora, 2004.

KANT. E. **O conflito das faculdades.** Lisboa, Edições 70, 1982.

KEER, Clark. **Os usos da Universidade.** Tradução de Débora Cândida Dias Soares. Fortaleza, UFC, 1982.

LA ADMINISTRACIÓN MODERNA DE ARCHIVOS Y LA GESTIÓN DE DOCUMENTOS: El Prontuario RAMP. Paris: Programa General de Información y UNISIST, Organización de las Naciones Unidas para La Educación, La Ciencia y La Cultura, dic. 1985.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental: Territórios, Práticas e Desafios.** Guimarães: Universidade do Minho, 2002. Coleção Cadernos NEPS 4.

MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MOGARRO, M.J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, v. 16, n. 1 (46) – jan./abr. 2005, p. 103-115.

MORAES, C. S. V.; ZAIA, I. B.; VENDRAMETO, M. C. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. **Pro-Posições**, v. 16, n. 1 (46) – jan./abr. 2005, p. 117-133.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984-1992.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 1985.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Universidade e educação geral: para além da especialização**. Campinas, SP: Alínea, [200-?].

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar et al. **Escola e Universidade na Pós-Modernidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, FAPESP, 2000.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org.). **Universidade Contemporânea: Políticas do processo de Bolonha**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

REZENDE, Darcilene Sena. **Patrimônio documental e construção de identidade em tempos de globalização: a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias**. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.PDF>> Acesso em: 11 nov. 2010.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção estudos CDAPH. Série conjuntura & política).

ROSSI, P. **O nascimento da Ciência Moderna na Europa**. EDUSC, SP: 2005.

SANJUAN, Joaquim Llansó. **Sistemas Archivísticos y Gestión de Documentos**. Navarra: [200?]. 101 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SÃO PAULO (Município) Prefeitura Municipal. **Revista do Arquivo Nacional**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, v. 199, 1991.

SHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2. ed. Tradução de Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M.S.M.; NAXARA, M. (Org). **Memória e (Re) Sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 37-53.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (orgs). **Leituras de Walter Benjamin**. 2ª ed. rev. e amp. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. **O ciclo básico da UNICAMP**: projeto, realidade e perspectivas. 1989. 195f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1989.

SOUZA, M. C. C. C. de. **Escola e Memória**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Companhia das Letras. São Paulo: 2005.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

VIDAL, D. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, M. I. et al. **Instituições escolares no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

WARDE, M. J. (Org) **Novas Políticas Educacionais: críticas e perspectivas**. SP, PUC, 1998.

WARDE, M. J.; CARVALHO, M. M. C. Política e cultura na produção da história da educação no Brasil. **Contemporaneidade e educação**, ano V, n. 7, 1º sem. 2000, p. 9-33

ZAMBONI, Ernesta et al. (Org.). **Memórias e histórias da escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SOBRE A UNICAMP

(Teses, dissertações e livros – pesquisas realizada a partir do acervo do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP – 1989 a 2010)

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **A relação UNICAMP-empresa: a questão do repasse tecnológico em uma perspectiva histórica (1970-1992)**. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000088868>> Acesso em 22 dez. 2011.

BITTAR, Simara Bussiol Manfrinatti. **Faço parte desta história**. Campinas: E Color, 2010.

BRIANI, Maria Cristina. **Historia e construção social do currículo na educação médica: a trajetória do curso de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP**. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000296052>> Acesso em 22 dez. 2011.

CELERE, Solange. **Fatos e retratos: 20 anos de lutas e conquistas do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp**. Campinas: [s.n.], 2011.

CRUZ, Celene Margarida. **O ensino de francês na Unicamp (1970 a 1992)**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000069840>> Acesso em 22 dez. 2011.

CRUZ, Lúcia Pedrosa da. **Bento Quirino e COTUCA: os passos do Ensino Profissional em Campinas**. Campinas, 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000435231>> Acesso em 22 dez. 2011.

DELMANTO, Júlio. **Cesar Lattes (1924-2005)**. In: Grandes Cientistas Brasileiros. São Paulo: Casa Amarela, 2009, p.49-59. (Coleções Caros Amigos, fascículo 2)

DELMANTO, Júlio. **Crodowaldo Pavan**. In: Grandes Cientistas Brasileiros. São Paulo: Casa Amarela, 2009. (Coleções Caros Amigos, fascículo 4)

FANTINATTI, M. M. C. M. **O movimento docente na universidade pública**. Campinas: Alínea, 2001.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **A Lingüística entre os nomes da linguagem:** uma reflexão na História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Campinas, 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000449285>> Acesso em 22 dez. 2011.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento:** a semântica argumentativa na história. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000337613>> Acesso em 22 dez. 2011.

FREIRE, Wesley Jorge (Org.). **A Engenharia Agrícola na UNICAMP:** memória – 30 anos (1975-2005). Campinas: Sitta, 2005.

GOMES, Eustáquio Teixeira. **O mandarim:** história da infância da Unicamp. Campinas: UNICAMP, 2006.

GRANZOTTO, Tânia Maria Granzotto. **Movimento de funcionários e docentes da Unicamp entre 1978 e 2000.** Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000278405>> Acesso em 22. dez. 2011.

GRANZOTTO, Tânia Maria. **O movimento sindical na academia:** o caso das universidades estaduais paulistas. Campinas: 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000786041>> Acesso em 22 dez. 2011.

KASSAB, Álvaro. Unicamp recompõe o universo de Lattes. **Jornal da Unicamp.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2006/capa315.html>. Acesso em: 07 dez. 2009.

MADEIRA, Creusa Guimarães. **Ensino-aprendizagem teórico-prático da disciplina administração em enfermagem pelo "método de projetos".** Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000124003>> Acesso em 22 dez. 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Imagens e Textos. Temas Brasileiros. Ciência e Tecnologia. **O CNPq no Sistema de Ciência e Tecnologia.** Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/temas-brasileiros-1>>. Acesso em 21 dez. 2009.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **A consagração das vanguardas:** origem e memória coletiva das práticas políticas e científicas na Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, 2007. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul):** uma análise crítica. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000018179>> Acesso em 22 dez. 2011.

NASCIMENTO, Paulo César. **Crônica de um Sonho:** 40 anos do Instituto de Química da Unicamp. Campinas: UNICAMP, 2007.

NASCIMENTO, Paulo César. **IMECC 40 anos:** A Trajetória do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica. Campinas: IMECC, 2009.

NASCIMENTO, Paulo César. **Instituto de Geociências da Unicamp, 30 anos:** os desafios de um projeto inovador de ensino e pesquisa. Campinas: UNICAMP, 2010.

NEDER, Marco Antonio Villarta. **Memória do múltiplo e do descontínuo nos discursos de construção de um curso de Letras de formação de professores:** IEL/UNICAMP. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000086029>> Acesso em 22 dez. 2011.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas:** USP, UNICAMP, UNESP. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000350969>> Acesso em 22 dez. 2011.

PROGRAMA GLOBO CIÊNCIA. **Edição especial sobre Cesar Lattes.**

REVISTA SOCIOLOGIA CIÊNCIA E VIDA. n.17. Disponível em: <<http://www.escala.com.br/detalhe.asp?id=9405&grupo=48&cat=248>>. Acesso em 07 dez. 2009.

SADALLA FILHO, Michel. **O projeto da UNICAMP para os seus Colégios Técnicos:** uma abordagem pela institucionalização do COTUCA. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000768036>> Acesso em 22 dez. 2011.

SANCHEZ, Luz Helena Toro de. **A Extensão na Universidade Brasileira:** Histórico da UNICAMP. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000110635>> Acesso em 22 dez. 2011.

SANTANA, Walker Antonio Lins de. **História do Laser no Brasil, 1959-1979:** a trajetória do físico Sérgio Porto. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado) – Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paulo e. **O ciclo básico da UNICAMP:** projeto, realidade e perspectivas. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000018068>> Acesso em: 22 dez. 2011.

SOUZA JÚNIOR, Arlindo José de. **Trabalho coletivo na universidade:** trajetória de um grupo no processo de ensinar e aprender cálculo diferencial e integral. Campinas, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000197737>> Acesso em 22 dez. 2011.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP). **História da Universidade Estadual de Campinas.** São Paulo: TV UNIVESP, Fundação Padre Anchieta, 2009.

VASCONCELOS, Cipriano Maia de. **A organização da gestão e do trabalho em saúde no Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (HC-UNICAMP):** propostas para modelo de atenção hospitalar. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000480490>> Acesso em: 22 dez. 2011.

ZANCHETTA, Luciene. **Centro de Pluridisciplinar de Pesquisas, Químicas, Biológicas e Agrícolas:** livro em comemoração aos 20 anos de criação do CPQBA. Campinas: UNICAMP, 2006.

ANEXO

ANEXO – 1 Quadro Sinóptico dos Atos de Instalação do Arquivo Central – SIARQ

NOME DO ÓRGÃO – VINCULAÇÃO – ESTRUTURA	DATA DA ALTERAÇÃO	OBSERVAÇÕES
CENTRO DE INFORMAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL – CIDIC/Reitoria	Instalação: 04/10/1983	-Competência: coordenar o Sistema de Informação e de Difusão Cultural e Científica da UNICAMP -Coordenar Biblioteca Central
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO (CIDIC/Reitoria) - Serviço de Assessoramento - Serviço de Processamento (Seções de Microfilmagem e de Atividades Auxiliares)	Instalação: 16/01/1984	
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO (CIDIC/REitoria) - Comissão de Documentação - Serviço de Arquivo Permanente - Serviço de Microfilmagem - Serviço de Fotografia	Estruturação: 11/11/1985	Os Serviços de Microfilmagem e de Fotografia não incorporados
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO – ARQUIVO CENTRAL (Reitoria/CIDIC) - Serviço de Processamento Técnico - Serviço de Atendimento ao Usuário - Serviços Auxiliares	Estruturação e atribuição: 21/10/1986	-Órgão de coordenação do Sistema de Arquivos da Universidade (a ser instalado)
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO - ARQUIVO CENTRAL (Reitoria/CIDIC) - Comissão Executiva Projeto do Sistema de Arquivos	Projeto do Sistema de Arquivos: 28/11/1987	-Oferecimento de cursos de capacitação (envolvimento da comunidade universitária) -Delineamento do Sistema de Arquivos
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO - ARQUIVO CENTRAL (Reitoria/CIDIC) - Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD) - Comissões Setoriais de Arquivos (CSARQ)	Criação da CCAD e CSARQ: 19/11/1988	Desenvolvido o processo de avaliação de documentos nas unidades e órgãos
COORDENADORIA DO SISTEMA DE ARQUIVOS (Reitoria)	Criação: 20/12/1989	Estrutura o Sistema de Arquivos da Universidade - Coordenadoria; CCAD; CSARQ; Rede de Arquivos (Central; Setoriais e Correntes/Gestão) Extinção do CIDIC
ARQUIVO CENTRAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS (Reitoria) - Arquivo Central; Conselho Consultivo, CCAD e Rede de Arquivos	Reformulação do Sistema de Arquivos: 21/07/1995	Cria o Conselho Consultivo

**ATOS DE INSTALAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
(AC/SIARQ-UNICAMP)***

EMENTA/CONSIDERAÇÕES	OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS	ACERVO	ESTRUTURA
<p>Portaria GR-290/1983, de 04/10/1983 Reitor: José Aristodemo Pinotti</p> <p><i>Dispõe sobre a instalação do Centro de Informação e Divulgação Cultural.</i></p> <p>O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 57 dos Estatutos e artigos 25. 94 e 102 do Regimento Geral, Resolve:</p> <p>Artigo 1º - Fica instalado o Centro de Informação e Divulgação Cultural da Universidade, com subordinação à Reitoria.</p> <p>Parágrafo Único - Além das dependências da Biblioteca Central, subordinam-se ao Centro os serviços de documentação e difusão cultural e científica.</p> <p>Publicada no DOE em 26/10/1983 - pág. 10</p>	<p>Artigo 1º - Parágrafo Único - Além das dependências da Biblioteca Central, subordinam-se ao Centro os serviços de documentação e difusão cultural e científica.</p> <p>Artigo 2º - O Centro é, Precipuaemente, o Órgão de coordenação da Biblioteca Central, cujas dependências ficam a ele subordinadas.</p> <p>Artigo 3º - Em decorrência do disposto no artigo 2º compete ao Centro coordenar o Sistema de Informação e de Difusão Cultural e Científica da UNICAMP.</p>	<p>Não consta</p>	<p>Artigo Único - Dentro do prazo de 60 dias, o Coordenador do Centro encaminhará ao Reitor relatório sobre a instalação do Centro, do qual constarão, necessariamente:</p> <p>I - a relação dos Órgãos que devem integrar o Centro; e</p> <p>II - a estrutura do Centro e a sua articulação com os demais Órgãos da UNICAMP até então comprometidos com a informação e a difusão cultural e científica.</p>

<p>Portaria GR-011/1984, de 16/01/1984 Reitor: José Aristodemo Pinotti</p> <p><i>Dispõe sobre a estrutura do Centro de Informação e Difusão Cultural</i></p> <p>José Aristodemo Pinotti, Reitor da Universidade de Campinas, usando de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Portaria GR-290/1983, resolve:</p> <p>Artigo 1º - O Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC) previsto nos artigos 11 e 57 dos Estatutos e artigos 25, 94 e 102 do Regimento Geral e instalado através da Portaria GR-290/1983 é constituído pelo Departamento de Informação (Biblioteca Central) e pela Divisão de Documentação.</p> <p>Publicada no DOE em 17/01/1984 - Seção I - pág. 16</p>	<p>Artigo 4º - À Divisão de Documentação competirá enriquecer o acervo documental artístico, científico, tecnológico e administrativo de que dispõe a Universidade e a comunidade na qual ela se acha inserida, concorrendo para a preservação da memória regional e nacional.</p> <p>Artigo 5º - No desempenho de suas funções cabe à Divisão de Documentação.</p> <p>I - integrar os diferentes programas de preservação documental, estabelecendo convênios com o Município, o Estado e a União;</p> <p>II - repertoriar o acervo documental em poder da Universidade, fixando tabelas de temporalidade;</p> <p>III - assumir a custódia dos documentos intermediários e dos documentos permanentes; e</p> <p>IV - estabelecer com as repartições da Universidade rotinas relativas à preservação dos documentos em fase corrente ou ativa, fixando prazos e condições para sua incorporação posterior ou descarte.</p> <p>Artigo 9º - Compete ao Serviço de Processamento realizar serviços técnicos de preservação dos documentos indicados pela Comissão de Documentação, bem como disciplinar teses, relatórios científicos e outros</p>	<p>Artigo 4º - À Divisão de Documentação competirá enriquecer o acervo documental artístico, científico, tecnológico e administrativo de que dispõe a Universidade e a comunidade na qual ela se acha inserida, concorrendo para a preservação da memória regional e nacional.</p> <p>Artigo 5º - No desempenho de suas funções cabe à Divisão de Documentação. [...]</p> <p>II - repertoriar o acervo documental em poder da Universidade, fixando tabelas de temporalidade;</p> <p>III - assumir a custódia dos documentos intermediários e dos documentos permanentes</p> <p>Artigo 10 - A Seção de Microfilmagem se ocupará basicamente do processamento de documentos de arquivo, tais como textos manuscritos ou datilografados, jornais, correspondência ativa ou passiva, relatórios, teses, mapas, atlas, plantas, textos de legislação e normas, convênios, acordos, etc...</p>	<p>6º - Integram a Divisão de Documentação o Serviço de Assessoramento e o Serviço de Processamento.</p> <p>Artigo 7º - O Serviço de Assessoramento consta precipuamente da Comissão de Documentação da Unicamp, composta por quatro professores representantes das áreas de Artes, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Exatas e Tecnologia, designados pelo Reitor mediante indicação do Coordenador do CIDIC.</p> <p>§ Único - Compete à Comissão de Documentação da Unicamp propor uma política de preservação da documentação, estabelecendo projetos específicos e assessoramento a Coleção de Materiais Especiais da Biblioteca Central com recomendações sobre a qualificação dos usuários, restrições ao uso dos manuscritos tendo em vista as estipulações dos doadores, bem como critérios de classificação desses materiais.</p> <p>Artigo 8º - O Serviço de Processamento é integrado pela Seção de Microfilmagem e pela Seção de Atividades Auxiliares.</p> <p>Artigo 9º - Compete ao Serviço de Processamento realizar serviços técnicos de preservação dos documentos indicados pela Comissão de Documentação, bem como disciplinar teses, relatórios científicos e outros documentos produzidos pela comunidade, facilitando assim sua veiculação.</p> <p>Artigo 11 - A Seção de Atividades Auxiliares compete a reprodução e a impressão de documentos, formulários de</p>
--	--	---	--

	<p>documentos produzidos pela comunidade, facilitando assim sua veiculação.</p> <p>§ Único - Todos os materiais produzidos pelo Serviço de Processamento serão encaminhados ao Serviço de Coleções Especiais da Biblioteca Central para catalogação, guarda e circulação.</p> <p>Artigo 10 - A Seção de Microfilmagem se ocupará basicamente do processamento de documentos de arquivo, tais como textos manuscritos ou datilografados, jornais, correspondência ativa ou passiva, relatórios, teses, mapas, atlas, plantas, textos de legislação e normas, convênios, acordos, etc...</p>		<p>uso do CIDIC, observada a não duplicação de atividades desenvolvidas pela Seção de Microfilmagem.</p>
<p>Portaria GR-283/1985, de 11/11/1985 Reitor: José Aristodemo Pinotti</p> <p><i>Dispõe sobre a estrutura do Centro de Informação e Difusão Cultural – CIDIC</i></p> <p>José Aristodemo Pinotti, Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º - O Centro de Informação e Difusão Cultural – CIDIC previsto nos artigos 11 e 57 dos Estatutos, e artigos 25, 94 e 102 do Regimento Geral e instalado através da Portaria GR-290/83, é um órgão complementar da Reitoria, responsável pela Coordenação da Biblioteca Central e da Divisão de Documentação.</p>	<p>Da Divisão de Documentação Artigo 7º - A Divisão de Documentação é o órgão encarregado de recolher, reunir, selecionar, arranjar, descrever, conservar, reproduzir, e tornar disponível para consulta ou pesquisa os documentos artísticos, históricos, científicos, tecnológicos e administrativos de caráter permanente de que dispõe a Universidade.</p> <p>§ 1º - No desempenho de suas funções, a Divisão de Documentação concorrerá para a preservação de memória institucional, regional e nacional, complementando ações semelhantes tomadas pelas unidades universitárias e prestando-lhes assistência quando solicitada.</p>	<p>Artigo 8º - Para cumprimento de suas funções a Divisão de Documentação organizará Fundos Administrativos, Fundos Privados e Fundos Especiais.</p> <p>§ 1º - Constituem o Fundo Administrativo os documentos permanentes gerados pela Universidade, relacionados com a área acadêmica, de pessoal e de contabilidade.</p> <p>§ 2º - Constituem Fundos Privados os documentos oriundos de personalidades de destaque na vida nacional,</p>	<p>Artigo 2º - Integram o CIDIC a Secretaria, o Departamento de Informação e a Divisão de Documentação. § 2º - A Divisão de Documentação será assessorada pela Comissão de Documentação que definirá, de acordo com os interesses da comunidade, a política de documentação a ser implantada.</p> <p>Artigo 10 - Integram a Divisão de Documentação a Comissão de Documentação, o Serviço de Arquivo Permanente, o Serviço de Microfilmagem e o Serviço de Fotografia.</p> <p>Artigo 11 - A Comissão de Documentação será composta por quatro professores representantes das áreas de Artes, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e da Saúde e</p>

<p>Artigo 29 - Fica revogada a Portaria GR-011/1984, de 16-1-84.</p> <p>Publicada no DOE em 12/11/1985 - Seção I - pág. 25/26</p>	<p>Artigo 9º - Compete à Divisão de Documentação:</p> <p>I - assumir a custódia e/ou guarda de documentos intermediários e permanentes gerados pela Universidade ou a ela confiados por meio de convênios, dispositivos testamentários, doação ou compra;</p> <p>II - estabelecer com as repartições da Universidade rotinas relativas à preservação dos documentos em fase corrente ou ativa, fixando prazos e condições para sua incorporação posterior ou descarte;</p> <p>III - integrar os diferentes programas de preservação documental, estabelecendo convênios com o Município, o Estado e a União.</p> <p>Artigo 12 - Compete à Comissão de Documentação propor uma política arquivística da Universidade, encaminhando ao Coordenador do CIDIC sugestões relativas à recolha, destinação e preservação dos documentos. fixação de tabelas de temporalidade, qualificação dos usuários e restrições ao uso dos materiais sigilosos.</p> <p>Artigo 13 - O Serviço de Arquivo Permanente é o órgão encarregado de executar as sugestões pela Comissão de Documentação devidamente aprovadas, reunindo, ordenando, guardando e dispondo ao uso dos documentos que lhe</p>	<p>cuja guarda foi confiada à Universidade por compra ou doação.</p> <p>§ 3º - Constituem Fundos Especiais os documentos de caráter científico, tecnológico e artístico gerados pela Universidade, devidamente liberados por seus autores, e ainda os documentos públicos da área federal, estadual ou municipal cuja custódia tenha sido assumida pela Universidade.</p> <p>Documentação inativa dos arquivos setoriais</p>	<p>Ciências Exatas e Tecnológicas, designados pelo Reitor mediante indicação do Coordenador do CIDIC e ainda pelo Coordenador do DGA ou seu representante.</p> <p>§ Único - Para o cumprimento de suas funções, poderá a Comissão de Documentação criar sub-comissões ou buscar assessoria especializada.</p> <p>Artigo 14 - Integram o Serviço de Arquivo Permanente as Secções de Recolhimento e Registro, Ordenação e Descrição, Consulta e Divulgação, Conservação e Restauração.</p> <p>Artigo 15 - Compete à Secção de Recolhimento e Registro:</p> <p>I - contactar os arquivos setoriais correntes da Universidade, para a elaboração de tabelas de temporalidade e de descarte, com a participação dos órgãos superiores do CIDIC;</p> <p>II - receber a documentação inativa dos arquivos setoriais, acompanhada devidamente de relações de remessa, aplicando as tabelas nos prazos fixados;</p> <p>III - receber os Fundos Privados e Fundos Especiais de posse da Universidade;</p> <p>IV - atuar em tudo o mais com um arquivo intermediário.</p> <p>Artigo 16 - Integram a Secção de Recolhimento e Registro o Setor de Recolhimento e Setor de Registro. [...]</p> <p>Artigo 24 - Integram o Serviço de Microfilmagem as Secção de Inspeção e Acabamento, Processamento e Preparação.</p> <p>Artigo 26 - Integram o Serviço de Fotografia as Secções de Registro</p>
--	--	--	--

	forem confiados, de acordo com os princípios e técnicas arquivísticas próprias.		Fotográfico, Laboratório e Controle de Acervo.
<p>Portaria GR-376/1986 Reitor: Paulo Renato Costa Souza</p> <p><i>Define a estrutura e atribuições do Centro de Informação e Difusão Cultural - CIDIC.</i></p> <p>O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, resolve:</p> <p>Artigo 1º - O Centro de Informação e Difusão Cultural - CIDIC, previsto nos artigos 11 e 57 dos Estatutos, e artigos 25, 94 e 102 do Regimento Geral e instalado através da Portaria GR - 209/83, é um órgão Complementar da Reitoria, responsável pela coordenação da Biblioteca Central e dos serviços de documentação e difusão cultural e científica.</p> <p>Publicada no DOE em 21/10/1986 - Seção I - pág. 61/62</p>	<p>Artigo 7º - A Divisão de Documentação, integrada pelo Arquivo Central, é o órgão de coordenação do Sistema de Arquivos da Universidade.</p> <p>Parágrafo Único - O funcionamento do sistema de Arquivos da Universidade dar-se-á nos termos de Portaria a ser baixada pela Reitoria.</p> <p>Artigo 8º - O Arquivo Central é o órgão encarregado de recolher, reunir, selecionar, arranjar, descrever, conservar, reproduzir e tornar disponível à consulta ou à pesquisa os documentos textuais, audio-visuais, cartográficos e outros de valor histórico, jurídico, patrimonial, técnico e administrativo de caráter intermediário e permanente de que dispõe a Universidade.</p> <p>Parágrafo Único - No desempenho de suas funções, o arquivo Central concorrerá para a preservação da memória institucional, regional e nacional, complementando ações semelhantes tomadas pelas Unidades universitárias e prestando-lhes assistência quando solicitada.</p> <p>Artigo 10 - Compete ao Arquivo Central: I - assumir a custódia e/ou guarda de documentos intermediários e permanentes gerados pela Universidade</p>	<p>Artigo 9º - Para o cumprimento de suas funções, o arquivo Central organizará Fundos Administrativos, Fundos Privados e Fundos Especiais.</p> <p>§ 1º - Constituem Fundos Administrativos dos documentos intermediários e permanentes gerados ou recebidos pela Universidade.</p> <p>§ 2º - Constituem Fundos Privados os documentos oriundos de personalidades de destaque da vida institucional ou da vida nacional, cuja guarda foi confiada à Universidade por compra ou doação.</p> <p>§ 3º - Constituem Fundos Especiais os documentos de caráter científico, tecnológico e artístico gerados ou recebidos pela Universidade.</p> <p>Artigo 10 - Compete ao Arquivo Central: I - assumir a custódia e/ou guarda de documentos intermediários e permanentes gerados pela Universidade ou a ela confiados por meio de convênios, dispositivos</p>	<p>Artigo 2º - Integram o CIDIC a Secretaria, o Departamento de Informação (Biblioteca Central) e a Divisão de Documentação (Arquivo Central).</p> <p>Artigo 11 - Integram o Arquivo Central o Serviço de Processamento Técnico, o Serviço de Atendimento ao Usuário e os Serviços Auxiliares. [...]</p> <p>Artigo 13 - Integram o Serviço de Processamento Técnico as Seções de Recolhimento e Registro, Ordenação e Descrição e Materiais Especiais</p> <p>Artigo 14 - Compete à Seção de Recolhimento e Registro: I - contactar os arquivos setoriais correntes da Universidade, para a elaboração de tabelas de temporalidade e de descarte; II - receber a documentação inativa dos arquivos setoriais, acompanhada devidamente de relações de remessa, aplicando as tabelas nos prazos fixados; III - receber e preparar os Fundos Privados e os Fundos Especiais de posse da Universidade; IV - identificar os documentos segundo o seu suporte, encaminhando os materiais especiais à Seção própria; V - atuar em tudo o mais como um arquivo intermediário. [...]</p>

	<p>ou a ela confiados por meio de convênios, dispositivos testamentários, doação ou compra;</p> <p>II - estabelecer com as repartições da Universidade rotinas relativas à organização e à preservação de documentos em fase corrente ou ativa, fixando prazos e condições para sua incorporação posterior ou descarte;</p> <p>III - integrar os diferentes programas de preservação documental, estabelecendo convênios com o Município, o Estado e a União;</p> <p>IV - promover o aperfeiçoamento do pessoal destinado ao Sistema de Arquivos da Universidade;</p> <p>V - promover conferências e seminários sobre assuntos de interesse do sistema de Arquivos e da Arquivística em geral.</p>	<p>testamentários, doação ou compra</p>	<p>Artigo 20 - O Serviço de Atendimento ao Usuário é o órgão encarregado de proporcionar assistência ao usuário, executando uma política de acesso aos documentos, definida pela Diretoria do Arquivo Central. [...]</p> <p>Artigo 27 - Integram os Serviços Auxiliares as Seções de Conservação e Restauração, Reprodução e Zeladoria.</p>
<p>Portaria GR-313/1987, de 28/11/1987 Reitor: Paulo Renato Costa Souza</p> <p><i>Cria a Comissão Executiva Projeto do Sistema de Arquivos.</i></p> <p>O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, tendo em vista a Portaria GR - 376/86, resolve:</p> <p>Artigo 1º - É criada junto ao Centro de Informação e Difusão Cultural, a Comissão Executiva Projeto do Sistema de Arquivos, à qual incumbirá propor todas as medidas necessárias à gestão sistêmica dos documentos administrativos da Unicamp.</p> <p>Publicada no DOE em 28/11/1987 - Seção I - pag. 53.</p>	<p>Artigo 3º - No prazo de 180 dias a Comissão Executiva submeterá à Reitoria o Projeto de Sistema de Arquivos da Unicamp.</p>	<p>Não consta</p>	<p>Artigo 2º - Integram a Comissão os seguintes membros, sob a presidência do primeiro: Ataliba Teixeira de Castilho (Cidic), Neire do Rossio Martins (Arquivo Central), Maria Regina Soares Baldo (DAGA-5), Olga Miranda (Gerad), Representante da DGRH, Representante da PG, Representante do Centro de Computação, Daíse Aparecida de Oliveira (Arquivo Histórico Municipal de São Paulo) e Rose Maria Inojosa (Fundap).</p>

<p>Portaria GR nº 339/1988, de 1988 Reitor: Paulo Renato Costa Souza</p> <p><i>Cria a Comissão Central de Avaliação de Documentos e as Comissões Setoriais de Arquivo</i></p> <p>O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, levando em conta manifestação da Comissão Executiva do Sistema de Arquivos criada pela Portaria GR-313/1987, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a importância da avaliação criteriosa como viga mestra de sustentação da política de gestão de documentos e de preservação do patrimônio documental da Unicamp; - a necessidade urgente de agilizar as comunicações administrativas e aperfeiçoar as atividades arquivísticas da Unicamp; - a necessidade de promover a interação e a interdependência das unidades responsáveis pela custódia de documentos; - a responsabilidade e o dever de garantir a proteção dos documentos com valor probatório, informativo ou cultural, na defesa dos interesses da Unicamp e dos direitos da comunidade acadêmica, baixa a seguinte Portaria: <p>Artigo 1º - Ficam criadas em caráter permanente a Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD) e as Comissões Setoriais de Arquivo (CSA).</p> <p>Publicada no DOE em 19/11/1988 - Seção I - pág. 21</p>	<p>Artigo 5º - A CCAD e as CSAs deverão acompanhar e implementar o processo de avaliação dos documentos da Unicamp com vistas à:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - racionalização e controle da produção de documentos; II - normalização do fluxo documental; III - elaboração do plano de destinação de documentos; IV - preservação do patrimônio documental. <p>Artigo 6º - O processo de avaliação de que trata o artigo anterior consistirá na determinação do ciclo de vida dos documentos, na fixação de prazo de guarda e em sua destinação final. Parágrafo Único - O processo de avaliação terá por base o levantamento da produção documental, como instrumento de identificação de funções e atividades geradoras de documentos de arquivo.</p> <p>Artigo 7º - Caberá às CSAs propor o prazo de guarda dos documentos, em função dos valores que apresentem para fins administrativos, legais, fiscais, operacionais ou técnicos. Parágrafo Único - Considera-se órgão de origem a unidade acadêmica ao administrativa onde os documentos são produzidos, recebidos e acumulados.</p> <p>Artigo 8º - O CCAD deverá elaborar e</p>	<p>Artigo 4º - Fica assegurada a proteção aos arquivos da UNICAMP, responsáveis pela organização e guarda de documentos desde a fase de produção até a custódia permanente. § 1º - Os documentos a que se refere este artigo são aqueles produzidos ou recebidos e acumulados pelas unidades ou por funcionários da Unicamp, no exercício de funções e atividades, e conservados para servir de referência, informação, testemunho, prova ou fonte de pesquisa científica. § 2º - Incluem-se entre os documentos de arquivo, definidos no parágrafo anterior os registros ou suportes não convencionais igualmente produzidos ou recebidos no exercício de funções ou atividades.</p>	<p>Artigo 1º - § 1º - A CCAD será constituída junto ao Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC). § 2º - As CSAs serão constituídas junto às unidades acadêmicas e aos órgãos da administração.</p> <p>Artigo 2º - A CCAD será integrada pelos seguintes membros: I - o Coordenador do CIDIC; II - o Diretor do Arquivo Central; III - dois especialistas em arquivologia; IV - um administrador e um analista de O&M, ambos indicados pelo Coordenador da DGA; V - um assessor jurídico indicado pela Procuradoria Geral; VI - um historiador indicado pelo Diretor do IFCH. § 1º - A CCAD convocará especialistas identificados com as áreas cujos documentos estiverem sendo avaliados. § 2º - O mandato dos membros da CCAD será de 2 (dois) anos, admitida a recondução.</p> <p>Artigo 3º - As CSAs serão integradas por funcionários responsáveis pelos arquivos setoriais, indicados pelos titulares das unidades acadêmicas ou dos órgãos da administração.</p>
--	---	---	---

	<p>publicar seu regimento interno no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta Portaria.</p> <p>Artigo 9º - A CCAD e as CSAs deverão consubstanciar os resultados de seus trabalhos na elaboração de planos de destinação de documentos e de tabelas de temporalidade.</p> <p>§ 1º - As tabelas de temporalidade de que trata este artigo serão enviadas aos órgãos envolvidos e ao Arquivo Central, que terão 30 dias para manifestação.</p> <p>§ 2º - Após o disposto no parágrafo anterior, as tabelas de temporalidade serão submetidas à apreciação do Arquivo do Estado, atendendo, ao que dispõe o Decreto 22.789 de 19 de outubro de 1984.</p> <p>Artigo 10 - As tabelas serão divulgadas e consideradas aprovadas após 30 dias, a contar da data da publicação.</p> <p>Artigo 11 - Os interessados em documentos que constarem da relação dos elimináveis a curto prazo, terão 30 dias para manifestação, a contar da data da publicação da tabela de temporalidade.</p> <p>Artigo 12 - Fica proibida a eliminação aleatória de documentos, na UNICAMP.</p>		
--	---	--	--

	Artigo 13 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.		
<p>Deliberação CONSU-A-039/1989, de 20/12/1989 Reitor: Paulo Renato Costa Souza Secretária Geral: Arlinda Rocha Camargo</p> <p><i>Dispõe sobre a Criação da Coordenadoria do Sistema de Arquivos como órgão complementar da Universidade, extinguindo o Centro de Informação e Difusão Cultural da UNICAMP.</i></p> <p>O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, tendo em vista o decidido pelo Conselho na sua 15ª Sessão Ordinária, realizada a 19 de dezembro de 1989, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a importância da avaliação criteriosa, como viga mestra de sustentação da política de gestão de documentos e de preservação do patrimônio documental da Universidade. - a necessidade urgente de agilizar as comunicações administrativas e aperfeiçoar as atividades arquivísticas da Universidade, integrando-as nos preceitos da Arquivologia Contemporânea. - a necessidade de promover a 	<p>Artigo 1º - Fica criada, como órgão complementar diretamente subordinado à Reitoria, a Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade de Campinas (SIARQ/UNICAMP), nos termos do artigo 26 do Regimento Geral, com os objetivos de:</p> <p>I - desenvolver uma política arquivísticas adequada à realidade da Universidade e compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa;</p> <p>II - promover a interação das diferentes fases da gestão de documentos.</p> <p>Artigo 17 - Ao Arquivo Central compete:</p> <p>I - operacionalizar as decisões e diretrizes da Coordenadoria do Sistema de Arquivos, no sentido de desenvolver uma política de gestão voltada para a eficiência administrativa e a preservação do patrimônio documental;</p> <p>II - integrar e harmonizar as atividades arquivísticas nas diferentes fases do ciclo vital do documento;</p> <p>III - operacionalizar as decisões da CCAD, elaborando os manuais de normas de Sistema de Arquivos, estabelecendo diretrizes para conservação, acesso, avaliação e</p>	<p>Artigo 2º - O acervo arquivístico de que trata a presente Deliberação compreende documentos de qualquer natureza, produzidos ou recebidos e acumulados:</p> <p>I - pelos órgãos da Universidade no desempenho de suas funções administrativas e acadêmicas;</p> <p>II - por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, cuja custódia foi assumida pelo SIARQ/UNICAMP, por ser considerado de interesse para a Universidade.</p>	<p>Artigo 3º - Compõem a estrutura da Coordenadoria do Sistema de Arquivos:</p> <p>I - Coordenação; II - Secretaria; III - Comissão Central de Avaliação de Documentos; IV - Arquivo Central.</p> <p>Artigo 7º - Integram o Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas:</p> <p>I - a Coordenadoria do Sistema; II - a Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD); III - as Comissões Setoriais de Arquivos (CSAs); IV - a Rede de Arquivos, composta do Arquivo Central, dos Arquivos Setoriais e dos Arquivos de Gestão.</p> <p>Artigo 19 - Compõem a estrutura do Arquivo Central</p> <p>I - Direção II - Secretaria III - Diretoria de Apoio aos Arquivos Setoriais, em nível de Diretoria Técnica de Serviço IV - Arquivo Permanente, em nível de Diretoria Técnica de Serviço V - Serviço Auxiliares, em nível de Diretoria de Serviço.</p> <p>Artigo 22 - Integram o Serviço de Apoio aos Arquivos Setoriais as seguintes seções, em</p>

<p>interação e a interdependência das unidades responsáveis pela custódia de documentos.</p> <p>- a responsabilidade e o dever de garantir a organização e a proteção dos documentos com valor probatório informativo ou cultural, na defesa dos interesses da Universidade e dos direitos da comunidade acadêmica.</p> <p>Expede a seguinte Deliberação Artigo 1º - Fica criada, como órgão complementar diretamente subordinado à Reitoria, a Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade de Campinas (SIARQ/UNICAMP), nos termos do artigo 26 do Regimento Geral, com os objetivos de: I - desenvolver uma política arquivísticas adequada à realidade da Universidade e compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa; II - promover a interação das diferentes fases da gestão de documentos.</p> <p>Artigo 27 - Fica proibida a eliminação de documentos, sem prévia consulta à Coordenação do Sistema de Arquivos.</p>	<p>transferência de documentos; IV - coordenar a transferência dos documentos produzidos pela Universidade aos Arquivos Setoriais, à Diretoria de Apoio, aos Arquivos Setoriais e ao Arquivo Permanente; V - propor condições de acesso público ao acervo custodiado pela Diretoria de Apoio aos Arquivos Setoriais; VI - elaborar programas de divulgação do SIARQ/UNICAMP e do patrimônio arquivístico público da Universidade Estadual de Campinas.</p> <p>Artigo 21 - À Diretoria de Apoio ao Arquivos Setoriais compete [...] IV - custodiar a documentação encaminhada pelos Arquivos Setoriais, colocando-a à disposição da Universidade e da comunidade, com expressa autorização do órgão produtor [...]</p> <p>Artigo 23 - Ao Arquivo Permanente compete I - custodiar os documentos de valor permanente, incorporando-os anualmente ao seu acervo II - elaborar instrumentos de pesquisa com vistas à disseminação na informação III - informar e fornecer subsídios à administração da Universidade, com base nos documentos custodiados IV - participar do processo de avaliação de documentos V - atender à pesquisa pública VI - organizar e dispor à pesquisa os acervos de que trata a alínea II do artigo</p>		<p>nível de Seção Técnica I - Seção de Registro e Controle de Documentos Intermediários II - Seção de Transferência de Documentos III - Seção de Apoio Técnico aos Arquivos Setoriais.</p> <p>Artigo 24 - Integram o Arquivo Permanente as seguintes seções em nível de Seção Técnica I - Seção de Registro e Descrição de Documentos II - Seção de Informações e Atendimento à Pesquisa III - Seção de Intercâmbio e de Publicações.</p> <p>Artigo 26 - Integram os Serviços Auxiliares as seguintes seções I - Seção de reprografia II - Seção de Conservação e Restauração III - Seção de informática IV - Seção de Atividades Complementares.</p> <p>DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS Artigo 1º - A implementação do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas será gradual, ficando estabelecido o prazo de um ano, após a publicação desta Deliberação, para a plena interação e integração de todos os órgãos que compõem o sistema. Artigo 2º - Os servidores, envolvidos nas atividades do Sistema receberão treinamento técnico oferecido pela Coordenação do SIARQ.</p>
---	--	--	--

	2º.		
<p>Deliberação CONSU-A-008/1995, de 21/07/1995 Reitor: José Martins Filho Secretária Geral: Irineu Ribeiro dos Santos</p> <p><i>Reformula o Sistema de Arquivos da UNICAMP</i> O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais e na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, tendo em vista o decidido pelo Conselho em sua 42ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de maio de 1995, baixa a seguinte Deliberação:</p> <p>Artigo 1º - Fica criado o Arquivo Central do Sistema de Arquivo UNICAMP (AC/SIARQ), como órgão complementar diretamente vinculado à Reitoria, em substituição à Coordenadoria do Sistema de Arquivo, criada pela Deliberação CONSU-A-039/1989, que fica extinta pela presente Deliberação.</p>	<p>Artigo 2º - O Sistema de Arquivos tem os seguintes objetivos gerais:</p> <p>I - desenvolver uma política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa;</p> <p>II - promover a interação e a interdependência das Unidades responsáveis pela custódia de documentos considerando a integração das diferentes fases da gestão documental;</p> <p>III - assegurar condições de conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental, na defesa dos interesses da Universidade e dos direitos da comunidade acadêmica;</p> <p>IV - preservar a memória da Universidade, protegendo seu acervo arquivístico, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica.</p> <p>O ARQUIVO CENTRAL Artigo 5º - Arquivo Central (AC/SIARQ), órgão coordenador do Sistema de Arquivos.</p>	<p>Artigo 4º - O acervo arquivístico de que trata a presente Deliberação compreende documentos de qualquer natureza, produzidos ou recebidos e acumulados:</p> <p>I - pelos órgãos da Universidade no desempenho de suas funções administrativas e acadêmicas;</p> <p>II - por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, cuja custódia foi assumida pelo SIARQ/UNICAMP, por ser considerado de interesse para a Universidade.</p>	<p>Artigo 3º - Integram o Sistema de Arquivos da Universidade:</p> <p>I - O Arquivo Central; II - O Conselho Consultivo; III - a Comissão Central de Avaliação de Documentos; IV - a Rede de Arquivos.</p> <p>Artigo 6º - Compõem a estrutura do Arquivo Central: I - a Diretoria; II - a Vice-Diretoria; III - a Secretaria; IV - o Arquivo Intermediário; V - o Arquivo Permanente; VI - os Serviços Auxiliares.</p>

(*) Foram destacados dos atos publicados em Diário Oficial do Estado de São Paulo, os artigos que correspondiam aos temas especificados nos títulos das colunas.

APÊNDICE

APÊNDICE I - CONJUNTOS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO CENTRAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP

CONJUNTOS	FUNDOS ABERTOS	FUNDOS FECHADOS
A. ARQUIVO UNICAMP	A.I CONSELHOS DELIBERATIVOS SUPERIORES	A.I CONSELHOS DELIBERATIVOS SUPERIORES
	A.II REITORIA	A.II REITORIA
	A.III ENSINO E PESQUISA A.III.1 FACULDADES E INSTITUTOS A.III.2 COLÉGIOS TÉCNICOS A.III.3 CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA	A.III.3 CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA
	A.IV ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE	-
B. ARQUIVOS PRIVADOS (PESSOAIS)	-	FUNDOS E COLEÇÕES

C. FUNDOS ESPECIAIS	-	C.I ÓRGÃOS EXTERNOS
	-	C.II COLEÇÃO “PROGRAMA MEMÓRIA CIENTIFICA C.II.1 DOCENTES

RELAÇÃO DOS FUNDOS DO ARQUIVO CENTRAL DO SIARQ/UNICAMP

A. ARQUIVO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

1. RELAÇÃO DOS CONJUNTOS ABERTOS

(Unidades e Órgãos Ativos)

A.I CONSELHOS DELIBERATIVOS SUPERIORES

Conselho Universitário (CONSU)

Data-limite: 1987-

Câmara de Administração (CAD)

Data-limite: 1987-

Comissão de Legislação e Normas (CLN)

Data-limite: 1972-

Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP)

Data-limite: 1972-

Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Data-limite: 1987-

Comissão Central de Graduação (CCG)

Data-limite: 1987-

Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG)

Data-limite: 1987-

Comissão de Atividades Interdisciplinares (CAI)
Data-limite: 1989-

A.II REITORIA

Agência de Inovação (INOVA)
Data-limite: 2003-

Agência para Formação Profissional da Unicamp (AFPU)
Data-limite: 1999-

Arquivo Central do Sistema de Arquivos (AC/SIARQ)
Data-limite: 1985-

Assessoria de Comunicação e Imprensa da Unicamp (ASCOM)
Data-limite: 1970-

Assessoria de Economia e Planejamento (AEPLAN)
Data-limite: 1997-

Auditoria Interna (Audint)
Data-limite: 2001-

Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL)
Data-limite: 1965-

Câmara de Recursos Humanos (CRH)
Data-limite: 1999-

Centro de Computação (CCUEC)
Data-limite: 1969-

Rádio e Televisão Unicamp – RTV
Data-limite: 1985-

Centro de Convivência Infantil (CECI)
Data-limite: 1983-

Centro de Ensino de Línguas (CEL)
Data-limite: 1990-

Centro de Saúde da Comunidade da Unicamp (CECOM)
Data-limite: 1986-

Centro Estadual de Educação Supletiva (CEES)
Data-limite: 1987-

Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho em São Paulo (CENAPAD-SP)
Data-limite: 1993-

Centro para Manutenção de Equipamentos (CEMEQ)
Data-limite: 1983-

Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (CADI)

Data-limite: 1990-

Comissão Diretora de Manutenção de Equipamentos (CODIMEQ)

Data-limite: 1991-2004

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

Data-limite: 1983-2004

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (CPDI)

Data-limite: 1968-2004

Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest)

Data-limite: 1987-2004

Comissão Processante Permanente I (CPP I)

Data-limite: 1983-

Comissão Processante Permanente II (CPP II)

Data-limite: 1983-

Comissão Processante Especial (CPE):

Data-limite: 2004-

Comissão de Sindicância (SINDIC):

Data-limite: 2004

Conselho de Extensão (CONEX)

Data-limite: 1994-

Programa Moradia Estudantil (PME)

Data-limite: 1988-

Coordenadoria da Planta Física de Limeira

Data-limite: 2001-

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN)

Data-limite: 1998-

Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural (CDC)

Data-limite: 1999-

Coordenadoria de Projetos e Obras (CPO)

Data-limite: 1969 -

Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (CORI)

Data-limite: 1994-

Coordenadoria de Serviço Social (CSS)

Data-limite: 1985-

Coordenadoria Geral da Universidade (CGU)

Data-limite: 1967-

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)

Data-limite: 1994-

Conselho de Tecnologia da Informação e Comunicação (ContIC)

Data-limite: 1989-

Diretoria Acadêmica (DAC)

Data-limite: 1963-

Diretoria Geral da Administração (DGA)

Data-limite: 1963-

Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH)

Data-limite: 1963-

Editora da Unicamp (Editora)

Data-limite: 1982-

Escola de Extensão da Unicamp (Extecamp)

Data-limite: 1989-

Gabinete do Reitor (GR)

Data-limite: 1963-

Cantídio de Moura Campos (CM)

Data-limite: 1963

Mário Degni (MD)

Data-limite: 1963-1965

Zeferino Vaz (GR/I)

Data-limite: 1965-1978

Plínio Alves de Moraes (GR/II)

Data-limite: 1978-1982

José Aristodemo Pinotti (GR/III)

Data-limite: 1982-1986

Paulo Renato Costa Souza (GR/IV)

Data-limite: 1986-1990

Carlos Alberto Vogt (GR/V)

Data-limite: 1990-1994

José Martins Filho (GR/VI)

Data-limite: 1994-1998

Hermano Medeiros Ferreira de Tavares (GR/VII)

Data-limite: 1998-2002

Carlos Henrique de Brito Cruz (GR/VIII)

Data-limite: 2002-2005

José Tadeu Jorge (GR/IX)

Data-limite: 2005-2009

Fernando Ferreira Costa (GR X)

Data-limite: 2005-

Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS)

Data-limite: 2006-

Museu Exploratório de Ciências (Museu)

Data-limite: 2004

Museu de Artes Visuais (MAV)

Data-limite: 2010

Prefeitura da Cidade Universitária (PREF)

Data-limite: 1983-

Procuradoria Geral (PG)

Data-limite: 1969-

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU)

Data-limite: 1987-

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC)

Data-limite: 1987-

Pró-Reitoria de Graduação (PRG)

Data-limite: 1987-

Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP)

Data-limite: 1987-

Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)

Data-limite: 1987-

Secretaria Geral (SG)

Data-limite: 1948-

Serviço de Apoio ao Estudante (SAE)

Data-limite: 1976-

A.III ENSINO E PESQUISA

A.III.1 FACULDADES E INSTITUTOS

Faculdade de Tecnologia

Data-limite: 1988-

Faculdade de Ciências Aplicadas

Data-limite: 2008

Faculdade de Ciências Médicas (FCM)

Data-limite: 1964-

Comissão Assessoria para Assuntos Assistenciais da Área de Saúde (CAAAAS)

Data-limite: 1994-

Faculdade de Educação (FE)

Data-limite: 1972-

Faculdade de Educação Física (FEF)

Data-limite: 1985-

Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI)

Data-limite: 1975-

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo(FEC)

Data-limite: 1989-

Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA)

Data-limite: 1967-

Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC)

Data-limite: 1986-

Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM)

Data-limite: 1989-

Faculdade de Engenharia Química (FEQ)

Data-limite: 1989-

Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP)

Data-limite: 1967-

Instituto de Artes (IA)

Data-limite: 1970-

Instituto de Biologia (IB)

Data-limite: 1968-

Instituto de Computação (IC)

Data-limite: 1996-

Instituto de Economia (IE)

Data-limite: 1984-

Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)

Data-limite: 1976-

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Data-limite: 1967-

Instituto de Física "Gleb Wataghin" (IFGW)

Data-limite: 1967-

Instituto de Geociências (IG)

Data-limite: 1979-

Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC)

Data-limite: 1968-

Instituto de Química (IQ)

Data-limite: 1967-

A.III.2 COLÉGIOS TÉCNICOS

Colégio Técnico de Campinas (COTUCA)

Data-limite: 1967-2004

Colégio Técnico de Limeira (COTIL)

Data-limite: 1968-2004

A.III.3 CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA

Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética (CBMEG)

Data-limite: 1977-2004

Centro de Bioterismo (CEMIB)

Data-limite: 1969-

Centro de Componentes Semicondutores (CCS)

Data-limite: 1981-

Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural da Unicamp CIDDIC

Data-limite: 1989-

Centro de Engenharia Biomédica (CEB)

Data-limite: 1982-

Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura (CEPAGRI)

Data-limite: 1983-

Centro de Estudos Avançados

Data-limite: 2010 -

Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP)

Data-limite: 1992-

Centro de Estudos de Petróleo (CEPETRO)

Data-limite: 1987-

Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLEHC)

Data-limite: 1977-

Centro de Memória (CMU)

Data-limite: 1985-

Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA)

Data-limite: 1986-

Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (NUDECRI)

Data-limite: 1986-

Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU)

Data-limite: 1993-

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP)

Data-limite: 1982-

Núcleo de Estudos de População (NEPO)

Data-limite: 1982-2004

Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM)

Data-limite: 1982-

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA)

Data-limite: 1983-

Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE)

Data-limite: 1985-

Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED)

Data-limite: 1983-

Núcleo de Integração e Difusão Cultural (NIDIC)

Data-limite: 1982-

Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora (NICS)

Data-limite: 1983-

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais (LUME)

Data-limite: 1986-

Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE)

Data-limite: 1984-

A.IV ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE

Hospital da Mulher José Aristodemo Pinotti

Data-limite: 1984-

Centro de Controle de Intoxicações (CCI)

Data-limite: 1982-

Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo (Gastrocentro)

Data-limite: 1987-

Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel de Oliveira da Silva Porto” (CEPRE)

Data-limite: 1992-

Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemocentro)

Data-limite: 1985-

Centro de Investigação de Doenças da Infância (CIPED)

Data-limite: 1997-

Centro de Pesquisa e Controle de Doenças Materno-Infantis de Campinas (CEMICAMP)

Data-limite: 1978-

Hospital das Clínicas (HC)

Data-limite: 1967-

2. RELAÇÃO DOS CONJUNTOS FECHADOS (Unidades e Órgãos Extintos ou Substituídos)

A.I CONSELHOS DELIBERATIVOS SUPERIORES

Conselho Curador da Unicamp (CD)

Data-limite: 1963-1967

Conselho Diretor da Unicamp (CD)

Data-limite: 1967-1987

Câmara Curricular (CC)

Data-limite: 1969-1987

Comissão de Ensino (CE)

Data-limite: 1968-1979

A.II REITORIA

Assessoria de Apoio a Eventos (APEU)

Data-limite: 1986-1999

Assessoria de Desenvolvimento Universitário (ADU)

Data-limite: 1982-1986

Assessoria de Planejamento Orçamentário (APO)

Data-limite: 1969-1997

Assessoria Econômica (AECO)

Data-limite: 1984-1997

Câmara de Avaliação de Servidores (CAS)

Data-limite: 1986-1999

"Campus" Avançado de Cruzeiro de Sul (CACCS)

Data-limite: 1971-1994

Centro de Assistência aos Funcionários (CAF)

Data-limite: 1994-1998

Centro de Eficiência Comercial (CEFI-Com)

Data-limite: 1994-1998

Centro de Estudos em Administração Universitária (CENTAU)

Data-limite: 1974-1985

Centro de Incentivo à Parceria Empresarial (CIPE)

Data-limite: 1994-1998

Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC)

Data-limite: 1983-1989

Centro de Qualidade e Certificação da Unicamp (Unicamp-CQC)

Data-limite: 1992-1998

Centro de Tecnologia (CT)

Data-limite: 1972-2008

Comissão Coordenadora de Equipamentos Técnico-Científicos (COETEC)

Data-limite: 1968

Comissão Organizadora da Universidade de Campinas (COUEC)

Data-limite: 1965-1966

Comissão Orientadora de Políticas Assistenciais da Área de Saúde da Unicamp (COPAS)

Data-limite: 1991-1994

Comissão Permanente de Propriedade Industrial (CPPI)

Data-limite: 1984-1998

Conselho Consultivo Científico e Tecnológico da Unicamp (CCCT)

Data-limite: 1992-1994

Conselho Orientador de Recursos Humanos (CORH)

Data-limite: 1990-1999

Conselho Tecnológico da Unicamp (CCT)

Data-limite: 1994-1998

Coordenadoria Central de Pós-Graduação (CCPG)

Data-limite: 1973-1986

Coordenadoria Geral das Faculdades (CGF)

Data-limite: 1979-1986

Coordenadoria Geral de Planejamento da Unicamp (CGPU)

Data-limite: 1988-1994

Coordenadoria Geral dos Institutos (CGI)

Data-limite: 1971-1987

Comissão de Planejamento de Obras da Cidade Universitária de Campinas (COPLAN)

Data-limite: 1969-1971

Comissão Técnica (COTEC)

Data-limite: 1968-1969

Escritório de Ação Cultural (EAC)

Data-limite: 1994-1998

Escritório de Difusão e Serviços Tecnológicos (EDISTEC)

Data-limite: 1998- 2008

Escritório de Transferência de Tecnologia (ETT)

Data-limite: 1990-1998

Escritório Técnico de Construção (ETC)

Data-limite: 1969

Grupo de Assistência Técnica (GAT)

Data-limite: 1983-1989

Grupo Executivo de Reforma Administrativa (GERAD)

Data-limite: 1986-1990

Livraria Universitária da Unicamp

Data-limite: 1977-2000

Serviço de Apoio ao Servidor (SAS)

Data-limite: 1990-1998

Serviço de Registro e Controle Acadêmicos (SERCA)

Data-limite: 1973-1975

A.III ENSINO E PESQUISA

A.III.3 CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA

Centro de Apoio à Tecnologia de Ensino em Engenharia (CEATENGE)

Data-limite: 1985-1992

Centro de Estudos de Problemas Brasileiros (CEPB)

Data-limite: 1974-1994

Centro de Informática Aplicada (CEINFO)

Data-limite: 1985-1986

Centro Universitário de Cooperação Internacional (CECOI)

Data-limite: 1977-1984

Núcleo de Estudos Amazônicos

Data-limite: 1985-1985

Núcleo de Estudos de Direito Educacional

Data-limite: 1985-1990

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Automação Industrial

Data-limite: 1983-1990

Núcleo de Estudos Regionais (NER)

Data-limite: 1985-1990

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas (NIPAR)

Data-limite: 1989-1989

Núcleo de Pesquisas em Telemática

Data-limite: 1982-1982

Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC)

Data-limite: 1987-1995

Núcleo de Estudo e Pesquisas Multidisciplinares

Data-limite: 1982

Núcleo de Estudos Psicológicos (NEP)

Data-limite: 1990-1996

Núcleo de Informática Biomédica (NIB)

Data-limite: 1983-2004

Núcleo de Política Científica e Tecnológica (NPCT)

Data-limite: 1983-1996

Núcleo Interdisciplinar para a Melhoria do Ensino de Ciências (NIMEC)

Data-limite: 1983-1996

Núcleo de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (NUCATE)

Data-limite: 1989 - 2000

B. ARQUIVOS PRIVADOS

Coleção Antônio Jofre Vasconcelos

Data-limite: 1968

Coleção Arlinda Rocha Camargo

Data-limite: 1990

Fundo Ataliba Teixeira de Castilho

Data-limite: 1937-2007

Fundo Antonio Augusto de Almeida

Data-limite: 1926-1975

Coleção Cantídio de Moura Campos

Data-limite: 1930-1990

Fundo Carlos Eduardo Negreiros de Paiva

Data-limite: 1934-1994

Coleção Carmem Luisa Foloni

Data limite: 1976-1981

Fundo Cesar Lattes

Data-limite: 1924-2006

Fundo Daniel Hogan

Data-limite: 1942-2010

Coleção Eloi José da Silva Lima

Data-limite: 1989

Entrevistas:

Rubens Murilo Marques: 25 fevereiro 1989

Luis Sérgio Leonardi: 06 junho 1989

Giuseppe Cilento: 03 abril 1989

Wilson Cano 07 agosto e 29 setembro 1989

Rogério C. Leite 11 setembro 1989

Dr. Paulo Gomes Romeo: 05 janeiro 1989

Walter Hadler: 31 janeiro 1989 e 10 fevereiro 1989

Fundo Euclides Custódio de Lima Filho

Data-limite: 1961-1996

Coleção Françoise Bressan Neptune

Data limite: 1970-2004

Coleção Hans Ingo Weber

Data-limite: 1974-1983

Fundo José Adilson Barros

Data-limite: 1977-1997

Fundo José Martins Filho

Data-limite: 1968-200_

Coleção Magali dos Reis –

Data limite: 1978-1992

Coleção Maria Angélica Dinelli Rosalin

Data limite: 1968-1971, 1973-1975

Coleção Maria Tereza Matias Baptista

Data limite: 1965-1985

Coleção NelyTeixeira Vargas

Data limite: 1970-1985

Fundo Sérgio Buarque de Holanda

Data-limite: século XV a 1990

Fundo Sérgio Pereira da Silva Porto

Data-limite: 1938-1992

Fundo Zeferino Vaz

Data-limite: 1925-1981

Coleção Stela Meneghel

“Zeferino Vaz e a Unicamp -Uma Trajetória e um modelo de Universidade” – Dissertação de Mestrado (Faculdade de Educação – UNICAMP)

Data limite: 1994

Entrevistas:

Arilda Gidiana Valio - 18 maio 1994

Bernardo Beiguelman - 12 maio 94

Carolina Machado Bori - 10 jun. 1994

Djairo G. Figueiredo - 21 maio 1994

Fábio Leite Vichi - 30 jun. 1994

Ferdinando de Oliveira Figueiredo - 02 maio 1994

Gottfried Koberle - 15 abr. 1994

Guttemberg Olivério Rocha - 29 set. 1993

João Carlos Forastieri - 15 abr. 1994

José Bento Faria Ferraz - 05 abr. 1994

José Carlos Valadão de Mattos - 30 maio 1994

Michel Pierre Lison - 29 set. 93

Paulo Gomes Romeo - 30 set. 1993

Rogério César de Cerqueira Leite - 26 maio 1994

Rui Ferreira Santos - 28 set. 1993

Rubens Murillo Marques - 12 maio 1994

Walter Hadler - 14 abr. 1994

Coleção Warney Smith

Data limite: 1979-1998

C. FUNDOS ESPECIAIS

C.I ÓRGÃOS EXTERNOS

Associação dos Docentes da Unicamp (ADUNICAMP)

Data-limite: 1977-

Conselho de Entidades de Campinas (CEC)

Data-limite: 1951-1961

Diretório Central dos Estudantes (DCE)

Data-limite: 1981-

Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)

Data-limite: 1987-

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU)

Data-limite: 1977-

C.II COLEÇÃO PROJETO MEMÓRIA DOS CIENTISTAS DA UNICAMP

Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi

Data-limite: 1969 -

Aécio Pereira Chagas

Data-limite: 1969 -

Alcides Guimarães

Data-limite: 1969-1988

Amilcar Oscar Herrera

Data-limite: 1979-1995

André Tosello

Data-limite: 1969-1982

Ângelo Pires Prado

Data-limite: 1967-

Antonieta Marília de Oswald de Andrade

Data-limite: 1970-

Antônio Carlos Neder Gonçalves

Data-limite: 1967-1993

Antonio Mario Antunes Sette

Data-limite: 1968-1999

Antonio Muniz de Rezende

Data-limite: 1975-1985

Antônio Paim Vieira

Data-limite: 1895-1988

Antonio Sérgio da Silva Arouca

Data-limite: 1967-2003

Ayda Ignez Arruda

Data-limite: 1968-1983

Ben-Hur Wey Moreira

Data-limite: 1965-2000

Benito Juarez de Souza

Data-limite: 1971-1998

Benjamin Bordin

Data-limite: 1968-2003

Bernardo Caro

Data-limite: 1931-2007

Bernardo Beiguelman

Data-limite: 1964-1982

Carlos Alberto Vogt

Data-limite: 1969-

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Data-limite: 1967-2002

Carlos Alfredo Arguello

Data-limite: 1968-1994

Claudio Airoidi

Data-limite: 1968-

Claudio Leonardo Lucchesi

Datas limite: 1970-

Curt Egon Hennies

Data-limite: 1968-1993

Dalton Belmudes de Toledo

Data-limite: 1968-1987

Dária Repka

Data-limite: 1969-1984

Décio Teixeira

Data-limite: 1967-1992

Dino Ferraresi

Data-limite: 1969-1990

Doris Kowaltowski

Data-limite:1988-

Eduardo Lane

Data-limite: 1967-1993

Eduardo Oscar de Campos Chaves

Data-limite: 1974-2007

Ennes Macari de Abreu

Data-limite: 1965-1994

Eolo Marques Pagnani

Data-limite: 1968-1998

Ernesto Jjosé D´Ottaviano

Data-limite: 1964-1996

Euclides Custódio de lima Filho

Data-limite: 1984-2002

Fausto Castilho

Data-limite: 1967-

Ferdinando de Oliveira Figueiredo

Data-limite: 1968-1999

Friederich Gustav Brieger

Data-limite:1968-1985

Fumio Yokoya

Data-limite: 1968-2003

Gentil Calil Chaim

Data-limite:1959-1988

Giuseppe Cilento

Data-limite: 1967-1978

Gleb Wataghin

Data-limite: 1972-1980

Haim Jurist

Data-limite: 1969-1976

Haqira Osakabe

Data-limite: 1969-2008

Hatuê Nakamura de Oliveira

Data-limite: 1968-1975

Hélio Waldman

Data-limite: 1973-

Iracema de Oliveira Moraes

Data-limite: 1970-

Jayr de Paiva Campello

Data-limite: 1968-1976

João Alexandre Ferreira da Rocha Pereira
Data-limite: 1978-2003

João Batista Andreotti Gomes Tojal
Data-limite: 1972-2005

João Luiz Lafetá
Data-limite: 1975-1979

José Antonio Rezende de Almeida Prado
Data-limite: 1975-2000

José Aristodemo Pinotti
Data-limite: 1966-1988

José Ellis Ripper Filho
Data-limite: 1970-1993

José Fonseca Valerde
Data-limite: 1967-1969

José Lopes de Faria
Data-limite: 1967-1987

Leopoldo Hartman
Data-limite: 1969-1985

Luiz Augusto Magalhães
Data-limite: 1966

Luiz Sérgio Leonardi
Data-limite: 1968-2007

Manoel Sobral Júnior
Data-limite: 1969-1996

Marcelo Damy de Souza Santos
Data-limite: 1967-1996

Marconi Freire Montezuma
Data-limite: 1972-1983

Mário de Jesus Mendes
Data-limite: 1975-2003

Natan Schwartzman
Data-limite: 1972-1991

Nelson de Jesus Parada
Data-limite: 1969-1994

Orly Zucatto Mantovani de Assis
Data-limite: 1972-

Osmar de Oliveira Marchese

Data-limite: 1968-1993

Oswaldo Vital Brasil

Data-limite: 1964-1988

Paulo Reglus Neves de Oliveira Freire

Data-limite: 1980-1997

Pedro Moraes Siqueira

Data-limite: 1967-1974

Peter Henry Fry

Data-limite: 1971-1983

Raul Thomaz Oliveira doValle

Data-limite: 1974-

Roberto Testezlaf

Data-limite: 1985-

Rogério César de Cerqueira Leite

Data-limite: 1969-

Rubens Murillo Marques

Data-limite: 1968-1989

Sancho Morita

Data-limite: 1969-1978

Sergio Telles Ribeiro

Data-limite: 1970-1973

Teresa Dib Zambom Atvars

Data-limite: 1978-

Ubiratan D'ambrosio

Data-limite: 1972-1993

Walter August Hadler

Data-limite:1963-1992

Wilson Cano

Data-limite: 1968-

Yara Tosello

Data-limite: 1969-1987

Yong Kun Park

Data-limite: 1967-2005

Zoraide Primerano Arguello

Data-limite: 1964-1988